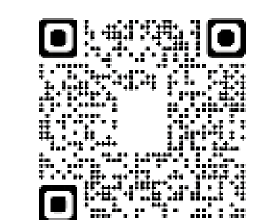
Jornal **O DIA** SP



Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.622 | Preço banca: R$ 3,50

Dólar fecha estável mesmo com intervenção do Banco Central

A primeira intervenção do Banco Central (BC) no câmbio em quase 16 meses surtiu pouco efeito no preço do dólar. A moeda norte-americana chegou a cair no início do dia, mas ganhou força durante a tarde e fechou estável. A bolsa de valores recuperou-se parcialmente da queda das últimas semanas e fechou em alta, na contramão do mercado externo.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (2) vendido a R$ 5,058, com queda de apenas 0,02%. A cotação chegou a cair para R$ 5,03 por volta das 11h, após o BC ter leiloado US$ 1 bilhão em swap cambial (venda de dólares no mercado futuro). A divisa, no entanto, voltou a acelerar à tarde, chegando a R$ 5,06 por volta das 14h45, antes de fechar na estabilidade.

Apenas nos dois primeiros dias de abril, a moeda norte-americana subiu 0,86%. Em 2024, a divisa valoriza-se 4,22%.

No mercado de ações, o dia foi mais tranquilo. Após cair na segunda-feira (1º), o índice Ibovespa, da B3, fechou aos 127.548 pontos, com alta de 0,44%. O indicador foi impulsionado por papéis de petroleiras e mineradoras, que se beneficiaram da valorização das commodities (bens primários com cotação internacional).

Na terça, o BC vendeu US$ 1 bilhão em swap cambial, na primeira intervenção da autoridade monetária no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Página 48

Brasil passa a adotar esquema de dose única contra o HPV

Página 48

Mercado eleva para 1,89% projeção de expansão da economia em 2024

Página 3

Procura por acupuntura, meditação e yoga aumenta 55% após capacitação de profissionais

O número de atendimentos de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) cresceu 479% na cidade de São Paulo. Em 2023, foram realizados 740.698 atendimentos em modalidades como acupuntura, meditação e dança circular, em comparação a 476.868 atendimentos em 2022. Em 2018, antes do início da pandemia de Covid-19, foram 172.637 atendimentos ao longo do ano.

De acordo com Adalberto Kiochi Aguemi, coordenador da Área Técnica Saúde Integrativa da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS), o aumento da oferta de modalidades e atendimentos se deve à criação de uma estrutura de capacitação contínua dos profissionais da saúde.

Em 2023, os principais cursos oferecidos pela SMS aos profissionais da rede municipal de saúde foram em yoga, meditação, fitoterápicos e plantas medicinais, Tai Chi Pai Lin, terapia comunitária integrativa e dança circular. Adalberto reitera que pelo menos 700 profissionais foram formados só no ano passado, contando apenas os cursos organizados pela área técnica da secretaria, já que também existem iniciativas por parte das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs). Atuam na oferta das Pics trabalhadores como médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, nutricionistas, entre outros.

O coordenador destaca a importância da existência de uma área técnica para entender qual a necessidade de cada região e quais insumos e capacitações devem existir para ampliar o acesso a determinadas terapias.

Reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde (MS), as terapias integrativas possuem uma abordagem holística, propondo-se a auxiliar na resolução de problemas físicos, mentais e emocionais. "Muitas dessas modalidades resgatam o coletivo, importante em aspectos como socialização e interação comunitária, além de trabalhar o autocuidado e a autonomia", ressalta Adalberto, acrescentando que as Pics são também uma estratégia para reduzir a medicalização do cuidado de saúde.

Pioneira, a cidade de São Paulo começou a estruturar a área técnica de práticas integrativas em 2001.

Atualmente, todas as 471 UBSs ofertam uma ou mais modalidades de Pics na cidade de São Paulo. Elas podem ser atividades coletivas e abertas, como por exemplo a dança circular ou a terapia comunitária integrativa, ou serem recomendadas por um médico como terapia auxiliar para múltiplas condições, de dores a insônia e ansiedade.

Haddad pede pacto entre Poderes após decisão de Pacheco



Foto/José Cruz/ABr

Página 4

Preços de refeições em restaurantes sobem 40,84%, mostra Procon-SP

A 9ª edição da pesquisa de preços feita em fevereiro pelo Procon-SP em restaurantes da cidade de São Paulo mostra que o aumento no preço médio da refeição self-service por quilo foi significativo: 40,84% desde janeiro de 2020 – o INPC-IBGE do mesmo período acumulou 29,38%.

Já de fevereiro do ano passado para fevereiro deste ano, a variação para este tipo de refeição foi de 7,64%. E o preço médio constatado nos estabelecimentos que participaram do levantamento foi de R$ 80,32. Página 2

Juros do cartão de crédito caem em fevereiro

Página 3

Esporte

Mundial de Rally: em Portugal e Espanha, Lucas Moraes busca recuperação

Em sua primeira campanha completa no Campeonato Mundial de Rally Raid da FIA, que até 2023 se chamava Mundial de Rally Cross-Country, o brasileiro Lucas Moraes disputa nesta semana a terceira etapa da temporada, que acontece nos territórios de Portugal e da Espanha. Em busca de pontos importantes, o piloto da equipe Toyota Gazoo Racing chega para a fase europeia da competição depois do abandono causado por um incêndio em seu carro na rodada anterior, em Abu Dhabi.

"O Mundial de Rally Raid de 2024 tem apresentado várias surpresas até agora. Terminar em nono lugar no Dakar não foi um resultado ruim para nós, mas ficamos um pouco decepcionados depois de termos chegado ao final com chance de outro pódio naquela prova", comentou Moraes, que registrou o primeiro pódio brasileiro na classificação geral na edição 2023 do Dakar, que valeu como etapa do Mundial de Rally Raid.

"Enfrentamos um incêndio na terceira especial de Abu Dhabi, que destruiu o carro e foi verdadeiramente problemático para a nossa campanha no campeonato. Mas estamos prontos para a próxima rodada. Esperamos ter mais sorte e uma corrida limpa", finalizou o bicampeão do Rally dos Sertões, que disputa o Mundial com apoio de Red Bull, Repsol, Strava, Oakley, Zapalla – além de ter levado a marca brasileira de pneus Speed-Max a patrocinar a equipe Toyota, atual campeã da competição.

A prova - Lucas Moraes e seu navegador, o espanhol Armand Monleón, vão enfrentar 1.000 km de terrenos variados entre Portugal e Espanha, que incluem praias e trilhas acidentadas. O acampamento-base da prova será instalado na vila de Grândola, localizada na costa portuguesa, a cerca de 100 km da capital, Lisboa.



Foto/ TGR

Lucas *Moraes durante etapa do Mundial em Abu Dhabi*

Serão cinco etapas no evento, com seis especiais. O prólogo para determinar a ordem de largada da etapa de abertura acontece na manhã desta quarta-feira. A partir daí, os pilotos passarão pelas zonas rurais portuguesas e espanholas, sempre regressando ao acampamento central ao final de cada dia.

Moraes atualmente é o sexto colocado na tabela do campeonato, com 45 pontos. A liderança é do catari Nasser Al-Attiyah, que soma 67. A etapa de Portugal e Espanha, a única do continente europeu, é a terceira de cinco programadas no calendário 2024 do Mundial de Rally Raid.

Programação da prova:

Prólogo – 03/04 – Grândola – 5 km; 1ª especial – 03/04 – Grândola até Santiago do Cacém – 100 km; 2ª especial – 03/04 – Santiago do Cacém até Santiago do Cacém – 3 km; 3ª especial – 04/04 – Grândola até Grândola – 200 km; 4ª especial – 05/04 – Grândola até Badajoz (Espanha) – 300 km; 5ª especial – 06/04 – Badajoz até Grândola – 270 km; 6ª especial – 07/04 – Grândola até Grândola – 130 km.

Gabriel Fernandes vence duas vezes na principal categoria

O atual campeão já demonstrou que mesmo subindo de categoria continuará sua carreira vitoriosa no Campeonato Carioca de Kart. Depois de alcançar o título na Júnior 125 no ano passado, Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail) estreou na F4 Graduados na abertura do certame de 2024 com grandes performances, vencendo as duas corridas realizadas no último sábado (30/3) no Kartódromo Internacional de Guapimirim, na região serrana do Rio de Janeiro.

"Muito feliz em conquistar as minhas primeiras vitórias na Graduados. Sentimento inexplicável. Vamos pra cima novamente nas próximas!", comemorou Gabriel Fernandes, que em 2023 garantiu os títulos de Campeão na Copa São Paulo Light de Kart e V11 Aldeia Cup, ambos na categoria F4 Júnior.

O começo da programação da primeira etapa do carioca de kart foi complicado para Gabriel Fernandes. No treino com o motor sorteado o desempenho não foi bom e a equipe Nikima Racing/Dai Motorsport optou por trocar o motor. Com isto, ele sofreu penalização e teve que largar em quinto. Com o seu equipamento em ordem na corrida, em cinco voltas ele alcançou a ponta para vencer. Com a inversão obrigatória entre os cinco primeiros para o grid da segunda bateria, novamente Gabriel escalou o pelotão e no sétimo giro já estava na liderança, para vencer novamente.

"Não foram fáceis corridas, pois larguei em quinto em ambas baterias, num grid muito forte, mas quando assumi a liderança, consegui aproveitar o bom acerto de meu Techspeed e abri grande vantagem", explicou o líder invicto da F4 Graduados.

"Foi show de bola. Nos treinos o 'Biel' não foi bem e trocamos o motor, e também descobrimos um probleminha no carburador. Nas duas corridas evoluiu, chegou na liderança e abriu grande vantagem. Foram as duas primeiras vitórias na Graduados, incontestáveis", comentou orgulhoso Odílio 'Nikima' Brito Neto, pai de Gabriel Fernandes e chefe da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport.

A segunda etapa do Campeonato Carioca de Kart será no dia 27 de abril, novamente em Guapimirim (RJ).

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel.

Preços de refeições em restaurantes sobem 40,84%, mostra Procon-SP

A 9ª edição da pesquisa de preços feita em fevereiro pelo Procon-SP em restaurantes da cidade de São Paulo mostra que o aumento no preço médio da refeição self-service por quilo foi significativo: 40,84% desde janeiro de 2020 – o INPC-IBGE do mesmo período acumulou 29,38%.

Já de fevereiro do ano passado para fevereiro deste ano, a variação para este tipo de refeição foi de 7,64%. E o preço médio constatado nos estabelecimentos que participaram do levantamento foi de R$ 80,32.

A iniciativa, realizada em parceria com Dieese, coletou os preços médios praticados para os tipos de refeições mais demandados pelos consumidores: self-service por quilo, self-service preço fixo, prato executivo de frango e prato do dia (ou prato feito).

Veja o relatório completo com os preços médios de cada tipo de refeição, as comparações com as edições anteriores, a distribuição da amostra pelas regiões da cidade, a metodologia da pesquisa e outras informações https://www.procon.sp.gov.br/wp-z/uploads/2024/04/Relatorio-fev2024.pdf

Prato feito ou prato do dia

Em um ano, o preço médio do prato feito (ou prato do dia) teve um aumento de 7,98%; variação maior que o INPC-IBGE, que foi de 4,66%.

Em fevereiro do ano passado, o valor deste tipo de refeição era de R$ 27,31 e passou para R$ 29,49 em fevereiro deste ano.

Dentre os 350 estabelecimentos que compõem a amostra, alguns praticam somente uma das formas de comercialização – self-service por quilo, selfservice preço fixo, prato executivo de frango e prato do dia (ou prato feito) – mas outros praticam diferentes formas, tanto no sistema de oferta quanto na cobrança das refeições que disponibiliza.

Deste total, 171 restaurantes servem no sistema buffet self-service cobrando por quilo, com preço médio de R$ 77,16; 70 servem no sistema buffet self-service com cobrança a preço fixo, com preço médio de R$ 54,97; 177 oferecem pratos do dia / prato feito a um preço médio de R$ 30,47 e 174 oferecem prato executivo de frango ao preço médio de R$ 38,05.

Realizada desde janeiro de 2020 pela equipe de pesquisas do Procon-SP em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o levantamento tem como finalidade conhecer o acompanhar os preços das refeições em restaurantes da Capital e dar ao consumidor paulista informações que o ajudem a organizar o seu orçamento.

As outras edições foram realizadas em janeiro de 2020, outubro de 2021, fevereiro, junho e outubro de 2022, fevereiro, junho e outubro de 2023. A cada edição constatou-se a necessidade de substituição de alguns estabelecimentos, considerando que alguns encerraram suas atividades ou mudaram a forma de comercialização de suas refeições.

Todas as pesquisas partiram da mesma base definida como representativa das cinco regiões do município de São Paulo – zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro – e totalizaram 350 estabelecimentos.

Dicas ao consumidor

Os estabelecimentos que oferecem refeições na modalidade por quilo não podem: informar o preço apenas ao equivalente a 100g; deixar de informar o valor da tara (peso do prato); veicular informação que não corresponda ao valor mostrado na balança.

O pagamento da gorjeta não é obrigatório, é uma opção do consumidor e o estabelecimento deve informar claramente o valor e que seu pagamento é opcional. Não pode ser apresentada essa taxa se não houve a efetiva prestação de serviço.

A aceitação do vale-refeição como forma de pagamento não é obrigatória. No entanto, se houver adesivos ou outra forma de comunicação sugerindo sua aceitação, não pode ser recusado. Sua aceitação não pode estar condicionada ao valor consumido, nem ficar restrita a determinado dia, data ou horário.

Não pode ser cobrada taxa de desperdício do consumidor que deixar sobras de refeição em seu prato.

É proibido veicular promoção informando apenas que é por tempo limitado, sem apresentar a data de seu término.

Prefeitura reforça a importância das atividades físicas e de lazer para o público 60+

Oferecer atividade física e programas de lazer para o público da terceira idade tem sido uma das prioridades da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME). A população da cidade tem hoje mais de 2 milhões de idosos. Os dados são da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo, com base em informações do IBGE, e mostram que nos últimos dez anos a capital envelhece em ritmo mais intenso.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em sua política pública voltada à pessoa idosa, reforça a necessidade da pratica esportiva para uma vida saudável. A atividade física, além de prevenir doenças e fortalecer a massa muscular, é importante para a saúde mental. A prática dos exercícios físicos em grupo também amplia os vínculos sociais.

Além das atividades em seus Centros Esportivos, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer oferece dois programas que tem sido sucesso entre o público 60+.

O Programa Vem Dançar, oferecido pela SEME, tem como objetivo principal propiciar aos idosos dos Centros Esportivos encontros sociais e de lazer integrando todos através do dançar, evidenciando a promoção da saúde e o bem-estar, resgatando o convívio social e a autoestima. Os eventos consistem em bailes temáticos realizados periodicamente em salões tradicionais da cidade de São Paulo, como os espaços do Clube Esperia, Corinthians, Juventos, entre outros.

Diversos temas já foram destaques nos bailes, como Dia das Mães, Carnaval, Primavera, Cor de Rosa, Telenovela e Folclore. Os participantes sempre utilizam adereços e fantasias relacionados com o tema para que a festa seja ainda maior.

Há uma década os Jogos Municipais da Pessoa Idosa (JOMI) oferecem atividades voltadas para a terceira idade, como atletismo, bocha, coreografia, dança de salão e buraco, assim como dama, dominó, malha, natação, tênis de campo, de mesa, truco, vôlei adaptado e xadrez, que geralmente são divididos em etapas espalhadas pela cidade. Os festivais pré-Jomi foram a novidade de 2024. Tudo isso, com intuito de promover a ampliação da qualidade de vida e do envelhecimento saudável.

Alguns dos nossos Centros Esportivos proporcionam oficinas regulares voltadas para terceira idade. Os analistas da SEME também são orientados a adaptarem suas aulas para todos os públicos.

Educação de SP distribuirá guia inédito sobre autismo para todas as escolas estaduais

Neste dia 2 de abril, Dia Mundial da Pessoa com Autismo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) participou da 1ª Jornada Estadual de Conscientização sobre o Autismo, organizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD). Durante o evento, foi lançado o guia "Transtorno do Espectro Autista: Diretrizes para o Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Paulistas", construído pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). O material será distribuído a todas as 5.300 unidades da rede e será base para a construção de ações de inclusão que devem envolver professores, estudantes e membros da comunidade escolar.

Atualmente, 19,9 mil estudantes com autismo estão matriculados nas escolas estaduais paulistas e são foco do desenvolvimento do novo guia. O material será distribuído de duas maneiras, em formato impresso e digital, de forma que todas as unidades sejam alcançadas e passem a trabalhar simultaneamente com o apoio do guia.

O guia lançado nesta terça-feira também embasará o trabalho de novos profissionais que passarão a integrar as equipes escolares a partir do segundo semestre deste ano, conforme anunciou o secretário da Educação, Renato Feder, durante o evento. "Agora vamos contratar 400 profissionais de apoio escolar para apoio de atividades. Eles estarão nas nossas escolas a partir do mês de agosto. Estamos desenvolvendo um trabalho para conectar, atender e desenvolver bem os nossos estudantes", disse Feder.

Os profissionais de apoio escolar para atividades escolares serão contratados por meio de licitação, já iniciada pela Seduc, e em formato de projeto inicial. Eles serão acompanhados pela equipe técnica, com objetivo de expandir o número de contratados nos próximos anos. No dia a dia escolar, espera-se que esses profissionais acompanhem estudantes com TEA e com outras deficiências na inclusão social, educacional e no acompanhamento das aulas.

O guia

Na Unesp, o guia foi desenvolvido por meio da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi) e do Laboratório de Tecnologias para o Desenvolvimento e Inclusão de Pessoas (LaTeDIP).

Após o lançamento nesta terça-feira, a Seduc-SP, por meio do Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (Demod), da Coordenadoria Pedagógica (Coped), dá início a uma série de diálogos com as equipes de educação inclusiva das 91 Diretorias Regionais de Ensino do Estado, de forma a expandir o trabalho a partir desse guia.

Nas escolas, a implantação do guia pretende apoiar as equipes a derrubar mitos, estereótipos e preconceitos a respeito de crianças, adolescentes e adultos com TEA, como mais uma ferramenta educacional para a cultura inclusiva e assertiva, com orientações aos educadores, pais, estudantes e comunidade em geral, com vistas a inspirar na construção de práticas dentro e até mesmo fora do ambiente escolar.

Na Escola Estadual Origenes Lessa, localizada em Diadema, a cultura de inclusão já faz parte do cotidiano da unidade, onde atualmente há 12 estudantes com TEA matriculados, em um total de 844 alunos. "Temos sala de recursos há 18 anos e já estamos ansiosos e empolgados em trabalhar com esse guia. A inclusão faz parte do nosso cotidiano, incentivamos o protagonismo e a tomada de decisões aos estudantes com TEA, assim como alunos com outras deficiências. Nesta semana, por exemplo, para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, uma estudante do Ensino Médio decidiu visitar todas as salas de aula e contar sobre sua experiência na escola. Eles estão sabendo, por ela, que ela não gosta de barulho ou de palmas e isso também é essencial para criar relações respeitosas entre colegas", conta a diretora Angela Maria Brasília Henriques.

Educação triplica docentes que apoiam estudantes com TEA

A Seduc-SP triplicou o número de professores do projeto Ensino Colaborativo entre 2022 e 2023. No último ano letivo, 3.424 docentes atuaram nas escolas estaduais como colaboradores dos regentes, responsáveis por lecionar as disciplinas do currículo, e dos de atendimento especializado, que estão nas salas de recurso. Em fase de implantação em todas as diretorias de ensino, o projeto tem a função de promover um ambiente inclusivo e equânime, previsto na Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e no Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA.

Diferente dos outros dois profissionais que estão no dia a dia dos estudantes e em sala de aula, cabe ao professor colaborativo apoiar a equipe gestora e funcionários, acompanhar intervalos e aulas regulares, participar de reuniões pedagógicas e auxiliar o acolhimento de pais e famílias.

Rodovias concedidas receberam mais de 2,5 milhões de veículos no feriado de Páscoa

Durante o feriado prolongado de Páscoa, entre os dias 28 e 31 de março, mais de 2,5 milhões de veículos passaram pelas principais rodovias concedidas do estado, tanto no acesso quanto na saída da capital paulista. A movimentação foi monitorada em tempo real pelo Centro de Controle de Informações (CCI) da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), que acompanhou o fluxo nas vias para garantir a segurança dos usuários.

"Para assegurar um feriado tranquilo aos motoristas que cruzaram as rodovias estaduais, a Artesp e as concessionárias reforçaram o atendimento de socorro médico e mecânico. Também realizamos o monitoramento em tempo real nos trechos concedidos, para evitar imprevistos e garantir a segurança desses motoristas", afirmou o diretor-geral da agência, Milton Persoli.

Movimentação

Capital e interior: No Corredor Ayrton Senna – Carvalho Pinto, administrado pela Ecopistas, circularam mais de 456 mil veículos. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes, administrado pela AutoBAn, recebeu cerca de 503 mil veículos. Já o Sistema Castello-Raposo, administrado pela CCR ViaOeste, contabilizou aproximadamente 403 mil veículos

Ida para o litoral: Já nas rodovias Anchieta e Imigrantes que levam à Baixada Santista, foram registrados mais de 248 mil veículos no sentido litoral. Na Rodovia dos Tamoios, importante ligação entre o Vale do Paraíba e o Litoral Norte, circularam mais de 111 mil automóveis.

Rodoanel: Pelo trecho Oeste do Rodoanel, sob gestão da CCR RodoAnel, passaram mais de 577 mil veículos. Nos trechos Sul e Leste do Rodoanel, operados pela concessionária SPMar, circularam cerca de 301 mil veículos.

Atendimentos

Foram registrados 919 atendimentos pré-hospitalares (APH), 4.221 atendimentos com utilização de guinchos e 3.963 socorros mecânicos.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Além da vereadora Rute Costa, que estava no PSDB, ontem foi a vez da vereadora Sandra Tadeu se filiar ao PL, do colega e líder Isac Felix. Ela estava no União e é esposa do ex-vereador e ex-deputado federal Jorge Tadeu

PREFEITURA (São Paulo)
Ricardo Nunes (MDB) segue pintando em pesquisas qualitativas como uma das 2 candidaturas que hoje estariam no 2º turno da eleição paulistana. A coligação vai ter o maior número de partidos na propaganda (rádio e tv)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputado Barros Munhoz, que presidiu a Casa com a categoria de um dos grandes advogados na política, confirma que vai seguir no PSDB, apesar da debandada dos vereadores na Câmara paulistana e de muitos prefeitos

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio Freitas (Republicanos) escalou o ex-vice-governador Afif pra seguir anunciando e elogiando a 'Esplanada paulista' no centro histórico [hoje ainda cracolândia], na qual vai centralizar Secretarias como são os Ministérios

CONGRESSO (Brasil)
Além das lideranças políticas na sua festança de 78 anos, Zé Dirceu foi super homenageado em sessão na qual senadores, deputados federais, a ex-1ª dama [esposa do Goulart] e seu filho estiveram comemorando a democracia

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula (dono o PT) segue percorrendo o Brasil, pra negociar - com a Janja junto às mulheres - quais candidaturas da sua legenda ocuparão as vice-prefeituras nas chapas que disputarão o pleito, como é o caso da Marta em São Paulo

PARTIDOS (Brasil)
FHC (PSDB), que é filho de general, sempre defendeu uso da maconha. O presidente Biden tá bem atrasado. O norte-americano também tá defendendo liberar usos da maconha. No caso dos EUA, pra não perder votos da juventude

JUSTIÇAS (Brasil)
Uma coisa é o relator do caso Moro [TRE do Paraná] votar contra cassação do senador Moro por abusos de gastos. Outra coisa é o TSE, que cassou o deputado federal Dallagnol, após o TRE-PR ter julgado contra sua cassação ...

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado eleva para 1,89% projeção de expansão da economia em 2024

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,85% para 1,89%. A estimativa está no boletim Focus da terça-feira (2), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R$ 4,95 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R$ 5.

Inflação

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – em 2024 permaneceu em 3,75%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em fevereiro, pressionada pelos reajustes de mensalidades escolares, a inflação do país foi 0,83%, quase o dobro do mês anterior, janeiro (0,42%), de acordo com o IBGE. Em 12 meses, o IPCA soma 4,5%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros pela sexta vez consecutiva. Em comunicado, o Copom informou que deverá fazer apenas mais uma redução de 0,5 ponto na próxima reunião, em maio, o que aumenta a chance de a autoridade pausar ou reduzir o ritmo de cortes a partir de junho.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano e se mantenha nesse patamar em 2026 e 2027.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agencia Brasil)

Governo do PR destina R$ 9,7 milhões para projetos de extensão das universidades estaduais

O Governo do Estado anunciou na terça-feira (2) mais um pacote de investimento, da ordem de R$ 9,7 milhões, para o fomento dos projetos de extensão desenvolvidos pelas sete universidades estaduais. Os recursos contribuem para a melhoria da formação profissional dos estudantes e dos serviços prestados à comunidade, por meio das atividades das universidades.

Os valores são oriundos do Fundo Paraná de fomento à ciência e tecnologia, administrado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). As instituições estaduais devem submeter os projetos até 31 de maio.

Os recursos são destinados a projetos de extensão propostos pelas instituições de ensino superior do Estado, eventos de divulgação científica, entre outras iniciativas, tendo em vista a inclusão das ações de extensão universitária nos currículos das graduações.

Entre os benefícios previstos no edital, estão o aprimoramento da formação profissional dos alunos, a integração entre o conhecimento produzido dentro da universidade com as demandas sociais, o desenvolvimento sustentável e medidas que facilitem a transformação digital nas universidades.

As propostas devem englobar áreas identificadas como prioritárias pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT Paraná): Agricultura e Agronegócio; Biotecnologia e Saúde; Energias Inteligentes; Cidades Inteligentes; e Educação, Sociedade e Economia.

Mais de R$ 2,3 milhões dos recursos serão destinados para ações extensionistas direcionadas a minorias sociais. Com a disponibilidade de R$ 1,3 milhão, as universidades devem apresentar propostas voltadas às Universidades da Terceira Idade, que são projetos desenvolvidos em todas as sete instituições de ensino superior vinculadas ao governo, para este público-alvo.

A outra parte deve envolver a elaboração de cursos preparatórios para os vestibulares de cada instituição. As capacitações serão destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Outro edital, no valor de R$ 6 milhões, prevê o aprimoramento da rede de laboratórios multiusuários, anunciado em março pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior como parte de um pacote de investimento de R$ 212 milhões. As instituições estaduais de ensino superior e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) têm até 29 de abril para submeter os projetos para essa chamada pública.

O investimento será destinado para a modernização da infraestrutura da rede de laboratórios compartilhados entre as universidades estaduais e o Tecpar. A ação favorece, ainda, as atividades dos programas de pós-graduação e a cooperação entre instituições de pesquisa e ensino.

O sistema de Laboratórios Multiusuários favorece a otimização do uso de recursos e contribui para atividades de pesquisa e desenvolvimento ao evitar a aquisição duplicada de equipamentos e facilitar o acesso a diferentes ferramentas.

O orçamento aprovado para o financiamento de programas estratégicos da área de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Lei Orçamentária Anual de 2024 tem um valor total de R$ 708,9 milhões. O valor é resultado de parte da receita tributária do Estado, e é compartilhado com a Fundação Araucária, a Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), o Tecpar, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). (AENPR)

Juros do cartão de crédito caem em fevereiro

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas na terça-feira (2) pelo Banco Central (BC).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. A medida, entretanto, vale apenas para novos financiamentos, por isso as estatísticas ainda estão em patamares altos.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do cartão parcelado, os juros reduziram 3,3 pontos percentuais no mês e 7,3 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

Os juros praticados nas operações de cartão de crédito foram os que mais influenciaram a queda na taxa média de juros cobrada das famílias em fevereiro. Por outro lado, os juros do cheque especial tiveram alta de 6 pontos percentuais no mês e redução de 2,9 pontos percentuais em 12 meses (131,8% ao ano).

Considerando todas as modalidades de crédito com recursos livres às pessoas físicas, a taxa média de juros atingiu 52,5% ao ano, com diminuição mensal de 0,1 ponto percentual e de 6,0 pontos percentuais em 12 meses.

Nas operações com empresas, a taxa média alcançou 21,4% ao ano, declínio mensal de 0,9 ponto percentual e de 2,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Basicamente, contribuíram para esse resultado as quedas mensais nas taxas médias das modalidades de desconto de duplicatas e outros recebíveis (1 ponto percentual), capital de giro com prazo superior a 365 dias (0,7 ponto percentual) e cartão de crédito rotativo (38,3 pontos percentuais).

No total do crédito com recursos livres, considerando pessoas físicas e jurídicas, a taxa média de juros atingiu 40,2% ao ano em fevereiro, com decréscimos de 0,3 ponto percentual no mês e de 3,8 pontos percentuais em 12 meses. "A redução no mês foi resultado principalmente da efetiva redução nas taxas de juros (efeito taxa), com pequeno efeito contrário na composição da carteira (efeito saldo)", explicou o BC.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já no crédito direcionado, as regras são definidas pelo governo, e se destina, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 9,4% ao ano em fevereiro, redução de 0,3 ponto percentual no mês e de 0,8 ponto percentual em 12 meses. Para as empresas, a taxa caiu 0,3 ponto percentual no mês e 1 ponto percentual em 12 meses, para 12,2% ao ano.

Com isso, a taxa média de juros das concessões de crédito segue desacelerando e alcançou 27,8% ao ano em fevereiro, redução de 0,4 ponto percentual no mês e de 3,3 pontos percentuais em 12 meses. O pico dos juros aconteceu em maio do ano passado, quando chegou a 32,3% ao ano.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, também vem sendo reduzida. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação e, com a queda dos preços, o BC já cortou a Selic por seis vezes consecutivas, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas, para conter a demanda aquecida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

O volume das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R$ 501,6 bilhões em fevereiro, decréscimo de 0,3% no mês e aumento de 5,3% em 12 meses.

O estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R$ 5,796 trilhões, um crescimento de 0,2% em relação a janeiro e de 8% em 12 meses. Esse desempenho resultou da diminuição de 0,2% no estoque de crédito às empresas, que totalizou R$ 2,218 trilhões, em contrapartida ao aumento de 0,5% no destinado às famílias, R$ 3,578 trilhões.

Já o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa), alcançou R$ 16,342 trilhões, com alta de 1,2% no mês. O principal fator do aumento mensal foi a elevação de 2,5% do saldo dos títulos da dívida pública.

Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,5%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN (7,8%), dos títulos de dívida públicos (12,4%), dos títulos de dívida privados (13,4%) e dos títulos de dívida securitizados (26,9%).

Segundo o Banco Central, a inadimplência - considerados atrasos acima de 90 dias - tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações e registrou 3,3% em fevereiro. Nas operações para pessoas físicas, ela está em 3,7%, e para pessoas jurídicas em 2,6%.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 48% em janeiro, aumento de 0,2 ponto percentual no mês e queda de 0,9% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 30,2% no primeiro mês do ano.

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 25,8% em janeiro, incremento de 0,1 ponto percentual na passagem do mês e redução de0,8% em 12 meses.

Os dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Agência Brasil)

Lula defende indústria naval brasileira em evento em Niterói

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a retomada dos investimentos na indústria naval brasileira como forma de alavancar o setor e gerar empregos e tecnologia no país. A declaração foi dada na terça-feira (2) durante o anúncio do início das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, em Niterói (RJ). Segundo o governo, o desassoreamento de trecho da Baía de Guanabara, entre a Ilha da Conceição e a Ponte Rio-Niterói, vai aumentar de 7 para 11 metros a profundidade (calado) do local, permitindo o aumento da função operacional dos estaleiros, o estímulo a novas construções de embarcações e a movimentação do setor de reparos e manutenção. A previsão é que sejam gerados cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos.

"Quero que vocês tenham certeza que a gente vai recuperar a indústria naval brasileira, porque não é possível um país do tamanho do Brasil, onde 90% de todo o comércio é feito através do mar, não tem sentido a gente ter déficit comercial na balança, por conta de que nossos produtos são exportados e comprados em navio de bandeira estrangeira. É verdade que pode ser mais barato alguns centavos, pode ser mais barato alguns dólares, mas o fato de a gente alugar um navio lá fora, a gente não vai gerar emprego aqui, a gente não vai criar pequenas e médias indústrias, a gente não vai ter componentes nacionais. Significa que a gente vai trazer um produto mais barato, mas o povo vai estar desempregado e não vai poder comprar o produto que vai vir pra cá. Por isso, é necessário gerar emprego, porque a renda gera consumo e o consumo gera desenvolvimento", disse Lula.

O presidente lembrou que, durante os dois primeiros mandatos, entre 2003 e 2010, o setor saltou de 3 mil empregos para 86 mil, com a reabertura de estaleiros nos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, na Bahia e em Pernambuco.

Ao todo, a obra do Canal de São Lourenço soma R$ 157 milhões em investimentos, sendo R$ 137 milhões provenientes da Prefeitura de Niterói e R$ 20 milhões da Companhia Docas do Rio de Janeiro, empresa pública ligada ao Governo Federal. O Porto de Niterói prevê mais de 30% de aumento nas atracações e nos serviços portuários após a dragagem do Canal de São Lourenço. Seus terminais oferecem suporte completo para módulos de plataformas e equipamentos de produção de petróleo e gás.

Outro projeto anunciado pelo governo federal é a revitalização do Terminal Pesqueiro de Niterói, por meio de acordo para a municipalização do espaço. Após a conclusão da dragagem do Canal de São Lourenço, a intenção é que o terminal se torne um entreposto de pesca, também beneficiando o setor marítimo. Para viabilizar a medida, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o presidente da Portos-Rio, Francisco Martins e o prefeito do Niterói, Axel Grael, assinaram o contrato de compra e venda de imóvel do antigo Terminal Pesqueiro.

Na capital fluminense, Lula participou da inauguração do Impa Tech, com o primeiro curso de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro. O ato marcou o início das aulas da primeira turma de Matemática da Tecnologia e Inovação, com quatro anos de duração. (Agência Brasil)

Registrato passa a oferecer mais detalhes sobre chaves Pix

A partir da terça-feira (2), os usuários do Pix, sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), terão mais facilidade para consultar informações e evitar fraudes. O Registrato, página do BC que fornece as relações do cidadão com instituições financeiras, passou a oferecer um relatório extra com o histórico de chaves, inclusive as excluídas.

Além do relatório simplificado, que já era oferecido pelo Registrato, o cidadão poderá emitir o relatório completo. A versão ampliada do documento fornecerá não apenas as informações sobre as chaves atuais como o histórico de todas as chaves já utilizadas e excluídas pelo usuário, informando a data e a hora de exclusão.

O relatório completo, informou o BC, fica disponível no Registrato em até dois dias úteis a partir do pedido.

O BC também ampliou as informações presentes no relatório simplificado. Emitido no momento do pedido, o documento foi melhorado, com a inclusão da hora exata da criação da chave Pix e de uma coluna com a situação de cada chave: ativa, bloqueada judicialmente, em reivindicação de posse e em portabilidade.

No caso da chave em reivindicação de posse, o usuário solicita a posse de uma chave cadastrada no nome de outra pessoa, o que frequentemente ocorre no caso de chaves com números de telefone que mudaram de dono. Na portabilidade, o correntista transfere a chave para outra instituição financeira. Nos dois casos, informou o BC, a situação aparecerá como "em reivindicação de posse ou em portabilidade".

As novidades, informou o BC, permitem que o cidadão identifique eventuais tentativas de fraude utilizando chaves criadas em seu nome. Para ter acesso aos dois relatórios de chaves Pix e aos demais relatórios do Registrato, o cidadão deve ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ nº 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **Citrino Empreendimento e Participação S/A**, inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 8º, do Estatuto Social e parágrafo único do artigo 121 da Lei 6.404/76, a qual será realizada em **29/04/2024, segunda-feira, às 14:30h através de videoconferência** (link e dados para acesso abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Aprovação de contas exercício 2023; (II) Previsão de resultados 2024; (III) Melhorias operacionais; (IV) Plano estratégico; (V) Comercialização; e (VI) Outros assuntos de interesse. As demonstrações financeiras encontram-se desde já disponíveis na sede da Companhia. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/88507280042?pwd=RHlaMRDOWh2d2dTk1uTEFXMIBmQT09 - ID da reunião: 885 0728 0042 - Senha: 244519. A Administração.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de Abril de 2024

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, exclusivamente, de forma digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência "*Microsoft Teams*" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas, no dia 25 de abril de 2024, às 10:30 horas, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** eleição dos membros do Conselho Fiscal; **(iv)** fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a renúncia do membro Úrsula Cristina Favale do Conselho de Administração da Companhia, no dia 21 de março de 2024. **(ii)** Deliberar sobre a distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração, no dia 06 de março de 2024, nos termos do artigo 16, "v", do Estatuto Social. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br**, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. Embu-Guaçu, 03 de abril de 2024. **Paula Melo Suzana Gomes -** Presidente do Conselho de Administração.

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44
NIRE 35.300.577.167
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em razão do não atendimento do prazo previsto no *caput* do art. 132 da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), na forma da alínea "b" do parágrafo único do art. 123 da LSA, ficam os senhores acionistas da UP.P HOLDING S.A. ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 15h00min do dia 08 de abril de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº. 119, conjunto nº. 112, Sala nº. 2, Vila Olimpia, CEP 04.551-080, nos termos do art. 124 da LSA e da Cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: (i)** Tomar as contas dos administradores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**; (ii)** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 29 de junho de 2023. São Paulo, 28 de março de 2024**. Guilherme Lombardi Junior - Acionista da Companhia**

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 22.4.2024, às 9:30 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei das S/A e artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29.03.2022, por meio de plataforma eletrônica cujos acessos serão oportunamente disponibilizados, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: *"(i) deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; e (iii) deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores para o exercício social de 2024"*. **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 28.03.2024. (29/03, 02 e 03/04)

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-4

Aviso aos Acionistas

A **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Grupo Ambipar" ou "Companhia") (B3: AMBP3), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2024, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Avenida Pacaembu nº 1.088, Pacaembu, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01234-000, e no endereço eletrônico da Companhia (https://ri.ambipar.com/), bem como foram enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 28 de março de 2024
Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.
Thiago da Costa Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/ME.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2023; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos de interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão à disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 28 de março de 2024.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

Alpha Memorial S.A.

CNPJ/MF nº 04.256.769/0001-26 - NIRE 35.300.183.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2024

A diretoria da **Alpha Memorial S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.256.769/0001-26 ("Companhia"), por seu Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Rhormens Alves Natel, convoca os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 08 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Cidade Jardim Corporate Center, Torre 1, Conjunto 152, Cidade Jardim, São Paulo, SP, CEP 05676-120, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros, nos termos do art. 161 e seguintes, da Lei nº 6.404/76. A Assembleia será realizada no primeiro dia útil subsequente ao prazo previsto no artigo 124, § 1º, Inciso I, da Lei nº 6.404/76, assegurando os interesses dos acionistas, notadamente no que diz respeito à participação dos mesmos na deliberação indicada na Ordem do Dia. A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto da Companhia, nos termos do art. 125, da Lei nº 6.404/76. **Informações gerais**: Serão admitidos na Assembleia os acionistas cujas ações estejam regularmente registradas nos livros próprios da Companhia até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. Aos acionistas que optarem se fazer representar na Assembleia por terceiros, será necessário o envio de procuração com fim específico para a referida Assembleia, outorgada há menos de 1 (um) ano, podendo ser por instrumento público ou particular, desde que com firma reconhecida, nos termos do parágrafo único do Artigo 16º do Estatuto Social da Companhia. Solicita-se o comparecimento dos acionistas com uma hora de antecedência para prévia identificação. São Paulo, 28 de março de 2023. **Rodrigo Rhormens Alves Natel -** Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1037471-95.2021.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA FEHER RECASENS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER: a 44 CANTOS ASSESSORIA ESPORTIVA, INVESTIMENTOS ETECNOLOGIALTDA, CNPJ nº 35.641.583/0001-14, na pessoa de seus representantes leais, ação: Comum(Rescisão / Resolução), reqte: Wellington Leal, e não localizados os requeridos defere-se a CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias fluídos após o decurso do prazo do presente edital, a ação ou apresentem respostas,com advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC).Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Haddad pede pacto entre Poderes após decisão de Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu na terça-feira (2) um pacto entre os Poderes para encontrar opções que compensem a desoneração de R$ 10 bilhões da folha de pagamento de pequenos municípios. Ele comentou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que reduz de 20% para 8% a contribuição de pequenas prefeituras para a Previdência Social.

"A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu nas contas públicas em 2022. Temos que respeitar o tempo do Congresso, mas temos de nos sensibilizar para o problema. O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar as contas públicas. Precisamos fixar uma meta e buscar", declarou Haddad.

No fim da tarde de segunda-feira, Pacheco decidiu não estender por 60 dias o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202 que derrubava a desoneração das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) pelas prefeituras. Editada nos últimos dias de 2023, a MP também pretendia reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

Haddad disse não ter sido avisado por Pacheco da decisão. O ministro da Fazenda disse que o presidente do Senado tratou do tema exclusivamente com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Para mim, não, Pacheco não avisou. Ele conversou com o ministro Padilha. O ministro Padilha me ligou, mas eu não havia conversado sobre isso com Pacheco", respondeu Haddad.

Como parte do acordo fechado em fevereiro, o governo protocolou, na semana passada, um projeto de lei na Câmara dos Deputados para disciplinar o tema e reduzir a ajuda aos pequenos municípios. No entanto, o texto está parado porque o Congresso discute a janela partidária, mudança de partidos pelos parlamentares antes das eleições municipais de outubro. Sem a perspectiva de uma votação tão cedo, Pacheco revogou o trecho da medida provisória.

Com a revogação, o governo terá de encontrar uma alternativa para reforçar o caixa em R$ 10 bilhões em 2024. Outra opção seria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para questionar a legalidade da lei aprovada no fim do ano passado que prorrogou a desoneração da folha para 17 setores da economia e estendeu a ajuda aos pequenos municípios, mas não previu recursos para compensar as medidas.

A medida provisória que revogou o projeto de lei também prevê a revogação gradual do Perse, programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetada pela pandemia. O tema também foi transferido para um projeto de lei.

"O Perse é um problema. A desoneração da folha é um problema. A questão dos municípios é um problema. Eu sempre digo. Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. E o trabalho que nós estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que nós precisamos encontrar fonte de financiamento das despesas criadas", destacou Haddad ao reiterar o pedido de pacto entre os Poderes.

O governo precisa de R$ 168 bilhões em receitas extras para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. Haddad pediu que a pergunta sobre a busca da meta fiscal seja feita também ao Legislativo.

"O importante é que essa pergunta não tem que ser uma questão só do Executivo. Eu sei que vocês às vezes estão constrangidos em fazer as perguntas às pessoas que têm responsabilidade, mas isso é um pacto que tem que ser feito nos Três Poderes", respondeu Haddad. (Agência Brasil)

Comissão aprova multa em dobro para condenado por corrupção

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou projeto que determina que aplicação de multa em dobro para agentes públicos condenados por peculato, corrupção passiva ou concussão. A penalidade deverá ser o dobro do desvio ou da vantagem indevida.

A legislação atual prevê que as multas devem ser calculadas pelo juiz. De acordo com a relatora, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), estão limitadas a R$ 7,1 milhões, o que seria insuficiente para coibir o crime, conforme a parlamentar.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça. (Agência Brasil)

DREEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 43.822.995/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	128
Contas a receber e outros recebíveis	8	15.000	15.000
Creditos Tributarios		10	9
Total do ativo circulante		**15.011**	**15.137**
Não circulante			
Permanente			
Imobilizado	9	67	78
Intangível	10	15.966	15.966
Total do ativo não circulante		**16.033**	**16.044**
Total do ativo		**31.044**	**31.181**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2023	2022
Fornecedores e subempreiteiros		20	108
Obrigações tributárias		-	22
Total do passivo circulante		**20**	**130**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		91	-
Patrimônio líquido			
Capital subscrito	11	31.069	31.069
Prejuízo acumulado		(136)	(18)
Total do patrimônio líquido		**30.933**	**31.051**
Total do passivo e patrimônio líquido		**31.044**	**31.181**

Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Receita operacional líquida	203	129
Custo dos serviços prestados	(321)	(122)
Resultado Bruto	(117)	7
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	-	(11)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(117)	(4)
Despesas financeiras	(1)	-
Resultado financeiro líquido	(1)	-
Resultado do exercício	(118)	(4)

DEMOSNTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	**2023**	**2022**
Parcela dos Outros Resultados Abragentes		
Lucro / Prejuízo do Período	(118)	(14)
Outros Resultados Abragentes		
Outros resultados abrangentes	(118)	(14)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	31.069	(14)	31.055
Resultado do exercício	-	(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2022	31.069	(18)	31.051
Prejuízo do exercício	-	(118)	(118)
Em 31 de dezembro de 2023	31.069	(136)	30.933

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(118)	(4)
Depreciação	11	10
	(107)	**6**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Creditos Tributarios	(1)	(9)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	(88)	108
Obrigações tributárias	(22)	22
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(111)**	**121**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emprestimos	91	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**91**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(127)**	**127**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**128**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**1**	**128**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(127)**	**127**

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Dreen Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 18 de novembro de 2021, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 06º andar, conjuntos 61 e 61, sala 05, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo. A Companhia tem por objeto social; (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras de Barragens, portuárias, aeroportuárias, estradas e rodovias, ferrovias e edificações; (c) abastecimento de água; saneamento, drenagem e irrigação (d) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (e) sinalização de vias em geral; (f) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (g) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (h) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (i) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada; (j) projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima, (r) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 16 de fevereiro de 2024.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	**2023**	**2022**
Caixa	1	128
	1	**128**

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	**2023**	**2022**
SP Infra S.A	15.000	15.000
	15.000	**15.000**

Refere-se a transferência de contas a receber oriundas de partes relacionadas entre Galvão Engenharia S.A em recuperação judicial e Galvão Participações S.A em recuperação judicial e SP Infra S.A.

9 Imobilizado

	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Eqto Aux de Campo	52	18	33	39	20
Eqto de Oficina	30	10	20	23	10
Móveis e utensílios	11	3	8	9	20
Equipamentos de Instalação	9	3	6	7	10
	102	34	67	78	

	Equipamentos Aux de campo	Equipamento de Oficina	Moveis e Utensilios	Equipamentos de Instalação	Total
Custo					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	52	30	11	9	102
Adições					
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52	30	11	9	102
Adições					
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52	30	11	9	102
Depreciação					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(7)	(5)	(1)	(1)	(14)
Adições	(6)	(2)	(1)	(1)	(10)
Baixas					
Saldo em 18 de novembro de 2022	(13)	(7)	(2)	(2)	(24)
Adições	(5)	(3)	(1)	(1)	(10)
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(18)	(10)	(3)	(3)	(34)
Imobilizado líquido					
Em 31 de dezembro de 2022	39	23	9	7	78
Em 31 de dezembro de 2023	33	20	8	6	67

10 Intangível	**Marcas e Patentes**
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.966
Adições	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.966
Intangível líquido	
Em 31 de dezembro de 2022	15.966
Em 31 de dezembro de 2023	15.966

Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 01 de setembro de 2021.

11 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S.A	100,00%	31.069	31.069
	100,00%	**31.069**	**31.069**

12 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2023 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

13 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

14 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira
Diretor Corporativo - Felippe Soares Verdi
Diretor Operações - Carlos Alberto Marini

Contador: Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Dreen Engenharia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Dreen Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dreen Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada ''Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis''. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos a avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 16 de fevereiro de 2023. **Approach Auditores - Independentes S/S** - CRC 2SP023119/O-0, **Leandro Antonio Marini Pires -** Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 82.373.077/0001-71

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes. O desempenho financeiro operacional tem como principais destaques: (i) aumento do lucro bruto de 2023 em 19,4% (10,4% em 31 de dezembro de 2022); e (ii) maior investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo que a representação destas despesas sobre a receita líquida da Companhia passou de 8,3% em 2022 para 8,5% em 2023, reforçando o compromisso do grupo em inovação. Em 2023, a TOTVS Large adquiriu a Lexos focada em soluções de integração do varejo físico, virtual, *marketplaces* e *e-commerces* e a Exact Sales, através da sua subsidiária RD Station, que é líder no segmento de *Sales Engagement*, oferecendo soluções voltadas à prospecção e qualificação de clientes potenciais das empresas *(prospects)*. Ambos os movimentos representam novos avanços na execução da estratégia do Grupo TOTVS de construção do maior e mais completo ecossistema de Business Performance do Brasil, focado na digitalização do funil de vendas dos clientes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante		**279.358**	**186.451**
Caixa e equivalentes de caixa	6	212.274	132.568
Garantias de investimentos	14	5.094	-
Contas a receber de clientes	7	46.795	32.887
Tributos a recuperar	8	11.647	18.606
Outros ativos		3.548	2.390
Não Circulante		**2.413.645**	**2.419.621**
Ativo Realizável a Longo Prazo		**85.361**	**72.165**
Garantias de investimentos	14	31.451	33.139
Contas a receber de clientes	7	90	663
Créditos com empresas ligadas	10	19.698	-
Ativo fiscal diferido	9	27.695	16.960
Depósito judicial	15	3.546	3.721
Tributos a recuperar	8	-	14.216
Outros ativos		2.881	3.466
Investimentos	11	2.177.161	2.221.929
Imobilizado		842	458
Intangível	12	150.281	125.069
Total do Ativo		**2.693.003**	**2.606.072**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante		**303.323**	**60.626**
Obrigações sociais e trabalhistas	13	23.578	18.085
Fornecedores		9.027	7.478
Obrigações fiscais		9.590	4.893
Comissões a pagar		581	564
Dividendos a pagar		-	17.466
Obrigações por aquisição de investimentos	14	258.132	10.672
Outros passivos		2.415	1.468
Não Circulante		**127.313**	**283.503**
Provisão para contingências	15	20.393	20.737
Obrigações por aquisição de investimentos	14	50.033	261.580
Provisão para perdas com investimentos	11	51.794	-
Outros passivos		5.093	1.186
Patrimônio Líquido	16	**2.262.367**	**2.261.943**
Capital social		2.010.000	2.010.000
Reserva de capital		54.855	48.804
Reservas de lucros		169.602	175.321
Ajustes de avaliação patrimonial		27.910	27.818
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**2.693.003**	**2.606.072**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de software	18	289.977	251.992
Custo de software	19	(73.625)	(70.862)
Lucro Bruto		**216.352**	**181.130**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	19	(24.582)	(20.851)
Despesas comerciais e marketing	19	(67.217)	(40.254)
Despesas gerais e administrativas	19	(7.537)	(11.639)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	19	1.794	(20.899)
Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial		**118.810**	**87.487**
Receitas financeiras	20	26.813	19.101
Despesas financeiras	20	(39.662)	(11.221)
Resultado da equivalência patrimonial	11	(90.163)	(28.835)
Lucro antes tributação do imposto de renda e contribuição social		**15.798**	**66.532**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(31.416)	(21.117)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	9.899	3.216
Total do imposto de renda e contribuição social		**(21.517)**	**(17.901)**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(5.719)**	**48.631**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais)

				Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	
	Nota	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Subvenção de incentivos fiscais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)		**2.010.000**	**44.264**	**15.661**	**85.758**	**17.828**	**24.908**	**28.267**	**2.226.686**
Transação de capital com sócios		-	**4.540**	-	-	-	**(17.465)**	-	**(12.925)**
Plano de outorga de ações		-	4.540	-	-	-	-	-	4.540
Dividendos		-	-	-	-	-	(17.465)	-	(17.465)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	**48.631**	**(449)**	**48.182**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.631	-	48.631
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	(449)	(449)
Constituição de reservas		-	-	**3.678**	**52.396**	-	**(56.074)**	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**2.010.000**	**48.804**	**19.339**	**138.154**	**17.828**	-	**27.818**	**2.261.943**
Transação de capital com sócios		-	**6.051**	-	-	-	-	-	**6.051**
Plano de outorga de ações	17	-	6.051	-	-	-	-	-	6.051
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	**(5.719)**	**92**	**(5.627)**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(5.719)	-	(5.719)
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	92	92
Absorção do prejuízo		-	-	-	**(5.719)**	-	**5.719**	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.010.000**	**54.855**	**19.339**	**132.435**	**17.828**	-	**27.910**	**2.262.367**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais)

	2022	2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(5.719)**	**48.631**
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	92	(449)
Outros resultados abrangentes	**92**	**(449)**
Resultado abrangente do exercício	**(5.627)**	**48.182**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		**15.798**	**66.532**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		3.185	658
Pagamento baseado em ações		6.051	4.540
(Ganho)/ Perda na baixa/ venda de ativo imobilizado e intangível		(285)	102
Provisão para perda esperada	7	2.143	2.901
Equivalência patrimonial	11	90.163	28.835
(Reversão) provisão para contingências	15	(880)	6.870
(Reversão) de outras obrigações e outros		(131)	-
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		29.299	8.001
		145.343	**118.439**
Variação em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(12.561)	(2.887)
Impostos a recuperar		(199)	763
Depósitos judiciais		(121)	(1.367)
Outros ativos		(3.804)	6.147
Obrigações sociais e trabalhistas		20.475	2.737
Fornecedores		24	(894)
Demais passivos		1.762	(11.684)
Caixa gerado nas operações		**150.919**	**111.254**
Juros pagos		(44)	(423)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.465)	(22.577)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**129.410**	**88.254**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em controladas/coligadas	11	(6.702)	(5.882)
Dividendos recebidos		8.662	2.368
Pagamento pela aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(5.165)	(252)
Incorporação de controlada	4.2	1.448	-
Pagamento por aquisição de controlada		(9.479)	-
Pagamento de obrigações por aquisição de investimentos		(5.976)	-
Valor da venda de ativos imobilizados		348	-
Empréstimos concedidos		(15.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(31.864)**	**(3.766)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil		(369)	-
Crédito com empresas ligadas		(5)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(17.466)	(14.803)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		**(17.840)**	**(14.803)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**79.706**	**69.685**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		132.568	62.883
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		212.274	132.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., ("TOTVS Large" ou "Companhia"), sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas, através do desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataforma de produtividade e colaboração, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, assessoria, treinamento e projetos de informatização. **2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. **2.2. Base de preparação e apresentação:** A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 1 de abril de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles ativos decorrentes de combinações de negócios, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas conforme CPC 36 (R3) pois sua controladora TOTVS S.A. disponibiliza ao seu público as demonstrações financeiras consolidadas com todas as suas controladas. **2.3. Resumo das práticas contábeis materiais:** A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira -** A moeda funcional da Companhia domiciliada no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. **b) Mensuração do valor justo -** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **c) Instrumentos financeiros -** A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", além de "Fornecedores e outros passivos". **Desreconhecimento -** Um ativo financeiro é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. **d) Contas a receber de clientes -** O contas a receber de clientes estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de contas a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. **e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 12.1). **f) Investimentos -** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **g) Intangíveis e Ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Combinação de negócios e Ágio -** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (compra vantajosa), a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Pesquisa e desenvolvimento -** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para redução do valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo. **h) Receitas e despesas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia segrega as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de software recorrente:** A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **Receita de software não recorrente -** A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. (i) Taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados. **i) Custos e despesas -** Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de softwares. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **j) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **k) Plano de remuneração baseado em ações -** Executivos e alguns empregados da Companhia recebem pagamentos baseado em ações da sua controladora TOTVS S.A., em que os beneficiários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em reserva de capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição *(vesting date)* reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. **l) Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2023** - A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2023, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia: • CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • CPC 50/ IFRS 17: Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2: Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **m) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes -** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia não espera impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; • Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com *Covenants*; • Alterações à IAS 7/ CPC 03 e IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores; • Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*; • Alterações à IAS 21/ CPC 02 - Ausência de conversibilidade. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: A preparação de demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. **3.1. Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez o seguinte julgamento que pode ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Reconhecimento de receita: julgamentos relacionados à identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. **3.2. Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – divulgadas na nota 7; (ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – detalhadas na nota 12.1; (iii) Provisão para contingências – nota 15; (iv) Ativo fiscal diferido - nota 9; (v) Receita de serviços não recorrentes - nota 18. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS: 4.1 Combinação de negócio: Lexos - Em 15 de maio de 2023, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social da Lexos Soluções em Tecnologia Ltda., pela Companhia. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$9.479. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Lexos relativas aos exercícios de 2024 e 2025 e ao cumprimento de outras condições. A Lexos desenvolve soluções focadas na integração do varejo físico, virtual, *marketplaces* e *e-commerces*, facilitando a venda multicanal e ajudando os clientes a escalarem suas vendas nos principais *marketplaces* do Brasil.

A seguir apresentamos o resumo do valor justo da data da aquisição da contraprestação transferida da transação apresentada:

Em milhares de reais	
Pagamento à vista	8.704
Valor de parcelas retidas	2.000
Contraprestação contingente	9.066
Ajuste de preço	775
Total da contraprestação	**20.545**

Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor pago à vista	9.479
Fluxo de caixa da aquisição	**9.479**

Ativos identificáveis adquiridos e *Goodwill* - A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023:

Valor justo preliminar	**Lexos**
Data Base de aquisição	*15/05/2023*
Ativo circulante	**155**
Caixa e equivalente de caixa	(21)
Contas a receber	165
Outros ativos circulantes	11
Ativo não circulante	**4.426**
Imobilizado	53
Software	2.496
Carteira de clientes	865
Marca	211
Não competição	801
Passivo circulante	**3.116**
Obrigações sociais e trabalhistas	519
Outros passivos	2.597
Ativos e passivo líquidos	**1.465**
Valor pago à vista	9.479
Parcela de longo prazo (i)	11.066
Ágio na operação	**19.080**

(i) Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data de aquisição.

O ágio apurado em 2023 totaliza R$19.080 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 14. O custo de transação envolvendo a aquisição da empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$710, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas. **4.2. Incorporação de empresa:** Em 1 de janeiro de 2023, a controlada Tail foi incorporada pela Companhia. O acervo líquido é de R$3.266 e foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 31 de outubro de 2022. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Companhia. O efeito no fluxo de caixa, no valor de R$1.448 refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa na data base de 1 de janeiro de 2023, que foi o período incorporado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	211.908	132.427	366	141
Garantias de investimentos	14	-	-	36.545	33.139
Contas a receber de clientes	7	-	-	46.885	33.550
Instrumentos Financeiros Ativos		**211.908**	**132.427**	**83.796**	**66.830**
Comissões a pagar e fornecedores		-	-	9.608	25.508
Obrigação por aquisição de investimentos	14	270.957	238.527	37.208	33.725
Outros passivos		-	-	160	299
Passivos Financeiros		**270.957**	**238.527**	**46.976**	**59.532**

Os ativos e passivos apresentados acima não diferem significativamente de seus valores justos. **5.2. Gestão de riscos financeiros:** Os principais riscos financeiros que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez:** a liquidez do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia reforça o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez. **b) Risco de Crédito:** é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de software. **c) Risco de Mercado:** está relacionado à exposição dos riscos: (i) aplicações financeiras referenciadas em CDI; e (ii) flutuação nas taxas de câmbio dos passivos e ativos em moeda estrangeira das controladas do mercado internacional. A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. **5.3. Gestão de capital -** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições de *rating* e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	2023	2022
Disponibilidades	176	141
Equivalentes de Caixa	**212.098**	**132.427**
Fundo de investimento	211.908	132.427
Outros	190	-
	212.274	**132.568**

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia concentra seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 93,99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,91% em 31 de dezembro de 2022). A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

	2023	2022
Juros pós		
Caixa e CPR (i)	59,10%	41,37%
Crédito privado	4,11%	33,73%
Títulos públicos	36,66%	20,62%
FIDC	-	2,42%
Derivativos	0,11%	2,01%
Juros pré		
Títulos públicos	-	1,60%
Crédito privado	0,13%	0,26%
Derivativos	-0,11%	-2,01%
Total	**100,00%**	**100,00%**

(i) CPR: operação compromissada com lastro em títulos públicos.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: A seguir apresentamos os montantes a receber:

	2023	2022
Mercado interno	51.988	39.779
Mercado externo	17	-
Contas a receber bruto	**52.005**	**39.779**
(-) Provisão para perda esperada	(5.120)	(6.229)
Contas a receber líquido	**46.885**	**33.550**
Ativo circulante	46.795	32.887
Ativo não circulante (i)	90	663

(i) As contas a receber de longo prazo referem-se basicamente à venda de licenças de software, serviços de implementação e customização e está apresentado líquido do ajuste a valor presente.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
A vencer	35.604	30.144
A faturar	8.748	2.548
Títulos vencidos		
de 1 a 90 dias	3.692	1.411
de 91 a 180 dias	950	587
mais de 181 dias	3.011	5.089
Contas a receber bruto	**52.005**	**39.779**
(-) Provisão para perda esperada	(5.120)	(6.229)
Contas a receber líquido	**46.885**	**33.550**

(Continua)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



(Continuação)

TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. - CNPJ/MF nº 82.373.077/0001-71

A Companhia utiliza uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada.

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**6.229**	**5.434**
Complemento de provisão no exercício	2.143	2.901
Baixa de provisão por perdas	(3.497)	(2.106)
Incorporação de controlada	245	-
Saldo no final do exercício	**5.120**	**6.229**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR: A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Contribuição social a compensar	-	103
PIS a compensar	1.551	5.341
COFINS a compensar	7.154	24.888
INSS a compensar	2.743	2.490
Outros	199	-
	11.647	**32.822**
Ativo circulante	11.647	18.606
Ativo não circulante	-	14.216

9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

9.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes da tributação	**15.798**	**66.532**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(5.371)	(22.621)
Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	(19.552)	1.792
Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D (i)	2.678	1.894
PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador)	442	373
Outros	286	661
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(21.517)**	**(17.901)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.416)	(21.117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.899	3.216
Taxa efetiva	**136,2%**	**26,9%**

(i) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

9.2. Composição do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**-**	**8.857**
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Diferença entre base fiscal e contábil de ágio	37.280	8.644
Benefício fiscal pela amortização de ágio	(41.183)	(21.555)
Receitas ou faturamentos antecipados	380	2.058
Provisão para perda esperada	1.741	2.118
Provisão para contingências e outras obrigações	6.934	7.050
Provisão de fornecedores	4.432	2.120
Outras	17.587	7.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**27.171**	**16.730**
Ativo fiscal diferido	27.695	16.960
Passivo fiscal diferido (i)	524	230

(i) Inserido em "Outros passivos" no passivo não circulante.
A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**16.730**	**13.514**
Despesa da demonstração de resultado	9.899	3.216
Incorporação de controlada	542	-
Saldo no final do exercício	**27.171**	**16.730**

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2023 são assim demonstrados:

	2023					
Empresa	**Contas a receber**	**Outros ativos**	**Contas a pagar**	**Outros passivos**	**Receitas**	**Custos**
TOTVS S.A.	42	-	23	2.177	534	269
Wealth Systems	-	1.332	-	-	-	-
RD Station	-	13.027	-	-	-	-
Lexos Soluções	-	5.336	-	-	-	-
Outros	-	3	1	1.333	-	64
Total	**42**	**19.698**	**24**	**3.510**	**534**	**333**

As informações com saldos e transações com partes relacionadas para o período comparativo de 2022 não eram materiais. Não há honorários de Administração, para a TOTVS Large individual pois são os mesmos administradores do Grupo TOTVS S.A..

11. INVESTIMENTOS: Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	2023	2022
Investimento em controladas	23.540	37.936
Ágio sobre mais valia de ativos	2.153.621	2.183.993
Total do investimento	**2.177.161**	**2.221.929**
Provisão para perdas em investimentos em controladas	(51.794)	-
Total do investimento, líquido de provisão para perda	**2.125.367**	**2.221.929**

A movimentação da conta de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2023						Equivalência patrimonial (controladora) dos exercícios findos em:		Saldo de investimentos em:	
	Participação acionária	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Resultado do exercício**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
WS	100%	15.801	8.343	7.458	30.967	4.238	1.943	634	27.362	28.136
Tail	-	-	-	-	-	-	-	(86)	-	25.075
TOTVS Hospitality	25,8%	81.052	14.453	66.599	73.733	17.520	4.521	3.807	90.121	89.362
RJ Participações	80%	3.856	115	3.741	-	2.260	1.258	60	45.108	45.861
CMNet Participações	100%	679	3	676	-	(2.822)	(2.822)	(2.102)	4.234	4.371
RD Station	92,04%	268.916	320.710	(51.794)	366.678	(61.595)	(90.654)	(31.148)	1.940.911	2.029.124
Lexos	100%	1.573	7.094	(5.521)	4.208	(4.109)	(4.409)	-	17.631	-
Total							**(90.163)**	**(28.835)**	**2.125.367**	**2.221.929**

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

				Equivalência patrimonial					
	2022	**Adições (ii)**	**Dividendos (iii)**	**Equivalência patrimonial**	**Amortização de PPA (i)**	**Total**	**Variação cambial**	**Incorporação de controlada e combinação de negócios**	**2023**
WS	28.136	54	(2.771)	4.238	(2.295)	1.943	-	-	27.362
Tail	25.075	-	-	-	-	-	-	(25.075)	-
TOTVS Hospitality	89.362	-	(3.762)	4.521	-	4.521	-	-	90.121
RJ Participações	45.861	-	(2.129)	2.260	(1.002)	1.258	118	-	45.108
CMNet Participações	4.371	2.736	-	(2.822)	-	(2.822)	(51)	-	4.234
RD Station	2.029.124	2.416	-	(61.595)	(29.059)	(90.654)	25	-	1.940.911
Lexos	-	1.496	-	(4.109)	(300)	(4.409)	-	20.544	17.631
Total	**2.221.929**	**6.702**	**(8.662)**	**(57.507)**	**(32.656)**	**(90.163)**	**92**	**(4.531)**	**2.125.367**

(i) O saldo do ágio e os intangíveis provenientes das controladas estão apresentados na composição do Investimento da Companhia. A amortização de ágio sobre mais valia de ativos no exercício foi de R$32.656 (R$34.107 em 31 de dezembro de 2022). (ii) Refere-se ao aumento de capital e/ou adiantamento para futuro aumento de capital. (iii) Dividendos recebidos são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa na atividade de Investimentos.

12. INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Ativos de desenvolvimento	Outros	Ágio	Total
Custo							
Saldos em 2021	**30.015**	**814**	**18.518**	**34.267**	**-**	**122.150**	**205.764**
Saldos em 2022	**30.015**	**814**	**18.518**	**34.267**	**-**	**122.150**	**205.764**
Adições	-	-	-	4.278	-	-	4.278
Incorporação de controlada	6.970	-	1.395	2.090	2.503	13.116	26.074
Saldos em 2023	**36.985**	**814**	**19.913**	**40.635**	**2.503**	**135.266**	**236.116**
Amortização							
Saldos em 2021	**(29.862)**	**(358)**	**(15.957)**	**(34.267)**	**-**	**-**	**(80.444)**
Amortização do exercício	-	(30)	(221)	-	-	-	(251)
Saldos em 2022	**(29.862)**	**(388)**	**(16.178)**	**(34.267)**	**-**	**-**	**(80.695)**
Amortização do exercício	(739)	(30)	(363)	(815)	(375)	-	(2.322)
Incorporação de controlada	(2.532)	-	(286)	-	-	-	(2.818)
Saldos em 2023	**(33.133)**	**(418)**	**(16.827)**	**(35.082)**	**(375)**	**-**	**(85.835)**
Valor residual							
Saldos em 2023	**3.852**	**396**	**3.086**	**5.553**	**2.128**	**135.266**	**150.281**
Saldos em 2022	**153**	**426**	**2.340**	**-**	**-**	**122.150**	**125.069**
Taxa média de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	10% a 12,5%	20% a 50%	10% a 50%		

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

12.1. Análise do valor recuperável de ativos: O teste de *impairment* é realizado anualmente, e não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, as UGCs foram definidas da seguinte forma: • **UGC Gestão (antiga UGC de Tecnologia) -** Operação de software onde a TOTVS Large está inserida na sua controladora TOTVS e suas subsidiárias; • **UGC RD -** Inclui as operações da RD Station; • **UGC Tallos -** Inclui as operações da Tallos, subsidiária da RD Station. Para fins de teste de *impairment,* as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: • **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas de cada UGC. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal entre 13,20% a.a. à 13,71% a.a. (pre-tax). • **Perpetuidade** - a taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções foi de 5,5%. O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizado anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	2023	2022
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	8.410	5.398
Férias a pagar	9.653	8.312
Participação nos resultados e bônus	3.772	3.036
Outros	233	164
	22.068	**16.910**
Obrigações sociais	1.510	1.175
Total	**23.578**	**18.085**

14. OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS: As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se aos valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	2023			2022		
	Pagamento contingente	**Outros valores a pagar**	**Total**	**Pagamento contingente**	**Outros valores a pagar**	**Total**
RD Station	252.375	32.366	284.741	224.337	33.138	257.475
Tail	-	2.682	2.682	6.712	587	7.299
RJ Participações	8.659	-	8.659	7.478	-	7.478
Lexos	9.923	2.160	12.083	-	-	-
Total	**270.957**	**37.208**	**308.165**	**238.527**	**33.725**	**272.252**
Passivo circulante	252.373	5.759	258.132	4.783	5.889	10.672
Passivo não circulante	18.584	31.449	50.033	233.744	27.836	261.580

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Ano	2023	2022
2024	-	224.337
2025	8.659	7.478
2026	11.942	1.929
2027	27.272	27.836
2028 em diante	2.160	-
Passivo não circulante	**50.033**	**261.580**

Abaixo apresentamos os valores retidos de obrigações por aquisição de investimentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os quais são atualizados pelo CDI até o cronograma de liberação ou sua compensação conforme definido em contrato:

	2023	2022
Garantias de investimentos circulante	5.094	-
Garantias de investimentos não circulante	31.451	33.139
Total	**36.545**	**33.139**

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

15.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais: A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia. O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	2023	2022
Tributárias	1.524	820
Trabalhistas	14.819	15.343
Cíveis	4.050	4.574
	20.393	**20.737**

a) Movimentação das provisões - A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 2021	**890**	**9.947**	**3.240**	**14.077**
(+) Complemento de provisões	109	7.605	924	8.638
(+) Atualização monetária	83	4.012	489	4.584
(-) Reversão de provisão não utilizada	(109)	(1.611)	(48)	(1.768)
(-) Baixa por pagamentos	(153)	(4.610)	(31)	(4.794)
Saldos em 2022	**820**	**15.343**	**4.574**	**20.737**
(+) Complemento de provisões	727	675	81	1.483
(+) Atualização monetária	80	1.153	255	1.488
(-) Reversão de provisão não utilizada	(3)	(1.716)	(644)	(2.363)
(-) Baixa por pagamento	(100)	(636)	(216)	(952)
Saldos em 2023	**1.524**	**14.819**	**4.050**	**20.393**

A Companhia mantém depósitos judiciais relacionados a processos judiciais classificados no grupo de ativo não circulante no montante de R$3.546 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.721 em 31 de dezembro de 2022).

15.2. Contingências possíveis: Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validade pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	2023	2022
Tributárias	27.846	25.589
Trabalhistas	12.597	10.527
Cíveis	20.546	19.644
	60.989	**55.760**

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$2.010.000, representado por 1.729.401.198 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade à TOTVS S.A.. **b) Reserva de capital -** Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva de capital era composto por: reserva de ágio na emissão de ações no valor de R$37.185 (R$37.185 em 31 de dezembro de 2022) e plano de remuneração baseado em ações no valor de R$17.670 (R$11.619 em 31 de dezembro de 2022). **c) Destinação do Lucro -** Em 31 de dezembro de 2023 o prejuízo no valor de R$5.719 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu R$2.432 de reserva legal, R$17.465 de dividendos mínimos obrigatórios e R$28.734 de reserva de lucros, referente ao lucro líquido do exercício.

17. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES: A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações de sua controladora TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Nos programas vigentes, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, sendo que durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. Os planos em vigência são: (i) Programa ILP Destaques, (ii) Programa ILP Master e (iii) Programa ILP Performance. Do valor total de R$6.051 registrado em reservas de capital em 31 de dezembro de 2023 é composto por: R$2.716 (R$1.108 em 31 de dezembro de 2022) referente ao plano de remuneração baseado em ações da Companhia e o valor de R$3.335 (R$3.432 em 31 de dezembro de 2022) é referente ao plano de remuneração de ações de suas subsidiárias.

18. RECEITA BRUTA: A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	2023	2022
Software recorrente	**293.317**	**253.775**
Software não recorrente	**37.366**	**33.252**
Taxa de licenciamento	11.405	8.789
Serviços não recorrentes	25.961	24.463
Receita bruta	**330.683**	**287.027**
Cancelamentos	(3.620)	(2.554)
Impostos incidentes sobre vendas	(37.086)	(32.481)
Deduções	**(40.706)**	**(35.035)**
Receita Líquida	**289.977**	**251.992**

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Companhia apresenta as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Natureza	2023	2022
Salário, benefícios e encargos	116.612	91.523
Serviços de terceiros e outros insumos	42.382	43.163
Comissões	2.928	2.041
Depreciação e amortização	3.185	658
(Reversão) provisão para contingências	(880)	6.870
Provisão para perda esperada	2.143	2.901
Outras (i)	4.797	17.349
Total	**171.167**	**164.505**

Função	2023	2022
Custo de softwares	73.625	70.862
Pesquisa e desenvolvimento	24.582	20.851
Despesas comerciais e de marketing	67.217	40.254
Despesas gerais e administrativas	7.537	11.639
Outras (receitas)/ despesas operacionais	(1.794)	20.899
Total	**171.167**	**164.505**

(i) Referente à atualização da opção de compra da controlada RD Station, no valor de R$14.349 em 31 de dezembro de 2022.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram como segue:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	23.806	16.240
Variação monetária ativa	3.104	349
Ajuste a valor presente	99	117
Variação cambial ativa	785	1.596
Outras receitas financeiras (i)	(981)	799
	26.813	**19.101**
Despesas financeiras		
Juros incorridos	(5.237)	(3.698)
Variação monetária passiva	(2.233)	(5.369)
Despesas bancárias	(61)	(42)
Ajuste a valor presente de passivo (ii)	(30.889)	-
Variação cambial passiva	(1.242)	(2.112)
	(39.662)	**(11.221)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(12.849)**	**7.880**

(i) Inclui os montantes de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.
(ii) Ajuste a valor presente da obrigação por aquisição de investimentos.

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO - Diretor

HUDSON BASILIO MAGRI - Contador CRC 1SP304325/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2024



Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador - CRC 1SP196907/O-7

MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 09.597.890/0001-35 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 14º andar, CEP: 04538-132 - São Paulo - SP - Telefone (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2023.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

ATIVO	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.477	11.059
Contas a receber	5	9.509	8.902
Adiantamento a fornecedores		-	421
Demais contas a receber	6	1.516	1.925
Total do ativo circulante		**31.502**	**22.307**
Não Circulante			
Contas a receber	5	850	4.584
Impostos a compensar		64	111
Depósitos judiciais		156	156
Demais contas a receber	6	1.053	1.606
Investimentos	7	1.221	1.221
Propriedades para investimento	8	377.286	381.487
Total do ativo não circulante		**380.630**	**389.165**
Total do Ativo		**412.132**	**411.472**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Debêntures	9	13.416	13.447
Fornecedores		41	133
Impostos e contribuições a recolher	10	1.702	1.622
Débitos com parceiros nos empreendimentos		-	340
Receita res-sperata a Apropriar (cessão de direito de uso)		562	737
Impostos e contribuições diferidos	11	96	125
Total do passivo circulante		**15.817**	**16.404**
Não Circulante			
Debêntures	9	41.254	55.004
Provisão para riscos	12	12	22
Total do passivo não circulante		**41.266**	**55.026**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	279.963	279.963
Reserva Legal	13	6.414	5.064
Reserva de Lucros	13	68.672	55.015
Total do patrimônio líquido		**355.049**	**340.042**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**412.132**	**411.472**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação)*

	Notas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita Líquida	**14**	**52.141**	**47.732**
Custos	**15**	**(9.584)**	**(11.670)**
Lucro Bruto		**42.557**	**36.062**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	15	(1.441)	(1.865)
Gerais e administrativas	15	(637)	(515)
Equivalência patrimonial	7	-	4
		(2.078)	(2.376)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**40.479**	**33.686**
Receitas financeiras	16	1.275	1.733
Despesas financeiras	16	(8.522)	(9.842)
Resultado financeiro		(7.247)	(8.109)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**33.232**	**25.577**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	17	(6.225)	(5.870)
Lucro Líquido do Exercício		**27.007**	**19.707**
Lucro básico por mil ações - R$	18	0,09647	0,035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro Líquido do Exercício	**27.007**	**19.707**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**27.007**	**19.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2023	**31/12/2022**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**33.232**	**25.577**
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido gerado nas atividades operacionais:		
Depreciação das propriedades para investimento	6.664	6.625
Equivalência patrimonial	-	(4)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	8.344	9.669
Amortização de comissões sobre debêntures	148	150
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	227	(227)
Provisão para riscos	(10)	(40)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	2.900	5.793
Impostos e contribuições a compensar	47	(98)
Adiantamento de fornecedores	421	-
Demais contas a receber	962	(299)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(92)	34
Impostos e contribuições a recolher	334	(9)
Débitos com parceiros nos empreendimentos	(340)	-
Receita res-sperata a Apropriar (cessão de direito de uso)	(175)	(58)
Impostos e contribuições diferidos	(29)	(10)
	52.633	47.103
Juros pagos	(8.524)	(9.639)
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(6.479)	(5.850)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	**37.630**	**31.614**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(Acréscimo) das propriedades para investimento	(2.463)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(2.463)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de empréstimo (principal)	(13.749)	(13.749)
Dividendos pagos	(12.000)	(19.661)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(25.749)**	**(33.410)**
Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**9.418**	**(1.796)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.059	12.855
No fim do exercício	20.477	11.059
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**9.418**	**(1.796)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

				Reservas de Lucros			
		Capital social	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Reserva Legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**276.060**	**3.903**	**4.079**	**46.293**	**-**	**330.335**
Lucro do exercício	13	-	-	-	-	19.707	19.707
Reserva de lucros	13 b)	-	-	985	-	(985)	-
Dividendos adicionais	13 b)	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Retenção de lucros	13 b)	-	-	-	18.722	(18.722)	-
Integralização de capital social	13	3.903	(3.903)	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**279.963**	**-**	**5.064**	**55.015**	**-**	**340.042**
Lucro do exercício	13	-	-	-	-	27.007	27.007
Reserva de lucros	13 b)	-	-	1.350	-	(1.350)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13 b)	-	-	-	6.414	(6.414)	-
Dividendos adicionais	13 b)	-	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Retenção de lucros	13	-	-	-	19.243	(19.243)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**279.963**	**-**	**6.414**	**68.672**	**-**	**355.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de Maio de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia possui como atividade preponderante o desenvolvimento e locação do Tietê Plaza Shopping. A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das informações do exercício da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeirasis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Conforme previsto pelo item 4 do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia optou por não apresentar demonstrações consolidadas, pois sua controladora final, SYN Prop e Tech S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas por requerimentos legais na mesma data base dessas demonstrações financeiras. A Companhia possui como controlada no percentual de 100%, a Tietê Administradora Ltda. ***Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. **b) Provisões para riscos fiscais, civeis e trabalhistas:** As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo como o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **c) Perdas relacionadas a contas a receber:** Adotamos como política a provisão para perda quando identificada uma incerteza significativa, usualmente parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. A Companhia faz análise do contas a receber em conjunto com a análise do cenário macroeconomico para definir percentual utilizado para o cálculo da perda esperada do contas a receber. **d) Instrumentos financeiros:** Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a qual, é influênciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota nº 19. **e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda de fluxo de caixa para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 8. **f) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **2.3.2. Apuração e apropriação do resultado de locação de imóveis:** As receitas de locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Compondo as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o CPC 6 - Arrendamentos(R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivaente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". **2.3.4. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos lojistas dos Shoppings Centers. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.5. Propriedades para investimento:** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº. 8. A taxa de depreciação leva em consideração o prazo de vida útil-econômica do ativo, o qual é revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 a vida útil remanescente do ativo é de 52 anos. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável deste ativo e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. **2.3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável as sociedades cujo faturamento anual do do exercício anterior, tenha sido inferior a R$78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. **2.3.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.10. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controlada reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o contas a receber. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Contemplam caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **c. Passivos financeiros*:*** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem debêntures, fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.11. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria). Conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. **2.3.12. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como passivo nas seguintes situações: (i) se a distribuição é aprovada de acordo com o estatuto social, antes do encerramento dos exercícios; e (ii) de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, que define como dividendo mínimo 25% do lucro do exercício. Na data da aprovação da assembleia geral, dividendos adicionais podem ser aprovados e são reconhecidos apenas nesta ocasião, e eventual proposta complementar feita pela administração na preparação das demonstrações financeiras é mantida como reserva de lucros no encerramento do balanço. **2.3.13. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

3. Pronunciamentos Contábeis: 3.1.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Controladora e sua controlada.

Pronunciamento	**Descrição**	**Aplicável a períodos anuais com início em ou após**
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

3.1.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e sua controlada não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas

Pronunciamento	**Descrição**	**Aplicável a períodos anuais com início em ou após**
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 98% e 100%) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado – VJR.

	31/12/2023	**31/12/2022**
Caixa e bancos	7	3
Aplicações financeiras	20.470	11.059
Total caixa e equivalentes de caixa	**20.477**	**11.059**

5. Contas a Receber: Representado por:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Locações	14.615	14.104
Descontos a apropriar (b)	1.252	5.117
Subtotal saldo a receber	**15.867**	**19.221**
Provisão créditos liquidação duvidosa (a)	(5.508)	(5.735)
Total do grupo contas a receber	**10.359**	**13.486**
Circulante	9.509	8.902
Não Circulante	850	4.584

(a) Para o contas a receber referente ao Tietê Plaza Shopping, a Companhia adota a perda esperada como política de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O contas a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica para o Shopping em conjunto com as condições econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:

Shopping	**Percentual de perda esperada aplicada ao contas a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias.**
Shopping Tietê Plaza	1,6%

b) Durante o período da pandemia de COVID-19, que trouxe impactos diretos nas operações da Companhia, a Administração optou por oferecer descontos de até 100% nos valores locatícios, vinculados ao pagamento adimplente das despesas de condomínio comum dos shoppings. Ainda em 2020 e em 2021, a Companhia ofereceu descontos individuais por lojas todos os meses. Dessa forma, essa condição foi tratada como uma modificação do fluxo do contrato de arrendamento e, consequentemente, resultará em um reconhecimento de seus efeitos de forma linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, como previsto pelo CPC 06(R2) /IFRS 16. O saldo de locação a receber em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem as seguintes composições, por vencimento:

	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	8.564	8.913
Vencidos:		
0 a 30 dias	249	92
31 a 60 dias	339	91
61 a 90 dias	253	72
91 a 120 dias	198	64
121 a 360 dias	1.087	889
Mais de 360 dias	4.239	3.983
Vencidos – total	**6.365**	**5.191**
Total Contas a Receber	**14.929**	**14.104**

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

2025	256
2026	104
2027	490
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**850**

6. Demais Contas a Receber: Representadas por:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Allowance (a)	1.484	1.571
Comissões	834	1.047
Outros	250	913
Total demais contas a receber	**2.568**	**3.531**
Circulante	1.516	1.925
Não Circulante	1.052	1.606

a) Contas a receber de gastos referentes às adequações das salas alugadas os quais são amortizados com base no contrato de locação.

7. Investimentos em Controladas: a) As principais informações da investida em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão assim representadas:

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado	
Investimentos	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tietê Administradora Ltda.	1.101	1.233	121	11	1.221	1.213	-	4

b) As movimentações e composições dos investimentos diretos da Companhia podem ser assim apresentadas:

Investimentos	**% Participação**	**31/12/2022**	**Equivalência Patrimonial**	**31/12/2023**
Tietê Administradora Ltda.	100,00%	1.221	-	1.221

8. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim representados:

Descrição	**% Depreciação**	**31/12/2022**	**Adições**	**Depreciações**	**31/12/2023**
Edifícios	2% a 2,7%	338.074	-	(6.501)	331.573
Terrenos		37.000	-	-	37.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2%	6.413	2.463	(163)	8.713
Total		**381.487**	**2.463**	**(6.664)**	**377.286**

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade:

Propriedade	**Valor justo em 31/12/2023**	**Valor contábil em 31/12/2023**	**Mais valia bruta não registrada**
Tietê Plaza Shopping	852.188	377.286	474.902

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 27 de fevereiro de 2024, divulgado pela SYN Prop & Tech S.A., a controladora da Companhia assinou um Memorando de Entendimentos vinculante com o objetivo de alienar parte do portfólio de shoppings, conforme nota explicativa nº 30. Tal negociação se baseou em um preço global, não havendo até a data da aprovação das demonstrações financeiras o indicativo de valor por propriedade para investimento. Em adição, a Companhia estima que a transação, se concluída em consonância com o MOU, gerará ganho nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a Companhia entende, com base nas informações disponíveis na data da aprovação das demonstrações financeiras, que não há fatos que indiquem perda nas propriedades que serão vendidas. Pelos motivos expostos anteriormente, a Companhia não utilizou o valor da transação como base para a avaliação a valor justo das propriedades para investimento. A avaliação para o Tietê Plaza Shopping foi efetuada internamente em 31 de dezembro de 2023 e foi utilizado o método de renda para a determinação de valor de mercado, apontado a seguir: **Método da renda** - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados.

Para nossa avaliação deste ativo, nós utilizamos como premissas as seguintes taxas:

Indicadores	**Média Ponderada 2023**
Crescimento da Receita	2,8%
Inadimplência	1,5%
Desconto médio sobre aluguel	3,1%
Vacância Financeira	1,8%
Taxa de Adm./Receita	5,0%
Taxa de desconto	9,2%

Utilizou-se como premissa para o Tietê Plaza Shopping a taxa de desconto real. Esta propriedade para investimento está dada em garantia para as debêntures da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

9. Debêntures

Debêntures	**Data da contratação**	**Encargos**	**Ref**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Debêntures – 1ª emissão	15/12/2019	CDI	(a)	54.670	68.451
Total				**54.670**	**68.451**
Passivo circulante				13.416	13.447
Passivo não circulante				41.254	55.004

(a) Em 12 de dezembro de 2019, os acionistas da CCP Marfim aprovaram em assembleia geral extraordinária a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, sendo 110.000 debêntures com valor nominal de R$1, sendo o valor total da emissão de R$110.000. As debêntures rendem juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de 1,13% ao ano (base 252 dias úteis) e o vencimento é em 15 de dezembro de 2027. O valor do principal e juros serão pagos mensalmente a partir de janeiro de 2020. A operação está adimplemente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

O saldo destas debêntures em 31 de dezembro de 2023 é de R$54.670 (R$68.451 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação das debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim representada:

Descrição	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.451
Pagamento de principal debêntures	(13.749)
Pagamento de juros	(8.524)
Juros provisionados	8.344
Comissões apropriadas	148
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**54.670**

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	**Valores**
2026	13.749
2027	13.749
2028	13.756
	41.254

Garantias: As debêntures contam com Alienação Fiduciária de Imóvel em garantia do pontual, além do integral adimplemento de todas as obrigações previstas na 1ª Escritura de Emissão, nos termos do Contrato de Garantia. A operação está adimplente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
IRRF	6	7
IRPJ	1.143	1.072
CSLL	407	388
PIS	26	23
COFINS	120	132
Total	**1.702**	**1.622**

11. Impostos e Contribuições Diferidos: A Companhia possui os seguintes impostos e contribuições diferidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PIS	4	6
COFINS	20	26
IRPJ	53	69
CSLL	19	25
Total	**96**	**125**

12. Provisão para Riscos: Os processos julgados com probabilidade de perda provável pelos nossos advogados somam o montante de R$12 em 31 de dezembro de 2023 (R$22 - em 31 de dezembro de 2022). Os processos julgados com probabilidade de perda possível pelos nossos advogados somam o montente de R$13.959 em 31 de dezembro de 2023 (R$2.469 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo segregação dos saldos por natureza:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Provável		
Cível	12	22
Total	**12**	**22**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Possíveis		
Cível	13.959	2.469
Total	**13.959**	**2.469**

13. Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$279.963, representado por 279.963.323 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva de lucros:** O lucro do exercício é destinado à constituição de reservas, sendo que 5% destina-se a constituição de reserva legal, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$6.414 (R$5.064 em 31 de dezembro de 2022). Em 17 de abril de 2023 em ata de assembleia geral extraordinária - AGE foram aprovados a distribuição de R$12.000 oriundo de reserva de lucros, os quais foram pagos integralmente no decorrer de 2023 a título de dividendos adicionais no exercício de 2023. Destinação do lucro líquido do exercício: O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, será destinado para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	27.007	19.707
(-) Constituição de reserva legal – 5%	(1.350)	(985)
Resultado do exercício após constituição de reserva legal	25.657	18.722
(-) Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(6.414)	(4.680)
Dividendos a pagar em 1º de janeiro	-	9.661
Pagamentos realizados no período	(12.000)	(19.661)
Dividendos adicionais provisionados	5.586	10.000
Dividendos obrigatórios provisionados	6.414	-
Dividendos a pagar em 31 de dezembro	-	-
Retenção de lucros	25.657	18.722

14. Receita Líquida: Representa aluguéis de shopping centers, registrados por competência em relação aos contratos firmados entre a Companhia e os locatários, e a receita de Cessão de Direito de Uso (CDU) apropriada durante o exercício. A composição das receitas é conforme segue:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita de Aluguel	61.099	59.275
Receita de CDU	399	469
Receita bruta	61.498	59.744
Descontos concedidos (a)	(7.367)	(10.190)
Impostos sobre receita	(1.990)	(1.822)
Deduções	(9.357)	(12.012)
Receita líquida	52.141	47.732

a) Os descontos concedidos em 31 de dezembro de 2023 foram impactados pelo efeito dos descontos relacionados a Covid-19. que estão descritos na nota 5.b

15. Custos e Despesas por Natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Áreas Vagas	(976)	(3.073)
Manutenção	(1.944)	(1.972)
Depreciação e Amortização	(6.664)	(6.625)
Custos de Locação	(9.584)	(11.670)
Total Custos	**(9.584)**	**(11.670)**
Comissões	(1.231)	(1.380)
Allowance	(437)	(258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	227	(227)
Despesas Comerciais	(1.441)	(1.865)
Serviços Profissionais e Contratados	(637)	(515)
Despesas Gerais e Administrativas	(637)	(515)
Total despesas	**(2.078)**	**(2.380)**
Total Custos e Despesas	**(11.662)**	**(14.050)**

16. Resultado Financeiro: O resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim constituídos:

Resultado financeiro	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(8.344)	(9.669)
Imposto sobre operações financeiras	(12)	(6)
Demais despesas bancárias	(166)	(167)
Total despesas financeiras	**(8.522)**	**(9.842)**
Receitas financeiras:		
Juros Ativos	386	162
Rendimento de aplicações financeiras	888	1.354
Demais receitas financeiras	1	217
Total receitas financeiras	**1.275**	**1.733**
Resultado financeiro líquido	(7.247)	(8.111)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro (9%) são calculados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou pela sistemática de lucro presumido.

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição	**IR**	**CS**	**IR**	**CS**
Receita Bruta	61.497	61.497	59.744	59.744
Descontos concedidos	(7.367)	(7.367)	(10.190)	(10.190)
Percentual lucro presumido	32%	32%	32%	32%
Subtotal	17.322	17.322	15.979	15.979
Receitas Financeiras	888	888	1.354	1.354
Percentual lucro presumido	100%	100%	100%	100%
Subtotal	888	888	1.354	1.354
Percentual IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Expectativa de Imposto de renda e contribuição social	2.732	1.639	2.600	1.560
Limite adicional	240	-	240	-
10% Adicional de Imposto de Renda	1.854	-	1.710	-
Imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado	4.586	1.639	4.310	1.560

	31/12/2023	**31/12/2022**
Total imposto de renda e contribuição social	**6.225**	**5.870**

18. Resultado por Ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do lucro, portanto o lucro diluído é equivalente ao lucro básico.

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Resultado líquido do exercício	27.007	19.707
Quantidade de ações	279.963.323	279.963.323
Lucro básico por ação - R$	0,09647	0,035

19. Instrumentos Financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderencia dos limites denifidos. **a. Riscos de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantêm contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela Administração com o objetivo de diversificação de risco. As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda em shopping center, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia considera as parcelas vencidas acima de 360 dias. Esse critério foi definido após análise detalhada do histórico de comportamento do contas a receber dos clientes, no qual foram avaliados as perdas efetivas de acordo com o aging do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018 também adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportamento do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômicos relacionados ao nosso segmento de mercado. **b. Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Total**
Debêntures	13.416	27.498	13.756	54.670
Fornecedores	41	-	-	41
	13.457	**27.498**	**13.756**	**54.712**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Total**
Debêntures	13.447	27.502	27.502	68.451
Fornecedores	133	-	-	133
	13.580	**27.502**	**27.502**	**68.584**

c. Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre debêntures estão mencionadas na nota explicativa nº 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

c.1. Demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	**Risco**	**Base 31/12/2023**	**Cenário provável**	**Cenário possível - stress 25%**	**Cenário remoto - stress 50%**
Ativo					
			11,75%	8,81%	5,88%
CDI	Decréscimo do Índice	20.477	2.406	1.804	1.204
Passivo					
			11,75%	14,69%	17,63%
CDI	Acréscimo do Índice	54.671	6.424	8.031	9.638

Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,75% ao ano com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central. **d. Valorização dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações e recebíveis de curto prazo, mensurados pelo custo amortizado, se aproximam de seu respectivo valor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Os títulos e valores mobiliários são remunerados pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença significativa para o valor de mercado.

e. Categoria dos instrumentos financeiros

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Classificação CPC 48**
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	20.477	11.059	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	10.359	13.486	Custo Amortizado
Passivos financeiros:			
Fornecedores	41	133	Custo Amortizado
Debêntures	54.670	68.451	Custo Amortizado

f. Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía operações com instrumentos derivativos.

20. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa):

	31/12/2023	**31/12/2022**
Dívida bruta		
Debêntures	54.670	68.451
Total da dívida bruta	**54.670**	**68.451**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.477)	(11.059)
Dívida líquida	34.193	57.392
Patrimônio líquido	355.049	335.361
Dívida líquida/PL	9,63%	17,11%

21. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: a) Estrutura e incêndio, shopping centers: R$519.511.

22. Eventos Subsequentes: a) Em 7 de fevereiro de 2024, a controladora SYN Prop e Tech S.A. assinou "Instrumento Particular de Compromisso de Permuta e Outras Avenças" e "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", segundo os quais, de um lado, **(i)** a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. (CNPJ/MF nº 09.597.890/0001-35) ("Marfim"), a qual é detentora de 100% do Tietê Plaza Shopping e aproximadamente R$19 milhões de dívida bruta atrelada a esta participação – pelo que a Companhia passará a ser titular de 62,50% do capital social da Marfim, e, consequentemente, de 62,50% do Tietê Plaza Shopping. **(ii)** a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A (CNPJ/MF nº 11.392.899/0001-51) ("Caliandra"), a qual, por sua vez, é indiretamente proprietária de 85% do Shopping Cerrado – pelo que a Companhia passará a ser titular de 100% do capital social da Caliandra, e, consequentemente, de 85% do Shopping Cerrado. E, de outro lado, **(i)** a SYN transferirá cotas representativas de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK D (CNPJ/MF nº 23.533.796/0001-43) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre D do Condomínio WTorre JK, e de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK E (CNPJ/MF nº 23.532.837/0001-87) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre E do Condomínio WTorre JK e aproximadamente R$79 milhões de dívida bruta atrelada a estas participações – pelo que a Companhia passará a deter 10% das cotas de cada um dos referidos fundos. **(ii)** por fim, a SYN pagará, ao todo, em moeda corrente nacional o valor aproximado de R$57 milhões, sujeito a ajuste em decorrência de variação do saldo do endividamento líquido de tais fundos. A consumação dessa transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, como por exemplo uma reorganização societária prévia e a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **b) Transação shoppings:** A controladora SYN Prop e Tech S.A., assinou com o fundo imobiliário XP Malls (XPML11, na bolsa) um Memorando de Entendimentos, que é o primeiro passo no processo de venda de parte do nosso portfólio de shoppings, conforme abaixo: • 51% do Grand Plaza Shopping, localizado em Santo André/SP. • 32% do Shopping Cidade São Paulo, localizado em São Paulo/SP. • 70% do Shopping Metropolitano Barra, localizado no Rio de Janeiro/RJ. • 52,5% do Tietê Plaza Shopping, localizado em São Paulo/SP. • 85% do Shopping Cerrado, localizado em Goiânia/GO. • 23% do Shopping D, localizado em São Paulo/SP.

Empreendimento	**Participação SYN atual**	**Participação SYN remanescente**	**Var. (p.p.)**
Grand Plaza	61,41%	10,41%	-51,0
Shopping Cidade São Paulo	92,00%	60,00%	-32,0
Shopping Metropolitano Barra	80,00%	10,00%	-70,0
Tietê Plaza Shopping	62,50%	10,00%	-52,5
Shopping Cerrado	85,00%	0,00%	-85,0
Shopping D	31,59%	8,59%	-23,0

O valor total da transação é de R$1.850.000.000,00 a serem pagos da seguinte forma: • Sinal de R$300.000.000,00 já recebido em função da assinatura do MOU vinculante. • 1ª Parcela de R$630.000.000,00 na assinatura dos compromissos de compra e venda. • 2ª Parcela de R$370.000.000,00 em dez/24, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda. • 3ª Parcela de R$550.000.000,00 em dez/25, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda. A SYN seguirá realizando a administração dos seis shoppings envolvidos na transação e, com isso, seremos a principal administradora do fundo XP Malls, o maior fundo de shoppings do Brasil. Isso reforça o reconhecimento da qualidade do nosso trabalho pelo mercado.

23. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2024.

A DIRETORIA

CONTADOR: **ARTHUR RICARDO ARAUJO JORDÃO DE MAGALHÃES** - CRC SP 291608/O-8

continua...

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. ***Redução do valor recuperável das propriedades para investimento:*** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de propriedades para investimento, que é registrado ao valor de custo deduzido das depreciações acumuladas, totalizava R$ 377.286 mil. A Companhia suporta a realização desses ativos por meio de estimativas de suas rentabilidades futuras e geração de caixa, preparadas pela Administração, com base em seu julgamento e suportada pelo plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia. Devido à materialidade dos saldos, bem como à utilização de premissas internas subjetivas e de mercado para definição do valor recuperável dos ativos, o que envolve julgamento pela Diretoria, o assunto foi considerado área de foco de nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia em relação à elaboração e às revisões dos testes do valor recuperável dos ativos; (b) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria; (c) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das principais premissas utilizadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia e comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela Administração na elaboração de seu plano de negócio e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (d) a verificação da exatidão dos cálculos matemáticos das projeções; (e) a comparação da assertividade de projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento das projeções de fluxo de caixa; (f) a comparação do valor recuperável apurado pela Diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (g) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ribas Gomes Simões
Contador - CRC nº 1 SP 289690/O-0

Deloitte.

CPQ Brasil S.A.

Casa do Pão de Queijo

CNPJ nº 74.552.068/0001-10

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente estão disponíveis em sua íntegra na página da rede mundial de computadores da CPQ Brasil S.A.: www.cpqbrasil.com.br/demonstrativos.htm

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.264	1.961
Contas a receber de clientes	6.114	4.785
Estoques	6.352	4.715
Ativos relacionados a clientes	87	87
Impostos a recuperar	237	218
Despesas antecipadas	772	609
Outras contas a receber	459	466
Total do ativo circulante	16.285	12.841
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	22.075	20.348
Despesas antecipadas	51	233
Impostos a recuperar	143	-
Depósitos judiciais	20	20
Outros ativos	-	2
Imobilizado	8.464	7.490
Intangível	1.926	1.699
Direito de uso de ativos	41.330	39.479
	74.009	69.271
Total do ativo	90.294	82.112

Passivo e passivo a descoberto	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	6.568	3.693
Debêntures	5.597	3.054
Empréstimos e financiamentos a pagar	8.882	3.688
Impostos e contribuições a recolher	1.451	13.565
Tributos parcelados	5.469	556
Férias, encargos e bônus a funcionários	7.267	30.906
Passivo de arrendamento a pagar	25.122	17.916
Passivos relacionados a clientes	800	902
Outros passivos	7.774	8.772
	68.930	83.052
Passivo não circulante		
Debêntures	26.911	32.276
Empréstimos e financiamentos a pagar	15.209	16.416
Tributos parcelados	14.896	1.159
Provisão para contingências	1.152	1.134
Passivo de arrendamento a pagar	27.469	24.054
Passivos relacionados a clientes	2.600	3.400
Impostos diferidos	321	265
	88.558	78.704
Total do passivo	157.488	161.756
Passivo a descoberto		
Capital social	12.839	12.839
Prejuízos acumulados	(80.033)	(92.483)
Total do passivo a descoberto	(67.194)	(79.644)
Total do passivo e patrimônio líquido	90.294	82.112

Demonstração de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Receitas de vendas	2023	2022
Receita líquida de vendas	122.067	94.717
Custo dos produtos vendidos	(59.924)	(47.121)
Lucro bruto	62.143	47.596
Despesas com vendas	(24.912)	(18.358)
Despesas gerais e administrativas	(32.821)	(22.535)
Outras receitas operacionais	1.194	979
	(56.539)	(39.914)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	5.604	7.682
Despesas financeiras	(18.988)	(20.534)
Receitas financeiras	18.737	2.746
	(251)	(17.788)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	5.353	(10.106)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.097	-
Lucro / (Prejuízo) do período	12.450	(10.106)
Lucro básico e diluído por ação	1,08	(0,88)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado do período	12.450	(10.106)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado abrangente do período	12.450	(10.106)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	12.839	(82.377)	(69.538)
Prejuízo do exercício	-	(10.106)	(10.106)
Em 31 de dezembro de 2022	12.839	(92.483)	(79.644)
Lucro do exercício	-	12.450	(12.450)
Em 31 de dezembro de 2023	12.839	(80.033)	(67.194)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.353	(10.106)
Ajustes		
Depreciação e amortização	21.032	17.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	34
Juros e variações monetárias, líquidos	5.823	9.071
Reversão de provisão contingências	(92)	-
Amortização da passivos de contrato	(902)	(1.176)
Juros sobre passivo de arrendamento	3.297	2.736
Descontos obtidos	(16.628)	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	210	779
	18.156	18.726
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.392)	(765)
Estoques	(1.637)	(1.220)
Impostos a recuperar	(162)	380
Ativos relacionados a contrato de clientes	-	333
Despesas antecipadas e outros créditos	27	372
Fornecedores e outras contas a pagar	2.571	(1.587)
Férias, encargos e bônus a funcionários	21.431	9.968
Impostos a recolher	(12.092)	5.685
Tributos parcelados	(2.695)	783
Caixa gerado nas operações	24.207	32.675
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(7.964)	(7.021)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.243	25.654
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos para partes relacionadas	-	1.860
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.160)	(3.513)
Caixa líquido usado / proveniente nas atividades de investimento	(3.160)	(1.653)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(12.249)	(8.588)
Pagamento de arrendamento	14.469	(19.169)
Captação de empréstimos e financiamentos	13.938	4.760
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	12.780	(22.997)
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	303	1.004
Demonstração do aumento / diminuição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.961	957
No fim do período	2.264	1.961
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	303	1.004

DIRETORIA

Alberto Carneiro Neto - Diretor-Presidente
Erick de Souza Monteiro - Controller

CONTADORA

Adriana Raddatz Jönck - CRC SP-288887/O-0

Opinião dos Auditores
Grant Thornton Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da CPQ do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incorreu em Lucro Líquido no montante de R$ 12.450 mil e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R$ 52.645 mil e o patrimônio negativo (passivo descoberto) de R$ 67.194 mil. A administração da Companhia elaborou um plano de continuidade operacional no qual leva em consideração novos canais de distribuição de produtos, o aporte de recursos, entre outros aspectos. Dessa forma, a continuidade das operações da Companhia dependerá do sucesso no plano de continuidade operacional como vai se desdobrar a evolução das vendas pós-pandemia nas operações da Companhia. Esses fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.
Ênfase: Transações com partes relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 23, a CPQ Brasil S.A. possui registrado no ativo não circulante na rubrica partes relacionadas, o montante de R$ 22.075 mil, referente a transações decorrentes de contratos de mútuo com seu controlador. Essas transações foram contratadas e registradas de acordo com as condições definidas entre as partes e a Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1138562-94.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tatiana Federighi Saba, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Chaim Betzalel Blum, Miriam Blum, Cheila Feder Judkowitch e Condominio Edificio Marilia, por seu síndico, réus ausentes,incertos,desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Amenay Ernestina de Las Mercedes Varas Tapia Garcia Negrão e Celso Garcia Negrão ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Três Rios,nº291,Unidade autônoma nº 12, localizada no 1º pavimento do Edifício Marília, Bom Retiro, contendo a área total de 248,4150ms², sendo 221,2000ms² de área útil e 27,2150ms² de área comum, correspondendo-lhe no terreno uma área de 46,2649ms² ou seja 8,3068% do seu todo,São paulo/SP, CEP: 01123-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis,a fluir após o prazo de 20(vinte) dias da publicação deste edital.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |2,3|

EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº**0000438-23.2023.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível,do Foro Regional I-Santana,Estado de São Paulo,Dr(a).ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) THAYS ROCHA DE SOUZA,CPF 355.220.418-03,que Colégio Dominante Ltda ME requereu o cumprimento da sentença,objetivando o recebimento de R$24.022,72(dez/22).Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,nos termos do artigo 513,§2º,IV do CPC,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para que, no prazo de 15(quinze) dias úteis,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,pague a quantia supra,devidamente atualizada,sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10%(artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, restando ainda INTIMADA do bloqueio em contas no valor de R$ 1.699,62. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de Março de 2024. |02,03|

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A presidente do Sindicato dos Psicanalistas do Estado de São Paulo - SINPESP, no uso de suas atribuições legais, convoca os(as) Srs.(as) Diretores(as) e filiados(as), para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 15/04/2024, na Rua Humberto I, nº 501 – Vila Mariana, São Paulo / SP, sendo a primeira chamada das 16:30h e a segunda chamada as 17:00h, quando terá início a reunião, com qualquer número de presentes. A mesma será para apreciar as seguintes pautas: - Apreciação e votação do relatório anual de 2023. - Prestação de contas. - Balanço e balancete do ano de 2023. São Paulo, 02 de abril de 2024. Araceli Albino – Presidente

O Presidente da World Taekwondo Interstyles Federation no uso das atribuições que lhe confere, através do Estatuto desta entidade convoca seus filiados que estejam no gozo de seus direitos e deveres conforme regência estatutária para comparecer a Assembléia Geral a ser realizada no dia 30 de abril de 2024 as 16:00 horas em primeira chamada e às 16:30 horas em segunda chamada na Rua Joinville, 51 - auditório - Vila Mariana - São Paulo/SP - CEP 04008-010, para tratar conforme segue: 1. Alteração da nomenclatura da entidade. 2. Alteração e adequação estatutária. 3. Alteração da sede da entidade. 4. Antecipação do processo eleitoral. 5. eleição e posse dos membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, nomeações da diretoria, comissões, e STJD. 6. considerações finais. São Paulo, 27 de Março de 2024

Erik Barbosa Barbeiro – Presidente

ZANETTINI,BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº. 61.357.406/0001-10

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2024

C O N V O C A Ç Ã O

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini,Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 23 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Matéria pertinente Assembléia Geral Ordinária**:1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2023; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) distribuição de dividendos; 5) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024. **Matéria pertinente Assembléia Geral Extraordinária**: 1) aumento do capital social de R$15.000.000,00 para R$50.000.000,00, mediante aproveitamento de parte do saldo da conta Retenção de Lucros, e 2) alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais. São Paulo, 28 de março de 2024. Wagner Pofo, Diretor-Superintendente; Antonio Carlos Barossi, Diretor-Administrativo. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 30 de abril de 2024, às 10h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, para deliberar a respeito dos seguintes temas: **(i)** Assembleia Geral Ordinária: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024; e **(d)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima; e **(ii)** Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** a outorga de ações virtuais da Companhia *(Phantom Shares)* ao Diretor Presidente, nos limites previstos pelo *"Plano de Outorga de Ações Virtuais* (Phantom Shares) *da Companhia"* aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2023. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes:** Os documentos e informações pertinentes à matéria relacionada neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 29 de março de 2024. **Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente.**

São Paulo Serviços Médicos de Anestesia Ltda

CNPJ 62.032.313/0001-89

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os sócios da Sociedade para se reunirem em **AGOE** ("Assembleia"), que serão realizadas sequencialmente, às 20h00 do dia 11/04/2024, em 1ª convocação, e às 20h30 do dia 11/04/2024, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. Endereço digital. A Assembleia será realizada via plataforma Zoom https://us02web.zoom.us/j/88519630320?pwd=UWsvV0ZhOVp0TytMeFZ4YjBUbkZyZz09 ID da reunião: 885 1963 0320 Senha: 676467. **Ordem do Dia**: Seguindo as determinações do contrato social, a AGO será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia; a) Apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício do ano de 2023; b) Eleição da Diretoria Administrativa para o biênio 2024 a 2026. **Ordem do Dia**: A AGE será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia; c) a proposta da administração da Sociedade para reformular o contrato social, com a alteração de diversas cláusulas com alterações principalmente a respeito: (i) ao ingresso de novos sócios; (ii) aumento do capital social da sociedade devido ao aumento do valor nominal de cada quota; (iii) readequação do quadro de quotas sociais em razão de mudanças no quadro societário; (iv) retirada de sócios e transferência de quotas; (v) alteração do objeto social da sociedade e forma de registro das alterações; (vi) supressão da Cláusula 3ª com a consequente renumeração das cláusulas seguintes; (vii) alteração da cláusula 5ª, sendo que seu §1º será suprimido com a consequente renumeração dos demais §§; (viii) a alteração do capítulo IV do contrato social que terá seu título alterado e passará a ser chamado por "**IV dos Direitos, Obrigações e da Exclusão de Sócio**". As cláusulas 8ª a 11º serão integrantes deste capítulo e terão suas redações alteradas, passando a tratar dos direitos e deveres dos sócios; (ix) a inclusão das cláusulas 12ª e 13ª bem como as cláusulas 15ª a 22ª que farão parte do Capítulo IV "**Dos Direitos, Obrigações e da Exclusão de Sócio**", pois tratam das novas obrigações dos sócios e das possibilidades de exclusões, e ainda incluem a possibilidade de exclusão extrajudicial; (x) a inclusão do Capítulo V, intitulado "**Separação, Impedimento, Falência, Insolvência ou Falecimento do Sócio**", que abordará questões relacionadas à separação, impedimento, falência, insolvência ou falecimento dos sócios. Este capítulo será composto por novas cláusulas numeradas de 23ª a 29ª, cada uma com redações específicas; (xi) a alteração do antigo Capítulo V, que será denominado "**Capítulo VI da Administração da Sociedade**" e ele será inteiro reformulado e irá dispor a respeito dos órgãos integrantes da estrutura administrativa da sociedade com a respectiva indicação da competência. Serão parte deste capítulo as cláusulas de 30ª a 36ª; (xii) a alteração do antigo Capítulo VI que será denominado Capítulo VII e os §1º e §3º da antiga clausula 13ª agora denominada cláusula 37ª, sofrerão pequenas alterações, bem como alterações na cláusula 38ª que será regulamentada a eleição do conselho consultivo; (xiii) a alteração da cláusula 39ª do Capítulo VII, com a supressão dos §1º e §2º, assim o antigo §3º, passará a ser denominado por §1º e terá sua redação alterada; (xiv) a inclusão do Capítulo "**IX da Apuração de Haveres**", com inclusão da cláusula 41ª que irá dispor sobre a forma de apuração dos haveres dos sócios. (xv) A supressão do antigo Capítulo X "**Das Disposições Transitórias**" e reformular o **Capítulo "XI Das Disposições Finais"**, que irá conter a declaração de desimpedimento, alterações sobre a forma de assinatura do contrato e a inclusão da modalidade de assinatura eletrônica; d) Aprovar a minuta do 18ª Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 01.04.2024. Carlos Alberto Leme - Diretor Geral

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1072991-82.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Rui Porto Dias, na forma da Lei etc., FAZ SABER a Izadora Hilary da Silva Sousa, CPF 718.***-73, RG 52.***-4, que lhe foi proposta ação de Exoneração de Alimentos pelo Procedimento Comum Cível por parte de Cristiano Pereira de Sousa, na qual se alega, em síntese, Após o nascimento da Requerida, sobreveio a dissolução da união do autor e sua ex-companheira, genitora da ré, quando ficou avençado em processo judicial nº 002.03.070887-9, que o pai e ora Requerente, deveria pagar a filha e ora Requerida quantia a título de pensão alimentícia, equivalente a 20% dos rendimentos líquidos. Atualmente, constata se mudança substantiva no substrato fático da relação alimentícia em questão, de sorte que se apurou que a ora requerida, agora maior de idade, não mais estuda e, afora isso, possui meios de prover seu próprio sustento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. O processo tramita eletronicamente. A íntegra dos autos (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e senha, que pode ser obtida em cartório. Petições, procurações, defesas etc devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. |2,3|

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0013729-61.2021.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) CELIO LUIZ HAIDUCK RECUPERADORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA., CNPJ 17.923.296/0001-15, que a ação de cobrança ajuizada por Arujá-Tintas Comércio de Tintas Ltda-EPP, nos autos principais fora julgada procedente, onde iniciou-se a fase de cumprimento ao julgado objetivando o recebimento de R$ 60.918,10 (set/21). Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de supra, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 22 de Março de 2024. |2,3|

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0051346-41.2010.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Tsuchiya, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CRISTIANE SANTOS SOARES, CPF 260.013.898-61, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Orgatel Contabilidade e Assuntos Fiscais Ltda, alegando em síntese: a exequente é credora da executada, do importe de R$9.208,83, representado pela nota promissória nº 1/1, data de vencimento 15/12/2007. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua 1) CITAÇÃO; por EDITAL, para que no prazo de 03 dias úteis, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado acrescido dos honorários advocatícios arbitrados em 10%, ocasião em que os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), ou em 15 (quinze) dias apresente embargos à execução; e 2) INTIMAÇÃO da PENHORA realizada sobre o bem descrito no Termo de Penhora, disponibilizado na internet, de sua nomeação como depositário, bem como do prazo de 15(quinze) dias para, querendo, Impugnar. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2024. |02,03|

cba Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF n° 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio,** sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2598-4, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 61.409.892/0001-73, ("**Companhia**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas ("**AGOE**"), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá o acesso à AGOE, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, §2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 5º, §2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**") a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o Relatório da Administração, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar o Estatuto Social da Companhia, mediante (a) alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os últimos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado da Companhia; (b) alteração da redação do *caput* do Artigo 7º, de forma a prever novo limite para o capital autorizado da Companhia; e (c) tendo em vista as deliberações anteriores, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia; e (ii) eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia em complementação ao mandato atualmente em vigor, por ocasião de vacância de cargo, nos termos do *caput* do Artigo 18 do estatuto social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGOE por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o *link*: https://assembleia.ten.com.br/057664984, até o dia 27 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia acatará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2024; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "Gov.br"; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância ("**Boletim de Voto**") disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (https://ri.cba.com.br/), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm). As instruções detalhadas para participação na AGOE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/), na página da B3 (https://b3.com.br) e na página da CVM (https://www.gov.br/cvm). São Paulo, 28 de março de 2024. **Luis Ermírio de Moraes -** Presidente do Conselho de Administração.

sequoia SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

(Companhia Aberta) CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGOE"):

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do relatório do comitê de auditoria, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e
3. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

4. Deliberar sobre a eleição de 2 (dois) novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do número de membros que compõem o Conselho de Administração no mandato em curso de 5 (cinco) para 7 (sete);
5. Deliberar sobre o enquadramento do Sr. Andre Loureiro Pereira como candidato a membro independente do Conselho de Administração de acordo com os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022;
6. Deliberar sobre o grupamento da totalidade das 389.648.916 (trezentas e oitenta e nove milhões, seiscentas e quarenta e oito mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 20 (vinte) ações ordinárias para formar 1 (uma) nova ação, sem alteração no valor do capital social da Companhia;
7. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração do artigo 5º, *caput*, e 6º, *caput*, para refletir a alteração (i) do valor do capital social da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado até a data da Assembleia, e (ii) do número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do grupamento, se aprovado; e
8. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Procedimentos para participação:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração").

Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar:

(a) pelo envio do boletim de voto a distância ("Boletim"), nos termos da RCVM 81/22, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim que pode ser acessado nos websites indicados no fim deste edital; ou

(b) via Plataforma Digital, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas pela mesa, nos termos do art. 48, §5º, da RCVM 81/22.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverão acessar o site da Companhia, no link: https://assembleia.ten.com.br/118335078/auth, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06806-400 e nos *websites* da Companhia (https://ri.sequoialog.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.

Embu das Artes-SP, 29 de março de 2024
Sequoia Logística e Transportes S.A.

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Oficial do 2º Registro de Imóveis da Capital, faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que nos termos da escritura pública lavrada aos 06 de março de 2024 (Livro 4978, páginas 345/348), do 23º Tabelião de Notas desta Comarca da Capital, FÁBIO MORAES RODRIGUES, brasileiro, do comércio, portador da cédula de identidade RG n° 11.943.548-SSP/SP e inscrito no CPF sob n° 013.037.388-56, e sua mulher MÔNICA BUENO DE AVELLAR PIRES, brasileira, professora, portadora da cédula de identidade RG n° 17.548.457-SSP/SP e inscrita no CPF sob n° 148.396.688-76, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Coronel Melo de Oliveira, n° 190, apto. 31, Perdizes, *INSTITUIRAM*, como lhes faculta o Código Civil Brasileiro, em seu artigo n° 1711 e seguintes, bem como a Lei 8.009 de 29 de março de 1990, e ainda em conformidade com os artigos nºs 260 a 265 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos, BEM DE FAMÍLIA, pelo valor atribuído de R$-1.100.000,00, sobre o APARTAMENTO SOB N° 31, localizado no 3o andar ou 3° pavimento do EDIFÍCIO PONTEVEDRA, situado na Rua Coronel Melo de Oliveira, n° 190, no 19° Subdistrito - Perdizes, do distrito, município, comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, minuciosamente descrito e caracterizado na matrícula n° 96.727, livro 2 – Registro Geral, junto ao 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, ficando dispensada a descrição pormenorizada de conformidade com o artigo 3º do Decreto número 93.240/86, que regulamentou a Lei n° 7.433/85; imóvel esse cadastrado na Prefeitura do Município de São Paulo, pelo contribuinte n° 022.067.0279-7, com o valor de referência de R$-1.683.030,00; imóvel esse adquirido pelos instituidores, pela escritura de permuta de 01 de fevereiro de 2018 (Livro 4978, página 205) e aditamento notarial retificativo de 03 de abril de 2018 (Livro 5030, páginas 267/268) ambas do 14º Tabelião de Notas de São Paulo, pelo valor de R$-1.100.000,00, devidamente registrado sob n° 8, na mencionada matrícula 96.727. Assim, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta publicação, reclamar, com base na legislação própria, contra essa instituição, por escrito e perante o Oficial que esta subscreve, na sede do 2º Registro de Imóveis desta Capital, sito na rua Vitorino Carmilo n° 576, Barra Funda, CEP 01153-000, nos dias úteis e no horário das 9:00 às 16:00.

Engibras Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 26.381.989/0001-14

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.930	20.113	22.211	20.484
Contas a receber e outros recebíveis	8	209.842	130.737	212.137	132.938
Estoques		8.397	5.840	8.936	6.070
Adiantamentos		4.173	4.764	4.206	4.848
Impostos e contribuições a recuperar		1.838	369	1.843	372
Despesas antecipadas	9	760	6.724	761	6.734
Total do ativo circulante		**246.940**	**168.547**	**250.093**	**171.446**
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	8	28.368	4.053	28.368	4.053
Total do realizável a longo prazo		**28.368**	**4.053**	**28.368**	**4.053**
Permanente					
Investimentos	10	311	345	-	-
Imobilizado	11	85.639	14.003	86.055	14.266
Intangível	12	24.855	24.855	53.246	37.467
Total do ativo não circulante		**139.173**	**43.256**	**167.669**	**55.785**
Total do ativo		**386.113**	**211.803**	**417.762**	**227.231**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	13	98.430	24.408	99.129	24.964
Empréstimos e financiamentos	14	8.968	1.905	8.968	1.905
Provisões e encargos trabalhistas		14.724	6.089	14.901	6.171
Obrigações fiscais		8.137	6.739	8.218	6.793
Adiantamento de clientes		71	12.475	86	12.475
Total do passivo circulante		**130.330**	**51.616**	**131.302**	**52.308**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	17.200	10.775	47.877	25.512
Provisão para Contingencias		315	15	315	15
Total do passivo não circulante		**17.515**	**10.790**	**48.192**	**25.527**
Patrimônio líquido					
Capital	15	224.627	144.727	224.627	144.727
Reserva legal		682	234	682	234
Reserva de lucros		12.959	4.435	12.959	4.435
Total do patrimônio líquido		**238.268**	**149.396**	**238.268**	**149.396**
Total do passivo e patrimônio líquido		**386.113**	**211.803**	**417.762**	**227.231**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**144.727**	**169**	**3.209**	**-**	**148.106**
Resultado do exercício	-	-	-	1.290	1.290
Transferência para reservas	-	65	1.226	(1.290)	-
Em 31 de dezembro de 2022	**144.727**	**234**	**4.435**	**-**	**149.396**
Integralização para aumento de capital 12.12.2023	79.900	-	-	-	79.900
Resultado do exercício	-	-	-	8.972	8.972
Transferência para reservas	-	449	8.523	(8.972)	-
Em 31 de dezembro de 2023	**224.627**	**682**	**12.959**	**-**	**238.268**

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	16	429.279	241.349	439.903	246.542
Custo dos serviços prestados		(375.915)	(224.673)	(386.369)	(230.072)
Lucro bruto		53.364	16.676	53.534	16.470
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais	17	(32.924)	(13.402)	(33.047)	(13.542)
Outras Receitas e despesas (liquidas)		(2.620)	-	(2.597)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		17.820	3.274	17.891	2.928
Receitas financeiras	18	1.462	866	1.573	894
Despesas financeiras	18	(10.277)	(2.445)	(10.478)	(2.520)
Resultado financeiro líquido		(8.815)	(1.579)	(8.905)	(1.626)
Resultado de equivalência patrimonial		(33)	(405)	-	-
Resultado antes dos impostos		**8.972**	**1.290**	**8.986**	**1.302**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(14)	(12)
Resultado do exercício		**8.972**	**1.290**	**8.972**	**1.290**

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro do Período	8.972	1.290	8.972	1.290
Outros Resultados Abragentes				
Outros resultados abrangentes	**8.972**	**1.290**	**8.972**	**1.290**

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	8.972	1.290	8.972	1.290
Resultado da equivalencia patrimonial	33	405	-	405
Resultado de alienação de imobilizado	10.517	-	11.327	-
Depreciação	3.461	1.107	3.449	1.107
	22.983	**2.802**	**23.748**	**2.802**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(103.420)	854	(103.514)	854
Estoques	(2.557)	4.757	(2.866)	4.757
Despesas antecipadas	5.964	2.364	5.973	2.364
Adiantamentos	591	5.034	642	5.034
Impostos e contribuições a recuperar	(1.469)	(4.304)	(1.471)	(4.304)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	74.022	(2.185)	74.165	(2.185)
Provisões e encargos trabalhistas	8.635	(907)	8.730	(907)
Obrigações fiscais	1.398	(728)	1.425	(728)
Adiantamento de clientes	(12.404)	6.638	(12.389)	6.638
Provisão para contingencias	300	15	300	15
Caixa líquido das atividades operacionais	**(5.957)**	**14.340**	**(5.257)**	**14.340**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capital Social Integralizado	79.900	-	79.900	-
Empréstimos e financiamentos	13.488	4.428	29.428	4.428
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	-	(750)	-	(750)
Aquisição de imobilizado/Intangível	(85.614)	(10.432)	(102.344)	(10.432)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.817**	**7.586**	**1.727**	**7.586**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**20.113**	**12.527**	**20.484**	**12.527**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**21.930**	**20.113**	**22.211**	**20.113**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**1.817**	**7.586**	**1.727**	**7.586**

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Engibras é uma sociedade anônima, constituída no dia 26 de julho de 2016, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 03, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obra de Barragens, Hidrelétricas, Usinas Nucleares, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) manutenção e montagem industrial de plantas diversas, exceto óleo & gás; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2024.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, as taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixas e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa	3	4	3	4
Bancos conta corrente	21.927	20.109	22.208	20.480
	21.930	**20.113**	**22.211**	**20.484**

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes Público / Misto	70.180	40.808	70.180	40.808
Clientes Privados Saneamento			2.295	2.215
Clientes Ajuste IFRS 15	27.314	4.040	27.314	4.040
SP Infra S/A	137.571	88.710	137.571	88.710
BRZ Infra S/A	3.135	1.218	3.135	1.218
Outros	10	14	10	-
	238.210	**134.790**	**240.505**	**136.991**
Circulante	209.842	130.737	212.137	132.938
Não circulante	28.368	4.053	28.368	4.053

9 Despesas Antecipadas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Seguros a apropriar	760	6.724	761	6.734
	760	**6.724**	**761**	**6.734**

10 Investimento

	Controladora 2023	Controladora 2022
Saneamento de Orlândia SPE S/A	311	345
	311	345

11 Imobilizado

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	2023 - 2.023 Líquido	2022 - 2.022 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Eqto de Campo	84.057	3.592	80.465	3.197	20
Equipamentos Especiais	-	-	-	480	10
Veiculos	2.748	82	2.666	-	20
Computadores e Periféricos	334	90	244	182	20
Móveis e Utensílios	37	7	30	346	10
Equipamentos de Instalação	-	-	-	268	10
Máquinas	-	-	-	28	10
Adiantamento p/ imob. Futuras	2.650	-	2.650	9.765	
	89.826	3.771	86.055	14.266	

Consolidado Custo	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.789	1.280	-	573	883	715	74	-	10.314
Adições	891	-	-	23	13	-	-	9.765	10.692
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.680	1.280	-	596	896	715	74	9.765	21.006
Adições	82.980	-	2.748	114	13	-	-	-	85.855
Baixas	(6.603)	(1.280)	-	(376)	(872)	(715)	(74)	(7.115)	(17.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.057	-	2.748	334	37	0	0	2.650	89.826

Depreciação	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.715)	(672)	-	(376)	(457)	(376)	(39)	-	(5.635)
Adições	(768)	(128)	-	(38)	(93)	(71)	(7)	-	(1.105)
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.483)	(800)	-	(414)	(550)	(447)	(46)	-	(6.740)
Adições	(3.413)	800	(82)	(43)	(1)	-	-	-	(2.739)
Baixas	4.304	-	-	367	544	447	46	-	5.708
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.592)	-	(82)	(90)	(7)	-	-	-	(3.771)

Imobilizado líquido	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Em 31 de dezembro de 2022	3.197	480	-	182	346	268	28	9.765	14.266
Em 31 de dezembro de 2023	80.465	-	2.666	244	30	-	-	2.650	86.055

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	2023 - 2.023 Líquido	2022 - 2.022 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Eqto de Campo	83.688	3.510	80.178	2.968	20
Equipamentos Especiais	-	-	-	480	10
Veiculos	2.697	75	2.622	-	20
Computadores e Periféricos	263	80	183	160	20
Móveis e Utensílios	11	5	6	334	10
Equipamentos de Instalação	-	-	-	268	10
Máquinas	-	-	-	28	10
Adiantamento p/ imob. Futuras	2.650	-	2.650	9.765	
	89.309	3.670	85.639	14.003	

Controladora Custo	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.997	1.280	-	376	871	715	74	-	10.313
Adições	442	-	-	197	12	-	-	9.765	10.416
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.439	1.280	-	573	883	715	74	9.765	20.729
Adições	82.851	-	2.697	66	-	-	-	-	85.614
Baixas	(6.602)	(1.280)	-	(376)	(872)	(715)	(74)	(7.115)	(17.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.688	-	2.697	263	11	0	0	2.650	89.309

Depreciação	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.715)	(672)	-	(376)	(457)	(376)	(39)	-	(5.635)
Adições	(756)	(128)	-	(37)	(92)	(71)	(7)	-	(1.091)
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.471)	(800)	-	(413)	(549)	(447)	(46)	-	(6.726)
Adições	(3.343)	-	(75)	(43)	-	-	-	-	(3.461)
Baixas	4.304	800	-	376	544	447	46	-	6.517
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.510)	-	(75)	(80)	(5)	-	-	-	(3.670)

Imobilizado líquido	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.968	480	-	160	334	268	28	9.765	14.003
Em 31 de dezembro de 2023	**80.178**	**-**	**2.622**	**183**	**6**	**-**	**-**	**2.650**	**85.639**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 27.

12 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 22 de dezembro de 2016.

Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Outorga	Rede de agua	Estação tratamento agua	Estação tratamento esgoto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	24.855	-	-	-	-	24.855
Adições	-	12.887	-	-	-	12.887
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.855	12.887	0	0	0	37.742
Adições	-	12.888	3.378	110	113	16.489
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.855	25.775	3.378	110	113	54.231

Amortização	Marcas e Patentes	Outorga	Rede de agua	Estação tratamento agua	Estação tratamento esgoto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022						
Adições	-	(275)	-	-	-	(275)
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	(275)	-	-	-	(275)
Adições	-	(654)	(52)	(3)	(1)	(710)
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	0	(929)	(52)	(3)	(1)	(985)

Intangível líquido	Marcas e Patentes	Outorga	Rede de agua	Estação tratamento agua	Estação tratamento esgoto	Total
Em 31 de dezembro de 2022	24.855	12.612	0	0	0	37.467
Em 31 de dezembro de 2023	24.855	24.846	3.326	107	112	53.246

Controladora

Custo	Marcas e Patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2022	24.855
Adições	
Baixas	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.855
Adições	
Baixas	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.855

Amortização	Marcas e Patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2022	
Adições	
Baixas	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0
Adições	
Baixas	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	0

Intangível líquido	Marcas e Patentes
Em 31 de dezembro de 2022	24.855
Em 31 de dezembro de 2023	24.855

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores nacionais	32.577	14.148	33.281	14.704
Direitos subempreiteiros	55.367	6.481	55.367	6.481
Subempreiteiros c/ retenção INSS	1.070	797	1.070	797
Outras contas a pagar	9.416	2.982	9.411	2.982
	98.430	**24.408**	**99.129**	**24.964**

14 Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Tipo de Encargo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Capital de giro	Pós Fixado-CETIP 100%	25.418	5.777	25.418	5.777
Mutuo		750	6.903	31.427	21.640
		26.168	**12.680**	**56.845**	**27.417**
Circulante		**8.968**	**1.905**	**8.968**	**1.905**
Não Circulante		**17.200**	**10.775**	**47.877**	**25.512**

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S/A	100,00%	224.627	224.627
	100,00%	**224.627**	**224.627**

15.2 Reserva Legal: Conforme previsto no estatuto social da Sociedade a empresa mantém 5% do lucro líquido à título de Reserva Legal. A reserva legal acumulada no exercício de 2023 é de R$682 (2022 foi de R$ 234).

16 Receitas Operacionais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de obras públicas	117.880	135.711	117.880	135.711
Receita de obras privadas	194.668	-	194.668	-
Receitas Saneamento	-	-	11.705	5.725
Receita de obras públicas - Consórcios	99.858	128.171	99.858	128.171
Direitos a faturar	39.022	-6.462	39.022	(6.462)
Receita bruta de vendas	451.428	257.420	463.133	263.145
Receita bruta de vendas	451.428	257.420	463.133	263.145
menos:				
ISS sobre vendas	(5.790)	(6.617)	(5.790)	(6.617)
INSS s/ receita bruta	116	(54)	116	(54)
ICMS	-	(8)	-	(8)
PIS sobre vendas	(2.934)	(1.672)	(3.126)	(1.767)
COFINS sobre vendas	(13.541)	(7.720)	(14.430)	(8.157)
Receita líquida	**429.279**	**241.349**	**439.903**	**246.542**

17 Despesas Administrativas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas Administrativas				
Serviços de terceiros	(18.503)	(6.086)	(18.615)	(6.086)
Despesas com pessoal	(13.818)	(6.411)	(13.818)	(6.551)
Depreciação/Amortização	(603)	(905)	(614)	(905)
	(32.924)	**(13.402)**	**(33.047)**	**(13.542)**

18 Resultado Financeiro

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas financeiras				
Juros pagos e incorridos	(2.003)	(2.100)	(2.003)	(2.100)
Despesas bancárias	(7.620)	(59)	(7.821)	(134)
Despesas financeiras - Consórcios	(654)	(286)	(654)	(286)
	(10.277)	(2.445)	(10.478)	(2.520)
Receitas Financeiras				
Juros e descontos recebidos	1.462	866	1.573	894
	1.462	866	1.573	894
Resultado Financeiro	**(8.815)**	**(1.579)**	**(8.905)**	**(1.626)**

19 Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). **Gerenciamento dos riscos financeiros:** Visão geral. Em geral as Companhias estão expostas aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber e outros créditos	238.210	134.790	240.505	136.991
Caixa e equivalentes de caixa	21.930	20.113	22.211	20.484
Saldo em 31 de dezembro	**260.140**	**154.903**	**262.716**	**157.475**

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do empreendimento negociado. A Companhia analisa novos e atuais clientes através de revisões periódicas que inclui informações de empresas de crédito (quando disponíveis), referências bancárias, documentações de cadastro e histórico do cliente. A gestão de risco entende que não há limite para aprovação de crédito em função da alta garantia do negócio que são os imóveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e empresas consolidadas detinham caixa e equivalentes de caixa de R$ 21.930 em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R$ 20.113), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **Garantias:** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Companhia e de pessoas ligadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Companhia adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos. **Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido.

20 Provisões Contingenciais: A empresa considera existir riscos efetivos de natureza trabalhista classificados como prováveis o montante de R$ 296.255,28. Já os classificados como possíveis somam o valor de R$ 1.021.245,28 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 387.914,34 em 2022).

21 Seguros: As políticas de seguro adotadas pela Companhia garantem cobertura levando em conta o risco e a natureza dos respectivos ativos

22 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

23 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretora Presidente
Elaine Cristina Ferreira
Diretor Corporativo
Felippe Soares Verdi

Contador
Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Engibras Engenharia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Engibras Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Engibras Engenharia S.A, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada ''Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis''. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 15 de fevereiro de 2024.

Approach Auditores - Independentes S/S - CRC 2SP023119/O-0
Leandro Antonio Marini Pires - Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROJETO LAKE S.A.

CNPJ: 39.578.864/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	532	55.044
Outros créditos		5	6
Total do ativo circulante		537	55.050
Investimento	6	481.376	488.201
Total do ativo não circulante		481.376	488.201
Total do ativo		481.913	543.251

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores	7	40	36
Debêntures	8	-	45.299
Imposto de renda e contribuição social	13	5	3
Dividendos		-	9.154
Outras contas a pagar		-	44
Total do passivo circulante		45	54.536
Debêntures	8	482.589	474.224
Total do passivo não circulante		482.589	474.224
Total do passivo		482.634	528.760
Patrimônio líquido	9		
Capital social		84.911	84.911
Custos de transação		(5.603)	(5.603)
Prejuízos acumulados		(80.029)	(64.817)
Total do patrimônio líquido		(721)	14.491
Total do passivo e patrimônio líquido		481.913	543.251

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Despesas administrativas e gerais	10	(243)	(399)
Amortização da mais-valia	6	(14.783)	(14.783)
Resultado equivalência patrimonial	6	67.728	60.179
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		52.702	44.997
Receitas financeiras	11	206	57
Despesas financeiras	11	(58.074)	(62.827)
Resultado financeiro		(57.868)	(62.770)
Resultado antes dos impostos		(5.166)	(17.773)
Imposto de renda e contribuição social	12	(56)	(21)
Prejuízo do exercício		(5.222)	(17.794)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(5.222)	(17.794)
Resultado abrangente total	(5.222)	(17.794)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Custos de transação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		84.911	(5.603)	(37.870)	41.438
Prejuízo do exercício		-	-	(17.794)	(17.794)
Destinação					
Dividendos intermediários	9.b	-	-	(143)	(143)
Dividendos Intercalares aprovados	9.b	-	-	(9.010)	(9.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		84.911	(5.603)	(64.817)	14.491
Prejuízo do exercício		-	-	(5.222)	(5.222)
Destinação					
Dividendos Intercalares	9.b	-	-	(9.990)	(9.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		84.911	(5.603)	(80.029)	(721)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: A Projeto Lake S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, possuí sede no Brasil, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311 - 10º andar. A Companhia foi constituída em 20 de novembro de 2020, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição por Ações. A Companhia tem por objeto social a participação em outras companhias, como sócio, acionista ordinário, acionista preferencial ou quotista atuando como *holding*. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no valor de R$ 721, principalmente em função das despesas dos encargos de variação monetária sobre debêntures e amortização anual da mais-valia do investimento superaram o resultado da equivalência patrimonial dos ultimos exercícios. A Companhia já esperava prejuízos nos primeiros anos de investimento e lucro nos próximos anos, considerando que a Tertúlia Participações e Administração S.A. (“Tertulia”) possui boa situação econômica e financeira, apresentando rentabilidade crescente nos últimos anos com lucro líquido de R$ 157.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 139.952 em 31 de dezembro de 2022), por consequência a Companhia estima que seu investimento continuará pagar dividendos crescentes e receita de equivalência patrimonial superiores às despesas recorrentes mencionadas acima. Adicionalmente, o principal passivo da Companhia são as Debêntures (Nota 8) cujo prazo de vencimento do principal e juros é no ano de 2042, com cláusula de antecipações (proporcionais) em caso de dividendos recebidos da Tertúlia. Dessa forma, a Companhia entende que continuará a honrar seus compromissos de curto e longo prazo com credores.

2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos procedimentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela administração em 28 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto indicado de outra forma. c) Uso de Estimativa e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas, despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição da vida útil da mais-valia (nota explicativa nº 6). d) Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa nº 13. e) Investimentos em coligada - O investimento da Companhia em sua coligada, é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), a partir da data da aquisição do mesmo. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimentos na coligada é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas. A participação societária na coligada é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. A Companhia reconheceu a mais-valia dos ativos, na data de aquisição na rubrica de investimento, com base na avaliação os valores justos do ativo líquido da investida. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3. Principais julgamentos e estimativas - a) Instrumentos financeiros - Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • **Valor justo por meio do resultado:** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. b) Recuperação ao valor recuperável (*impairment*) - No fim de cada exercício, a Companhia e suas coligadas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas coligadas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. c) Provisão - Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. d) Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente os encargos sobre os passivos financeiros que financiam a operação da Companhia. A despesas de juros é reconhecida no resultado a partir da mensuração via custo amortizado das debêntures emitidas pela Companhia. e) Tributos - A Empresa adota tributação com base no lucro presumido, e opta pelo recolhimento pelo regime de caixa, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda e contribuição social corresponde a 32% de suas receitas operacionais. Sobre estas bases somam-se as outras receitas auxiliares (preponderantemente as receitas financeiras). A periodicidade da apuração de impostos de renda e da contribuição social é trimestral. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente, são de 15% para o imposto de renda, 10% para imposto de renda adicional a R$ 60 (sessenta mil reais) e 9% para a contribuição social. f) Determinação do valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 - • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos à distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis (equivale ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivale ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 – Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação (equivale ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro); e Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivale ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	7	54.658
Aplicações financeiras de curto prazo	525	386
	532	**55.044**

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações em fundos de investimento de alta liquidez (d+0 para resgates e aplicações), respectivamente. A rentabilidade média do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 atrelada ao CDI das aplicações pós-fixadas e do fundo de investimento é de 100,30% do CDI (100,97% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se a operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

5. Transações com partes relacionadas: A controladora final da Companhia é a G5 Lake S.A. que detêm 99,99% das ações ordinárias que representam o seu capital social. Remuneração de pessoal-chave da Administração - No exercício findo em 31 de dezembro 2023, não houve remunerações fixas e variáveis para as pessoas-chaves da Administração. Remuneração ao acionista controlador - Em 30 de junho, 17 de julho e 18 de dezembro de 2023, a Companhia destinou e posteriormente pagou dividendos intercalares nos montantes de R$ 4.265, R$ 2.168 e R$ 3.556, respectivamente, ao acionista controlador G5 Lake S.A.

6. Investimento: A Companhia detem ações preferenciais equivalentes a 43% do capital social daTertúlia, companhia que tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como sócio ou quotista, controlada pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), e que possui 100% do capital social da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Prolagos”). A Prolagos é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Prolagos foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96, o objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro, contrato de concessão vigente a ter prazo de encerramento previsto para maio de 2041.

	2023	2022
Investimento – Tertúlia	224.403	216.445
Mais-valia de ativos	256.973	271.756
	481.376	**488.201**

6.1. Movimentação dos saldos de investimento

Investidas	Participação	Saldo em 2022	Equivalência Patrimonial	Dividendos Recebidos	Amortização mais-valia (i)	Saldo em 2023
Investimeto – Tertúlia	43,00%	216.445	67.728	(59.770)	-	**224.403**
Mais-valia de ativos	-	271.756	-	-	(14.783)	**256.973**
Total Investimento		**488.201**	**67.728**	**(59.770)**	**(14.783)**	**481.376**

Investida	Participação	Saldo em 2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos Recebidos	Amortização Mais-valia (i)	Saldo em 2022
Investimento – Tertúlia	43,00%	210.907	60.179	(54.641)	-	**216.445**
Mais-valia de ativos	-	286.539	-	-	(14.783)	**271.756**
Total Investimento		**497.446**	**60.179**	**(54.641)**	**(14.783)**	**488.201**

(i) A amortização da mais-valia dos ativos líquidos é calculada com base no prazo remanescente do contrato de concessão da investida indireta. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a taxa utilizada foi equivalente a 4,90% anual. As ações preferenciais da Tertúlia dão a Companhia (i) prioridade sem prêmio no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia; e (ii) distribuição de dividendos *pro rata* as ações ordinárias. As ações preferenciais farão jus, até o efetivo resgate da totalidade das ações preferenciais, a dividendos correspondentes a um percentual fixo do total dos dividendos distribuídos pela Tertúlia conforme definido no acordo de investimento. Ademais, a Companhia possuí o direito de nomear um dos administradores para o conselho de administração da Tertúlia. Conforme descrito nos termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, após 7 de fevereiro de 2023, a Tertúlia poderá, a qualquer tempo, resgatar, total ou parcialmente, as ações preferenciais mediante o resgate ou amortização das ações preferenciais emitidas.

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(5.222)	(17.794)
Ajustes para:			
Amortização da mais-valia	6	14.783	14.783
Imposto de renda	12	56	20
Encargos e variação monetária sobre debêntures	9	57.723	62.656
Amortização custo de captação	8	78	75
Resultado equivalência patrimonial	6	(67.728)	(60.179)
		(310)	(439)
Variações nos ativos e passivos			
Fornecedores	7	4	34
Obrigações fiscais		-	3
Outras contas a pagar e a receber		(43)	(3)
Dividendos recebidos	6	59.770	54.642
Juros pagos	9	(94.735)	(30.406)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(54)	(21)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(35.368)	23.809
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos	9	(19.144)	(6.144)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(19.144)	(6.144)
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(54.512)	17.665
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		55.044	37.379
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		532	55.044
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(54.512)	17.665

6.2 Informações das investidas: O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da coligada direta e indireta em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Investida direta Tertúlia	Investida indireta (i) Prolagos
% de participação	43,00%	43,00%
Quantidade de ações	500.000	-
Dados de 31 de dezembro de 2023		
Ativo circulante	113	431.637
Ativo não circulante	521.751	855.753
Ativo total	521.864	1.287.390
Passivo circulante	-	138.427
Passivo não circulante	-	627.212
Passivo total	-	765.639
Patrimônio líquido	521.864	521.751
Dados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023		
Receita líquida de serviços e vendas	-	633.908
Custo dos serviços prestados	-	(227.198)
Despesas gerais e administrativas	(7)	(76.080)
Equivalência patrimonial	157.514	-
Resultado financeiro	-	(91.847)
Imposto de renda e contribuição social	-	(78.269)
Lucro líquido do exercício	157.507	157.514

(i) A Tertúlia é detentora de 100% das ações da Prolagos.

	Investida direta Tertúlia	Investida indireta (i) Prolagos
% de participação	43,00%	43,00%
Quantidade de ações	500.000	-
Dados de 31 de dezembro de 2022		
Ativo circulante	120	239.546
Ativo não circulante	503.238	819.126
Ativo total	503.358	1.058.672
Passivo circulante	-	282.845
Passivo não circulante	-	272.590
Passivo total	-	555.435
Patrimônio líquido	503.358	503.237
Dados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022		
Receita líquida de serviços e vendas	-	556.065
Custo dos serviços prestados	-	(201.769)
Despesas gerais e administrativas	(1)	(62.528)
Equivalência patrimonial	139.955	-
Resultado financeiro	(2)	(83.171)
Imposto de renda e contribuição social	-	(68.642)
Lucro líquido do exercício	139.952	139.955

(i) A Tertúlia é detentora de 100% das ações da Prolagos.

7. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	40	36
	40	36

8. Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2023	2022
Debêntures	IPCA + 7,5 a.a.	Maio/2042	417.580	417.580	482.589	519.523
					482.589	519.523
Circulante					-	45.299
Não circulante					482.589	474.224

Em janeiro de 2021, a Companhia emitiu 415.930 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 1.000, as quais serão pagas em maio de 2042. Os juros serão pagos no vencimento do contrato junto ao principal da dívida.

Cronograma de amortização do principal dívida - As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização do principal dívida – debêntures

	2023	2022
2042	483.000	475.713
	483.000	475.713

	2023	2022
Custo de captação (não circulante)	(1.411)	(1.489)
Total	482.589	474.224

Movimentação das dívidas	2023	2022
Saldo inicial	519.523	487.198
(-) Pagamento de juros	(94.735)	(30.406)
Provisão de juros (nota explicativa nº 11)	57.723	62.656
Amortização de custos de captação	78	75
Saldo final	482.589	519.523

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2023 totaliza o montante de R$ 1.411 (R$ 1.489 em 31 de dezembro de 2022, esses custos são amortizados pelo prazo das debêntures emitidas. A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* qualitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes às debêntures estão adimplentes pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. Cumulativamente à remuneração, os debenturistas possuem o direito uma participação nos lucros da Companhia, que tenham sido a ela distribuídos pela Tertúlia, por meio das ações preferenciais, calculados pela Companhia a título de, mas não se limitando, qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que a Companhia venha a receber, inclusive, a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações relativamente às ações preferenciais.

9. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os acionistas os respectivos percentuais de participação, e as quantidades de ações estão assim apresentados:

Percentual do capital social	2023	2022
G5 Lake S.A.	99,99%	99,99%
G5 Partners Consultoria Participações Ltda.	0,01%	0,01%
	100,00%	100,00%
Número de ações		
G5 Lake S.A.	84.910	84.910
G5 Partners Consultoria Participações Ltda.	1	1
	84.911	84.911

b) Dividendos - De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, os dividendos a serem distribuídos sobre o lucro líquido ajustado será definido em Assembleia Geral. Conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das SAs”) o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 25% sobre o lucro líquido ajustado. Em 31 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o pagamento de dividendos de R$ 9.990 de natureza intercalar, sendo R$ 9.989 para G5 Lake S.A. e R$ 1 para G5 Partners Consultoria Participações Ltda. A liquidação financeira de tal remuneração a seus acionistas se deu no exercício de 2023. Os dividendos deliberados e pagos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido em decorrência de ser transação com acionistas.

c) Custos de transação - Referem-se ao custos de transação incorridos na emissão das ações preferenciais de coligada. Tais custos de transação foram contabilizados, por efeito reflexo, diretamente no patrimônio líquido da Companhia na determinação do valor do investimento via equivalência patrimonial.

10. Despesas por natureza

	2023	2022
Serviços de terceiros	(243)	(399)
	(243)	(399)
Despesas administrativas e gerais	(243)	(399)

11. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	206	57
Receitas financeiras	**206**	**57**
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre debêntures (nota explicativa nº 8)	(57.723)	(62.656)
Outras despesas financeiras	(351)	(171)
Despesas financeiras	**(58.074)**	**(62.827)**
Resultado financeiro	**(57.868)**	**(62.770)**

12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL): a) Imposto de renda e contribuição social correntes – lucro presumido - A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está apresentada como segue:

	2023	2022
Receitas financeiras sobre a realizados (100%)	206	58
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%)	206	58
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(56)	(21)

13. Instrumentos financeiros: Visão geral - A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito* - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2023	2022
Bancos conta movimento (nota explicativa nº4)	1	54.658
Aplicações financeiras de alta liquidez (nota explicativa nº4)	531	386
	532	**55.044**

Estrutura de gerenciamento de risco - *Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2023

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	40	40	-	-	-	-	-
Debêntures	482.589	1.026.807	-	-	-	-	1.026.807
	482.629	1.026.847	-	-	-	-	1.026.807

2022

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	36	36	36	-	-	-	-
Debêntures	519.523	1.039.345	45.299	-	-	-	994.046
	519.559	1.039.381	45.335	-	-	-	994.046

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de taxa de juros* - A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2023	2022
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	532	55.044
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	532	55.044
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	482.589	519.523
	482.589	519.523

Gerenciamento do capital - A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e aplicações pós-fixadas. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além das informadas:

	Nota	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2023
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4	532	-	532
Total		532	-	532
Passivo				
Fornecedores	7	-	40	40
Debêntures	8	-	482.589	482.589
Total		-	482.629	482.629

	Nota	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2022
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.044	-	55.044
Total		55.044	-	55.044
Passivo				
Fornecedores	7	-	36	36
Debêntures	8	-	519.523	519.523
Total		-	519.559	519.559

Valor justo - *Instrumentos financeiros derivativos* - A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. *Instrumentos financeiros “não derivativos”* - Para algumas das operações, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O comparativo entre o valor contábil e valor justo de debêntures em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrado abaixo:

2023	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	482.589	482.589
	482.589	482.589

2022	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	519.523	519.523
	519.523	519.523

Os valores justos de debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). *Hierarquia de valor justo* - Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; *Nível 2 - Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e *Nível 3 - Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). *Apuração do valor justo* - Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

14. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

15. Cobertura de seguros: A Companhia não possui seguros para cobertura de bens, interesses e responsabilidade.

RENATO KLARNET - Diretor

FABIANO RODRIGUES SEIXAS - CRC-SP 1SP19167303

isa CTEEP

Tibagi - Interligação Elétrica Tibagi S.A.

CNPJ/MF nº 27.967.152/0001-14

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$30.216 em comparação ao lucro do ano anterior de R$23.658, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 27,2% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de infraestrutura (i)	–	–	18.896	39,0	(100,0)
Operação e Manutenção (ii)	4.739	13,4	196	0,4	2.318,9
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	–	–	918	1,9	(100,0)
Remuneração dos ativos de concessão (iii)	32.242	91,4	30.623	63,1	5,3
Tributos sobre a receita (iv)	(1.342)	(3,8)	(1.830)	(3,8)	(26,7)
Encargos regulatórios (iv)	(348)	(1,0)	(305)	(0,6)	14,1
Receita operacional líquida	**35.291**		**48.498**		**(27,2)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos nos projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2022 de R$18.896 refere-se aos investimentos do Projeto Três Lagoas que entrou em operação em junho de 2022.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$4.739 comparada com R$196 em 2022, decorrente (i) variação positiva da parcela de ajuste e antecipação no valor de R$3.562; (ii) ajuste do ciclo tarifário da RAP 2023/2024 no valor de R$989.

(iii) A remuneração dos ativos da concessão somou R$32.242 em 2023 comparada com R$30.623 em 2022, a variação é explicada por: (i) R$127 referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão; (ii) efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal no montante de R$1.490.

(iv) As **deduções da receita operacional** somaram R$1.690 em 2023 frente a R$2.135 em 2022, pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$488, que acompanham a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção** totalizaram R$2.807 em 2023 comparado com R$21.730 em 2022, com concentração em serviço de terceiros e materiais. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. A redução deve-se, principalmente, ao investimento em obras no Projeto Três Lagoas, que entrou em operação comercial em junho de 2022.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	3.074	(17.126)
Materiais	(5.559)	(3.202)
Outros	(322)	(1.402)
	(2.807)	**(21.730)**

As **despesas - revisão Tarifária Periódica ("RTP")** totalizaram R$5.921, o valor refere-se a impacto decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP no montante de R$6.146; reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica (RTP) de R$221.

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R$584 em 2023 comparada com R$1.740 em 2022, devido principalmente, pela redução de: (i) R$592 em serviços de terceiros; (ii) R$330 decorrente de reconhecimento, em 2022, de provisão de demandas judiciais e;

As **outras receitas (despesas) operacionais, líquidas** totalizaram receita de R$4.524 em 2023.

O **resultado financeiro** apresenta receita financeira de R$1.009 em 2023 comparada com receita de R$265 em 2022, devido ao aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiram R$1.296 em 2023 em comparação com R$1.635 em 2022, diretamente proporcional a variação das receitas.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	1.909	66
Aplicações Financeiras	8.2	17.800	2.465
Ativo da concessão	5.3	23.042	22.272
Estoques		52	–
Tributos e contribuições a compensar		90	4
Despesas Pagas Antecipadamente		61	–
Outros		201	–
		43.155	**24.807**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	255.619	253.997
Estoques		83	39
		255.702	**254.036**
Imobilizado	9.2	66	94
Intangível		1	14
		67	108
		255.769	**254.144**
Total do ativo		**298.924**	**278.951**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		10	14
Fornecedores		124	5
Parcela de ajuste	15.4	3.384	–
Tributos e encargos sociais a recolher	10	688	579
Encargos regulatórios a recolher	11.2	21	56
Dividendos a Pagar	20.1.3	9.572	11.896
Contas a pagar	12	240	218
Outros		22	–
		14.061	**12.768**
Não circulante			
Arrendamento		56	82
Fornecedores		8	4.513
Provisões para demandas judiciais	13.2	1.674	1.549
PIS e COFINS diferidos	6.2	9.929	9.972
Encargos regulatórios a recolher	11.2	224	105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	8.397	8.427
		20.288	**24.648**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	180.870	180.870
Reservas de lucros	14.3	83.705	60.665
		264.575	**241.535**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**298.924**	**278.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**165.399**	**2.795**	**39.831**	**–**	**208.025**
Integralização de capital	14.1	15.471	–	–	–	15.471
Lucro líquido do exercício		–	–	–	23.658	23.658
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	14.2.2	–	1.183	–	(1.183)	–
Constituição de retenção de lucros	14.2.2	–	–	16.856	(16.856)	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	(5.619)	(5.619)
Em 31 de dezembro de 2022		**180.870**	**3.978**	**56.687**	**–**	**241.535**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	30.216	30.216
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	14.2.2	–	1.511	–	(1.511)	–
Constituição de retenção de lucros	14.2.2	–	–	21.529	(21.529)	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	(7.176)	(7.176)
Em 31 de dezembro de 2023		**180.870**	**5.489**	**78.216**	**–**	**264.575**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	15.3	35.291	48.498
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(2.807)	(21.730)
Lucro bruto		**32.484**	**26.768**
(Despesas) receitas operacionais			
Perdas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	15.6	(5.921)	–
Gerais e administrativas	16	(584)	(1.740)
Outras receitas (despesas) operacionais		4.524	–
		(1.981)	(1.740)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**30.503**	**25.028**
Receitas financeiras	17	1.086	304
Despesas financeiras	17	(77)	(39)
		1.009	265
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**31.512**	**25.293**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18.2	(1.325)	(683)
Diferido	18.2	29	(952)
		(1.296)	(1.635)
Lucro líquido do exercício		**30.216**	**23.658**
Lucro por ação		**0,16707**	**0,13080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	30.216	23.658
Total dos resultados abrangentes do exercício	**30.216**	**23.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	30.216	23.658
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 16)	25	48
PIS e COFINS diferidos	(43)	1.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30)	952
Ativo da Concessão	(30.835)	(50.633)
Provisão para demandas judiciais	83	1.455
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	54	48
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.083)	(303)
	1.165	**(23.661)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	28.443	18.154
Tributos e contribuições a compensar	(86)	6
Estoques	(96)	(39)
Despesas Pagas Antecipadamente	61	–
Outros	(201)	–
	27.999	**18.121**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(4.386)	(1.713)
Tributos e encargos sociais a recolher	1.191	424
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.082)	(429)
Encargos regulatórios a recolher	84	85
Pagamento partes relacionadas	–	(507)
Contas a pagar	3.417	(13)
	(776)	**(2.153)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**26.058**	**(7.693)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(18.528)	(15.439)
Resgates de aplicações financeiras	3.817	14.691
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(14.711)**	**(748)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 14.1)	–	15.471
Pagamento de dividendos	(9.500)	(7.000)
Pagamentos de arrendamentos	(4)	(17)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(9.504)**	**8.454**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**1.843**	**13**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	66	53
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.909	66
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**1.843**	**13**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Tibagi S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 11 de abril de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
026/2017 (i)	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	21.485	06/23
006/2020 (ii)	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	5.770	06/23

Contrato nº 026/2017

(i) Composto pela linha de transmissão 230 kV Nova Porto Primavera - Rosana CD, com 2 x 18,2 km; Subestação 230/138 kV Rosana (novo pátio 230 kV) - (6+1 Res) x 83,33 MVA em série com 2 TR defasadores 138/138 kV de (2+1 Res) x 250 MVA cada. A Companhia entrou em operação comercial em 04 de dezembro de 2020. A entrada em operação ocorreu com oito meses de antecipação em relação ao prazo da ANEEL.

O Contrato de Concessão 026/2017 prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

Contrato nº 006/2020

(ii) Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Três Lagoas) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pela linha de transmissão Ilha Solteira - Três Irmãos C2, com extensão aproximada de 37 km. Em 26 de janeiro de 2021 a Companhia obteve a Licença de Instalação (LI) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) para o contrato 006/2020 (projeto Três Lagoas).

A Companhia, em 06 de dezembro de 2022, obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") para todo empreendimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 19 (b)).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13).
- Contabilização de contratos de concessão
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 6)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 6)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.1)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 17.1)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários e, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativo da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

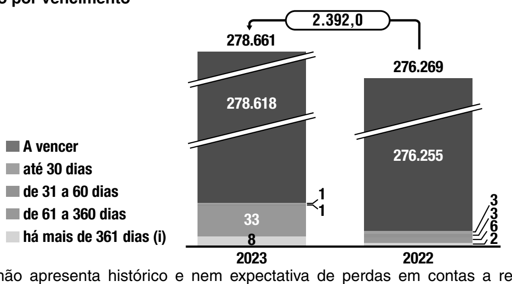
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.675	1.408
	1.675	**1.408**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	276.985	274.861
	278.661	**276.269**
Circulante	**23.042**	**22.272**
Não circulante	**255.619**	**253.997**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui, quando aplicável, parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**243.790**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	18.896
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	30.623
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 15.3)	918
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	196
Recebimentos	(18.154)
Saldos em 2022	**276.269**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	32.242
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	4.739
Perdas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) (nota 15.6)	(6.146)
Recebimentos	(28.443)
Saldos em 2023	**278.661**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**8.397**	**8.427**
PIS diferido	1.768	1.776
COFINS diferido	8.161	8.196
	9.929	9.972
	18.326	**18.399**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$8.397 (R$8.427 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		261	66
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	100,3%	1.648	–
		1.909	**66**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		13.850	2.465
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	108,8%	3.950	–
		17.800	**2.465**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

	2023	2022
Imobilizado	66	94
	66	**94**

9.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.2 Composição

	2023			2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis	102	(36)	66	94	11,8
	102	**(36)**	**66**	**94**	

9.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	46	61	(13)	–	94
	46	**61**	**(13)**	**–**	**94**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	94	14	(13)	(29)	66
	94	**14**	**(13)**	**(29)**	**66**

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Tibagi - Interligação Elétrica Tibagi S.A.

CNPJ/MF nº 27.967.152/0001-14

→★ continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

	2023	2022
Imposto de renda sobre o lucro	183	130
Contribuição social sobre o lucro	122	92
COFINS	74	69
PIS	16	15
INSS	96	57
ISS	5	13
Imposto de renda retido na fonte	8	3
Outros	184	200
	688	**579**

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

11.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 15.3).

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 15.3).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	245	161
	245	**161**
Circulante	**21**	**56**
Não circulante	**224**	**105**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Contas a pagar

	2023	2022
Parte relacionada (nota 19)	240	213
Outros	–	5
	240	**218**

13. Provisões e contingências

13.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

13.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui dez ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, sendo seis de natureza cível-fundiário no valor de R$1.328, três de natureza trabalhista-terceirizados no valor R$262 e uma de natureza cível no valor de R$84 totalizando R$1.674 (R$1.549 em 2022).

13.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seis ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão, sendo duas de natureza cível no valor de R$4.015, duas de natureza tributária no valor de R$1.741, uma de natureza trabalhista-terceirizados no valor de R$345 e uma de natureza cível-fundiário sem valor envolvido, com probabilidade de perda possível, totalizando R$6.101 (R$1.070 em 2022)

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 203.081.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social integralizado em 2023 e 2022 totaliza R$180.870 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 22 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$70.000, que será integralizado até 01 de julho de 2027.

14.2 Dividendos

14.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

14.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**30.216**	**23.658**
Constituição da reserva legal	(1.511)	(1.183)
	28.705	22.475
Constituição de retenção de lucros	(21.529)	(16.856)
Dividendos obrigatórios	(7.176)	(5.619)
	–	–

14.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	5.489	3.978
Retenção de lucros (ii)	78.216	56.687
	83.705	**60.665**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

15. Receita operacional líquida

15.1 Práticas Contábeis

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

15.2 Julgamentos e estimativas

15.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

15.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

15.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

15.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	–	18.896
Operação e Manutenção (b) (nota 5.5)	4.739	196
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (c) (nota 5.5)	–	918
Remuneração dos ativos da concessão (d) (nota 5.5)	32.242	30.623
Total da receita bruta	36.981	50.633
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.103)	(1.504)
PIS	(239)	(326)
	(1.342)	(1.830)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(265)	(220)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica -TFSEE	(83)	(85)
	(348)	(305)
	35.291	**48.498**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de dezembro de 2022, o ganho de eficiência refere-se ao empreendimento do contrato 006/2020 (Projeto Três Lagoas) que entrou em operação em 08 de junho de 2022 com um ano de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

(d) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

15.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

O saldo passivo, a título da Parcela de Ajuste - PA, em 31 de dezembro de 2023, é de R$3.384.

15.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
026/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

15.6 Resolução Homologatória nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP da Companhia com impacto contábil reconhecido no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor negativo de R$5.921 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 15.4) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

15.7 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 07 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 23/24		
Índice	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	21.446	844	–	–	22.290	(805)	21.485
IPCA	6.548	258	–	–	6.805	(1.035)	5.770

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investi-mentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
026/2017	–	22.290	(805)	–	–	–	21.485	19.588
006/2020	–	6.805	(1.035)	–	–	–	5.770	6.548
	–	**29.095**	**(1.858)**	**–**	**–**	**–**	**27.255**	**26.136**

16. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas:

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	3.074	(512)	2.562	(18.230)
Depreciação e amortização	–	(25)	(25)	(48)
Material	(5.559)	–	(5.559)	(3.202)
Demandas judiciais	–	(26)	(26)	(356)
Outros	(322)	(21)	(343)	(1.634)
	(2.807)	**(584)**	**(3.391)**	**(23.470)**

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.083	303
Juros ativos	1	–
Outras	2	1
	1.086	304
Despesas		
Juros sobre arrendamento	1	(2)
Variações monetárias	(46)	(20)
Outras	(32)	(17)
	(77)	(39)
	1.009	**265**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Práticas Contábeis

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

18.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**36.981**	**50.633**
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	3.279	4.516
Outras receitas	1.090	304
Base de cálculo	4.369	4.820
IRPJ e CSLL	(1.486)	(1.639)
Outros	190	4
Despesa com IRPJ e CSLL	**(1.296)**	**(1.635)**
Corrente	(1.325)	(683)
Diferido	29	(952)
	(1.296)	**(1.635)**

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos a pagar	CTEEP	9.572	11.896	–	–
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	79	58	(334)	(200)
Prestação de serviços	CTEEP	161	155	(2.557)	(2.873)
		9.812	**12.109**	**(2.891)**	**(3.073)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

20. Instrumentos financeiros

20.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

20.1.1 Ativos financeiros

20.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

20.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

20.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

20.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

20.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.909	66
Aplicações financeiras	2	17.800	2.465
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	1.675	1.408
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	132	4.518
Contas a pagar	–	240	218
Arrendamento			
Circulante	–	10	14
Não circulante	–	56	82
Dividendos a pagar	–	9.572	11.896

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

20.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	124	–	–	–	8	132	4.518
Arrendamento	1	2	7	–	56	66	96
	125	2	7	–	64	198	4.614

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	70.002	209
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			341

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	14	61
Dividendos a pagar	7.176	5.619

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Tibagi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Tibagi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Tibagi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$901 em comparação ao prejuízo do ano anterior de R$33.586, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:
A **receita operacional líquida** apresentou redução de 47,2% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de implementação da infraestrutura	115.137	74,8	274.840	94,2	(58,1)
Operação e manutenção	7.604	4,9	3.975	1,4	91,3
Remuneração dos ativos da concessão	38.230	24,8	24.891	8,5	53,6
Tributos sobre a receita	(5.878)	(3,8)	(11.086)	(3,8)	(47,0)
Encargos regulatórios	(1.072)	(0,7)	(860)	(0,3)	24,7
Receita operacional líquida	**154.021**		**291.760**		(47,2)

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 totalizou R$115.137, comparada com R$274.840 em 2022, a redução deve-se pela entrada em operação parcial do Projeto Triângulo Mineiro.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$7.604 em 2023, comparada com R$3.975 em 2022, devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) variação positiva de R$2.513 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2023/2024; (ii) parcela variável no valor de R$301 e variação positiva da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R$815.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$38.230 em 2023 comparada com R$24.891 em 2022, o aumento é explicado principalmente por: (i) aumento referente à atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$14.124, compensado por (ii) redução de R$785 por menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1].

(iv) As deduções da receita operacional apresentaram R$6.950 em 2023 e R$11.946 em 2022, variação devido pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$5.208, acompanhando a variação da receita bruta e encargos regulatórios em R$212.

1 IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção totalizaram R$150.702 em 2023 comparado com R$318.570 em 2022, com concentração em serviço de terceiros e materiais. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras (R$142.194 em 2023 e R$308.973 em 2022). A redução deve-se pela entrada em operação parcial do Projeto Triângulo Mineiro.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	(105.576)	(130.686)
Materiais	(43.536)	(184.486)
Arrendamentos e Aluguéis	(191)	(165)
Outros	(1.399)	(3.233)
	(150.702)	**(318.570)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$651 em 2023 comparadas com R$999 em 2022, explicadas principalmente por reversão de demandas judiciais cíveis e fundiárias no montante de R$434. As **outras receitas (despesas) operacionais, líquidas** totalizaram receita de R$2.918 em 2023 e despesa de R$47 em 2022, explicada principalmente pelo recebimento da indenização do seguro de equipamentos na subestação Neves no montante de R$2.813.
O **resultado financeiro** apresentou receitas financeiras no montante de R$500 em 2023 comparado com as receitas financeiras de R$261 em 2022, principalmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.
O **imposto de renda e a contribuição social** apresentaram uma redução 45,7% totalizando R$5.185 em 2023 comparado com R$9.549 em 2022, principalmente, aos impostos correntes e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	263	949
Aplicações financeiras	8.2	7.657	3.774
Ativo da concessão	5.3	42.437	18.101
Estoques	–	1.440	924
Tributos e contribuições a compensar	11.1	13	24
Despesas pagas antecipadamente	–	170	–
Outros	–	10	9
		51.990	**23.781**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	520.734	420.181
Estoques	–	245	407
		520.979	**420.588**
Imobilizado	9.2	564	480
Intangível	–	–	2
		564	**482**
		521.543	**421.070**
Total do ativo		**573.533**	**444.851**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento	–	80	64
Fornecedores	10	2.846	8.056
Tributos e encargos sociais a recolher	11.2	2.886	1.924
Encargos regulatórios a recolher	12.2	55	23
Partes relacionadas	19	701	435
Outros		309	230
		6.877	**10.732**
Não circulante			
Arrendamento	–	402	368
PIS e COFINS diferidos	6.2	20.341	15.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	17.217	13.470
Encargos regulatórios a recolher	12.2	101	8
Provisões para demandas judiciais	13.2	1.496	333
		39.557	**30.087**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	551.073	428.907
Prejuízo acumulado	14.2.2	(23.974)	(24.875)
		527.099	**404.032**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**573.533**	**444.851**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**139.321**	**435**	**2.069**	**6.207**	**–**	**148.032**
Aumento de capital	14.1	289.586	–	–	–	–	289.586
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(33.586)	(33.586)
Absorção do prejuízo	14.2.2	–	(435)	(2.069)	(6.207)	8.711	–
Em 31 de dezembro de 2022		**428.907**	**–**	**–**	**–**	**(24.875)**	**404.032**
Aumento de capital	14.1	122.166	–	–	–	–	122.166
Lucro líquido do exercício	14.2.2	–	–	–	–	901	901
Em 31 de dezembro de 2023		**551.073**	**–**	**–**	**–**	**(23.974)**	**527.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados
31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	15.3	**154.021**	**291.760**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(150.702)	(318.570)
Lucro bruto (Prejuízo)		**3.319**	**(26.810)**
Receitas (Despesas) operacionais			
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas		–	3.558
Gerais e administrativas e honorários da administração	16	(651)	(999)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.918	(47)
		2.267	2.512
Lucro (Prejuízo) líquido antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**5.586**	**(24.298)**
Receitas financeiras	17	711	311
Despesas financeiras	17	(211)	(50)
		500	261
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.086**	**(24.037)**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18.2	(1.438)	(819)
Diferidos	18.2	(3.747)	(8.730)
		(5.185)	(9.549)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**901**	**(33.586)**
Lucro (Prejuízo) líquido por ação		0,00164	(0,07831)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	901	(33.586)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**901**	**(33.586)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	901	(33.586)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 16)	83	69
PIS e COFINS diferidos	4.433	10.347
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.747	8.730
Demandas judiciais	1.334	(1.959)
Receita sobre aplicações financeiras	(328)	(223)
Ativo da Concessão	(160.971)	(307.399)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	11	44
	(150.790)	(323.977)
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	36.082	23.582
Estoques	(354)	700
Tributos e contribuições a compensar	11	13
Despesas pagas antecipadamente	(170)	7
Outros	(1)	98
	35.568	24.400
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(5.210)	11.630
Tributos e encargos sociais a recolher	1.993	2.188
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.031)	(645)
Encargos regulatórios a recolher	125	(26)
Partes relacionadas	266	(2)
Provisões	(220)	(840)
Outros	79	232
	(3.998)	12.537
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(119.220)**	**(287.040)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(23.486)	(19.664)
Regates de Aplicações financeiras	19.931	17.453
Aquisição de imobilizado	(35)	(31)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.590)**	**(2.242)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(42)	(68)
Aumento de capital (nota 14.1)	122.166	289.586
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**122.124**	**289.518**
Redução (aumento) líquida (o) de caixa e equivalentes de caixa	**(686)**	**236**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	949	713
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	263	949
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(686)**	**236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional
1.1 Objeto social
A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 13 de dezembro de 2006, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.
1.2 Concessão
A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de Correção	R$ mil	Mês base
004/2007 (i)	30	23.04.37	5	2027	IPCA	19.726	06/23
007/2020 (ii)	30	20.03.50	5	2025	IPCA	42.099	06/23

(i) Linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita, 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 172 km, com origem na Subestação Neves 1 e término na Subestação Mesquita, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais, que entrou em operação em 19 de dezembro de 2008.
(ii) Lote arrematado pela Controladora no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Triângulo Mineiro) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e/ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Nova Ponte - Araxá 3 e Nova Ponte - Uberlândia 10, com extensão aproximada de 173 km. O projeto obteve o Termo de Liberação de Receita ("TLR") junto ao ONS, com 20 meses de antecipação em relação ao prazo ANEEL. Em 31 de dezembro de 2023, o TLR faz jus ao recebimento de 77% do total da Receita Anual Permitida ("RAP") no montante de R$29.469 (ciclo tarifário 2023/2024).
O Contrato de Concessão nº 004/2007 prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados à infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.
2. Apresentação das demonstrações financeiras
As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.
Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação à ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.
2.1 Bases de elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.
Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.
2.2 Declaração de relevância
A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
2.3 Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.
Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:
• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.4);
• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13.1);
• Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1);
• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2);
• Determinação da margem de lucro (nota 15.2.1);
• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3);
• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 15.2.2);
• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 15.2.3);
2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias
Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR), que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.
Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.
3. Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações, estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.
3.1 Segmento de negócio
Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.
No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.
3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)
A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.
A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.
4. Normas e interpretações novas e revisadas
(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	**Alteração**	**Vigência a partir de**
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

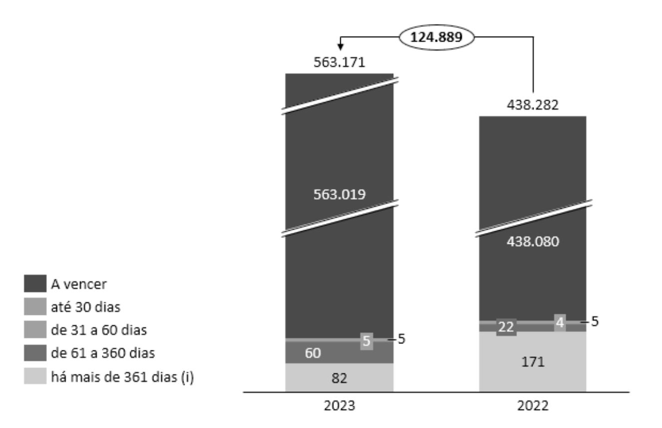
A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas
demonstrações financeiras.
(b) Revisadas e não vigentes

Norma	**Alteração**	**Vigência a partir de**
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.
(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.
A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.
5. Ativos da concessão
5.1 Prática contábil
Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.
O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.
O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.
O ativo da concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:
5.1.1 Ativo da concessão - financeiro
A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M" são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.
5.1.2 Ativo da concessão - contratual
Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.
O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).
Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.
A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.
As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.
5.2 Julgamentos e estimativas
5.2.1 Contabilização de contratos de concessão
Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual
A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.
5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual
Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.
A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e à estrutura de custo de capital individual dos projetos.
Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	5.018	1.800
	5.018	**1.800**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	558.153	436.482
	563.171	**438.282**
Circulante	**42.437**	**18.101**
Não circulante	**520.734**	**420.181**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).
5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.
(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.
A Companhia não apresenta histórico nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.
5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**154.465**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	274.840
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	24.891
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	3.975
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP) (nota 15.6)	3.693
Recebimentos	(23.582)
Saldos em 2022	**438.282**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	115.137
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	38.230
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	7.604
Recebimentos	(36.082)
Saldos em 2023	**563.171**

6. Impostos diferidos
6.1 Prática contábil
Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.
6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.217	13.470
PIS diferido	3.622	2.833
COFINS diferido	16.719	13.075
	20.341	15.908
	37.558	**29.378**

6.3 PIS e COFINS diferidos
O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.
6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos
O saldo de R$17.217 (R$13.470 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.
7. Caixa e equivalente de caixa
7.1 Prática contábil
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.
Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.
Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
7.2 Composição

	% do CDI	2022	2022
Caixa e bancos		263	206
Equivalentes de Caixa			
CDB	101,2%	–	743
		263	**949**

8. Aplicações financeiras
8.1 Prática contábil
As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		5.082	3.765
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	107,7%	2.575	9
		7.657	**3.774**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:
• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.
Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.
9. Imobilizado
9.1 Prática contábil
Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.
Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.
9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo período do prazo do arrendamento.
9.2 Composição
Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	-%
Arrendamento de imóveis	734	(265)	469	414	11,63%
Arrendamentos em veículos	149	(149)	–	–	–
Móveis e utensílios	2	(1)	1	1	6,25%
Máquinas e equipamentos	46	(6)	40	19	6,25%
Equipamentos de informática	30	(18)	12	15	16,67%
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	42	–	42	31	
	1.003	**(439)**	**564**	**480**	

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	373	105	(64)	–	414
Arrendamentos em veículos	1	–	–	–	1
Móveis e utensílios	11	–	(1)	9	19
Máquinas e equipamentos	–	–	(2)	17	15
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	26	31	–	(26)	31
	411	**136**	**(67)**	**–**	**480**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	414	153	(75)	(23)	469
Móveis e utensílios	1	–	–	–	1
Máquinas e equipamentos	19	–	(3)	24	40
Equipamentos de informática	15	–	(3)	–	12
Imobilizado em curso - equipamentos de informática	31	35	–	(24)	42
	480	**188**	**(81)**	**(23)**	**564**

10. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$2.846 (R$8.056 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

11. Tributos, encargos sociais e contribuições

11.1 Tributos e encargos sociais a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	12	24
COFINS	1	–
	13	**24**

11.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	286	126
Contribuição social	179	76
COFINS	144	61
PIS	31	13
INSS	467	516
ISS	43	918
Imposto de renda retido na fonte	28	–
ICMS	1.652	148
Outros	56	66
	2.886	**1.924**

12. Encargos regulatórios a recolher

12.1 Práticas contábeis

12.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 15.3).

• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 15.3).

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 15.3).

12.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	156	31
	156	**31**
Circulante	**55**	**23**
Não circulante	**101**	**8**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

13. Provisões e contingências

13.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

13.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui dez ações cíveis-fundiárias no valor de R$1.496 com probabilidade de perda provável (R$333 em 2022).

13.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 41 ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo de natureza cível-fundiário no valor de R$3.886 (R$2.440 em 2022).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 563.722.892 e, em 31 de dezembro de 2022 é de 494.722.892 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R$551.073 (R$428.907 em 2022)representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 22 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$410.000, que será integralizado até 01 de julho de 2027.

Em 27 de junho de 2023, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$69.000, que será integralizado até 31 de dezembro de 2027. Em 2023, foi integralizado em caixa, o valor de R$122.166.

14.2 Dividendos

14.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

14.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**901**	**(33.586)**
Absorção do prejuízo do exercício com reservas de lucros	–	8.711
Absorção de prejuízo acumulado	(901)	–
	–	**(24.875)**

14.2.3 Reservas e Retenção de lucros

Em 2023, o lucro líquido do exercício absorveu parcialmente o prejuízo acumulado e, desta forma, não houve destinação para as reservas e retenção de lucros.

Em 2022, o prejuízo do exercício de R$33.586, foi absorvido parcialmente pelos saldos das reservas legal, retenção de lucros e reserva especial de dividendo não distribuído, constituídas em exercícios anteriores, conforme previsto na legislação societária.

15. Receita operacional líquida

15.1 Práticas Contábeis

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

15.2 Julgamentos e estimativas

15.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance.*

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

15.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

15.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

15.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	115.137	274.840
Operação e Manutenção (a) (nota 5.5)	7.604	3.975
Receita de remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 5.5)	38.230	24.891
Total da receita bruta	160.971	303.706
Tributos sobre a receita		
COFINS	(4.831)	(9.112)
PIS	(1.047)	(1.974)
	(5.878)	(11.086)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(627)	(550)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(368)	(223)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(77)	(87)
	(1.072)	(860)
	154.021	**291.760**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

15.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
004/2007	3.050	01.07.2022	01.07.2022

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

15.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Outros	RAP Ciclo 23/24 REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 RAP Ciclo 23/24
IPCA	25.283	995	–	(6.533)	19.745	(19)	19.726

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica - Novos investimentos	Rede Básica - Licitada	Rede Básica - Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT - Novos investimentos	DIT - Licitada	DIT - Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
004/2007	–	19.745	(19)	–	–	–	19.726	24.585
	–	**19.745**	**(19)**	**–**	**–**	**–**	**19.726**	**24.585**

16. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023 Custos	2023 Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(105.576)	(860)	(106.436)	(131.499)
Depreciação e amortização	–	(83)	(83)	(69)
Materiais	(43.536)	–	(43.536)	(184.486)
Arrendamentos e aluguéis	(191)	–	(191)	(165)
Demandas judiciais	–	376	376	(54)
Outros	(1.399)	(84)	(1.483)	(3.296)
	(150.702)	**(651)**	**(151.353)**	**(319.569)**

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R$142.194 (R$308.973 em 2022). A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	511	303
Juros ativos	1	2
Variações monetárias	–	2
Outras	199	4
	711	311
Despesas		
Juros sobre arrendamento	(5)	(8)
Juros passivo	(30)	(1)
Variações monetárias	(1)	–
Multas	(114)	(14)
Outras	(61)	(27)
	(211)	(50)
	500	**261**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Práticas Contábeis

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

18.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	160.971	303.706
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	14.512	27.442
Outras receitas (nota 20)	716	311
Base de cálculo	15.228	27.753
IRPJ e CSLL	(5.177)	(9.436)
Outros	(8)	(113)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(5.185)**	**(9.549)**
Corrente	(1.438)	(819)
Diferido	(3.747)	(8.730)
	(5.185)	**(9.549)**

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	210	70	(541)	(252)
Prestação de serviços	CTEEP	491	365	(6.156)	(3.667)
		701	**435**	**(6.697)**	**(3.919)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP."

20. Instrumentos financeiros

20.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

20.1.1 Ativos financeiros

20.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

20.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

20.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

20.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

20.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	263	949
Aplicações financeiras	2	7.657	3.774
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	5.018	1.800
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	80	64
Não circulante	–	402	368
Fornecedores	–	2.846	8.056
Partes relacionadas	–	701	435

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

20.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teria que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(iv) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	2.538	–	308	–	–	2.846	8.056
Arrendamento	6	20	54	402	–	482	432
	2.544	**20**	**362**	**402**	**–**	**3.328**	**8.488**

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	01/12/22 a 01/06/24	175.315	376
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			508

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Outras transações		
Arrendamentos	153	105

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.197.233/0001-57

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$8.674 em comparação ao do ano anterior de R$14.819, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 33,4% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	%	2022	%	% Variação 2023/2022
Receita de implementação da infraestrutura	7.086	18,8	232	0,8	2.954,3
Operação e Manutenção	3.912	10,4	3.168	11,2	23,5
Remuneração dos ativos da concessão	28.988	76,9	26.666	94,4	8,7
Prestação de serviços	191	0,5	265	0,9	(27,9)
Tributos sobre a receita	(1.485)	(3,9)	(1.115)	(3,9)	33,2
Encargos regulatórios	(985)	(2,6)	(956)	(3,4)	3,0
Receita operacional líquida	**37.707**		**28.260**		**33,4**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 foi de R$7.086 comparada com R$232 em 2022, incremento de R$6.854 devido aos investimentos no projeto de melhorias na subestação Forquilhinha.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$3.912 em 2023, comparada com R$3.168 em 2022, devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) variação positiva de R$1.302 devido atualização monetária da RAP pelo IPCA, ciclo 2023/2024, compensado por (ii) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação no valor de R$247 e (iii) variação negativa da parcela variável de R$311.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$28.988 em 2023, comparada com R$26.666 em 2022, o aumento é explicado principalmente por: (i) variação positiva da atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita do contrato de concessão no valor de R$3.737 (ii) compensado pelo menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1] de R$ 1.415.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$2.470 em 2023 e R$2.071 em 2022, acompanhando a variação da receita bruta.

[1]IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizando R$30.568 em 2023 e R$10.544 em 2022, com concentração em serviços de terceiros e materiais. O aumento deve-se principalmente: (i) custos de implementação da infraestrutura decorrente dos investimentos nos projetos de melhorias na subestação Forquilhinha no montante de R$5.292; (ii) custos de O&M, substancialmente em serviços de terceiros e materiais referente projetos de melhorias sem RAP adicional no montante de R$10.509 e (iii) manutenção e conservação de linhas e subestações no montante de R$3.726.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	(18.045)	(8.615)
Materiais	(11.395)	(1.198)
Arrendamento de aluguéis	(216)	(591)
Outros	(912)	(140)
	(30.568)	**(10.544)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.525 em 2023 comparada com R$3.229 em 2022, devido principalmente a: (i) redução de execuções judiciais referente processos de desapropriação e indenizações no montante de R$885 somado (ii) com gastos em honorários advocatícios, auditoria e consultoria no montante de R$819.

As **outras receitas (despesas) operacionais, líquidas** totalizaram receita de R$2.463 em 2023 e despesa de R$11 em 2022, explicada principalmente pelo recebimento da indenização do seguro de equipamentos na subestação Forquilhinha no montante de R$2.500.

O **resultado financeiro** totalizou receita de R$2.813 em 2023 frente aos R$2.168 em 2022, devido ao aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras e redução em juros sobre empréstimos. Não há saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2023, pois foram liquidados no exercício de 2022.

A despesa com **imposto de renda e contribuição social** totalizou R$2.216 em 2023 comparado com R$1.825 em 2022, acompanhando a variação da receita bruta e receitas financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.462	6.460
Aplicações financeiras	8	8.949	16.200
Ativo da concessão	5	23.739	22.690
Estoques		734	267
Tributos e contribuições a compensar	10	313	200
Despesas Pagas Antecipadamente		49	–
Outros		126	12
		48.372	**45.829**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5	214.950	203.719
Estoques		1.386	2.275
Depósitos judiciais		5	5
Outros		77	–
		216.418	**205.999**
Imobilizado	9	1.447	216
Intangível		4	42
		1.451	**258**
		217.869	**206.257**
Total do ativo		**266.241**	**252.086**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		16	21
Fornecedores	12	4.216	636
Tributos e encargos sociais a recolher	10	889	575
Encargos regulatórios a recolher	11	25	39
Partes relacionadas	19	205	1.547
Dividendos a pagar	14.2	2.060	156
Outros		3.650	2.252
		11.061	**5.226**
Não circulante			
Arrendamento		89	123
Fornecedores	12	552	417
PIS e COFINS diferidos	6	8.695	8.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	7.310	6.939
Encargos regulatórios a recolher	10	205	105
Provisão para demandas judiciais	13	10.115	9.429
		26.966	**25.259**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	220.660	220.660
Reservas de lucros	14.3	7.554	941
		228.214	**221.601**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**266.241**	**252.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas e retenção de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**220.660**	**–**	**–**	**(13.722)**	**206.938**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	14.819	14.819
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal		–	55	–	(55)	–
Constituição de retenção de lucros		–	–	886	(886)	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	(156)	(156)
Em 31 de dezembro de 2022		**220.660**	**55**	**886**	**–**	**221.601**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	8.674	8.674
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	14.3	–	434	–	(434)	–
Constituição de retenção de lucros	14.3	–	–	6.179	(6.179)	–
Dividendos obrigatórios	14.3	–	–	–	(2.061)	(2.061)
Em 31 de dezembro de 2023		**220.660**	**489**	**7.065**	**–**	**228.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	15.3	37.707	28.260
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(30.568)	(10.544)
Lucro bruto		**7.139**	**17.716**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	16	(1.525)	(3.229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.463	(11)
		938	(3.240)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**8.077**	**14.476**
Receitas financeiras	17	2.859	2.467
Despesas financeiras	17	(46)	(299)
		2.813	2.168
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.890**	**16.644**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18.2	(1.845)	(1.678)
Diferido	18.2	(371)	(147)
		(2.216)	(1.825)
Lucro líquido do exercício		**8.674**	**14.819**
Lucro por ação		**0,03931**	**0,06716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.674	14.819
Total dos resultados abrangentes do exercício	**8.674**	**14.819**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.674	14.819
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 9)	63	60
PIS e COFINS diferidos	449	197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	371	147
Ativo da Concessão	(39.986)	(30.066)
Provisão para demandas judiciais	146	1.363
Rendimento sobre aplicações financeiras	(432)	(2.450)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	203
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.042	1.219
	(29.673)	**(14.508)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	27.706	24.419
Estoques	422	(1.568)
Tributos e contribuições a compensar	(112)	(30)
Despesas pagas antecipadamente	(49)	–
Depósitos judiciais	–	1
Outros	(192)	326
	27.775	**23.148**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	3.715	534
Tributos e encargos sociais a recolher	1.721	1.241
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.407)	(1.122)
Encargos regulatórios a recolher	86	(238)
Provisões	(494)	(4.082)
Partes relacionadas	(1.342)	1.455
Outros	1.370	(137)
	3.649	**(2.349)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.751**	**6.291**
Atividades de investimento		
Caixa restrito	–	908
Aplicações financeiras	(10.862)	(28.576)
Resgates de aplicações financeiras	18.545	23.808
Imobilizado (nota 9)	(1.260)	(73)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**6.423**	**(3.933)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal)	–	(9.286)
Pagamentos de empréstimos (juros)	–	(228)
Pagamentos de arrendamentos	(15)	(23)
Dividendos pagos	(157)	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(172)**	**(9.537)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.002**	**(7.179)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.460	13.639
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	14.462	6.460
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**8.002**	**(7.179)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Sul S.A. ("IESUL" ou "Companhia"), constituída em 23 de julho de 2008, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), desde setembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em setembro de 2018, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Cymi Construções e Participações S.A ("Cymi").

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
013/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	7.742	06/23
016/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	19.318	06/23

Contrato nº 013/2008

Subestação Scharlau, em 230/138kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 Km, com origem na subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, com entrada em operação no dia 9 de dezembro de 2010.

Contrato nº 016/2008

Subestação Forquilhinha em 230/69Kv com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 Kv, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100Km, com origem na nova subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 Km, com origem na subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, os quais estão contemplados no ativo contratual.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.1)
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13.1).
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 15.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 15.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 15.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de	
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes		(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*		(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"		(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores		(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

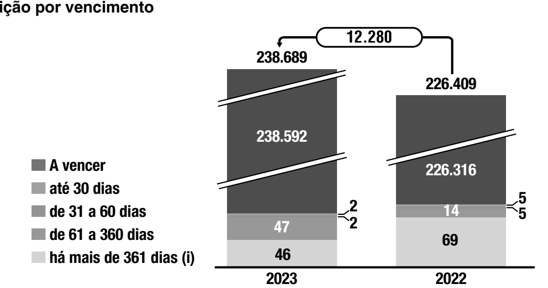
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	2.273	2.483
	2.273	**2.483**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	236.416	223.926
	238.689	**226.409**
Circulante	**23.739**	**22.690**
Não circulante	**214.950**	**203.719**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**220.762**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	232
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	26.666
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	3.168
Recebimentos	(24.419)
Saldos em 2022	**226.409**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	7.086
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	28.988
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	3.912
Recebimentos	(27.706)
Saldos em 2023	**238.689**

6 Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.310	6.939
PIS diferido	1.548	1.468
COFINS diferido	7.147	6.778
	8.695	8.246
	16.005	**15.185**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$7.310 (R$6.939 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7 Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		268	65
Equivalentes de caixa			
CDB	101,6%	14.194	6.395
		14.462	**6.460**

8 Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		6.377	12.051
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	105,7%	2.572	4.149
		8.949	**16.200**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9 Imobilizado

	2023	2022
Imobilizado	1.447	216
	1.447	**216**

9.1 Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.197.233/0001-57

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis (i)	191	(75)	116	140	10,95%
Máquinas e equipamentos	76	(5)	71	–	6,25%
Móveis e utensílios	3	(1)	2	3	6,25%
Equipamentos de informática	2	(2)	–	–	–
Imobilizado em curso	1.258	–	1.258	73	–
	1.530	**(83)**	**1.447**	**216**	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	142	20	(22)	140
Móveis e utensílios	3	–	–	3
Imobilizado em curso	–	73	–	73
	145	**93**	**(22)**	**216**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	140	28	(20)	(32)	116
Máquinas e equipamentos	–	–	(4)	75	71
Móveis e utensílios	3	–	(1)	–	2
Imobilizado em curso	73	1.260	–	(75)	1.258
	216	**1.288**	**(25)**	**(32)**	**1.447**

10 Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	278	191
Contribuição social retido na fonte	2	2
COFINS	27	6
PIS	6	1
	313	**200**

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	165	207
Contribuição social	140	137
COFINS	104	98
PIS	23	21
INSS	260	62
ISS	104	17
Imposto de renda retido na fonte	22	3
Outros	71	30
	889	**575**

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

11.1.1 Taxas Regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 15.3).

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 15.3).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	230	143
Taxa de fiscalização ANEEL	–	1
	230	**144**
Circulante	**25**	**39**
Não circulante	**205**	**105**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$4.768 (R$1.053 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras para serviços relativos à operação e manutenção.

13. Provisões e contingências

13.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

13.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui treze ações judiciais envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou com probabilidade de perda provável, sendo onze de natureza cível-fundiário no valor de R$10.003 e duas de natureza ambiental no valor de R$112, totalizando R$10.115 (R$9.429 em 2022).

13.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui dezoito ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo sete de natureza cível-fundiário no valor de R$2.910, três de natureza trabalhista-terceirizado no valor de R$369, três de natureza tributária no valor de R$11, duas de natureza cível no valor de R$1 e três de natureza ambiental no valor de R$1.024, totalizando R$4.315 (R$5.520 em 2022).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 221.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 totaliza R$220.660 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

14.2 Dividendos

14.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

14.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**8.674**	**14.819**
Absorção de prejuízos acumulados	–	(13.722)
Lucro líquido do exercício ajustado	**8.674**	**1.097**
Constituição da reserva legal	(434)	(55)
	8.240	1.042
Constituição de retenção de lucros	(6.179)	(886)
Dividendos obrigatórios	(2.061)	(156)
	–	–

14.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	489	55
Retenção de lucros (ii)	7.065	886
	7.554	**941**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

15. Receita operacional líquida

15.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

15.2 Julgamentos e estimativas

15.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

15.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

15.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

15.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5)	7.086	232
Operação e Manutenção (b) (nota 5)	3.912	3.168
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5)	28.988	26.666
Aluguéis	60	–
Prestação de serviços	131	265
Total da receita bruta	40.177	30.331
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.215)	(907)
PIS	(263)	(197)
ISS	(7)	(11)
	(1.485)	(1.115)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(646)	(642)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(246)	(222)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(93)	(92)
	(985)	(956)
	37.707	**28.260**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

15.4 Parcela Variável - PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

15.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

		RAP Ciclo 22/23						RAP Ciclo 23/24
Contrato	Índice	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Outros	REH 3.216	PA	Total
013/2008	IPCA	7.655	301	–	–	7.956	(213)	7.742
016/2008	IPCA	17.619	693	–	84	18.397	921	19.318

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
013/2008	–	7.956	(213)	–	–	–	7.742	7.237
016/2008	4.110	13.964	922	–	311	(1)	19.318	19.257
	4.110	**21.920**	**709**	**–**	**311**	**(1)**	**27.060**	**26.494**

16. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023			2022
	Custos	Despesas	Total	Total
Serviços	(18.045)	(704)	(18.749)	(10.137)
Materiais	(11.395)	–	(11.395)	(1.198)
Arrendamentos e aluguéis	(216)	–	(216)	(591)
Depreciação e amortização	–	(63)	(63)	(60)
Demandas judiciais	–	(724)	(724)	(1.609)
Outros	(912)	(34)	(946)	(178)
	(30.568)	**(1.525)**	**(32.093)**	**(13.773)**

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.775	2.450
Juros ativos	1	2
Variações monetárias	–	1
Outras	83	14
	2.859	2.467
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	(205)
Juros passivos	–	(2)
Variações monetárias	(24)	(18)
Outras	(22)	(74)
	(46)	(299)
	2.813	**2.168**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2020.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

18.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**39.986**	**30.066**
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	3.552	2.653
Outras receitas	2.859	2.731
Base de cálculo	6.411	5.384
IRPJ e CSLL	(2.180)	(1.829)
Outros	(36)	4
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.216)**	**(1.825)**
Corrente	(1.845)	(1.678)
Diferido	(371)	(147)
	(2.216)	**(1.825)**

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

		2023	2022	2023	2022
Natureza da operação	Partes relacionadas	Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	2.060	156	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	122	114	(434)	(410)
Prestação de serviços	CTEEP	83	1.433	(6.172)	(1.479)
		2.265	**1.703**	**(6.606)**	**(1.889)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

20. Instrumentos financeiros

20.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos á classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

20.1.1 Ativos financeiros

20.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

20.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

20.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

20.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

20.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	1	14.462	6.460
Aplicações financeiras	2	8.949	16.200
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	2.273	2.483
Depósitos judiciais	–	5	5
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	16	21
Não circulante	–	89	123
Fornecedores	–	4.768	1.053
Partes relacionadas	–	205	1.547

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

20.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 15.5).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	4.172	3	41	552	–	4.768	1.053
Arrendamento	1	4	11	77	12	105	144
	4.173	**7**	**52**	**629**	**12**	**4.873**	**1.197**

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	01/12/22 a 01/06/24	47.585	161
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			293

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

22 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	28	20
Dividendos a pagar	2.061	156

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da

Interligação Elétrica Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/MF nº 27.819.377/0001-23

Relatório da Administração Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023, apresentou lucro líquido de R$21.582 em comparação ao do ano anterior com R$31.586, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** apresentou redução de 0,04% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de implementação da infraestrutura	12.089	32,0	2.597	6,9	365,50
Remuneração dos ativos da concessão	18.873	50,0	26.728	70,8	(29,39)
Operação e Manutenção	8.538	22,6	10.159	26,9	(15,96)
Tributos sobre a receita	(1.443)	(3,8)	(1.390)	(3,7)	3,81
Encargos regulatórios	(325)	(0,8)	(347)	(0,9)	(6,34)
Receita operacional líquida	**37.732**		**37.747**		**(0,04)**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 totalizou R$12.089, comparada com R$2.597 em 2022, aumento refere-se aos investimentos no projeto de reforço na subestação de Lorena.

(ii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$18.873 em 2023 e R$26.728 em 2022, variação explicada principalmente por:

• Contrato 042/2017: redução de R$12.575, em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência do referido contrato (nota1.2);

• Contrato 021/2018: variação negativa de R$2.194 principalmente por menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1];

• Contrato 021/2011: variação positiva de R$6.914, em decorrência da incorporação parcial do acervo cindido da empresa IE Pinheiros em 2022 (nota 1.2).

(iii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$8.538 em 2023, comparada com R$10.159 em 2022, variação explicada principalmente por: (i) redução de R$5.242, em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato 042/2017 (nota 1.2); compensado por: (ii) aumento de R$1.185, em decorrência da incorporação do contrato 021/2011 cindido da empresa IE Pinheiros (nota 1.2); (iii) parcela variável no valor de R$89; (iv) variação positiva da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R$815; (v) variação positiva de R$1.532 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2023/2024.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$1.768 em 2023 e R$1.737 em 2022, basicamente pelo aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$53, acompanhando a variação da receita bruta somado à redução nos encargos regulatórios em R$22.

1 IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizando R$15.414 em 2023 e R$5.084 em 2022, com concentração em serviços de terceiros e materiais. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O aumento deve-se, basicamente, aos custos de implementação dos investimentos no projeto de reforço na subestação Lorena no montante de R$10.546 (R$13.252 em 2023 e R$2.706 em 2022).

	Custo de implementação da infraestrutura e O&M	
	2023	2022
Serviços de terceiros	(9.845)	(2.380)
Materiais	(4.226)	(2.302)
Outros	(1.343)	(402)
	(15.414)	**(5.084)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$456 em 2023 comparada com R$431 em 2022, não apresentaram variações relevantes, com aumento de 5,8%.

O **resultado financeiro** apresentou receitas financeiras no montante de R$1.499 em 2023 comparado com as receitas financeiras de R$849 em 2022, principalmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** apresentaram um aumento de 15,8% totalizando R$1.731 em 2023 comparado com R$1.495 em 2022, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre receita bruta e receitas financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	871	197
Aplicações financeiras	8.2	2.697	12.203
Ativo da concessão	5.3	15.184	14.660
Estoques	12.2	2.388	2.387
Tributos e contribuições a compensar	10.1	26	52
Despesas antecipadas	–	136	91
Outros	–	201	6
		21.503	**29.596**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	177.879	161.705
Estoques	12.2	5	178
		177.884	**161.883**
Imobilizado	9.2	52	94
Intangível	–	1	14
		53	108
		177.937	**161.991**
Total do ativo		**199.440**	**191.587**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento	–	8	14
Encargos regulatórios a recolher	11.2	22	43
Fornecedores	14	1.497	498
Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	422	339
Dividendos a Pagar	22.1.3	5.128	9.484
Contas a pagar	13	2.172	1.137
		9.249	**11.515**
Não circulante			
Arrendamento	–	47	82
Encargos regulatórios a recolher	11.2	214	119
PIS e COFINS diferidos	6.2	6.918	6.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	5.870	5.358
		13.049	**11.868**
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	106.137	106.137
Reserva de Lucros	16.3	71.005	62.067
		177.142	**168.204**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**199.440**	**191.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17.3	**37.732**	**37.747**
Custo de implementação da infraestrutura e operação e manutenção	18	(15.414)	(5.084)
Lucro bruto		**22.318**	**32.663**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(456)	(431)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(48)	–
		(504)	(431)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**21.814**	**32.232**
Receitas financeiras	19	1.553	917
Despesas financeiras	19	(54)	(68)
		1.499	849
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**23.313**	**33.081**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20.2	(1.219)	(1.084)
Diferido	20.2	(512)	(411)
		(1.731)	(1.495)
Lucro líquido do exercício		**21.582**	**31.586**
Lucro por ação		**0,20334**	**0,29760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	21.582	31.586
Total dos resultados abrangentes do exercício	**21.582**	**31.586**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**162.613**	**1.480**	**19.993**	**–**	**184.086**
Dividendos intermediários		–	–	(1.256)	–	(1.256)
Cisão parcial		(88.405)	–	(20.996)	–	(109.401)
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros		31.929	2.730	29.669	8.345	72.673
Lucro líquido do exercício		–	–	–	31.586	31.586
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16.2.2	–	1.996	–	(1.996)	–
Constituição de retenção de lucros	16.2.2	–	–	28.451	(28.451)	–
Dividendos obrigatórios	16.2.2	–	–	–	(9.484)	(9.484)
Em 31 de dezembro de 2022		**106.137**	**6.206**	**55.861**	**–**	**168.204**
Dividendos intermediários		–	–	(7.516)	–	(7.516)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	21.582	21.582
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16.2.2	–	1.078	–	(1.078)	–
Constituição de retenção de lucros	16.2.2	–	–	15.376	(15.376)	–
Dividendos obrigatórios	16.2.2	–	–	–	(5.128)	(5.128)
Em 31 de dezembro de 2023		**106.137**	**7.284**	**63.721**	**–**	**177.142**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.582	31.586
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 18)	24	49
PIS e COFINS diferidos	609	449
Imposto de renda e contribuição social diferidos	512	411
Ativo da Concessão	(39.500)	(39.484)
Receita sobre aplicações financeiras	(235)	(911)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(9)	–
	(17.017)	**(7.900)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	22.802	26.154
Estoques	172	(200)
Tributos e contribuições a compensar	26	(13)
Despesas antecipadas	(45)	–
Outros	(195)	(1)
	22.760	**25.940**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	999	(278)
Tributos e encargos sociais a recolher	1.065	369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(982)	(772)
Contas a pagar	1.035	218
Encargos regulatórios	74	91
	2.191	**(372)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.934**	**17.668**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(14.335)	(23.586)
Resgates de aplicações financeiras	24.076	14.363
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**9.741**	**(9.223)**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.000)	(8.284)
Pagamentos de arrendamentos	(1)	(13)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(17.001)**	**(8.297)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**674**	**148**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	197	49
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	871	197
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**674**	**148**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 11 de abril de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções. é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Incorporação e Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foram aprovadas as cisões parciais da Companhia e da empresa Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("IEPinheiros"), também controlada pela ISA CTEEP, com transferências de contratos de concessões, conforme descrito abaixo nos itens (a) e (b). As transferências dos contratos de concessão correspondem à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

(a) Incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros

Cisão parcial da empresa Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("IEPinheiros"), também controlada pela ISA CTEEP, com a transferência do contrato de concessão 021/2011 para a Companhia.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido pela IEPinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil de R$72.673, que resultou no aumento dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 021/2011
Ativo da concessão	77.916
PIS e COFINS diferidos	2.843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.400
Capital social	31.929
Reservas de lucros	32.399
Lucros acumulados	8.345

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da incorporação, foram absorvidas pelo acervo cindido.

(b) Cisão parcial

Cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato de concessão 042/2017 para a empresa Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("IEJaguar6"), também controlada pela ISA CTEEP.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R$109.401, que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 042/2017
Ativo da concessão	117.295
PIS e COFINS diferidos	4.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.613
Capital social	88.405
Reservas de lucros	20.996

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
021/2011	30	09.12.41	5 anos	2027	IPCA	8.063	06/23
021/2018	30	20.09.48	5 anos	2024	IPCA	14.346	06/23

Contrato nº 021/2011

Subestação Itapeti em 345/138/88 kV 600 MVA. As obras da Subestação Itapeti entraram em operação comercial no dia 09 de agosto de 2013.

Contrato nº 021/2018

Composto pela Subestação 500/230 kV Lorena com um banco de transformação de 1.200 MVA. As obras foram concluídas e entraram em operação em 29 de outubro de 2021.

Os Contratos de Concessão nº 021/2011 e 021/2018, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.4)
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 17.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 17.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 17.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários e, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

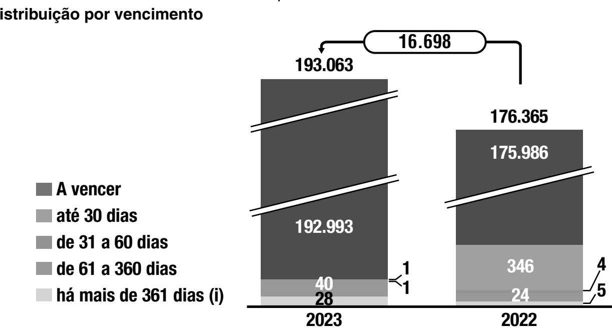
	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	2.198	2.232
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	190.865	174.133
	193.063	**176.365**
Circulante	**15.184**	**14.660**
Não circulante	**177.879**	**161.705**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**202.414**
Receita de infraestrutura (nota 17.3)	2.597
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.3)	26.728
Receita de operação e manutenção (nota 17.3)	10.159
Incorporação de parcela do acervo cindido da IEPinheiros	77.916
Cisão parcial	(117.295)
Recebimento	(26.154)
Saldos em 2022	**176.365**
Receita de infraestrutura (nota 17.3)	12.089
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.3)	18.873
Receita de operação e manutenção (nota 17.3)	8.538
Recebimento	(22.802)
Saldos em 2023	**193.063**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

"Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.870	5.358
PIS diferido	1.232	1.124
COFINS diferido	5.686	5.185
	6.918	6.309
	12.788	**11.667**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$5.870 (R$5.358 em 2022) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		346	65
Equivalentes de Caixa			
CDB	101,3%	525	132
		871	**197**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	106,9%	2.061	12.203
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		636	–
		2.697	**12.203**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/MF nº 27.819.377/0001-23

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado
9.1 Prática contábil
Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.
Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.
9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.
9.2 Composição
Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2023			2022	Taxas médias
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	anuais de depreciação
Arrendamento de imóveis	80	(28)	52	94	11,82
	80	(28)	52	94	

9.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	16	91	(13)	–	94
	16	91	(13)	–	94
	Saldos em 2022	**Adições**	**Depreciação**	**Baixas/ Transferências**	**Saldos em 2023**
Arrendamento de imóveis	94	2	(11)	(33)	52
	94	2	(11)	(33)	52

10. Tributos, encargos sociais e contribuições
10.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	26	52
	26	52

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	–	127
Contribuição social	101	94
INSS	166	29
COFINS	60	53
PIS	13	12
ISS	76	–
Imposto de renda retido na fonte	4	9
Outros	2	15
	422	339

11. Encargos regulatórios a recolher
11.1 Práticas contábeis
11.1.1 Taxas regulamentares
Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.
• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 17.3).
• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 17.3).
11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	236	162
	236	162
Circulante	22	43
Não circulante	214	119

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento da sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.
12. Estoques
12.1 Prática contábil
Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.
12.2 Composição
O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$2.393 (R$2.565 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação, operação e manutenção da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).
13. Contas a pagar

	2023	2022
Parte relacionada (nota 20)	1.833	448
Outros	339	689
	2.172	1.137

14. Fornecedores
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.
O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$1.497 (R$498 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.
15. Provisões e contingências
15.1 Prática contábil
As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.
15.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma ação judicial envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, de natureza tributária, sem valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda possível.
16. Patrimônio líquido
16.1 Capital social
O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é de 128.925.436, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.
A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e em 2022 totaliza R$106.137, representado por ações ordinárias.
As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
Em 30 de abril de 2021, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$30.000, que será integralizado até 1 de julho de 2025.
16.2 Dividendos
16.2.1 Prática contábil
A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.
16.2.2 Estatuto social - destinação do lucro
O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.
16.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	7.284	6.206
Retenção de lucros (ii)	63.721	55.861
	71.005	62.067

(i) Reserva legal
Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
(ii) Retenção de lucros
A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.
Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$7.516 (R$1.256 em 2022).
17. Receita operacional líquida
17.1 Prática contábil
A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.
17.2 Julgamentos e estimativas
17.2.1 Determinação da margem de lucro
A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.
A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.
A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.
17.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura
Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.
A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.
17.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção
Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.
17.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	12.089	2.597
Receita de operação e manutenção (b) (nota 5.5)	8.538	10.159
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.5)	18.873	26.728
Total da receita bruta	39.500	39.484
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.187)	(1.143)
PIS	(256)	(247)
	(1.443)	(1.390)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(216)	(249)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(109)	(98)
	(325)	(347)
	37.732	**37.747**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura
A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance,* o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.
"**(b) Operação e Manutenção**
As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.
(c) Remuneração dos ativos de concessão
A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.
17.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA
A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.
A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.
17.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP
Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.
Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.
A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:
a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.
As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
021/2011	3.050	01.07.2022	01.07.2022

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.3.
17.6 Reajuste anual da receita
A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 22/23			RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
Índice	**REH 3.067 (*)**	**Inflação**	**Outros**	**REH 3.216**	**PA**	**RAP Ciclo 23/24**
IPCA	8.124	322	(4)	8.442	(376)	8.063
IPCA	13.155	518	–	13.673	673	14.346

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.
A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT				
Contrato de concessão	**Novos investimentos**	**Licitada**	**Parcela de ajuste**	**Novos investimentos**	**Licitada**	**Parcela de ajuste**	**Total 2023**	**Total 2022**
021/2011	–	6.174	(375)	–	2.265	(1)	8.063	7.879
021/2018	–	13.673	673	–	–	–	14.346	13.155
	–	19.847	298	–	2.265	(1)	22.409	21.034

18. Custos de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023			2022
	Custos	**Despesas**	**Total**	**Total**
Serviços	(9.845)	(414)	(10.259)	(2.544)
Depreciação e amortização	–	(24)	(24)	(49)
Materais	(4.226)	–	(4.226)	(2.302)
Outros	(1.343)	(18)	(1.361)	(620)
	(15.414)	**(456)**	**(15.870)**	**(5.515)**

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura totalizaram R$13.252 em 2022 (R$2.706 em 2022). A respectiva receita de implementação infraestrutura, demonstrada na nota, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.
19. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.549	911
Juros ativos	1	1
Variações monetárias	–	1
Outras	3	4
	1.553	**917**
Despesas		
Juros passivos	(3)	(4)
Variações monetárias	(15)	(10)
Outras	(36)	(54)
	(54)	(68)
	1.499	**849**

20. Imposto de renda e contribuição social
20.1 Prática contábil
São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.
20.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social
21. Transações com partes relacionadas
Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

		2023	2022		2023	2022
Natureza da operação	**Partes relacionadas**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita/ (Despesa)**	**Receita/ (Despesa)**
Dividendos	CTEEP	5.126	–	9.848	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	66	–	67	(267)	(230)
Prestação de serviços	CTEEP	1.767	–	230	(2.714)	(1.746)
Repasse RAP (*)	IEPinheiros	–	5	–	–	–
Repasse RAP (**)	IEJaguar6	–	–	151	–	–
		6.959	**5**	**10.296**	**(2.981)**	**(1.976)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante.
O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.
Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.
(*) Valor a ser recebido em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente ao contrato 021/2011 (IEPinheiros) incorporado em 31 de outubro de 2022.
(*) Valor a pagar em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos 042/2017 (IEJaguar6) transferido em 31 de outubro de 2022.
Remuneração dos administradores
Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.
22. Instrumentos financeiros
22.1 Prática contábil
A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.
22.1.1 Ativos financeiros
22.1.1.1 Classificação e mensuração
Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").
A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:
• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
• *Custo Amortizado*
Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.
Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
22.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.
22.1.1.3 Baixa de ativos financeiros
A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
22.1.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
22.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	871	197
Aplicações financeiras	2	2.697	12.203
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	2.198	2.232
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	1.497	498
Contas a pagar	–	2.174	1.137
Arrendamento			
Circulante	–	8	14
Não circulante	–	47	82
Dividendos a pagar	–	5.128	9.484

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:
Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.
21.2 Gerenciamento de riscos
Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:
(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.
(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.
(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.
A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.
A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.489	–	8	–	–	1.497	498
Arrendamento	1	2	5	47	–	55	96
	1.490	**2**	**13**	**47**	**–**	**1.552**	**594**

22. Seguros
A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	60.986	182
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			314

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.
As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.
(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.
23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da incorporação (*)		
Transferência ativo da concessão	–	77.916
PIS/COFINS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(2.843)
IR/CS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(2.400)
Capital social	–	31.929
Reservas de lucros	–	32.399
Lucros acumulados	–	8.345
Transações oriundas da cisão parcial (**)		
Transferência ativos da concessão	–	(117.295)
PIS/COFINS diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	4.281
IR/CS diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	3.613
Outras transações		
Arrendamentos	2	91
Dividendos a pagar	5.128	9.484

(*) valores referentes a incorporação ocorrida em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2).
(**) valores referentes a cisão parcial da Companhia em 31 de outubro de 2022, com contrapartida em Capital social, Reservas de lucros e Lucros acumulados (nota 1.2).

Diretoria

Rui Chammas - Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno - Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal - Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada - Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira - Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Itapura S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Itapura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Itapura S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Aguapeí - Interligação Elétrica Aguapeí S.A.

CNPJ/MF nº 27.828.394/0001-27

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$59.268 em comparação ao ano anterior com R$107.687, conforme análises a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 17,5% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	% Variação 2023/2022
Receita de infraestrutura	3.170	3,3	1.714	1,5	84,9
Operação e Manutenção	16.808	17,5	29.281	25,2	(42,6)
Remuneração dos ativos de concessão	80.955	84,4	91.116	78,3	(11,2)
Tributos sobre a receita	(3.818)	(4,0)	(4.656)	(4,0)	(18,0)
Encargos regulatórios	(1.163)	(1,2)	(1.136)	(1,0)	2,4
Receita operacional líquida	**95.952**		**116.319**		**(17,5)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizado no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 foi de R$3.170 comparada com R$1.714 em 2022, incremento de R$1.456 devido aos investimentos feitos no projeto de reforço na subestação Baguaçu.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$16.808 em 2023, comparada com R$29.281 em 2022, devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação no valor de R$14.136, compensado por (ii) variação positiva de R$1.033 devido atualização monetária da RAP pelo IPCA, ciclo 2023/2024 e (iii) variação positiva da parcela variável de R$630.

(iii) A **remuneração dos ativos de concessão** somou R$80.955 em 2023, comparada aos R$91.116 em 2022, a variação negativa é explicada principalmente por: (i) menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1] de R$10.517; (ii) compensado pela variação positiva da atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita do contrato de concessão no valor de R$356.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$4.981 em 2023 e R$5.792 em 2022 acompanhando a variação da receita bruta.

[1]IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R$13.579 em 2023 e R$5.661 em 2022, com concentração em serviços e materiais. O aumento deve-se principalmente: (i) custos de implementação da infraestrutura decorrente dos investimentos nos projetos de reforços na subestação de Baguaçu no montante de R$7.572, com concentração em materiais.

	Custo de implementação da infraestrutura e O&M	
	2023	**2022**
Serviços de terceiros	(5.287)	(4.444)
Materiais	(7.872)	(1.217)
Outros	(420)	–
	(13.579)	**(5.661)**

As **despesas - revisão Tarifária Periódica ("RTP")** totalizaram R$21.373, o valor refere-se a impacto decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP no montante de R$22.182; reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de R$809.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$777 em 2023 comparada com R$752 em 2022, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** apresentou R$2.283 de receita financeira em comparação com R$2.328 de receita financeira do ano anterior, com variação substancialmente do aumento de multas fiscais e impostos sobre operações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiram R$3.238 em 2023 em comparação com R$4.547 em 2022 devido, principalmente, aos impostos diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	332	79
Aplicações Financeiras	7.2	9.973	4.333
Ativo da concessão	5.3	62.926	73.277
Estoques		380	775
Tributos e contribuições a compensar	10.1	132	39
Despesas pagas antecipadamente		109	25
Outros		259	5
		74.111	**78.533**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	629.509	629.475
Estoques		759	1.831
		630.268	**631.306**
Imobilizado	9.1.2	117	187
Intangível		1	14
		118	**201**
		630.386	**631.507**
Total do ativo		**704.497**	**710.040**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		17	29
Fornecedores	12	451	2.661
Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	951	1.228
Encargos Regulatórios	11.2	77	76
Dividendos a Pagar	14.2.2	14.076	25.576
Partes relacionadas	19	490	470
Contas a pagar		61	1.198
		16.123	**31.238**
Não circulante			
Arrendamento		100	164
PIS e COFINS diferidos	6.2	25.316	25.477
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	21.102	21.331
Encargos Regulatórios	11.2	634	376
		47.152	**47.348**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	351.108	351.108
Reservas de lucros	14.3	290.114	280.346
		641.222	**631.454**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**704.497**	**710.040**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas e retenção de lucros			
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucro acumulado**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021		**351.108**	**13.902**	**197.974**	**–**	**562.984**
Dividendos adicionais		–	–	(13.641)	–	(13.641)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	107.687	107.687
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	14.3	–	5.384	–	(5.384)	–
Constituição de retenção de lucros	14.3	–	–	76.727	(76.727)	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	(25.576)	(25.576)
Em 31 de dezembro de 2022		**351.108**	**19.286**	**261.060**	**–**	**631.454**
Dividendos adicionais		–	–	(35.424)	–	(35.424)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	59.268	59.268
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	14.3	–	2.963	–	(2.963)	–
Constituição de retenção de lucros	14.3	–	–	42.229	(42.229)	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	(14.076)	(14.076)
Em 31 de dezembro de 2023		**351.108**	**22.249**	**267.865**	**–**	**641.222**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15.3	**95.952**	**116.319**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(13.579)	(5.661)
Lucro bruto		**82.373**	**110.658**
Despesas operacionais			
Perdas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	15.5.1	(21.373)	–
Gerais e administrativas	16	(777)	(752)
		(22.150)	(752)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**60.223**	**109.906**
Receitas financeiras	17	2.413	2.385
Despesas financeiras	17	(130)	(57)
		2.283	2.328
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**62.506**	**112.234**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18.2	(3.466)	(3.204)
Diferido	18.2	228	(1.343)
		(3.238)	(4.547)
Lucro líquido do exercício		**59.268**	**107.687**
Lucro por ação		**0,16880**	**0,30671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	59.268	107.687
Total dos resultados abrangentes do exercício	**59.268**	**107.687**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	59.268	107.687
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 9)	36	64
PIS e COFINS diferidos	(161)	1.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(228)	1.343
Receita sobre aplicações financeiras	(1.154)	(2.378)
Ativo de Concessão	(78.751)	(122.111)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	2	12
	(20.988)	**(13.592)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	89.068	74.590
Estoques	1.467	(2.606)
Tributos e contribuições a compensar	(93)	112
Despesas antecipadas	(84)	–
Outros	(254)	(5)
	90.104	**72.091**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	6.219	6.381
Tributos e encargos sociais a recolher	(277)	2.698
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.165)	(2.249)
Encargos regulatórios a recolher	259	305
Provisões	–	(4)
Partes relacionadas	20	204
Contas a pagar	(6.401)	(3.771)
Outros	(26)	(828)
	(3.371)	**2.736**
Fluxo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**65.745**	**61.235**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(45.320)	(69.956)
Resgates de aplicações financeiras	40.834	88.459
Adições ao imobilizado (nota 9.1.3)	(3)	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(4.489)**	**18.503**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(61.000)	(79.670)
Pagamentos de arrendamentos	(3)	(28)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(61.003)**	**(79.698)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**253**	**40**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	79	39
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	332	79
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**253**	**40**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Aguapeí S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 11 de abril de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções, é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida RAP	
Contrato	**Prazo (anos)**	**Vencimento**	**Prazo**	**Próxima**	**Índice de correção**	**R$ mil**	**Mês-base**
046/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	74.219	06/23

Contrato nº 046/2017

Composto pela subestação 440/138 kV Baguaçu - (6+1 R) x 100 MVA; subestação 440/138 kV Alta Paulista - (6+1 R) x 133,33 MVA; seccionamento da linha de transmissão 440 kV Marechal Rondon - Taquaruçu - linha de transmissão 440 kV - 2 x 58 km; seccionamento da linha de transmissão 440 kV Ilha Solteira - Bauru C1 e C2 - linha de transmissão 440 kV - 4 x 1 km. A Companhia iniciou a operação comercial em 2 de fevereiro de 2021 com a energização da subestação Alta Paulista e 105 km de linhas de transmissão e em 4 de março de 2021 energizou a subestação Baguaçu e 16 km de linhas de transmissão, concluindo assim o empreendimento com seis meses de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.1)
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 15.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 15.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 15.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

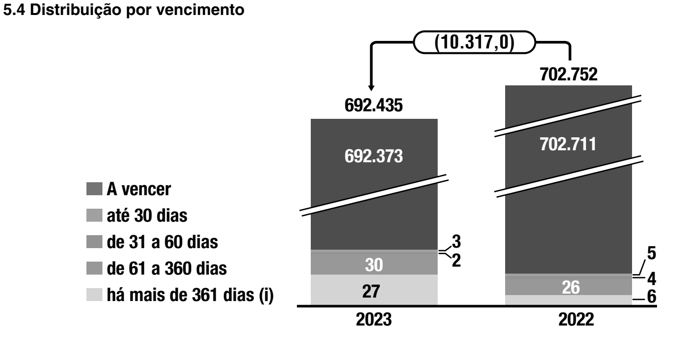
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	9.151	18.347
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	683.284	684.405
	692.435	**702.752**
Circulante	**62.926**	**73.277**
Não circulante	**629.509**	**629.475**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui, quando aplicável, parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**655.231**
Receita de implementação da infraestrutura (nota 15.3)	1.714
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	91.116
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	29.281
Recebimentos	(74.590)
Saldos em 2022	**702.752**
Receita de implementação da infraestrutura (nota 15.3)	3.170
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.3)	80.955
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	16.808
Perdas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP) (nota 15.5.1)	(22.182)
Recebimentos	(89.068)
Saldos em 2023	**692.435**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.102	21.331
PIS diferido	4.508	4.537
COFINS diferido	20.808	20.940
	25.316	25.477
	46.418	**46.808**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$ 21.102 (R$21.331 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		329	79
Equivalentes de caixa	100,3%	3	–
CDB (a)		–	–
		332	**79**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	107,4%	9.956	4.308
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		17	25
		9.973	**4.333**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

	2023	2022
Imobilizado	117	187
	117	**187**

9.1 Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

		2023		2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**%**
Arrendamento de imóveis (i)	176	(62)	114	187	11,72
Imobilizado em andamento	3	–	3	–	
	179	**(62)**	**117**	**187**	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Aguapeí - Interligação Elétrica Aguapeí S.A.

CNPJ/MF nº 27.828.394/0001-27

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	46	170	(29)	–	187
	46	170	(29)	–	187

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	187	13	(23)	(63)	114
Imobilizado em andamento	–	3	–	–	3
	187	16	(23)	(63)	117

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	13	3
Outros	119	36
	132	39

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	278	441
Contribuição social	285	349
COFINS	209	247
PIS	45	54
INSS	118	107
Imposto de renda retido na fonte	11	15
Outros	5	15
	951	1.228

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

11.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 15.3).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	711	452
	711	452
Circulante	77	76
Não circulante	634	376

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$451 (R$2.661 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.

13. Provisões e contingências

13.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

13.2 Demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo cuja probabilidade de perda seja provável (31 de dezembro de 2022 - R$4).

13.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui duas ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão, sendo uma ação de natureza cível-fundiária no valor de R$16 e uma ação de natureza tributária, sem valor envolvido, totalizando R$16 (R$14 em 2022)

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 398.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 totaliza R$351.108 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

14.2 Dividendos

14.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

14.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	59.268	107.687
Constituição da reserva legal	(2.963)	(5.384)
	56.305	102.303
Dividendos obrigatórios	(14.076)	(25.576)
Constituição de retenção de lucros	(42.229)	(76.727)
2023SP019847	–	–

14.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	22.249	19.286
Retenção de lucros (ii)	267.865	261.060
	290.114	**280.346**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base nos lucros retidos no montante de R$35.424.

15. Receita operacional líquida

15.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

15.2 Julgamentos e estimativas

15.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicada em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

15.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

15.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

15.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.3)	3.170	1.714
Operação e Manutenção (b) (nota 5.3)	16.808	29.281
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.3)	80.955	91.116
Total da receita bruta	**100.933**	**122.111**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(3.122)	(3.827)
PIS	(696)	(829)
	(3.818)	**(4.656)**
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(731)	(826)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(432)	(310)
	(1.163)	**(1.136)**
	95.952	**116.319**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

15.4 Parcela Variável - PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
046/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

15.5.1 Resoluções Homologatórias nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP da Companhia com impactos contábeis reconhecidos no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor negativo de R$21.373 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 15.4) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

15.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 Total
IPCA	72.615	2.858	–	–	75.473	(1.254)	74.219

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT				
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
046/2017	–	65.548	(1.593)	–	9.925	339	74.219	87.613
	–	65.548	(1.593)	–	9.925	339	74.219	87.613

16. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(5.287)	(707)	(5.994)	(5.098)
Depreciação e Amortização	–	(36)	(36)	(64)
Demandas judiciais	–	(2)	(2)	(2)
Materiais	(7.872)	–	(7.872)	(1.217)
Outros	(420)	(32)	(452)	(32)
	(13.579)	(777)	(14.356)	(6.413)

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R$8.751 em 2023 (R$1.034 em 2022). A respectiva receita de implementação infraestrutura, demonstrada na nota 15.3, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	2.408	2.378
Juros ativos	1	1
Variações monetárias	–	1
Outros	4	5
	2.413	2.385
Despesas		
Juros sobre arrendamento	(3)	(7)
Juros passivos	(6)	–
Variações monetárias	(53)	(23)
Outras	(68)	(27)
	(130)	(57)
	2.283	**2.328**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

18.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**100.934**	**122.111**
Presunção IRPJ 8%/CSLL 12%	9.073	10.991
Outras receitas	2.412	2.385
Base de cálculo	11.485	13.376
IRPJ e CSLL	(3.905)	(4.547)
Outros	667	–
Despesa com IRPJ e CSLL	**(3.238)**	**(4.547)**
Corrente	(3.466)	(3.204)
Diferido	228	(1.343)
	(3.238)	**(4.547)**

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da Operação	Partes relacionadas	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	14.076	25.576	–	–
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	142	154	(543)	(535)
Prestação de serviços	CTEEP	348	316	(5.183)	(3.873)
		14.566	**26.046**	**(5.726)**	**(4.408)**

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

20. Instrumentos financeiros

20.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

20.1.1 Ativos financeiros

20.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

20.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

20.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

20.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

20.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	332	79
Aplicações financeiras	2	9.973	4.333
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	9.151	18.347
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	17	29
Não circulante	–	100	164
Fornecedores	–	451	2.661
Contas a pagar	–	61	1.352
Dividendos a pagar	–	14.076	25.576

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

20.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 7.5).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	451	–	–	–	–	451	2.661
Arrendamento	1	4	12	87	13	117	193
	452	4	12	87	13	568	2.854

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	111.626	333
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			465

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Outras transações		
Arrendamentos	13	170

Diretoria

Rui Chammas	**Dayron Esteban Urrego Moreno**	**Carisa Santos Portela Cristal**	**Silvia Diniz Wada**	**Gabriela Desire Olimpio Pereira**
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da

Interligação Elétrica Aguapeí S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Aguapeí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Aguapeí S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.

CNPJ/MF nº 32.318.927/0001-60

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$11.393 em comparação ao do ano anterior de R$2.158, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 583,6% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	%	2022	%	% Variação 2023/2022
Receita de implementação da infraestrutura	33	18,8	–	–	880,0
Operação e Manutenção	2.499	10,4	255	11,3	539,2
Remuneração dos ativos da concessão	13.961	76,9	2.184	97,2	450,0
Tributos sobre a receita	(781)	(3,9)	(142)	(6,3)	450,0
Encargos regulatórios	(352)	(2,6)	(50)	(2,2)	600,0
Receita operacional líquida	**15.360**		**2.247**		**583,6**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 foi de R$33, devido aos investimentos no projeto de reforço na subestação Botucatu.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$2.499 em 2023 comparada com R$255 em 2022, devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento de R$4.651, em decorrência da incorporação dos contratos 143/20021 e 042/2017 cindidos das empresas IE Serra do Japi e IE Itapura (nota 1.2); (ii) variação positiva de R$126 devido atualização monetária da RAP pelo IPCA, ciclo 2023/2024, compensado por (ii) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação no valor de R$1.912 e (iii) variação negativa da parcela variável de R$621.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R$13.961 em 2023, comparada com R$2.184 em 2022, o aumento é explicado principalmente por: (i) variação positiva da atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita do contrato de concessão no valor de R$9.541 (ii) somado pelo efeito inflacionário do IGPM no contrato 143/2001 e do IPCA no contrato 042/2017 de R$ 2.236, com o período de doze meses em 2023 frente ao período de dois meses em 2022.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$1.133 em 2023 e R$192 em 2022, acompanhando a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R$1.377 em 2023, com concentração em serviços de terceiros e materiais.

	Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M 2023
Serviços de terceiros	(480)
Materiais	(583)
Outros	(314)
	(1.377)

As **despesas - revisão Tarifária Periódica ("RTP")** totalizaram R$2.527, o valor refere-se a impacto decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP no montante de R$2.623; reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica (RTP) de R$96.

As despesas gerais administrativas totalizaram R$230 em 2023, devido principalmente com gastos em honorários advocatícios e auditoria.

O **resultado financeiro** totalizou receita de R$1.112 em 2023 frente aos R$5 em 2022, devido basicamente ao aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

A despesa com **imposto de renda e contribuição social** totalizou R$945 em 2023 comparado com R$94 em 2022 devido, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre receita bruta e receitas financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.198	109
Aplicações Financeiras	8	2.812	2.124
Ativo da concessão	5	26.914	29.226
Tributos e contribuições a compensar		26	–
Crédito com partes relacionadas	16	–	297
Despesas Pagas Antecipadamente		32	–
Outros		–	1
		32.982	**31.757**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5	208.693	225.880
		208.693	**225.880**
Imobilizado		33	–
		33	**–**
		208.726	**225.880**
Total do ativo		**241.708**	**257.637**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		5	–
Fornecedores		10	–
Tributos e encargos sociais a recolher	9	330	265
Encargos Regulatórios	10	211	30
Dividendos a Pagar	11.2	2.706	512
Outros		259	–
		3.521	**807**
Não circulante			
Arrendamento		29	–
Encargos Regulatórios	10	127	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.701	6.152
PIS e COFINS diferidos	6	6.888	7.416
		12.745	**13.588**
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	159.864	159.864
Reserva de Lucros	11.3	65.578	83.378
		225.442	**243.242**
Total do passivo e patrimônio líquido		**241.708**	**257.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reservas e retenção de lucros: Reserva legal	Reservas e retenção de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		**1**	**–**	**–**	**–**	**1**
Integralização de capital		299	–	–	–	299
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.158	2.158
Incorporação do acervo cindido da IESerra do Japi e da IEItapura		159.564	5.436	76.296	–	241.296
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal		–	109	–	(109)	–
Constituição de retenção de lucros		–	–	1.537	(1.537)	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	(512)	(512)
Em 31 de dezembro de 2022		**159.864**	**5.545**	**77.833**	**–**	**243.242**
Dividendos adicionais		–	–	(26.488)	–	(26.488)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.393	11.393
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	11.3	–	570	–	(570)	–
Constituição de retenção de lucros	11.3	–	–	8.118	(8.118)	–
Dividendos obrigatórios	11.2.2	–	–	–	(2.705)	(2.705)
Em 31 de dezembro de 2023		**159.864**	**6.115**	**59.463**	**–**	**225.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	12.3	**15.360**	**2.247**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	13	(1.377)	–
Lucro bruto		**13.983**	**2.247**
Despesas operacionais			
Perdas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	12.5	(2.527)	–
Gerais e administrativas	13	(230)	–
		(2.757)	–
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**11.226**	**2.247**
Receitas financeiras	14	1.142	5
Despesas financeiras	14	(30)	–
		1.112	**5**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**12.338**	**2.252**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15.2	(1.396)	(169)
Diferido	15.2	451	75
		(945)	**(94)**
Lucro líquido do exercício		**11.393**	**2.158**
Lucro por ação		**0,07127**	**0,01349**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.393	2.158
Total dos resultados abrangentes do exercício	**11.393**	**2.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.393	2.158
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação	3	–
PIS e COFINS diferido	(528)	(63)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(451)	(76)
Ativo da Concessão	(13.870)	(2.439)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(424)	(5)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	2	–
	(3.875)	**425**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	33.369	2.336
Tributos e contribuições a compensar	(26)	–
Despesas pagas antecipadamente	(32)	–
Partes relacionadas	299	(298)
	33.610	**2.038**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	10	–
Tributos e encargos sociais a recolher	1.175	265
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.110)	–
Encargos regulatórios a recolher	288	50
Outros	260	–
	623	**315**
Fluxo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**30.358**	**1.928**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.170)	(2.119)
Resgates de aplicações financeiras	15.905	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(265)**	**(2.119)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	299
Pagamentos de arrendamentos	(4)	–
Dividendos pagos	(27.000)	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(27.004)**	**299**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.089**	**108**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	109	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.198	109
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**3.089**	**108**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 19 de novembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IESerra do Japi e IEItapura

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foram aprovadas as cisões parciais das empresas Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("IESerra do Japi") e Interligação Elétrica Itapura S.A. ("IEItapura"), também controladas pela ISA CTEEP, com as transferências dos contratos de concessões 143/2001 e 042/2017 para a Companhia. As transferências dos contratos de concessão correspondem a uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para as cisões foram elaborados laudos de avaliações por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. Os acervos cindidos pela IESerra do Japi e pela IEItapura e incorporados pela Companhia, correspondem aos valores líquidos contábeis de R$131.895 (contrato 143/2001) e R$109.401 (contrato 042/2017), respectivamente, que resultou no aumento dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 143/2001
Ativo da concessão	137.708
PIS e COFINS diferidos	3.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.615
Capital social	48.372
Reservas de lucros	83.523

	Contrato de concessão 042/2017
Ativo da concessão	117.295
PIS e COFINS diferidos	4.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.613
Capital social	111.192
Reservas de lucros	(1.791)

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
143/2001	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	18.962	06/23
042/2017	30	11.08.47	5	2023	IPCA	13.452	06/23

Contrato nº 143/2001

Linha de transmissão, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 137 quilômetros, com origem na Subestação de Chavantes e término na Subestação de Botucatu, ambas no Estado de São Paulo, as respectivas Entradas de Linha e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Contrato nº 042/2017

Composto pela Subestação 440 kV Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250) MVAr. As obras foram concluídas e entraram em operação em 11 de agosto de 2019.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados à infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevantes encontra-se uma tabela comparativa em relação à ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.2)
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 12.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 12.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 12.2.3)

2.5 Demonstrações contábeis regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrado na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o reconhecimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e à estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

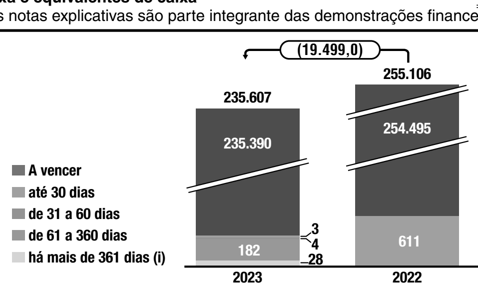
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.600	2.937
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	234.007	252.169
	235.607	**255.106**
Circulante	**26.914**	**29.226**
Não circulante	**208.693**	**225.880**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**–**
Incorporação de parcelas dos acervos cindidos da IESerra do Japi e IEItapura	255.003
Remuneração dos ativos da concessão (nota 12.3)	2.184
Receita de operação e manutenção (nota 12.3)	255
Recebimentos	(2.336)
Saldos em 2022	**255.106**
Receita de infraestrutura	33
Remuneração dos ativos da concessão (nota 12.3)	13.961
Receita de operação e manutenção (nota 12.3)	2.499
Perdas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP) (nota 12.5)	(2.623)
Recebimentos	(33.369)
Saldos em 2023	**235.607**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.701	6.152
PIS diferido	1.227	1.323
COFINS diferido	5.661	6.093
	6.888	7.416
	12.589	**13.568**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$5.701 (R$6.152 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		267	109
Equivalentes de caixa			–
CDB	101,9%	2.931	–
		3.198	**109**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	108,7%	2.812	2.124
		2.812	**2.124**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Tributos, encargos sociais e contribuições

9.1 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda sobre o lucro	96	107
Contribuição social sobre o lucro	121	61
COFINS	74	80
PIS	16	17
INSS	13	–
Imposto de renda retido na fonte	2	–
Outros	8	–
	330	**265**

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.

CNPJ/MF nº 32.318.927/0001-60

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Encargos regulatórios a recolher
10.1 Práticas contábeis
10.1.1 Taxas regulamentares
Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 12.3).
10.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	338	50
	338	**50**
Circulante	211	30
Não circulante	127	20

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.
11 Patrimônio líquido
11.1 Capital social
O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 159.865.533, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.
A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 totalizam R$159.864 e está representado por ações ordinárias.
As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
11.2 Dividendos
11.2.1 Prática contábil
A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.
11.2.2 Estatuto social - destinação do lucro
O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**11.393**	**2.158**
Constituição da reserva legal	(570)	(109)
	10.823	2.049
Dividendos obrigatórios	(2.705)	(512)
Constituição de retenção de lucros	(8.118)	(1.537)
	–	–

11.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	6.115	5.545
Retenção de lucros (ii)	59.463	77.833
	65.578	**83.378**

(i) **Reserva legal**
Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
(ii) **Retenção de lucros**
A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.
Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$26.488.
12 Receita operacional líquida
12.1 Práticas Contábeis
A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.
12.2 Julgamentos e estimativas
12.2.1 Determinação da margem de lucro
A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.
A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.
A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.
12.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura
Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.
A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por atraso na operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.
12.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção
Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.
12.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Implementação da infraestrutura (a) (nota 5)	33	–
Operação e manutenção (b) (nota 5)	2.499	255
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5)	13.961	2.184
Total da receita bruta	**16.493**	**2.439**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(642)	(117)
PIS	(139)	(25)
	(781)	**(142)**
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(301)	(50)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia - TFSEE	(51)	–
	(352)	**(50)**
	15.360	**2.247**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura
A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.
(b) Operação e Manutenção
As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.
(c) Remuneração dos ativos de concessão
A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.
12.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA
A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.
A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.
12.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP
Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.
Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.
A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:
a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.
As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
042/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.
(a) Resoluções Homologatórias nº 3.205
A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP Companhia com impactos contábeis reconhecidos no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor negativo de R$2.527 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 12.4) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto à ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.
Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.
12.6 Reajuste anual da receita
A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

		RAP Ciclo 22/23						RAP Ciclo 23/24
Contrato	**Índice**	**REH 3.067 (*)**	**Inflação**	**Reforços Melhorias**	**RTP**	**REH 3.216**	**PA**	**Total**
143/2001	IGP-M	20.260	(905)	–	–	19.355	(393)	18.962
042/2017	IPCA	14.514	571	–	–	15.085	(1.633)	13.452

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.
A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
143/2001	–	19.355	(393)	–	–	–	18.962	19.644
042/2017	–	15.085	(1.633)	–	–	–	13.452	13.718
	–	**34.440**	**(2.026)**	**–**	**–**	**–**	**32.414**	**33.362**

13. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total
Serviços	(480)	(224)	(704)
Depreciação e amortização	–	(3)	(3)
Material	(583)	–	(583)
Outros	(314)	(3)	(317)
	(1.377)	**(230)**	**(1.607)**

14. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.136	5
Juros ativos	2	–
Outras	4	–
	1.142	**5**
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	(2)	–
Variações monetárias	(8)	–
Outras	(20)	–
	(30)	**–**
	1.112	**5**

15. Imposto de renda e contribuição social
15.1 Prática contábil
São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.
15.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**16.493**	**2.439**
Presunção IRPJ 8% / CSLL 12%	1.423	150
Outras receitas	1.159	5
Base de cálculo	2.582	155
IRPJ e CSLL	(878)	(53)
Outros	(67)	(41)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(945)**	**(94)**
Corrente	(1.396)	(169)
Diferido	451	75
	(945)	**(94)**

16. Transações com partes relacionadas
Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023 Ativo	2022 Ativo	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	–	–	2.706	512	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	–	–	40	–	(76)	–
Prestação de serviços	CTEEP	–	–	257	–	(697)	–
Repasse RAP (*)	IEJA	–	146	–	–	–	–
Repasse RAP (*)	IETP	–	151	–	–	–	–
		–	**297**	**3.003**	**512**	**(773)**	**–**

(*) Valores a serem recebidos em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos 143/2001 (IESerra do Japi) e 042/2017 (IEItapura) transferido em 31 de outubro de 2022. Tais valores foram recebidos em 2023.
O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.
Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.
Remuneração dos administradores
Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.
17. Instrumentos financeiros.
17.1 Prática contábil
A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos á classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e à mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.
17.1.1 Ativos financeiros
17.1.1.1 Classificação e mensuração
Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").
A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:
• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
• *Custo amortizado*
Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.
Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
17.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.
17.1.1.3 Baixa de ativos financeiros
A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
17.1.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
17.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	1	3.198	109
Aplicações financeiras	2	2.812	2.124
Custo amortizado			
Contas a receber - Serviços de O&M	–	1.600	2.937
Crédito com partes relacionadas	–	–	297
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	10	–
Arrendamento			
Circulante	–	5	–
Não circulante	–	29	–
Dividendos a pagar	–	2.706	512

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:
Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.
17.2 Gerenciamento de riscos
Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:
(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.
(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 12.5).
(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.
A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.
A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

2023	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	10	–	–	–	–	10
Arrendamento	–	1	4	25	4	34
	10	**1**	**4**	**25**	**4**	**44**

18. Seguros
A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	42.226	126
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			258

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.
As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.
(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.
19. Transações que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da incorporação (*)		
Transferência ativo da concessão	–	255.003
PIS/COFINS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(7.479)
IR/CS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(6.228)
Capital social	–	159.564
Reservas de lucros	–	81.732
Outras transações		
Arrendamentos	36	–
Dividendos a pagar	2.705	512

(*) valores referentes à incorporação dos contratos 143/2001 da empresa IESerra do Japi e 042/2017 da empresa IEItapura, ocorrida em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2)

Diretoria

Rui Chammas	**Dayron Esteban Urrego Moreno**	**Carisa Santos Portela Cristal**	**Silvia Diniz Wada**	**Gabriela Desire Olimpio Pereira**
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora
Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 28 de março de 2024
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

CNPJ/MF nº 32.578.582/0001-84

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023, apresentou lucro líquido de R$11.210 em comparação ao ano anterior com R$2.228, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** apresentou aumento de 1.564,1% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de implementação da infraestrutura	24.469	64,0	–	–	–
Operação e Manutenção	759	2,0	–	–	–
Remuneração dos ativos de concessão	14.580	38,2	2.407	104,8	505,7
Tributos sobre a receita	(1.454)	(3,8)	(94)	(4,1)	1.446,8
Encargos regulatórios	(146)	(0,4)	(17)	(0,7)	758,8
Receita operacional líquida	**38.208**		**2.296**		**1.564,1**

(i) A **receita de infraestrutura da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 de R$24.469 refere-se à evolução da fase da obra do Projeto Jacarandá em fase pré-operacional.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$759 em 2023, explicada por recebimento de RAP do contrato 012/2008, em decorrência da incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros com a transferência do referido contrato (nota 1.2).

(iii) A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R$14.580 em 2023 e R$2.407 em 2022, explicada principalmente por: (i) aumento referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$8.498, somado a (ii) efeito inflacionário do IPCA em 2023 de R$3.675.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$1.600 em 2023 e R$111 em 2022, basicamente, devido ao aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$1.360, que acompanham a variação da receita bruta somado ao amento nos encargos regulatórios em R$129.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção,** totalizam R$26.781 em 2023, com concentração em serviços de terceiros e materiais, explicada principalmente pelo custo de implementação da infraestrutura decorrente dos investimentos no projeto Jacarandá em fase de construção no montante de R$23.343.

	Custo de implementação da infraestrutura e O&M 2.023
Serviços de terceiros	(4.094)
Materiais	(21.803)
Outros	(884)
	(26.781)

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$489 em 2023, explicada principalmente por despesas com serviços de terceiros no montante de R$473 decorrente dos serviços de auditoria externa, honorários advocatícios e publicações legais.

O **resultado financeiro** totalizou receita financeira de R$2.355 em 2023 comparado com R$1 de receita financeira do ano anterior, variação devido principalmente por rendimentos de aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos e atualização de indenizações judiciais.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** totalizaram R$2.013 em 2023 comparado com R$69 em 2022, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura, remuneração dos ativos da concessão e receitas financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	1.722	50
Aplicações Financeira	8.2	3.289	321
Ativo da concessão	5.3	12.151	11.473
Tributos e contribuições a compensar	12.1	28	–
Despesas Pagas Antecipadamente	–	47	–
Crédito com partes relacionadas	19	–	572
		17.237	**12.416**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	126.795	100.395
Estoques	10.2	4.733	–
		131.528	**100.395**
Imobilizado	9.2	113	–
		113	**–**
		131.641	**100.395**
Total do ativo		**148.878**	**112.811**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento	–	17	–
Fornecedores	11	3.423	–
Tributos e encargos sociais a recolher	12.2	210	87
Encargos Regulatórios	13.2	84	10
Dividendos a Pagar	20.1.3	5.999	3.337
Partes relacionadas	19	187	–
Outros		691	–
		10.611	**3.434**
Não circulante			
Arrendamento	–	98	–
Encargos Regulatórios	13.2	50	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	4.238	3.414
PIS e COFINS diferidos	6.2	5.029	4.052
		9.415	**7.473**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	68.059	49.659
Reserva de Lucros	15.3	60.793	52.245
		128.852	**101.904**
Total do passivo e patrimônio líquido		**148.878**	**112.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		**1**	–	–	–	**1**
Integralização de capital	15.1	100	–	–	–	100
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.228	2.228
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros	1.2	49.558	3.864	37.672	11.818	102.912
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	15.2.2	–	702		(702)	–
Constituição de retenção de lucros	15.2.2	–	–	10.007	(10.007)	–
Dividendos obrigatórios	15.2.2	–	–	–	(3.337)	(3.337)
Em 31 de dezembro de 2022		**49.659**	**4.566**	**47.679**	**–**	**101.904**
Integralização de capital	15.1	18.400	–	–	–	18.400
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.210	11.210
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	15.2.2	–	560	–	(560)	–
Constituição de retenção de lucros	15.2.2	–	–	7.988	(7.988)	–
Dividendos obrigatórios	15.2.2	–	–	–	(2.662)	(2.662)
Em 31 de dezembro de 2023		**68.059**	**5.126**	**55.667**	**–**	**128.852**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	**38.208**	**2.296**
Custo de implementação da infraestrutura	17	(26.781)	–
Lucro bruto		**11.427**	**2.296**
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(489)	–
Outras receitas (despesas) operacionais		(70)	–
		(559)	**–**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**10.868**	**2.296**
Receitas financeiras	18	2.380	1
Despesas financeiras	18	(25)	–
		2.355	**1**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**13.223**	**2.297**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(1.189)	(53)
Diferido	19.2	(824)	(16)
		(2.013)	**(69)**
Lucro líquido do exercício		**11.210**	**2.228**
Lucro por ação		**0,16471**	**0,04487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.210	2.228
Total dos resultados abrangentes do exercício	**11.210**	**2.228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.210	2.228
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 17)	10	–
PIS e COFINS diferidos	977	25
Imposto de renda e contribuição social diferidos	824	16
Ativo da Concessão	(39.808)	(2.407)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(204)	(1)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4	–
	(26.987)	**(139)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	12.730	876
Estoques	(4.733)	–
Tributos e contribuições a compensar	(28)	–
Despesas pagas antecipadamente	(47)	–
Partes relacionadas	572	(572)
	8.494	**304**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	3.423	–
Tributos e encargos sociais a recolher	1.173	122
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.050)	(35)
Encargos regulatórios a recolher	117	17
Partes relacionadas	187	–
Outros	691	–
	4.541	**104**
Fluxo de caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	**(13.952)**	**269**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(8.723)	(320)
Resgates de aplicações financeiras	5.959	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.764)**	**(320)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 15.1)	18.400	100
Pagamentos de arrendamentos	(12)	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**18.388**	**100**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.672**	**49**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	50	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.722	50
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**1.672**	**49**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 19 de novembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da empresa Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("IEPinheiros"), também controlada pela ISA CTEEP, com a transferência do contrato de concessão 012/2008 para a Companhia. A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido pela IEPinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil de R$102.912, que resultou no aumento dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 012/2008
Ativo da concessão	110.337
PIS e COFINS diferidos	4.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.398
Capital social	49.558
Reservas de lucros	41.536
Lucros acumulados	11.818

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
011/2022	30	30.09.52	5 anos	2028	IPCA	14.737	06/23
012/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	14.248	06/23

Contrato nº 011/2022

Composto pela Subestação 440/88 kV Água Azul - novo pátio de 88 kV e transformação 440/88 kV. O projeto, em fase de construção, está localizado em São Paulo. A previsão de entrada em operação é de 42 meses a partir da data de assinatura do contrato ocorrido em 30 de setembro de 2022, conforme estimativa da ANEEL.

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II, que entrou em operação comercial no dia 26 de dezembro de 2011.

O Contrato de Concessão 012/2008 prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.4)
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

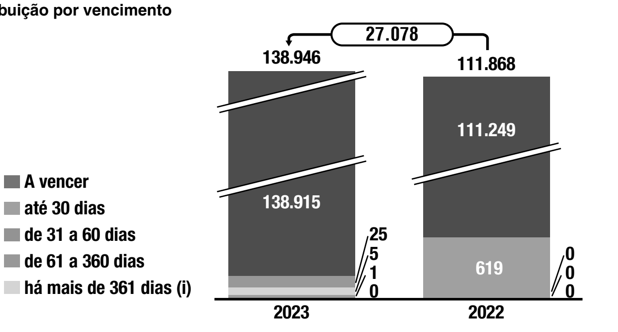
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.134	934
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	137.812	110.934
	138.946	**111.868**
Circulante	**12.151**	**11.473**
Não circulante	**126.795**	**100.395**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**–**
Incorporação de parcela do acervo cindido da IEPinheiros (nota 1.2)	110.337
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	2.407
Recebimentos	(876)
Saldos em 2022	**111.868**
Receita de implementação da infraestrutura (nota 16.3)	24.469
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	14.580
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	759
Recebimentos	(12.730)
Saldos em 2023	**138.946**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.238	3.414
PIS diferido	896	722
COFINS diferido	4.133	3.330
	5.029	4.052
	9.267	**7.466**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$4.238 (R$3.414 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		24	50
Equivalentes de caixa	102,3%		
CDB		1.698	–
		1.722	**50**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	109,4%	3.289	321
		3.289	**321**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

9.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de imóveis	123	(10)	113	16,67
	123	**(10)**	**113**	

9.3 Movimentação

	Saldos em 2022	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	–	123	(10)	–	113
	–	**123**	**(10)**	**–**	**113**

10. Estoques

10.1 Prática contábil

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

CNPJ/MF nº 32.578.582/0001-84

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$4.733 na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

11. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$3.423 na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

12. Tributos, encargos sociais e contribuições

12.1 Tributos e encargos sociais a compensar

	2023
Imposto de renda retido na fonte	28
	28

12.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda sobre o lucro	75	32
Contribuição social sobre o lucro	55	20
COFINS	37	28
PIS	8	6
INSS	22	–
Outros	13	1
	210	**87**

13. Encargos regulatórios a recolher

13.1 Práticas contábeis

13.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 16.3).

• **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (16.3).

13.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	134	17
	134	**17**
Circulante	**84**	**10**
Não circulante	**50**	**7**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14. Provisões e contingências

14.1 As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

14.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui três ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão, sendo uma de natureza cível no valor de R$517, uma de natureza tributária no valor de R$64 e uma de natureza ambiental, sem valor envolvido, totalizando R$581. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda possível.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 192.559.377 e, em 31 de dezembro de 2022 era de 49.559.377, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R$68.059 (R$49.659 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 27 de junho de 2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$143.000, que será integralizado até 31 dezembro de 2027. Em 2023, foi integralizado em caixa o valor de R$18.400.

15.2 Dividendos

15.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

15.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**11.210**	**2.228**
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros	–	11.818
	11.210	**14.046**
Constituição da reserva legal	(560)	(702)
	10.650	13.344
Dividendos obrigatórios (i)	(2.662)	(3.337)
Constituição de retenção de lucros	(7.988)	(10.007)
	–	–

(i) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 contemplam o valor do dividendo obrigatório, no montante de R$2.662 (R$3.337 em 2022), registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária. Contudo, a Administração da Companhia proporá em Assembleia de acionistas, a retenção desse saldo para investimentos previstos no projeto Jacarandá (contrato 011/2022).

15.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	5.126	4.566
Retenção de lucros (ii)	55.667	47.679
	60.793	**52.245**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

16. Receita operacional líquida

16.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	24.469	–
Operação e Manutenção (b) (nota 5.5)	759	–
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.5)	14.580	2.407
Total da receita bruta	**39.808**	**2.407**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.195)	(77)
PIS	(259)	(17)
	(1.454)	**(94)**
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(123)	(17)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(23)	–
	(146)	**(17)**
	38.208	**2.296**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance,* o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

16.4 Parcela Variável - PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.3.

16.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 23/24 REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 RAP Ciclo 23/24
IPCA	13.859	545	–	–	14.404	(156)	14.248
IPCA	14.179	558	–	–	14.737	–	14.737

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica: Novos investimentos	Rede Básica: Licitada	Rede Básica: Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT: Novos investimentos	Demais Instalações de Transmissão - DIT: Licitada	Demais Instalações de Transmissão - DIT: Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
012/2008	9	11.395	(180)	1.284	1.718	22	14.248	13.709
	9	**10.963**	**(106)**	**1.235**	**1.653**	**(44)**	**13.709**	**12.139**

17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total
Materiais	(21.803)	(473)	(22.276)
Serviços	(4.094)	–	(4.094)
Depreciação e amortização	–	(10)	(10)
Outros	(884)	(6)	(890)
	(26.781)	**(489)**	**(27.270)**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	399	1
Outras indenizações	1.981	–
	2.380	1
Despesas		
Juros sobre arrendamento	(5)	–
Variação monetária	(3)	–
Imposto sobre operações financeiras	(15)	–
Outros	(2)	–
	(25)	–
	2.355	**1**

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	39.808	2.407
Presunção IRPJ 8%/CSLL 12%	3.536	147
Outras receitas	2.380	1
Base de cálculo	5.916	148
IRPJ e CSLL	(2.011)	(50)
Outros	(2)	(19)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.013)**	**(69)**
Corrente	(1.189)	(53)
Diferido	(824)	(16)
	(2.013)	**(69)**

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da Operação	Partes relacionadas	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo	2023 Receita/Despesa
Dividendos a pagar	CTEEP	5.999	–	3.337	–
Repasse RAP (*)	IEPI	–	572	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal		137	–	–	(302)
Prestação de serviços		50	–	–	(500)
		6.186	**572**	**3.337**	**(802)**

(*) Valores a serem recebidos em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente ao contrato 012/2008 transferido em 31 de outubro de 2022.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21. Instrumentos financeiros

21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)*

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.722	50
Aplicações financeiras	2	3.289	321
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	1.134	934
Passivos financeiros			
Arrendamento	–		
Circulante	–	17	–
Não circulante	–	98	–
Fornecedores	–	3.423	–
Partes relacionadas	–	187	–
Dividendos a pagar	–	5.999	3.337

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

2023	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.891	1.532	–	–	–	3.423
Arrendamento	1	4	12	98	–	115
	1.892	**1.536**	**12**	**98**	**–**	**3.538**

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	55.497	166
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			298

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da incorporação (*)		
Transferência ativo da concessão	–	110.337
PIS/COFINS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(4.027)
IR/CS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(3.398)
Capital social	–	49.558
Reservas de lucros	–	41.536
Lucros acumulados	–	11.818
Outras transações		
Arrendamentos	123	–
Dividendos a pagar	2.662	3.337

(*) valores referentes a incorporação ocorrida em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2)

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.



isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

CNPJ/MF nº 32.318.903/0001-01

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023, apresentou lucro líquido de R$83.688 em comparação ao ano anterior com R$9.638, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** apresentou aumento de 798,5% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de implementação da infraestrutura (i)	20.594	19,3	2.085	17,5	887,7
Operação e Manutenção (ii)	18.484	17,3	64	0,5	28.781,3
Remuneração dos ativos de concessão (iv)	72.484	67,9	10.322	86,8	602,2
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (iii)	131	0,1	–	–	–
Tributos sobre a receita (v)	(4.090)	(3,8)	(509)	(4,3)	703,5
Encargos regulatórios (v)	(796)	(0,8)	(75)	(0,5)	961,3
Receita operacional líquida	**106.807**		**11.887**		**798,5**

(i) A **receita de infraestrutura da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 de R$20.594, comparada com R$2.085 em 2022, aumento refere-se aos investimentos na implementação da infraestrutura de reforço na subestação Araras.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$18.484 em 2023, comparada com R$64 em 2022, explicada por recebimento de RAP do contrato 015/2008, em decorrência da incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros com a transferência do referido contrato (nota 1.2).

(iii) O **ganho de eficiência** em 2023 no montante de R$131, refere-se aos ganhos adicionais à margem estimada, apurados na entrada em operação de projetos, explicada principalmente pela energização dos projetos nas subestações Araras e Mirassol II.

(iv) A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R$72.484 em 2023 e R$10.322 em 2022, explicada principalmente por: (i) aumento referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$48.871, somado ao (ii) efeito inflacionário do IPCA do contrato 015/2008 no montante de R$13.291, com o período de doze meses em 2023 frente ao período de dois meses em 2022.

(v) As **deduções da receita operacional** atingiram R$4.886 em 2023 e R$584 em 2022, basicamente, devido ao aumento dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$3.581, que acompanham a variação da receita bruta somado ao aumento nos encargos regulatórios em R$721.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção,** totalizam R$20.559 em 2023 e R$1.877 em 2022, com concentração em serviços de terceiros e materiais, explicada principalmente pelo custo de implementação da infraestrutura decorrente dos investimentos no projeto de reforço na subestação Araras no montante de R$18.580.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	(2.368)	(1.480)
Materiais	(17.894)	(397)
Outros	(297)	–
	(20.559)	**(1.877)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$250 em 2023, explicada principalmente por despesas com serviços de terceiros no montante de R$243 decorrente dos serviços de auditoria externa e publicações legais.

O **resultado financeiro** totalizou receita financeira de R$1.716 em 2023 comparado com R$9 de receita financeira do ano anterior, variação devido principalmente por rendimentos de aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** totalizaram R$4.023 em 2023 comparado com R$381 em 2022, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e receitas financeiras.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	4.057	51
Aplicações Financeiras	8.2	7.272	3.828
Ativo da concessão	5.3	62.680	48.890
Tributos e contribuições a compensar	11.1	32	–
Crédito com partes relacionadas	18	–	250
Despesas Pagas Antecipadamente	–	95	–
Outros	–	1	1
		74.137	**53.020**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	454.751	416.033
		454.751	**416.033**
Imobilizado	10.2	41	–
		41	**–**
		454.792	**416.033**
Total do ativo		**528.929**	**469.053**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento	–	6	–
Fornecedores	9	5.979	–
Tributos e encargos sociais a recolher	11.2	788	417
Encargos Regulatórios	12.2	449	45
Dividendos a Pagar	13.2.2	20.686	13.897
Partes Relacionadas	18	161	1.878
		28.069	**16.237**
Não circulante			
Arrendamento	–	36	–
Encargos Regulatórios	12.2	256	30
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	15.715	14.173
PIS e COFINS diferidos	6.2	18.690	16.849
		34.697	**31.052**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	202.438	202.438
Reserva de Lucros	13.3	263.725	219.326
		466.163	**421.764**
Total do passivo e patrimônio líquido		**528.929**	**469.053**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	**106.807**	**11.887**
Custo de implementação da infraestrutura	15	(20.559)	(1.877)
Lucro bruto		**86.248**	**10.010**
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas		(250)	–
Outras despesas (receitas) operacionais		(3)	–
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**85.995**	**10.010**
Receitas financeiras	16	1.776	9
Despesas financeiras	16	(60)	–
		1.716	**9**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**87.711**	**10.019**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17.2	(2.481)	(263)
Diferido	17.2	(1.542)	(118)
		(4.023)	**(381)**
Lucro líquido do exercício		**83.688**	**9.638**
Lucro por ação		**0,41340**	**0,04761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	83.688	9.638
Total dos resultados abrangentes do exercício	**83.688**	**9.638**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		1	–	–	–	1
Integralização de capital	13.1	399	–	–	–	399
Lucro líquido do exercício		–	–	–	9.638	9.638
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros	1.2	202.038	15.979	158.731	48.875	425.623
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	13.2.2	–	2.926	–	(2.926)	–
Constituição de retenção de lucros	13.2.2	–	–	41.690	(41.690)	–
Dividendos obrigatórios	13.2.2	–	–	–	(13.897)	(13.897)
Em 31 de dezembro de 2022		**202.438**	**18.905**	**200.421**	**–**	**421.764**
Dividendos adicionais		–	–	(18.603)	–	(18.603)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	83.688	83.688
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	13.2.2	–	4.184	–	(4.184)	–
Constituição de retenção de lucros	13.2.2	–	–	58.818	(58.818)	–
Dividendos obrigatórios	13.2.2	–	–	–	(20.686)	(20.686)
Em 31 de dezembro de 2023		**202.438**	**23.089**	**240.636**	**–**	**466.163**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	83.688	9.638
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 15)	4	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.542	381
PIS e COFINS diferidos	1.841	583
Custos operacionais	–	1.878
Rendimento sobre aplicações financeiras	(658)	(9)
Ativo da Concessão	(111.693)	(12.471)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	2	–
	(25.274)	**–**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	59.185	3.882
Tributos e contribuições a compensar	(32)	–
Despesas pagas antecipadamente	(95)	–
Crédito com partes relacionadas	250	(250)
Outros	1	(1)
	59.309	**3.631**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	5.979	–
Tributos e encargos sociais a recolher	2.227	(161)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.856)	–
Encargos regulatórios a recolher	630	–
Partes relacionadas	(1.717)	–
	5.263	**(161)**
Fluxo caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**39.298**	**3.470**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(30.886)	(3.819)
Resgates de aplicações financeiras	28.100	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.786)**	**(3.819)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 13.1)	–	399
Pagamentos de arrendamentos	(6)	–
Dividendos pagos	(32.500)	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**(32.506)**	**399**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.006**	**50**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	51	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.057	51
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**4.006**	**50**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 19 de novembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da empresa Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("IEPinheiros"), também controlada pela ISA CTEEP, com a transferência do contrato de concessão 015/2008 para a Companhia. A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido pela IEPinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil de R$425.623, que resultou no aumento dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 015/2008
Ativo da concessão	456.334
PIS e COFINS diferidos	16.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.055
Capital social	202.038
Reservas de lucros	174.710
Lucros acumulados	48.875

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
015/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	80.102	06/23

Contrato nº 015/2008

Subestações Mirassol II, Getulina e Araras, em 440/138 kV. As obras pertencentes ao Contrato de Concessão nº 015/2008 foram concluídas e iniciaram as suas operações comerciais como segue: (a) Subestação Araras 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 5 de setembro de 2010; (b) Subestação Getulina 440/138 kV com potência instalada de 300 MVA e demais instalações associadas, em 10 de março de 2011 e (c) Subestação Mirassol II 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 17 de abril de 2011.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.4).
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 14.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 14.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 14.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

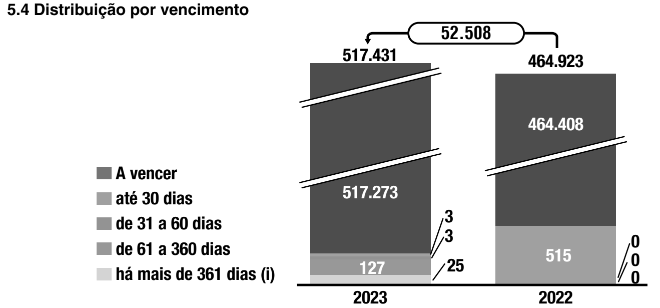
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	15.264	4.323
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	502.167	460.600
	517.431	**464.923**
Circulante	**62.680**	**48.890**
Não circulante	**454.751**	**416.033**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**–**
Incorporação de parcela do acervo cindido da IEPinheiros	456.334
Receita de implementação da infraestrutura (nota 14.3)	2.085
Remuneração dos ativos da concessão (nota 14.3)	10.322
Receita de operação e manutenção (nota 14.3)	64
Recebimentos	(3.882)
Saldos em 2022	**464.923**
Receita de implementação da infraestrutura (nota 14.3)	20.594
Remuneração dos ativos da concessão (nota 14.3)	72.484
Receita de operação e manutenção (nota 14.3)	18.484
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	131
Recebimentos	(59.185)
Saldos em 2023	**517.431**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.715	14.173
PIS diferido	3.328	3.005
COFINS diferido	15.362	13.844
	18.690	16.849
	34.405	**31.022**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$15.715 ((R$14.173 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		58	51
Equivalentes de caixa	101,8%		
CDB (a)		3.999	–
		4.057	**51**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	108,8%	7.272	3.828
		7.272	**3.828**

A Companhia concentra sua aplicação financeira no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$5.979 na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.

10. Imobilizado

10.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

10.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

10.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

CNPJ/MF nº 32.318.903/0001-01

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis	45	(4)	41	–	17
	45	**(4)**	**41**	**–**	

10.3 Movimentação

	Saldos em 2022	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	–	45	(4)	–	41
	–	45	(4)	–	41

11. Tributos, encargos sociais e contribuições

11.1 Tributos e encargos sociais a compensar

	2023
Imposto de renda retido na fonte	32
	32

11.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda sobre o lucro	270	168
Contribuição social sobre o lucro	251	94
COFINS	173	127
PIS	37	28
INSS	44	–
ISS	2	–
Imposto de renda retido na fonte	3	–
Outros	8	–
	788	**417**

12. Encargos regulatórios a recolher

12.1 Práticas contábeis

12.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei nº 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 14.3).

12.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	705	75
	705	**75**
Circulante	**449**	**45**
Não circulante	**256**	**30**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de 202.439.195, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 totaliza R$202.438, representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

13.2 Dividendos

13.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

13.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	83.688	9.638
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros	–	48.875
	83.688	**58.513**
Constituição da reserva legal	(4.184)	(2.926)
	79.504	55.587
Dividendos obrigatórios	(20.686)	(13.897)
Constituição de retenção de lucros	(58.818)	(41.690)
	–	–

13.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	23.089	18.905
Retenção de lucros (ii)	240.636	200.421
	263.725	**219.326**

No encerramento do exercício de 2023 o total das Reservas de lucros atingiu o montante de R$263.725 (R$219.326 em 2022), superando o Capital Social Integralizado em R$61.287 (R$16.888 em 2022). A Administração da Companhia avaliará as alternativas de capitalização, distribuição de dividendos ou constituição de reserva especial, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) **Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) **Retenção de lucros**

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$18.603.

14. Receita operacional líquida

14.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

14.2 Julgamentos e estimativas

14.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

14.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

14.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

14.3 Composição da receita operacional líquida:

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	20.594	2.085
Operação e Manutenção (b) (nota 5.5)	18.484	64
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.5)	72.484	10.322
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	131	–
Total da receita bruta	**111.693**	**12.471**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(3.362)	(418)
PIS	(728)	(91)
	(4.090)	**(509)**
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(674)	(75)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(122)	–
	(796)	**(75)**
	106.807	**11.887**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

14.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

14.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.3.

14.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
Índice	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Outros	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	53.834	2.119	3.358	1.664	60.975	19.127	80.102

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
015/2008	28.361	21.794	11.886	10.286	534	7.241	80.102	50.297
	28.361	**21.794**	**11.886**	**10.286**	**534**	**7.241**	**80.102**	**50.297**

15. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

			2023	2022
	Custos	Despesas	Total	Total
Serviços	(2.368)	(243)	(2.611)	(1.480)
Materiais	(17.894)	–	(17.894)	(397)
Depreciação	–	(4)	(4)	–
Outros	(297)	(3)	(300)	–
	(20.559)	**(250)**	**(20.809)**	**(1.877)**

16. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.773	9
Outras	3	–
	1.776	**9**
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(2)	–
Variações monetárias	(13)	–
Imposto sobre operações financeiras	(43)	–
Outras	(2)	–
	(60)	–
	1.716	**9**

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

17.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	111.693	12.471
Presunção IRPJ 8% / CSLL 12%	10.047	1.059
Outras receitas	1.786	9
Base de cálculo	11.833	1068
IRPJ e CSLL	(4.023)	(363)
Outros	–	(18)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(4.023)**	**(381)**
Corrente	(2.481)	(263)
Diferido	(1.542)	(118)
	(4.023)	**(381)**

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

		2023		2022	2023
Natureza da Operação	Partes relacionadas	Passivo	Ativo	Passivo	Despesa
Dividendos a pagar	CTEEP	20.686	–	13.897	–
Repasse RAP (*)	IE Pinheiros	–	250	–	–
Custos de projetos (**)	IE Pinheiros	–	–	1.878	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal		50	–	–	(95)
Prestação de serviços		111	–	–	(662)
		20.847	**250**	**15.775**	**(757)**

(*) Valores a serem recebidos em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente ao contrato 15/2008 transferido em 31 de outubro de 2022.

(**) Valores a pagar referente aos custos de projetos pertencentes ao contrato 15/2008 transferido em 31 de outubro de 2022.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

(i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

(ii) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

(iii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

19.1.1 Ativos financeiros

19.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

19.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

19.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

19.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

19.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	4.057	51
Aplicações financeiras	2	7.272	3.828
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	15.264	4.323
Crédito com partes relacionadas	–	–	250
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	6	–
Não circulante	–	36	–
Fornecedores	–	5.979	–
Partes relacionadas	–	161	1.878
Dividendos a pagar	–	20.686	13.897

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

19.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	5.979	–	–	–	–	5.979	–
Arrendamento	–	2	4	36	–	42	–
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–	1.878
	5.979	**2**	**4**	**36**	**–**	**6.021**	**1.878**

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	126.808	379
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			511

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia. Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica. As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes. (*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

21. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da incorporação (*)		
Transferência ativo da concessão	–	456.334
PIS/COFINS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(16.656)
IR/CS diferidos sobre o ativo da concessão transferido	–	(14.055)
Capital social	–	202.038
Reservas de lucros	–	174.710
Outras transações		
Arrendamentos	45	–
Dividendos a pagar	20.686	13.897

(*) valores referentes a incorporação ocorrida em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2).

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

isa CTEEP

Interligação Elétrica Riacho Grande S.A.

CNPJ/MF nº 32.578.606/0001-03

Relatório da Administração - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia se encontra em fase pré-operacional, sendo os resultados auferidos reflexo basicamente da implementação da infraestrutura de transmissão e respectiva remuneração dos ativos de concessão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC´s).

O direito a Receita Anual Permitida (RAP) e ao efetivo fluxo de recebimento do caixa terão início após a entrada em operação da função de transmissão.

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$12.771 em comparação ao prejuízo do ano anterior de R$877, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve um aumento de 91,4% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de infraestrutura	86.441	95,7	44.702	94,8	93,4
Remuneração dos ativos da concessão	7.286	8,1	4.256	9,0	71,2
Tributos sobre a receita	(3.421)	(3,8)	(1.787)	(3,8)	91,4
Receita operacional líquida	**90.306**		**47.171**		**91,4**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizado no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 foi de R$86.441, comparada com R$44.702 em 2022, incremento de R$41.739 devido ao avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura.

(ii) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$7.286 em 2023, comparada aos R$4.256 em 2022, devido a atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita do contrato de concessão.

(iii) Os **tributos sobre a receita operacional** atingiram R$3.421 em 2023 e R$1.787 em 2022, acompanhando o incremento das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura** representam os investimentos efetuados na obra durante o período e os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução da obra. Totalizaram R$74.245 em 2023 e R$46.082 em 2022, com concentração em serviços e materiais relativos ao avanço na fase de construção, compensado pela redução com custos de servidão.

	Custo de implementação da infraestrutura 2023	2022
Serviços de terceiros	(43.122)	(10.157)
Material	(26.368)	(6.195)
Servidão	(4.727)	(29.730)
Outros	(28)	–
	(74.245)	**(46.082)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$406 em 2023 comparada com R$284 em 2022, principalmente com gastos em honorários advocatícios, auditoria e consultoria.

O **resultado financeiro** apresentou receitas financeiras no montante de R$8 em 2023, comparado com R$16 em 2022, devido, principalmente, aumento do rendimento em aplicações financeiras compensado por multas fiscais.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R$2.892 em 2023 e R$1.698 em 2022 devido, principalmente, aos impostos diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	443	81
Aplicações Financeiras	8	13	67
Outros		5	2
		461	**150**
Não circulante			
Ativo da concessão	5	200.621	106.894
		200.621	**106.894**
Imobilizado	9	73	96
		73	**96**
Total do ativo		**201.155**	**107.140**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		10	14
Instrumentos financeiros derivativos	19	25.926	–
Fornecedores	11	1.264	525
Tributos e encargos sociais a recolher	10	142	88
Partes relacionadas	18	256	101
Outros		–	7
		27.598	**735**
Não circulante			
Arrendamento		56	82
Instrumentos financeiros derivativos	19	880	4.117
Provisão para demandas judiciais	12.2	28	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	5.353	3.165
PIS e COFINS diferidos	6.3	7.323	3.902
		13.640	**11.266**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	179.147	105.150
Reservas de Lucros	13.2	6.268	–
Outros resultados abrangentes	13.3	(25.498)	(3.508)
Prejuízos acumulados		–	(6.503)
		159.917	**95.139**
Total do passivo e patrimônio líquido		**201.155**	**107.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14.3	**90.306**	**47.171**
Custo de implementação da infraestrutura	15	(74.245)	(46.082)
Lucro bruto		**16.061**	**1.089**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(406)	(284)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**15.655**	**805**
Receitas financeiras	16	21	18
Despesas financeiras	16	(13)	(2)
		8	**16**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**15.663**	**821**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17.2	(5)	(190)
Diferido	17.2	(2.887)	(1.508)
		(2.892)	**(1.698)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**12.771**	**(877)**
Lucro líquido (prejuízo) por ação		**0,07128**	**(0,00834)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**12.771**	**(877)**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Ajuste de Instrumento financeiro	(22.690)	(22.445)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	700	706
Total de outros resultados abrangentes, líquido	**(21.990)**	**(21.739)**
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(9.219)**	**(22.616)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**58.252**	–	–	–	**18.231**	**(5.626)**	**70.857**
Integralização de capital	13.1	46.898	–	–	–	–	–	46.898
Ajuste de instrumento financeiro, líquido	13.3	–	–	–	–	(21.739)	–	(21.739)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(877)	(877)
Em 31 de dezembro de 2022		**105.150**	–	–	–	**(3.508)**	**(6.503)**	**95.139**
Integralização de capital	13.1	73.997	–	–	–	–	–	73.997
Ajuste de instrumento financeiro, líquido	13.3	–	–	–	–	(21.990)	–	(21.990)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	12.771	12.771
Destinação do lucro:								
Constituição de retenção de lucros	13.2	–	–	–	4.466	–	(4.466)	–
Constituição de reserva legal	13.2	–	313	–	–	–	(313)	–
Constituição da reserva de lucros a realizar	13.2	–	–	1.489	–	–	(1.489)	–
Em 31 de dezembro de 2023		**179.147**	**313**	**1.489**	**4.466**	**(25.498)**	–	**159.917**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.771	(877)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 15)	13	13
Rendimento de aplicação financeira	(1)	(18)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	3	2
Provisão para Demandas Judiciais	28	–
PIS e COFINS diferidos (nota 14.3)	3.421	1.787
Ativo de concessão	(93.727)	(48.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.887	1.508
	(74.605)	**(46.543)**
(Aumento) Diminuição de ativos		
Outros	(3)	3
	(3)	**3**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	739	(781)
Partes relacionadas	155	61
Tributos e encargos sociais a recolher	54	199
Contas a pagar	(10)	(187)
Outros	(8)	–
	930	**(708)**
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(73.679)**	**(47.248)**
Atividades de investimento		
Resgates de aplicações financeiras	55	473
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**55**	**473**
Atividades de financiamento		
Instrumentos financeiros derivativos	(1)	(79)
Pagamentos de arrendamentos	(10)	(11)
Integralização de capital (nota 13.1)	73.997	46.898
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**73.986**	**46.808**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**362**	**33**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	81	48
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	443	81
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**362**	**33**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 17 de dezembro de 2020, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2. Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica: Prazo	Revisão Tarifária Periódica: Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP: R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP: Mês base
005/2021	30	30.03.51	5 anos	2026	IPCA	85.068	06/23

Contrato nº 005/2021

A Riacho Grande está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, em particular a subestação São Caetano do Sul.

O empreendimento deverá entrar em operação comercial no prazo de até 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 31 de março de 2021. Tem um investimento estimado ANEEL de R$1.140.629 e RAP ofertada de R$68.050.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.2);
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 12.1);
- Contabilização de contratos de concessão;
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5);
- Determinação da margem de lucro (nota 14.2.1);
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3);
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 14.2.2).

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários e, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital de individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

	2023	2022
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	200.621	106.894
Não circulante	**200.621**	**106.894**

(a) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis). Estes fluxos terão início da sua realização após a entrada em operação da infraestrutura, cujo recebimento se dará por meio do faturamento mensal da Receita Anual Permitida (RAP).

5.4 Movimentação

Saldos em 2021	**57.936**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 14.3)	4.256
Receita de implementação da infraestrutura (nota 14.3)	44.702
Saldos em 2022	**106.894**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 14.3)	7.286
Receita de implementação da infraestrutura (nota 14.3)	86.441
Saldos em 2023	**200.621**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.353	3.165
PIS diferido	1.304	695
COFINS diferido	7.323	3.902
	8.627	4.597
	12.676	**7.067**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$5.353 (R$3.165 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		241	81
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	100,5%	202	–
		443	**81**

8 Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	97,2%	13	67
		13	**67**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de imóveis	99	(26)	73	96	13,60%
	99	**(26)**	**73**	96	

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	–	109	(13)	–	96
	–	**109**	**(13)**	**–**	**96**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	96	13	(13)	(23)	73
	96	**13**	**(13)**	**(23)**	**73**

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
INSS	19	28
Imposto de renda retido na fonte	5	7
ISS		36
ICMS	88	
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	30	17
	142	**88**

11. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$1.264 (R$525 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

12. Provisões e contingências

12.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

12.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma ação judicial envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R$28. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

12.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui nove ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo sete de natureza cível-fundiário com valor de R$45, uma de natureza cível no valor de R$250 e uma de natureza tributária, sem valor envolvido, totalizando R$295 (R$72 em 2022).

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 900.001.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R$179.147 (R$105.150 em 2022) e está representado por ações ordinárias.

Em 2023, foi integralizado em caixa, o valor de R$73.997.

13.2 Dividendos

13.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

continua →★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Interligação Elétrica Riacho Grande S.A.

CNPJ/MF nº 32.578.606/0001-03

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração não constituiu as obrigações de pagamento dos dividendos mínimos, haja vista que a Companhia está em fase pré-operacional, a situação financeira é incompatível para o pagamento desses dividendos. Dessa forma, o valor correspondente aos dividendos mínimos foi registrado como reserva de lucros a realizar, no patrimônio líquido.

	2023
Lucro líquido do exercício	**12.771**
Absorção de parcela de prejuízos acumulados	(6.503)
Constituição da reserva legal	(313)
	5.955
Constituição da reserva de lucros a realizar	(1.489)
Constituição de retenção de lucros	(4.466)
	–

13.2.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023
Reserva legal (i)	313
Retenção de lucros (ii)	4.466
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	1.489
	6.268

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva de lucros a realizar

A Lei 6.404/76, artigos 197 e 202 prevê que os dividendos mínimos que ultrapassarem a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser destinado a reserva de lucros a realizar, por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional, não houve a realização financeira do lucro no exercício.

13.3 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes, o instrumento derivativo de compra a termo de moeda *(Non-Deliverable Forward - NDF)* para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa no valor de R$25.498 líquido de impostos em 2023 e R$3.508 em 2022, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no patrimônio líquido.

14. Receita operacional líquida

14.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

14.2 Julgamentos e estimativas

14.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

14.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

14.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5)	86.441	44.702
Remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 5.5)	7.286	4.256
Total da receita bruta	**93.727**	**48.958**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.812)	(1.469)
PIS	(609)	(318)
	(3.421)	(1.787)
	90.306	**47.171**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

14.4 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

15. Custos de implementação da infraestrutura e despesas gerais e administrativas

	2023			2022
	Custos	**Despesas**	**Total**	**Total**
Serviços de terceiros	(43.122)	(372)	(43.494)	(10.422)
Depreciação e amortização	–	(13)	(13)	(13)
Materiais	(26.368)	–	(26.368)	(6.195)
Servidão	(4.727)	–	(4.727)	(29.730)
Demandas judiciais	–	(11)	(11)	–
Outros	(28)	(10)	(38)	(6)
	(74.245)	**(406)**	**(74.651)**	**(46.366)**

16. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	21	18
	21	**18**
Despesas		
Encargos sobre arrendamento	8	(2)
Juros passivos	(3)	–
Multas	(18)	–
	(13)	**(2)**
Resultado financeiro	**8**	**16**

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

17.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**93.727**	**48.958**
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	8.420	4.364
Outras receitas	22	579
Base de cálculo	8.442	4.943
IRPJ e CSLL	(2.870)	(1.681)
Outros	(22)	(17)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.892)**	**(1.698)**
Corrente	(5)	(190)
Diferido	(2.887)	(1.508)
	(2.892)	**(1.698)**

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

		2023	2022	2023	2022
Natureza da operação	**Parte relacionada**	**Passivo**	**Passivo**	**Receita/ (Despesa)**	**Receita/ (Despesa)**
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	48	40	(151)	(138)
Prestação de serviços	CTEEP	208	61	(1.397)	(749)
		256	**101**	**(1.548)**	**(887)**

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

A Controladora CTEEP presta serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

19.1.1 Ativos financeiros

19.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais resultam somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda.

19.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

19.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

19.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

19.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	443	81
Aplicações financeiras	2	13	67
Passivos financeiros			
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Operações de Hedge	2	26.806	4.117
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	10	14
Não circulante	–	56	82
Fornecedores	–	1.264	525

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

19.2 Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge

19.2.1 Prática contábil

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de *hedge* com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

A Companhia designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge*.

O instrumento financeiro é classificado como *hedge* de fluxo de caixa:

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação originada pelo objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

O contrato de câmbio futuro da Companhia está classificado como *hedge* de fluxo de caixa.

19.2.2 Contratos de hedge

A Companhia celebrou em dezembro de 2020, com o banco BTG Pactual, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* total de USD 32.723. As operações de *hedge* tiveram como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) pela Companhia em moeda estrangeira.

A Companhia classifica o derivativo contratado como *Cash Flow Hedge* segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48, a Companhia adotou o "*Hedge Accounting*".

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia, conforme a seguir:

Operação NDF

						2022	
Instrumento	**Objetivo da proteção**	**Natureza**	**Contra Parte**	**Contra-tação**	**Vencimento último fluxo**	***Notional* USD**	**Valor justo Ajuste**
Non Deliverable Forward - NDF	Dólar US$	Compra	BTG Pactual	dez/20	jul/25	25.903	(26.806)

19.3 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.4).

(iii) Risco de taxa de câmbio - A Companhia tem operação de aquisição de cabos, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda *(Non-Deliverable Forward - NDF)* para mitigar o risco de exposição de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

(iv) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de aportes do Controlador ou captação junto a terceiros até sua entrada em operação.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.258	–	6	–	–	1.264	525
Arrendamento	1	2	7	56	–	66	96
	1.259	**2**	**13**	**56**	**–**	**1.330**	**682**

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Riacho Grande S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

Fomento Paraná lidera ranking de contratações de crédito com garantia do Fundo do Sebrae

A Fomento Paraná ocupa o 1° lugar no ranking entre as agências de fomento de todo o País que utilizam o Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Sebrae, como garantia em operações de crédito. A instituição fica em 4° lugar geral entre todas as 23 instituições financeiras, bancos comerciais e cooperativas de crédito conveniadas ao Fampe, segundo o Sebrae Nacional.

A parceria foi restabelecida em julho de 2020 e desde então a instituição já superou o volume de operações até mesmo de agências de fomento com parcerias mais antigas com o fundo, de acordo com o analista do Sebrae Nacional, Pedro Rodrigues, gestor da carteira Fampe. Nesse período a Fomento Paraná firmou cerca de 4.330 contratos tendo o Fampe como garantia na contratação de cerca de R$ 34 milhões em operações de microcrédito (até R$ 20 mil).

"A aliança entre Fomento Paraná e Sebrae se fortalece cada vez mais, proporcionando aos microempreendedores individuais (MEI) e microempresas paranaenses, devidamente formalizados, um acesso facilitado a recursos financeiros para capital de giro, investimentos em obras, reformas e equipamentos", avalia Rodrigues.

Para o diretor-presidente da Fomento Paraná, Heraldo Neves, que é também segundo vice-presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), entidade que congrega agências de fomento, bancos de desenvolvimento e cooperativas de crédito, a notícia é muito promissora.

"A garantia do Fampe preencheu uma grande lacuna para a Fomento Paraná ao criar uma alternativa à figura do avalista nas operações e assim facilitar o acesso ao crédito para milhares de pequenos negócios em todo o estado", explica Neves. "Agora estamos avaliando novas possibilidades de uso do Fampe, entre elas o financiamento em projetos de inovação e operações em valores superiores aos limites do microcrédito".

Uma pesquisa do Sebrae, realizada em 2020, apontou que em torno de 60% dos pequenos negócios que buscaram crédito em bancos ou empresas de fomento não conseguiram o dinheiro que precisavam. Em 25% dos casos a maior dificuldade foi a falta de garantias suficientes no processo.

O objetivo do Fampe é justamente ajudar as empresas de micro e pequeno porte a atender aos pré-requisitos de garantia exigidos pelas instituições financeiras no momento da concessão de crédito, oferecendo uma alternativa para complementar as garantias para aprovação das operações.

"Quando o empreendimento não tem todas as garantias necessárias para conseguir um financiamento, é o Fampe que as complementa", diz Amberson Bezerra da Silva, coordenador de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae/PR. "Sebrae também disponibiliza soluções por meio de orientação para um acesso consciente ao crédito, com soluções que ajudam a melhorar a gestão financeira. Esta parceria entre Fomento e Sebrae reforça ainda mais o papel de ambas as instituições, em especial no apoio ao empreendedorismo".

Na Fomento Paraná, conforme a análise de crédito, o uso do Fampe pode garantir até 80% do valor contratado em operações de microcrédito para atender empreendimentos formalizados há pelo menos 24 meses e com faturamento de até R$ 360 mil ao ano.

O Fampe se destaca também por ser um fundo de aval que possui atendimento pré e pós-crédito, com ações do Sebrae para orientar o empreendedor a trabalhar a melhor gestão do empreendimento e a aplicação de crédito para o crescimento efetivo da empresa.

Pequenos negócios paranaenses que tenham como objetivo a expansão ou manutenção podem solicitar crédito da Fomento Paraná com uso da garantia fornecida pelo Fampe, por meio da rede de agentes de crédito da instituição que atuam nas prefeituras parceiras, através das salas do empreendedor e agências do trabalhador em cada município.

A empreendedora Andreia de Fátima Belter Burlani possui cadastro ativo como MEI e conseguiu acesso ao crédito da Fomento Paraná em duas ocasiões. Ela montou uma lojinha de roupas e acessórios em casa, em Curitiba, onde também atende com serviços de manicure, e lembra que teve dificuldade ao solicitar empréstimos e financiamentos de bancos comerciais, mesmo sendo cliente há bastante tempo, por conta das altas taxas de juros.

"Eu conheci a Fomento no ano de pandemia. Ficou dificultoso e precisei de empréstimo para contas e mercadorias de inverno. Acessando o site conheci o Banco da Mulher Paranaense e o processo não demorou e não foi difícil fazer", conta. "Da segunda vez que precisei de crédito usei o Fundo de Aval do Sebrae e também foi tudo muito rápido para aprovar a documentação e deu tudo certo". (AENPR)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES



CTEEP

Itaúnas - Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

CNPJ/MF nº 25.197.233/0001-57

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$29.777 em comparação ao ano anterior com R$28.471, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 30,43% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de infraestrutura	42.684	53,2	88.101	76,4	(51,55)
Receita de operação e manutenção	7.672	–	–	–	–
Perda de eficiência na implementação de infraestrutura	(6.393)	(8,0)	–	–	–
Remuneração dos ativos de concessão	39.764	49,6	31.592	27,4	25,87
Tributos sobre a receita	(3.056)	(3,8)	(4.369)	(3,8)	(30,05)
Encargos regulatórios	(441)	(0,5)	–	–	–
Receita operacional líquida	**80.230**		**115.324**		**(30,43)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizado no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 foi de R$42.684 comparada com R$88.101 em 2022, redução de R$45.417 devido à entrada em operação parcial do projeto em março de 2023.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$7.672 em 2023, devido ao início de recebimento de RAP após a entrada em operação parcial ocorrida em março de 2023.

(iii) A **perda de eficiência** no montante de R$6.393 refere-se às perdas adicionais à margem estimada, apurados na entrada em operação parcial do projeto em março de 2023.

(iv) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$39.764 em 2023, comparada aos R$31.592 em 2022 devido à atualização do ativo da concessão pela taxa implícita.

(v) As **deduções da receita operacional** atingiram R$3.497 em 2023 e R$4.369 em 2022, basicamente pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$1.313, que acompanham a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção** representam os investimentos efetuados na obra durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. Totalizaram R$47.822 em 2023 e R$81.591 em 2022, com concentração em serviços e materiais relativos ao avanço final na fase de construção. A redução deve-se pela entrada em operação parcial em março de 2023.

	Custo de implementação da infraestrutura e O&M 2023	2022
Serviços de terceiros	(41.763)	(62.415)
Materiais	(5.658)	(18.308)
Servidão	(100)	(853)
Outros	(301)	(15)
	(47.822)	**(81.591)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$371 em 2023 comparada com R$1.520 em 2022, redução devido principalmente à reversão de provisão de demandas judiciais no montante de R$1.530.

O **resultado financeiro** apresentou receita de R$558 em 2023 comparada com despesa de R$49 em 2022, principalmente pelo aumento de rendimentos sobre aplicações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R$2.818 em 2023 e R$3.693 em 2022 devido principalmente aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre as receitas de infraestrutura e de remuneração dos ativos da concessão.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.467	70
Aplicações Financeiras	8	11.287	84
Ativo da concessão	5	49.908	50.781
Tributos e contribuições a compensar	10	77	5
Despesas pagas antecipadamente		277	–
		65.016	**50.940**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5	544.008	491.170
Estoques		–	82
		544.008	**491.252**
Imobilizado	9	136	104
Intangível		1	14
		137	118
		544.145	**491.370**
Total do ativo		**609.161**	**542.310**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		15	14
Fornecedores	12	2.024	2.559
Tributos e encargos sociais a recolher	11	797	341
Dividendos a Pagar	15	7.072	–
Encargos Regulatórios	11	218	–
Partes Relacionadas	20	1.715	62
Contas a pagar	13	24.576	58
		36.417	**3.034**
Não circulante			
Arrendamento		93	82
Provisões para demandas judiciais	14 (a)	702	1.119
PIS e COFINS diferidos	6	21.409	19.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	18.065	16.692
Encargos Regulatórios	11	118	–
		40.387	**37.674**
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	342.359	334.310
Reservas de lucros	15 (c)	189.998	167.292
		532.357	**501.602**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**609.161**	**542.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**251.530**	**6.953**	**98.844**	**33.024**	**–**	**390.351**
Integralização de capital	15 (a)	82.780	–	–	–	–	82.780
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	28.471	28.471
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15 (c)	–	1.424	–	–	(1.424)	–
Constituição da reserva de lucros a realizar		–	–	–	6.762	(6.762)	–
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	–	–	20.285	–	(20.285)	–
Em 31 de dezembro de 2022		**334.310**	**8.377**	**119.129**	**39.786**	**–**	**501.602**
Integralização de capital	15 (a)	8.049	–	–	–	–	8.049
Lucro líquido do exercício		–		–	–	29.777	29.777
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15 (c)	–	1.488	–	–	(1.488)	–
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	–	–	21.218	–	(21.218)	–
Dividendos obrigatórios	15 (c)	–	–	–	–	(7.071)	(7.071)
Em 31 de dezembro de 2023		**342.359**	**9.865**	**140.347**	**39.786**	**–**	**532.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	**80.230**	**115.324**
Custo de implementação da infraestrutura	17	(47.822)	(81.591)
Lucro bruto		**32.408**	**33.733**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(371)	(1.520)
		(371)	(1.520)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**32.037**	**32.213**
Receitas financeiras	18	760	26
Despesas financeiras	18	(202)	(75)
		558	(49)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**32.595**	**32.164**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(1.444)	(6)
Diferido	19.2	(1.374)	(3.687)
		(2.818)	(3.693)
Lucro líquido do exercício		**29.777**	**28.471**
Lucro por ação		**0,08698**	**0,08516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	29.777	28.471
Total dos resultados abrangentes do exercício	**29.777**	**28.471**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.777	28.471
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 9)	29	47
PIS e COFINS diferidos	1.628	4.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.374	3.687
Rendimento sobre aplicações financeiras	(554)	(26)
Provisões	(6)	1.093
Ativo da Concessão	(83.727)	(119.693)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	56	28
	(51.423)	**(82.024)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Estoque	82	27
Tributos e contribuições a compensar	(45)	(4)
Ativo da Concessão	31.762	–
Despesas pagas antecipadamente	(277)	–
	31.522	**23**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	286	(886)
Tributos e encargos sociais a recolher	429	(86)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(821)	–
Encargos regulatórios	336	–
Provisões	(848)	–
Partes Relacionadas	1.653	–
Contas a pagar	24.518	–
Outros	400	72
	25.953	**(900)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**6.052**	**(82.901)**
Atividades de investimento		
Resgates de aplicações financeiras	8.335	774
Aplicações financeiras	(18.984)	(588)
Aquisição Imobilizado	(17)	(10)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(10.666)**	**176**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(38)	(11)
Integralização de capital	8.049	82.780
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**8.011**	**82.769**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.397**	**44**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	70	26
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.467	70
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**3.397**	**44**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 13 de janeiro de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês-base
018/2017	30	10.02.47	5 anos	2027	IPCA	64.960	06/23

Contrato nº 018/2017

Composto pela linha de transmissão 345 kV Viana 2 - João Neiva 2, com 79 km; e pela Subestação 345/138 kV João Neiva 2. O projeto está localizado no Espírito Santo. A Companhia entrou em operação comercial parcial em 22 de março de 2023.

A Companhia obteve o Termo de Liberação Provisório ("TLP") junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") para o contrato 018/2017, o qual, em 31 de dezembro de 2023, faz jus ao recebimento de 90% do total da Receita Anual Permitida ("RAP") no montante de R$58.464 (ciclo tarifário 2023/2024). Em 8 de março de 2024, o projeto obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") com direito ao recebimento da totalidade da RAP.

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação à ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.1);
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15);
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1);
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2);
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1);
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3);
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2);
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3).

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

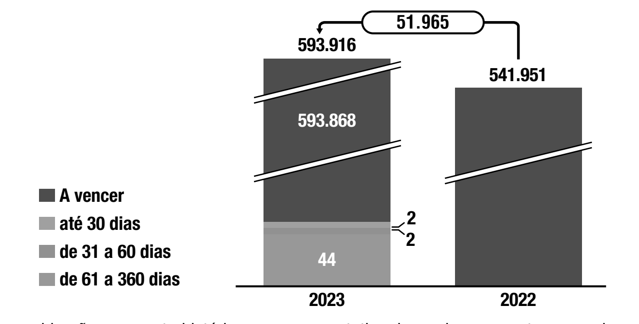
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	6.404	–
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	587.512	541.951
	593.916	541.951
Circulante	**49.908**	**50.781**
Não circulante	**544.008**	**491.170**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui, quando aplicável, parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**422.258**
Receita de infraestrutura (nota 16.3)	88.101
Remuneração dos ativos de concessão (nota 16.3)	31.592
Saldos em 2022	**541.951**
Receita de infraestrutura (nota 16.3)	42.684
Perda de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 16.3)	(6.393)
Remuneração dos ativos de concessão (nota 16.3)	39.764
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	7.672
Recebimentos	(31.762)
Saldos em 2023	**593.916**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.065	16.692
PIS diferido	3.813	3.523
COFINS diferido	17.596	16.258
	21.409	19.781
	39.474	**36.473**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$18.065 (R$16.692 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1 CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		360	70
Equivalentes de caixa			
CDB	100,3%	3.107	–
		3.467	**70**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	107,1%	11.287	84
		11.287	**84**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

	2023	2022
Imobilizado	136	104
	136	**104**

9.1 Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis (i)	149	(40)	109	94	13,35
Imobilizado em andamento	27	–	27	10	
	176	**(40)**	**136**	**104**	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	46	60	(12)	–	94
Imobilizado em andamento	–	10	–	–	10
	46	**70**	**(12)**	**–**	**104**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	94	61	(16)	(30)	109
Imobilizado em andamento	10	17	–	–	27
	104	**78**	**(16)**	**(30)**	**136**

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Itaúnas - Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

CNPJ/MF nº 25.197.233/0001-57

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	50	5
Outros	27	–
	77	5

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda sobre o lucro	301	–
Contribuição social sobre o lucro	190	1
PIS	43	–
COFINS	200	–
INSS	59	137
Imposto de renda retido na fonte	4	72
Outros	–	48
	797	341

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 11.2).

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

11.2 Composição

	2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	336
	336
Circulante	218
Não circulante	118

(i) A Companhia reconhece. A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$2.024 (R$2.559 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

13. Contas a pagar

	2023	2022
Provisão com despesas administrativas	–	43
Provisão - implementação da infraestrutura (*)	24.424	–
Outros	152	15
	24.576	58

(*) Valores estimados para gastos com materiais e serviços referentes à obras do projeto concluído em março de 2023.

14. Provisões e contingências

14.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

14.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui vinte e uma ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, sendo vinte de natureza trabalhista-terceirizados, no valor de R$633 e uma de natureza cível-fundiária no valor de R$69, totalizando R$702 (R$1.119 em 2022).

14.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui quinze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como possível, sendo de natureza tributária no valor de R$200, duas de natureza cível-fundiária no valor de R$3, uma de natureza cível no valor de R$1.292 e onze de natureza trabalhista-terceirizados no valor de R$504, totalizando R$1.999 (R$1.327 em 2022).

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 357.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social integralizado em 2023 totaliza R$342.359 (R$334.310 em 2022) representada por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

15.2 Dividendos

15.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

15.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**29.777**	**28.471**
Constituição da reserva legal	(1.488)	(1.424)
	28.289	27.047
Dividendos obrigatórios	(7.071)	–
Constituição de retenção de lucros	(21.218)	(20.285)
Constituição da reserva de lucros a realizar	–	(6.762)
	–	–

15.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	9.865	8.377
Retenção de lucros (ii)	140.347	119.129
Reserva de lucros a realizar (iii)	39.786	39.786
	189.998	167.292

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva de lucros a realizar

A Lei 6.404/76, artigos 197 e 202, prevê que os dividendos mínimos que ultrapassarem a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderão ser destinados à reserva de lucros a realizar, por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária.

16 Receita operacional líquida

16.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que presta em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e considera a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura.

As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicada em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.3)	42.684	88.101
Perda de eficiência na implementação da infraestrutura (b) (5.3)	(6.393)	–
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.3)	39.764	31.592
Operação e Manutenção (d) (nota 5.3)	7.672	–
Total da receita bruta	**83.727**	**119.693**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.512)	(3.591)
PIS	(544)	(778)
	(3.056)	**(4.369)**
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(363)	–
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(78)	–
	(441)	–
	80.230	**115.324**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Perda de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações negativas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidas.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

(d) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

16.4 Parcela Variável - PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
018/2017	3.050	21.06.2022	01.07.2022

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

16.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 Total
IPCA	63.386	2.495	65.881	(921)	64.960

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT				
	Novos investi-mentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investi-mentos	Licitada	Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
018/2017	–	64.524	(921)	–	1.357	–	64.960	–
	–	**64.524**	**(921)**	**–**	**1.357**	**–**	**64.960**	**–**

17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023			2022
	Custos	Despesas	Total	Total
Serviços	(41.763)	(563)	(42.326)	(62.774)
Depreciação e amortização	–	(29)	(29)	(47)
Materiais	(5.658)	–	(5.658)	(18.308)
Demandas judiciais	–	439	439	(1.091)
Servidão	(100)	–	–	(853)
Outros	(301)	(218)	(619)	(38)
	(47.822)	**(371)**	**(48.193)**	**(83.111)**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendas sobre Aplicações Financeiras	756	26
Outros	4	–
	760	26
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	(1)	(2)
Juros passivos	(2)	(1)
Multas	(36)	(37)
Variações monetárias	(121)	(26)
Outros	(42)	(9)
	(202)	(75)
	558	**(49)**

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescidas de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	83.727	119.693
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	7.514	10.772
Outras receitas	761	26
Base de cálculo CSLL	8.275	10.798
IRPJ e CSLL	(2.814)	(3.671)
Outros	(4)	(22)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.818)**	**(3.693)**

	2023	2022
Corrente	(1.444)	(6)
Diferido	(1.374)	(3.687)
	(2.818)	**(3.693)**

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da Operação	Parte relacionada	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	7.072	–	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	131	40	(307)	(137)
Prestação de serviços	CTEEP	1.584	22	(3.217)	(1.981)
		8.787	**62**	**(3.524)**	**(2.118)**

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores:

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21. Instrumentos financeiros

21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	3.467	70
Aplicações financeiras	2	11.287	84
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	6.404	–
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	15	14
Não circulante	–	93	82
Fornecedores	–	2.024	2.559
Contas a pagar	–	24.576	58
Partes Relacionadas	–	1.715	62

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.5).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definido, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	618	–	1.406	–	–	2.024	2.559
Arrendamento	1	4	10	81	12	108	96
	619	**4**	**1.416**	**81**	**12**	**2.132**	**2.655**

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	02/03/23 a 19/12/24	184.189	527
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			659

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	61	60

24. Eventos subsequentes:

Em 8 de março de 2024, o projeto obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") com direito ao recebimento da totalidade da RAP.

Diretoria

Rui Chammas	**Dayron Esteban Urrego Moreno**	**Carisa Santos Portela Cristal**	**Silvia Diniz Wada**	**Gabriela Desire Olimpio Pereira**
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023, apresentou lucro líquido de R$53.233 em comparação ao do ano anterior com R$76.367, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** apresentou redução de 26,3% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V.%	2022	A.V.%	Variação 2023/2022 %
Receita de implementação da infraestrutura	2.808	4,6	–	–	–
Operação e manutenção	9.290	15,0	10.451	12,5	(11,1)
Remuneração dos ativos da concessão	54.442	88,1	79.007	94,1	(31,1)
Tributos sobre a receita	(2.446)	(4,0)	(3.058)	(3,6)	(20,0)
Encargos regulatórios	(2.269)	(3,7)	(2.476)	(3,0)	(8,4)
Receita operacional líquida	**61.825**		**83.924**		**(26,3)**

(i) A **receita de implementação da infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 de R$2.808 refere-se aos investimentos na implementação da infraestrutura de reforços nas subestações Salto e Jandira.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$9.290 em 2023, comparada com R$10.451 em 2022, explicada principalmente pela: (i) redução de R$1.205, em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato 143/2001 (nota 1.2); (ii) parcela variável no valor de R$69; (iii) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R$653, compensado por (iv) variação positiva de R$766 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2023/2024.

(iii) A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R$54.442 em 2023 e R$79.007 em 2022, explicada principalmente por: (i) redução de R$21.431, em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato 143/2001 (nota 1.2); (ii) redução de R$3.421 pelo menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1], compensado por (iii) variação positiva referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$287.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$4.715 em 2023 e R$5.534 em 2022, basicamente pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$612, que acompanham a variação da receita bruta somado à redução nos encargos regulatórios em R$207.

1 IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizando R$7.019 em 2023 e R$3.516 em 2022, com concentração em serviços de terceiros e materiais. O aumento deve-se principalmente: (i) custos de implementação da infraestrutura decorrente dos investimentos nos projetos de reforços nas subestações Salto e Jandira no montante de R$2.747; (ii) custos de O&M em serviços de terceiros referente projetos de melhorias sem RAP adicional no montante de R$603.

Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	(4.935)	(2.716)
Materiais	(1.946)	(748)
Outros	(138)	(52)
	(7.019)	**(3.516)**

As **despesas gerais administrativas** totalizam R$676 em 2023 comparadas com R$830 em 2022, explicada principalmente por: (i) redução em serviços de terceiros no montante de R$86 decorrente dos serviços de honorários advocatícios e consultoria.

O **resultado financeiro** totalizou receita de R$2.011 em 2023 comparado com despesa de R$108 em 2022, variação devido principalmente a: (i) redução de despesas com juros sobre empréstimos no valor de R$2.071. Em 2022, a Companhia realizou a liquidação do contrato de financiamento junto ao BNDES; compensado por (ii) redução de rendimentos sobre aplicações financeiras no valor de R$378.

O **imposto de renda e a contribuição social** apresentaram uma redução de 17,6% totalizando R$2.734 em 2023 comparado com R$3.318 em 2022, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre receita bruta que apresentou redução de 25,6% em decorrência da cisão parcial da Companhia ocorrida em 2022 (nota explicativa 1.2).

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	2.701	204
Aplicações financeiras	8.2	5.242	13.581
Ativo da concessão	5.3	46.365	45.705
Estoques	–	714	714
Tributos e contribuições a compensar	10.1	34	25
Outros	–	174	159
		55.230	**60.388**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	12	–	254
Ativo da concessão	5.3	422.927	414.611
Estoques	–	1.342	1.501
Outros	–	271	–
		424.540	**416.366**
Imobilizado	9.2	99	151
Intangível	–	12	18
		111	**169**
		424.651	**416.535**
Total do ativo		**479.881**	**476.923**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento	–	12	21
Fornecedores	–	129	352
Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	649	739
Encargos regulatórios a recolher	11.2	84	166
Dividendos a Pagar	20.1.3	12.643	19.092
Partes relacionadas	19	224	374
Outros		581	90
		14.322	**20.834**
Não circulante			
Arrendamento	–	67	123
PIS e COFINS diferidos	6.2	16.939	16.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	14.315	14.042
Encargos regulatórios a recolher	11.2	524	297
Provisão para demandas judiciais	13.2	61	55
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1.3	–	7.500
		31.906	**38.619**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	89.985	82.485
Reserva de lucros	14.3	343.668	334.985
		433.653	**417.470**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**479.881**	**476.923**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15.3	**61.825**	**83.924**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(7.019)	(3.516)
Lucro bruto		**54.806**	**80.408**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	16	(676)	(830)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(174)	(1)
		(850)	(831)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**53.956**	**79.577**
Receitas financeiras	17	2.071	2.407
Despesas financeiras	17	(60)	(2.299)
		2.011	108
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**55.967**	**79.685**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18.2	(2.461)	(2.892)
Diferido	18.2	(273)	(426)
		(2.734)	(3.318)
Lucro líquido do exercício		**53.233**	**76.367**
Lucro por ação		0,59158	0,92583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.233	76.367
Total dos resultados abrangentes do exercício	**53.233**	**76.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

						Reservas de lucros	
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Reserva especial de lucros a realizar**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021		**130.857**	**23.314**	**219.401**	**166.386**	**–**	**539.958**
Cisão parcial	1.2	(48.372)	(14.435)	(69.088)	–	–	(131.895)
Dividendos intermediários	14.2	–	–	(47.868)	–	–	(47.868)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	76.367	76.367
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	14.2.2	–	3.818	–	–	(3.818)	–
Constituição de retenção de lucros	14.2.2	–	–	62.701	–	(62.701)	–
Realização da reserva especial de lucros a realizar	14.2.2	–	–	–	(9.244)	9.244	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	–	(19.092)	(19.092)
Em 31 de dezembro de 2022		**82.485**	**12.697**	**165.146**	**157.142**	**–**	**417.470**
Integralização de capital		7.500	–	–	–	–	7.500
Dividendos intermediários	14.2	–	–	(31.908)	–	–	(31.908)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	53.233	53.233
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	14.2.2	–	2.662	–	–	(2.662)	–
Constituição de retenção de lucros	14.2.2	–	–	47.173	–	(47.173)	–
Realização da reserva especial de lucros a realizar	14.2.2	–	–	–	(9.244)	9.244	–
Dividendos obrigatórios	14.2.2	–	–	–	–	(12.642)	(12.642)
Em 31 de dezembro de 2023		**89.985**	**15.359**	**180.411**	**147.898**	**–**	**433.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**53.233**	**76.367**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 16)	26	28
PIS e COFINS diferidos	337	567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	273	426
Provisão para demandas judiciais	6	38
Ativo da concessão	(66.540)	(89.458)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.234)	(1.967)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	2.228
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(12)	5
	(13.911)	**(11.766)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	57.564	69.221
Estoques	159	(337)
Tributos e contribuições a compensar	(9)	279
Despesas antecipadas	(40)	–
Outros	(246)	1.213
	57.428	**70.376**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(223)	(6)
Tributos e encargos sociais a recolher	2.002	2.027
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.092)	(2.334)
Encargos regulatórios a recolher	145	(1.016)
Partes Relacionadas	(150)	180
Outros	491	92
	173	**(1.057)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**43.690**	**57.553**
Atividades de investimento		
Caixa restrito	254	2.338
Aplicações financeiras	(43.246)	(79.973)
Resgates de aplicações financeiras	52.819	106.846
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**9.827**	**29.211**
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	7.500
Pagamentos de empréstimos (principal)	–	(31.886)
Pagamentos de empréstimos (juros)	–	(2.095)
Pagamentos de arrendamentos	(20)	(22)
Dividendos pagos	(51.000)	(69.217)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(51.020)**	**(95.720)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.497**	**(8.956)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	204	9.160
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.701	204
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**2.497**	**(8.956)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 01 de julho de 2009, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato de concessão 143/2001, para a empresa, também controlada pela ISA CTEEP, Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("IEJaguar6"). A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R$131.895, que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão 143/2001
Ativo da concessão	137.708
PIS e COFINS diferidos	3.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.615
Capital social	48.372
Reservas de lucros	83.523

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	**Prazo (anos)**	**Vencimento**	**Prazo**	**Próxima**	**Índice de correção**	**R$ mil**	**Mês Base**
026/2009	30	18.11.39	5 anos	2025	IPCA	53.932	06/23

Contrato nº 026/2009

Subestação Jandira em 440/138-88 kV 1200 MVA e Subestação Salto em 440/138-88 kV 600 MVA, localizadas no Estado de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.4).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13.1).
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 15.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 15.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 15.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. (**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto,e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

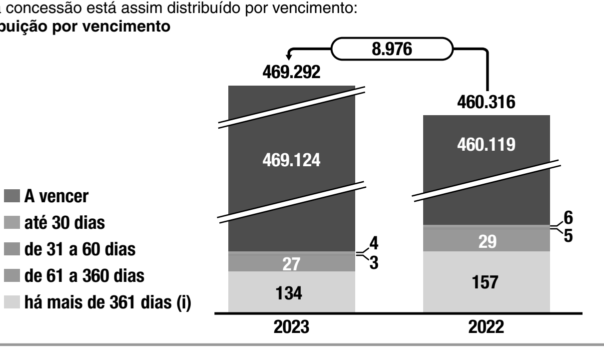
	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	3.732	4.994
	3.732	**4.994**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	465.560	455.322
	469.292	**460.316**
Circulante	**46.365**	**45.705**
Não circulante	**422.927**	**414.611**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta m aneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**577.787**
Remuneração dos ativos de concessão (nota 15.3)	79.007
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	10.451
Cisão parcial	(137.708)
Recebimentos	(69.221)
Saldos em 2022	**460.316**
Receita de infraestrutura (nota 15.3)	2.808
Remuneração dos ativos de concessão (nota 15.3)	54.442
Receita de operação e manutenção (nota 15.3)	9.290
Recebimentos	(57.564)
Saldos em 2023	**469.292**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.315	14.042
PIS diferido	3.017	2.957
COFINS diferido	13.922	13.645
	16.939	16.602
	31.254	**30.644**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$14.315 (R$14.042 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		807	204
Equivalentes de caixa	101,9%		
CDB (a)		1.894	–
		2.701	**204**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		28	57
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	105,0%	4.899	13.448
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		315	76
		5.242	**13.581**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

9.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de imóveis	163	(73)	90	140	10,02
Máquinas e equipamentos	9	(3)	6	8	6,25
Móveis e utensílios	4	(1)	3	3	6,25
Equipamentos de informática	7	(7)	–	–	–
	183	**(84)**	**99**	**151**	

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	141	22	(23)	–	140
Máquinas e equipamentos	8	–	–	–	8
Móveis e utensílios	3	–	–	–	3
	152	**22**	**(23)**	**–**	**151**
	Saldos em 2022	**Adição**	**Depreciação**	**Baixas/ transferências**	**Saldos em 2023**
Arrendamento de imóveis	140	–	(18)	(32)	90
Máquinas e equipamentos	8	–	(2)	–	6
Móveis e utensílios	3	–	–	–	3
	151	**–**	**(20)**	**(32)**	**99**

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e encargos sociais a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	34	25
	34	**25**

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	227	297
Contribuição social	211	210
COFINS	151	147
PIS	33	32
Outros	27	53
	649	**739**

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

11.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 15.3).

• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 15.3).

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 15.3).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	608	463
	608	**463**
Circulante	**84**	**166**
Não circulante	**524**	**297**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R$254 em 2022 refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em função da liquidação do empréstimo junto ao BNDES em 10 de dezembro de 2022 o saldo do caixa restrito foi resgatado em janeiro de 2023.

13. Provisões e contingências

13.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

13.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, há demanda judicial com probabilidade de perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R$61 (R$55 em 2022).

13.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seis ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo duas de natureza ambientais no valor de R$15, duas de natureza cível-regulatório no valor de R$755 e duas de natureza tributária no valor de R$43 totalizando R$813 (R$1.055 em 2022).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 89.984.967 e em 31 de dezembro de 2022 era de 82.484.967, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R$89.985 (R$82.485 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

14.2 Dividendos

14.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

14.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**53.233**	**76.367**
Constituição da reserva legal	(2.662)	(3.818)
	50.571	72.549
Dividendos obrigatórios	(12.642)	(19.092)
Realização da reserva de lucros a realizar	9.244	9.244
Constituição de retenção de lucros	(47.173)	(62.701)
	–	–

14.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	15.359	12.697
Retenção de lucros (ii)	180.411	165.146
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	147.898	157.142
	343.668	**334.985**

No encerramento do exercício de 2023 o total das Reservas de lucros, exceto a reserva especial de lucros a realizar, atingiu o montante de R$195.770 (R$177.843 em 2022), superando o Capital Social Integralizado em R$105.785. A Administração da Companhia avaliará as alternativas de capitalização, distribuição de dividendos ou constituição de reserva especial, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$31.908 (R$47.868 em 2022).

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos dos ajustes da aplicação do ICPC01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

15. Receita operacional líquida

15.1 Práticas Contábeis

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

15.2 Julgamentos e estimativas

15.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

15.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

15.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

15.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de infraestrutura (a) (nota 5.3)	2.808	–
Operação e Manutenção (b) (nota 5.3)	9.290	10.451
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 5.3)	54.442	79.007
Total da receita bruta	**66.540**	**89.458**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.010)	(2.514)
PIS	(436)	(544)
	(2.446)	**(3.058)**
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.531)	(1.579)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(516)	(638)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica -TFSEE	(222)	(259)
	(2.269)	**(2.476)**
	61.825	**83.924**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

15.4 Parcela Variável - PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.3.

15.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	RTP	RAP Ciclo 23/24 REH 3.216	RAP Ciclo 23/24 PA	RAP Ciclo 23/24 RAP Ciclo 23/24
IPCA	52.767	2.076	–	54.843	(911)	53.932

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica Novos investimentos	Rede Básica Licitada	Rede Básica Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT Novos investimentos	DIT Licitada	DIT Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
026/2009	7.185	38.827	(920)	–	8.831	9	53.932	52.378
	7.185	**38.827**	**(920)**	**–**	**8.831**	**9**	**53.932**	**52.378**

16. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023 Custos	2023 Despesas	2023 Total	2022 Total
Materiais	(1.946)	–	(1.946)	(748)
Serviços	(4.935)	(570)	(5.505)	(3.398)
Depreciação e amortização	–	(26)	(26)	(28)
Demandas judiciais	–	(6)	(6)	(41)
Outros	(138)	(74)	(212)	(131)
	(7.019)	**(676)**	**(7.695)**	**(4.346)**

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	2.006	2.384
Juros ativos	6	2
Variação monetária	3	2
Outras	56	19
	2.071	2.407
Despesas		
Juros sobre empréstimos	–	(2.071)
Variação monetária	(21)	(179)
Outras	(39)	(49)
	(60)	(2.299)
	2.011	**108**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

18.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	66.540	89.458
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	5.957	8.033
Outras receitas	2.074	2.407
Base de cálculo	8.031	10.440
IRPJ e CSLL	(2.731)	(3.550)
Outros	(3)	232
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.734)**	**(3.318)**
Corrente	(2.461)	(2.892)
Diferido	(273)	(426)
	(2.734)	**(3.318)**

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	12.643	19.092	–	–
AFAC	CTEEP	–	7.500	–	–
Repasse RAP (*)	IEJ6	–	146	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	91	112	(371)	(402)
Prestação de serviços	CTEEP	133	116	(1.447)	(1.435)
		12.867	**26.966**	**(1.818)**	**(1.837)**

(*) Valores a serem repassados em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos cindidos 143/2001.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Em 09 de novembro de 2022, foi assinado com sua controladora CTEEP instrumento particular de adiantamento de recurso, no valor total de R$7.500, convertido em capital social em 09 de março de 2023.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

20. Instrumentos financeiros

20.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

20.1.1 Ativos financeiros

20.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

20.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

20.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

20.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

20.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Nível	2023	2022
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	2.701	204
Aplicações financeiras	2	5.242	13.581
Caixa restrito	2	–	254
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	3.732	4.994
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	12	21
Não circulante	–	67	123
Fornecedores	–	232	352
Partes relacionadas		224	374
Partes relacionadas - AFAC		–	7.500
Dividendos a pagar	–	12.643	19.092

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

20.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(iv) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	103	–	–	–	–	103	352
Arrendamento	1	3	8	67	–	79	144
	104	**3**	**8**	**67**	**–**	**182**	**496**

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	53.156	159
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			291

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da cisão parcial (*)		
Transferência ativos da concessão	–	137.708
Pis/Cofins diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	3.198
IR/CS diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	2.615
Outras transações		
Arrendamentos	–	22
Dividendos a pagar	12.643	19.092

(*) valores referentes a cisão parcial da Companhia em 31 de outubro de 2022, com contrapartida em Capital social e Reservas de lucros (nota 1.2)

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023, apresentou lucro líquido de R$66.191 em comparação ao do ano anterior com R$47.018, os quais identificamos em maiores detalhes nas análises seguintes:

A **receita operacional líquida** apresentou redução de 6,0% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	% Variação 2023/2022
Operação e Manutenção	1.878	2,9	4.588	6,7	(59,1)
Remuneração dos ativos da concessão	67.553	104,6	69.122	100,6	(2,3)
Tributos sobre a receita	(2.504)	(3,9)	(2.646)	(3,9)	(5,4)
Encargos regulatórios	(2.326)	(3,6)	(2.351)	(3,4)	(1,1)
Receita operacional líquida	**64.601**		**68.713**		**(6,0)**

(i) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$1.878 em 2023 e R$4.588 em 2022, explicada principalmente por (i) aumento da parcela variável no valor de R$7.862, compensado por (ii) variação positiva de R$394 devido atualização do IPCA da RAP do ciclo 2023/2024 e (iii) variação positiva da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R$4.758.

(ii) A **remuneração dos ativos da concessão** atingiu R$67.553 em 2023 e R$69.122 em 2022, a variação é explicada principalmente por: (i) redução de R$3.138 por menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1], compensado por (ii) aumento referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$1.569.

(iii) As **deduções da receita operacional** atingiram R$4.830 em 2023 e R$4.997 em 2022, variação devido pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$142, que acompanham a variação da receita bruta e redução dos encargos regulatórios em R$25.

[1] IPCA 2023, 4,59% - 2022, 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R$14.866 em 2023 comparado com R$10.575 em 2022, com concentração em serviços de terceiros e materiais. A variação é decorrente, principalmente, (i) aumento na prestação de serviços de manutenção em subestações e linhas de transmissão; (ii) materiais devido aos investimentos em projetos sem RAP adicional.

	Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M 2023	2022
Serviços de terceiros	(9.689)	(7.987)
Materiais	(4.477)	(2.002)
Outros	(700)	(586)
	(14.866)	**(10.575)**

As receitas - revisão Tarifária Periódica ("RTP") totalizaram R$28.577, o valor refere-se a impacto decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP no montante de R$29.659; reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica (RTP) de R$1.082.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.832 em 2023 comparada com R$1.925 em 2022, explicada por: (i) redução em serviços de terceiros e outros no montante de R$583 decorrente, principalmente, de serviços de consultoria e honorários advocatícios; compensados por (ii) reconhecimento de provisão para demandas judiciais referente a processos cíveis no valor de R$497.

O **resultado financeiro** totalizou despesas financeiras de R$6.115 em 2023 comparado com R$5.258 em 2022, variação devido principalmente a: (i) redução de rendimentos sobre aplicações financeiras no montante de R$2.008, compensado por (ii) diminuição de despesas com juros sobre empréstimos no valor de R$919. O saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 foi de R$107.837 (R$121.936 em 31 de dezembro de 2022).

O **imposto de renda e contribuição social** apresentaram um aumento de 4,1%, totalizando R$4.097 em 2023 comparado com R$3.935 em 2022, principalmente, aos impostos correntes e diferidos incidentes sobre receita bruta.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2.2	4.294	187
Aplicações financeiras	6.3.2	1.268	4.641
Ativo da concessão	5.3	59.026	50.750
Estoques	–	2.856	2.152
Tributos e contribuições a compensar	9.1	1.774	1.751
Despesas pagas antecipadamente	–	113	47
Outros	–	107	192
		69.438	**59.720**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	6.4	16.141	17.602
Ativo da concessão	5.3	478.589	444.047
Estoques	–	3.850	4.373
Outros	–	352	–
		498.932	**466.022**
Imobilizado	8.2	333	440
Intangível	–	5	42
		338	**482**
		499.270	**466.504**
Total do ativo		**568.708**	**526.224**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	6.1.2	15.178	14.481
Arrendamento	–	28	57
Fornecedores	–	1.295	920
Tributos e encargos sociais a recolher	9.2	897	1.167
Encargos regulatórios a recolher	10.2	71	151
Dividendos a Pagar	18.1.3	15.720	–
Partes relacionadas	17	532	559
Outros		1.394	1.279
		35.115	**18.614**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6.1.2	92.659	107.455
Arrendamento	–	162	328
Provisões para demandas judiciais	11.2	542	–
Fornecedores	–	–	106
PIS e COFINS diferidos	7.2	19.291	17.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.4	16.239	14.938
Encargos regulatórios a recolher	10.2	485	241
		129.378	**140.866**
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	338.984	338.984
Reservas de lucros	12.3	65.231	27.760
		404.215	**366.744**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**568.708**	**526.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	13.3	**64.601**	**68.713**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	14	(14.866)	(10.575)
Lucro bruto		**49.735**	**58.138**
Receitas (Despesas) operacionais			
Receitas - Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	13.6	28.577	–
Gerais e administrativas e honorários da administração	14	(1.832)	(1.925)
Outras despesas operacionais, líquidas		(77)	(2)
		26.668	(1.927)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**76.403**	**56.211**
Receitas financeiras	15	3.239	4.972
Despesas financeiras	15	(9.354)	(10.230)
		(6.115)	(5.258)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**70.288**	**50.953**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16.2	(2.796)	(3.596)
Diferido	16.2	(1.301)	(339)
		(4.097)	(3.935)
Lucro líquido do exercício		**66.191**	**47.018**
Lucro por ação		0,19526	0,13870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	66.191	47.018
Total dos resultados abrangentes do exercício	**66.191**	**47.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**338.984**	**1.742**	**24.821**	–	**365.547**
Lucro líquido do exercício	12.2.2	–	–	–	47.018	47.018
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	12.2.2	–	2.351	–	(2.351)	–
Constituição de retenção de lucros	12.2.2	–	–	23.667	(23.667)	–
Dividendos intermediários				(24.821)	(9.833)	(34.654)
Dividendos obrigatórios	12.2.2	–	–	–	(11.167)	(11.167)
Em 31 de dezembro de 2022		**338.984**	**4.093**	**23.667**	–	**366.744**
Lucro líquido do exercício	12.2.2	–	–	–	66.191	66.191
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	12.2.2	–	3.310	–	(3.310)	–
Constituição de retenção de lucros	12.2.2	–	–	47.161	(47.161)	–
Dividendos intermediários		–	–	(13.000)	–	(13.000)
Dividendos obrigatórios	12.2.2	–	–	–	(15.720)	(15.720)
Em 31 de dezembro de 2023		**338.984**	**7.403**	**57.828**	–	**404.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	66.191	47.018
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 14)	92	97
PIS e COFINS diferidos	1.493	358
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.301	339
Provisão para demandas judiciais	497	–
Receita sobre aplicações financeiras	(303)	(1.770)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.260	10.171
Ativo da Concessão	(99.090)	(73.710)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	14	18
	(20.545)	**(17.479)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	56.272	63.118
Estoques	(181)	(2.150)
Tributos e contribuições a compensar	(23)	239
Outros	(333)	640
	55.735	**61.847**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	269	94
Tributos e encargos sociais a recolher	2.300	2.247
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.570)	(2.339)
Encargos regulatórios a recolher	164	(523)
Pagamento Partes Relacionadas	(27)	102
Outros	115	299
	251	**(120)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**35.441**	**44.248**
Atividades de investimento		
Caixa restrito	1.461	328
Aplicações financeiras	(25.573)	(58.327)
Resgates de aplicações financeiras	29.249	79.864
Aquisição Imobilizado	(60)	(27)
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**5.077**	**21.838**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 6.1.4)	(14.094)	(13.424)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 6.1.4)	(9.265)	(10.217)
Pagamentos de arrendamentos	(52)	(55)
Dividendos pagos	(13.000)	(54.095)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(36.411)**	**(77.791)**
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	**4.107**	**(11.705)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	187	11.892
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.294	187
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**4.107**	**(11.705)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("Companhia") constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora") desde setembro de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
001/2008	30	16.03.38	5	2028	IPCA	59.405	06/23

Contrato nº 001/2008

Linha de Transmissão 500 kV Colinas - Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins).

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 7.4)
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 11.1)
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 13.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 13.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 13.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

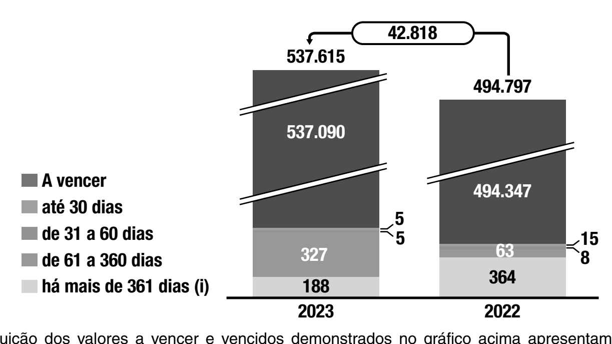
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	4.631	1.746
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	532.984	493.051
	537.615	**494.797**
Circulante	**59.026**	**50.750**
Não circulante	**478.589**	**444.047**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido à imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**484.205**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.3)	69.122
Receita de operação e manutenção (nota 13.3)	4.588
Recebimentos	(63.118)
Saldos em 2022	**494.797**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.3)	67.553
Receita de operação e manutenção (nota 13.3)	1.878
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) (13.6)	29.659
Recebimentos	(56.272)
Saldos em 2023	**537.615**

6. Endividamento líquido

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	107.837	121.936
Arrendamento	190	385
Dívida bruta	108.027	122.321
Caixa e equivalentes de caixa	4.294	187
Aplicações financeiras	1.268	4.641
Deduções	5.562	4.828
Dívida líquida	**102.465**	**117.493**
Patrimônio líquido	**404.215**	**366.744**
Índice de endividamento líquido	**25,3%**	**32,0%**

6.1 Empréstimos e financiamentos

6.1.1 Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (nota 19.1.3).

6.1.2 Composição

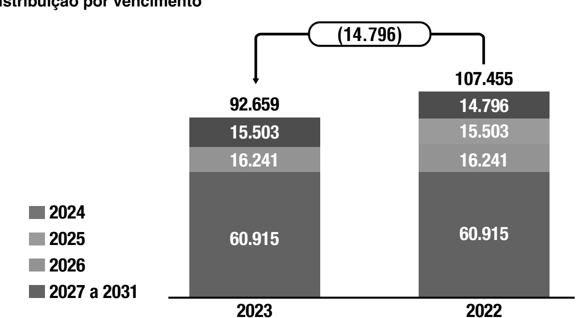
Moeda nacional	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Vencimento final	2023	2022
BNB (a)	10% a.a.	10,0%	19.05.2030	107.837	121.936
Total em moeda nacional				**107.837**	**121.936**
Circulante				**15.178**	**14.481**
Não circulante				**92.659**	**107.455**

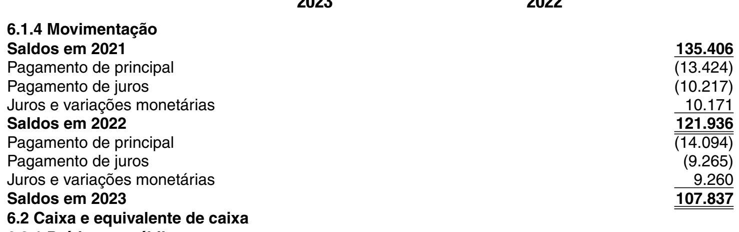
(a) BNB - Contrato 56.2010.2491.3531

Em 19 de maio de 2010, a Companhia assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no montante de R$220.000 sendo R$93.811(semiárido) e R$126.189 (fora do semiárido) ambos com custo de 10% a.a. O crédito é destinado à implantação de uma linha de transmissão em 550KV, com 710 km de extensão, com origem na Subestação de Colinas e término na Subestação de São João do Piauí. Os juros são cobrados mensalmente a partir de junho de 2012. O valor principal da dívida tem amortizações mensais a partir de junho de 2012 com vencimento final em 19 de maio de 2030. Sobre os encargos incidentes será aplicado um bônus de adimplência de 25% (semiárido) e 20% (fora do semiárido). Como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez (caixa restrito) o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação de financiamento, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB no valor de R$16.141 em 31 de dezembro de 2023. Não existe exigência de cumprimento de indicadores financeiros (*covenants*).

Todas as exigências e cláusulas restritivas ("*covenants* não financeiros") estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

6.1.3 Distribuição por vencimento





6.1.4 Movimentação

Saldos em 2021	**135.406**
Pagamento de principal	(13.424)
Pagamento de juros	(10.217)
Juros e variações monetárias	10.171
Saldos em 2022	**121.936**
Pagamento de principal	(14.094)
Pagamento de juros	(9.265)
Juros e variações monetárias	9.260
Saldos em 2023	**107.837**

6.2 Caixa e equivalente de caixa

6.2.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2.2 Composição

	2023	2022
Caixa e bancos	4.294	187
	4.294	**187**

6.3 Aplicações financeiras

6.3.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6.3.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.230	4.620
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	108,1	38	21
		1.268	**4.641**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

6.4 Caixa restrito

Em 10 de maio de 2010 foi assinado contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez, o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB, no valor mínimo de R$16.000. O saldo de caixa restrito é R$16.141 (R$17.602 em 2022).

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Impostos diferidos

7.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

7.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.239	14.938
PIS diferido	3.435	3.170
COFINS diferido	15.856	14.628
	19.291	17.798
	35.530	**32.736**

7.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

7.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$16.239 (R$14.938 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

8. Imobilizado

8.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

8.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

8.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de imóveis	398	(181)	217	375	9,90
Equipamentos de informática	42	(12)	30	38	16,67
Máquinas e equipamentos	17	(1)	16	–	6,25
Imobilizado em andamento	70	–	70	27	–
	527	**(194)**	**333**	**440**	

8.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	336	93	(54)	–	375
Equipamentos de informática	–	–	(5)	43	38
Imobilizado em andamento	43	27	–	(43)	27
	379	**120**	**(59)**	**–**	**440**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	375	–	(46)	(112)	217
Equipamentos de informática	38	–	(8)	–	30
Máquinas e equipamentos	–	–	(1)	17	16
Imobilizado em andamento	27	60	–	(17)	70
	440	**60**	**(55)**	**(112)**	**333**

9. Tributos, encargos sociais e contribuições

9.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	1.756	1.751
COFINS	15	–
PIS	3	–
	1.774	**1.751**

9.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	283	472
Contribuição social	231	326
COFINS	186	165
PIS	40	36
INSS	117	58
Imposto de renda retido na fonte	7	4
Outros	33	106
	897	**1.167**

10. Encargos regulatórios a recolher

10.1 Práticas contábeis

10.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

• Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 13.3).

• Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13.3).

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 13.3).

10.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	556	392
	556	**392**
Circulante	**71**	**151**
Não circulante	**485**	**241**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

11. Provisões e contingências

11.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

11.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, há demanda judicial com probabilidade de perda provável, uma de natureza cível-fundiário no valor de R$2 e uma de natureza cível-regulatório no valor de R$540, totalizando R$542. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ações judiciais com probabilidade de perda provável.

11.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui doze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo seis de natureza cível-fundiário, no valor de R$723, três de natureza cível-regulatório no valor de R$1.167 e três de natureza tributária no valor de R$488, totalizando R$2.378 (R$3.663 em 2022).

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de 400.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 é de R$338.984, representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

12.2 Dividendos

12.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

12.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**66.191**	**47.018**
Constituição da reserva legal	(3.310)	(2.351)
	62.881	44.667
Dividendos intermediários	–	(9.833)
Dividendos obrigatórios	(15.720)	(11.167)
Constituição de retenção de lucros	(47.161)	(23.667)
	–	**–**

12.3 Reserva de Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	7.403	4.093
Retenção de lucros (ii)	57.828	23.667
	65.231	**27.760**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$13.000 (R$24.821 em 2022).

13. Receitas operacionais líquidas

13.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

13.2 Julgamentos e estimativas

13.2.1 Determinação de margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

13.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

13.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

13.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Operação e Manutenção (a) (nota 5.5)	1.878	4.588
Remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 5.5)	67.553	69.122
Total da receita bruta	69.431	73.710
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.058)	(2.175)
PIS	(446)	(471)
	(2.504)	(2.646)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.548)	(1.611)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(586)	(532)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	(192)	(208)
	(2.326)	(2.351)
	64.601	**68.713**

(a) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(b) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

13.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

13.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
001/2008	3.205	13.06.2023	01.07.2023

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

13.6 Resolução Homologatória nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP da Companhia com impacto contábil reconhecido no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor positivo de R$28.577 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 14.7) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

13.7 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	Ciclo 23/24 REH 3.067	Ciclo 23/24 PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	58.996	2.322	–	–	61.318	(1.913)	59.405

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica: Novos investimentos	Rede Básica: Licitada	Rede Básica: Parcela de ajuste	DIT: Novos investimentos	DIT: Licitada	DIT: Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
001/2008	9	61.309	(1.913)	–	–	–	59.405	52.513
	9	**61.309**	**(1.913)**	**–**	**–**	**–**	**59.405**	**52.513**

(DIT = Demais Instalações de Transmissão - DIT)

14. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(9.689)	(1.201)	(10.890)	(9.482)
Materiais	(4.477)	(1)	(4.478)	(2.002)
Arrendamentos e aluguéis	(470)	–	(470)	(445)
Depreciação e amortização	–	(92)	(92)	(97)
Demandas judiciais	–	(497)	(497)	–
Outros	(230)	(41)	(271)	(474)
	(14.866)	**(1.832)**	**(16.698)**	**(12.500)**

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.948	4.956
Juros ativos	3	4
Variações monetárias	1	2
Outras	287	10
	3.239	4.972
Despesas	**2023**	**2022**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.227)	(10.146)
Juros passivos	–	(3)
Variações monetárias	(55)	(14)
Outras	(72)	(67)
	(9.354)	(10.230)
	(6.115)	**(5.258)**

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	69.431	73.710
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	6.219	6.607
Outras receitas	3.249	4.972
Base de cálculo	9.468	11.579
IRPJ e CSLL	(3.219)	(3.937)
Outros	(878)	2
Despesa com IRPJ e CSLL	**(4.097)**	**(3.935)**
Corrente	(2.796)	(3.596)
Diferido	(1.301)	(339)
	(4.097)	**(3.935)**

17. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	15.720	–	–	–
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	229	284	(906)	(980)
Prestação de serviços	CTEEP	303	275	(3.262)	(3.535)
		16.252	**559**	**(4.168)**	**(4.515)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

18. Instrumentos financeiros

18.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

18.1.1 Ativos financeiros

18.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

18.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

18.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

18.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

18.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	4.294	187
Aplicações financeiras	2	1.268	4.641
Caixa restrito	2	16.141	17.602
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	4.631	1.746
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	–	15.178	14.481
Não circulante	–	92.659	107.455
Arrendamento			
Circulante	–	28	57
Não circulante	–	162	328
Fornecedores	–	1.295	1.026
Partes relacionadas		532	559
Dividendos a pagar	–	15.720	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

18.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP.

(iv) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(v) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.295	–	–	–	–	1.295	1.026
Empréstimos e financiamentos	1.615	3.699	9.864	92.659	–	107.837	121.936
Arrendamento	2	7	19	162	–	190	385
	2.912	**3.706**	**9.883**	**92.821**	**–**	**109.322**	**123.347**

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 01/06/24	87.638	262
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			394

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	–	93

Diretoria

Rui Chammas	**Dayron Esteban Urrego Moreno**	**Carisa Santos Portela Cristal**	**Silvia Diniz Wada**	**Gabriela Desire Olimpio Pereira**
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

CNPJ/MF nº 08.543.286/0001-63

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou prejuízo de R$18.607 em comparação ao do ano anterior de R$59.380, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 24,2% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de infraestrutura	121.407	84,7	172.705	91,4	(29,7)
Operação e manutenção	8.245	5,8	8.971	4,7	(8,1)
Remuneração dos ativos de concessão	19.395	13,5	14.714	7,8	31,8
Aluguéis	554	0,4	526	0,3	5,3
Tributos sobre a receita	(5.470)	(3,8)	(7.207)	(3,8)	(24,1)
Encargos Regulatórios	(828)	(0,6)	(709)	(0,4)	16,8
Receita operacional líquida	**143.303**		**189.000**		**(24,2)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos nos projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 de R$121.407 comparada com R$172.705 em 2022, redução devido ao avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura do projeto Minuano em fase pré-operacional.

(ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$8.245 em 2023 comparada com R$8.971 em 2022, explicada devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) variação positiva de R$715 devido atualização pelo IGPM da RAP do ciclo 2023/2024; (ii) variação negativa da parcela variável no valor de R$1.325 e (iii) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R$116.

(iii) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$19.395 em 2023 e R$14.714 em 2022, explicada principalmente: (i) R$7.074 referente à atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão, compensado por (ii) variação negativa de R$2.393 pela atualização do IGPM mensal (3,4% em 2023 *vs* 5,8% em 2022).

(iv) As **receitas de aluguéis** totalizaram R$554 em 2023 e R$526 em 2022, não apresentando variação significativa.

(v) As **deduções da receita operacional** atingiram R$6.298 em 2023 comparado com R$7.916 em 2022, que acompanham a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção** totalizaram R$156.211 em 2023 frente aos R$241.443 em 2022, com concentração em serviços de terceiros, materiais e terrenos. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras (R$152.499 em 2023 e R$236.524 em 2022). A redução à fase da obra dos investimentos ocorridos no projeto Minuano.

	Custos de implementação da infraestrutura e O&M 2023	2022
Serviços de terceiros	(38.497)	(57.372)
Materiais	(109.510)	(165.298)
Arrendamentos e Aluguéis	(357)	(323)
Terrenos	(7.280)	(18.350)
Outros	(673)	(100)
	(156.211)	**(241.443)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.038 em 2023 comparada com R$699 em 2022, redução devido principalmente à variação de R$320 em serviços de terceiros.

O **resultado financeiro** apresentou aumento totalizando receita de R$291 em 2022 comparado a R$156 em 2022, principalmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas com **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R$4.896 em 2023 comparado com R$6.304 em 2022, principalmente, aos impostos correntes e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	833	716
Aplicações financeiras	8.2	2.005	2.652
Ativo da concessão	5.3	11.812	13.053
Estoques		296	223
Tributos e contribuições a compensar		101	48
Outros		114	84
		15.161	**16.776**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	401.744	272.548
Estoques	9.2	11.403	396
Cauções e depósitos vinculados		–	11
Outros		67	–
		413.214	**272.955**
Imobilizado	11	234	154
Intangível	11	–	2
		234	**156**
		413.448	**273.111**
Total do ativo		**428.609**	**289.887**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		26	14
Fornecedores	10.2	10.160	3.715
Tributos e encargos sociais a recolher	12.1	7.479	730
Encargos regulatórios a recolher	13.2	10	9
Partes Relacionadas	20	976	2.507
Outros		435	21
		19.085	**6.996**
Não circulante			
Arrendamento		147	82
PIS e COFINS diferidos	6.2	15.050	10.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	12.698	8.748
Encargos regulatórios a recolher	13.2	118	84
Provisão para demandas judiciais	14	93	2
		28.106	**19.278**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	438.352	301.940
Prejuízo acumulado		(56.934)	(38.327)
		381.418	**263.613**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**428.609**	**289.887**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		76.351	2.754	18.299	–	97.404
Prejuízo do exercício		–	–	–	(59.380)	(59.380)
Aumento de capital		225.589	–	–	–	225.589
Destinação do lucro:	15.1					
Absorção de prejuízo do exercício	15.1	–	(2.754)	(18.299)	21.053	–
Em 31 de dezembro de 2022		**301.940**	**–**	**–**	**(38.327)**	**263.613**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(18.607)	(18.607)
Aumento de capital	15.1	136.412	–	–	–	136.412
Em 31 de dezembro de 2023		**438.352**	**–**	**–**	**(56.934)**	**381.418**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	143.303	189.000
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	17	(156.211)	(241.443)
Prejuízo bruto		**(12.908)**	**(52.443)**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	17	(1.038)	(699)
Outras despesas operacionais, líquidas		(56)	(90)
		(1.094)	**(789)**
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**(14.002)**	**(53.232)**
Receitas financeiras	18	409	292
Despesas financeiras	18	(118)	(136)
		291	**156**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(13.711)**	**(53.076)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(946)	(866)
Diferido	19.2	(3.950)	(5.438)
		(4.896)	**(6.304)**
Prejuízo do exercício		**(18.607)**	**(59.380)**
Prejuízo por ação		**(0,04245)**	**(0,19666)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(18.607)	(59.380)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(18.607)**	**(59.380)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(18.607)	(59.380)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortizações (nota 17)	29	19
PIS e COFINS diferidos	4.688	6.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.950	5.438
Ativo de Concessão	(149.047)	(196.390)
Provisões	82	2
Receita sobre aplicações financeiras	(108)	(285)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	(2)	–
	(159.015)	**(244.133)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão	21.092	19.383
Estoques	(11.080)	89
Tributos e contribuições a recuperar	(53)	(26)
Cauções e depósitos vinculados	(11)	(1)
Despesas Pagas Antecipadamente	(68)	–
Outros	(29)	225
	9.851	**19.670**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	6.445	493
Tributos e encargos sociais a recolher	7.628	872
Imposto de renda e contribuição social pagos	(879)	(726)
Encargos regulatórios a recolher	35	(137)
Pagamento de Partes Relacionadas	(1.531)	289
Outros	415	(4)
	12.104	**787**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(137.060)**	**(223.676)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(11.151)	(18.299)
Resgates de aplicações financeiras	11.906	17.041
Aquisição de imobilizado	(1)	(33)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**754**	**(1.291)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	136.412	225.589
Pagamentos de arrendamentos	11	(15)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**136.423**	**225.574**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**117**	**607**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	716	109
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	833	716
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**117**	**607**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Evrecy S.A. ("Companhia"), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "Controladora") brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 3 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. - CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Entidade com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Entidade detida pela Energest S.A. para a EDP - Energias do Brasil S.A. Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Companhia detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

Em 1 de outubro de 2020 foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Entidade, de sociedade limitada para sociedade por ações por capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do seu contrato social para estatuto social e da sua denominação social de Evrecy Participações Ltda. para Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou o capital circulante negativo no montante de R$3.924 (positivo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$9.780) e prejuízo nos respectivos exercícios findos, oriundos dos custos de implementação da infraestrutura devido a investimentos do projeto Minuano, que se encontra em fase pré-operacional. No entanto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo ao final do contrato, e que o efeito negativo gerado durante o período de implantação da infraestrutura será compensado com a margem de lucro auferida durante a prestação de serviços de operação e manutenção. As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações e, caso necessário, poderão ocorrer aportes da Controladora.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica - Prazo	Revisão Tarifária Periódica - Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP - R$ mil	Receita Anual Permitida - RAP - Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2025	IGPM	19.238	06/23
001/2020	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	48.320	06/23

Contrato nº 020/2008

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados à infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

A Lei 12.783/12 define que o concessionário deve fazer a solicitação de renovação do contrato de concessão com 60 meses de antecedência do vencimento. A Companhia enviou para ANEEL uma carta de manifestação de interesse em conhecer as condições para a renovação do contrato 020/2008. Em 13 de julho de 2022, a ANEEL enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME) o ofício 038/2022, com o requerimento de prorrogação do referido contrato. Por este motivo, o MME instaurou a Consulta Pública nº 136/2022 e divulgou a Nota Técnica nº 520/2022/DOC/SPE para definir se as concessões de transmissão vincendas devem ser licitadas ou prorrogadas. O resultado da referida Consulta Pública foi a publicação do Decreto nº 11.314/2022, que define em seu artigo 2º que as concessões de transmissão vincendas serão licitadas. O Parágrafo único do referido artigo define, ainda, que poderão ser prorrogadas quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público.

Contrato nº 001/2020

Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Minuano) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte - Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte. Em 16 de dezembro de 2020, obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte e, em 25 de julho de 2023, obteve a Licença de Instalação (LI) para as linhas de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação à ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota16.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

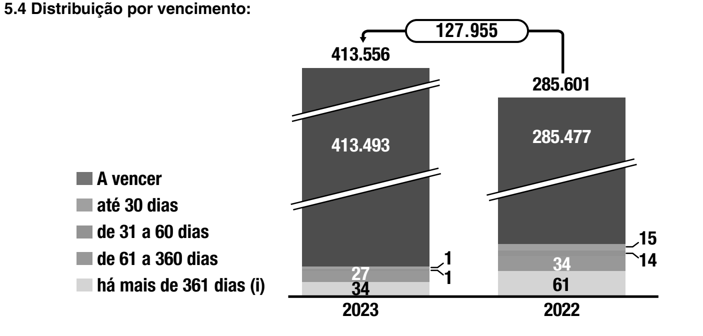
5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.622	2.524
	1.622	**2.524**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	411.934	283.077
	413.556	**285.601**
Circulante	**11.812**	**13.053**
Não circulante	**401.744**	**272.548**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento:



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido à imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total. Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**108.594**
Receita de infraestrutura	172.705
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	14.714
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	8.971
Recebimentos	(19.383)
Saldos em 2022	**285.601**
Receita de infraestrutura	121.407
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	19.395
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	8.245
Recebimentos	(21.092)
Saldos em 2023	**413.556**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.698	8.748
PIS diferido	2.680	1.845
COFINS diferido	12.370	8.517
	15.050	10.362
	27.748	**19.110**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$12.698 (R$8.748 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Composição

	2023	2022
Caixa e bancos	833	716
	833	**716**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.159	2.458
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		827	177
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	108,2%	19	17
		2.005	**2.652**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).

Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Estoques

9.1 Prática contábil

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

9.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$11.699 na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

Os estoques são mantidos para atender o projeto em andamento (em construção), sendo consumidos para viabilizar a prestação de serviço.

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

CNPJ/MF nº 08.543.286/0001-63

→★ continuação

10. Fornecedores

10.1 Prática contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

10.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$10.688 (R$3.715 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.

11. Imobilizado e Intangível

	2023	2022
Imobilizado	234	154
Intangível	–	2
	234	156

11.1 Imobilizado

11.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

11.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

11.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis	235	(59)	176	93	13,59
Arrendamento de veículos	114	(114)	–	–	–
Máquinas e equipamentos	42	(5)	37	16	6,25
Móveis e utensílios	2	(1)	1	1	6,25
Equipamentos de informática	14	(5)	9	11	16,67
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	11	–	11	33	–
	418	(184)	234	154	–

11.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	94	14	(15)	–	93
Máquinas e equipamentos	17	–	(1)	–	16
Móveis e utensílios	1	–	–	–	1
Equipamentos de informática	–	–	(2)	13	11
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	13	33	–	(13)	33
	125	47	(18)	–	154

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	93	127	(22)	(22)	176
Máquinas e equipamentos	16		(2)	23	37
Móveis e utensílios	1		–	–	1
Equipamentos de informática	11		(2)		9
Imobilizado em curso - móveis e utensílios	33	1	–	(23)	11
	154	128	(26)	(22)	234

12. Tributos, encargos sociais e contribuições

12.1 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	128	133
Contribuição social	69	81
COFINS	50	55
PIS	11	12
Imposto de renda retido na fonte	9	18
INSS	268	330
ISS	68	81
ICMS a Recolher	6.876	–
Outros	–	20
	7.479	730

13. Encargos regulatórios a recolher

13.1 Práticas contábeis

13.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 16.3).

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 16.3).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 16.3).

13.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	128	93
	128	93
Circulante	10	9
Não circulante	118	84

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14. Provisões e contingências

14.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

14.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oito ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R$93 (R$2 em 2022)

14.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oitenta e uma ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão sendo quatro de natureza cível no valor de R$20, setenta e seis de natureza cível-fundiário no valor de R$2.240 e uma de natureza tributária no valor de R$15 totalizando R$2.275 (R$ 919 em 2022).

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 1 de outubro de 2020, ocorreu Assembleia para transformação de entidade limitada para Sociedade por Ações, sendo o capital social autorizado e subscrito da Companhia de R$531.512 dividido em quotas iguais de R$1,00 para R$531.512 dividido em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado é de R$438.352 (R$301.940 em 2022). Em 2023 foi integralizado o valor de R$136.412.

15.2 Prejuízo do exercício

Os prejuízos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são oriundos dos custos de implementação da infraestrutura incorridos no período, devido à investimentos do projeto Minuano, que se encontra em fase pré-operacional. No entanto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo ao final do contrato, e que o efeito negativo gerado durante o período de implantação da infraestrutura será compensado com a margem de lucro auferida durante a prestação de serviços de operação e manutenção. A Companhia realiza acompanhamento periódico do fluxo do ativo de concessão.

16. Receita operacional líquida

16.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	121.407	172.705
Operação e Manutenção (b) (nota 7)	8.245	8.971
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 7)	19.395	14.714
Aluguéis	554	526
Total da receita bruta	**149.601**	**196.916**
Tributos sobre a receita		
COFINS	(4.496)	(5.924)
PIS	(974)	(1.283)
	(5.470)	**(7.207)**
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(577)	(449)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(186)	(192)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(65)	(68)
	(828)	**(709)**
	143.303	**189.000**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

16.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da base de remuneração regulatória;

b) dos custos operacionais eficientes;

c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;

d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
020/2008	2.883	22.06.2021	01.07.2018

As informações das próximas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2.

16.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 07 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	RTP	RAP Ciclo 23/24 REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IGP-M	20.509	(916)		19.593	(355)	19.238
IPCA	46.491	1.830	–	48.320	–	48.320

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão - DIT		Total 2024	Total 2023
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste		
020/2008	16.197	(356)	3.396	(1)	19.238	21.564

17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023			2022
	Custos	Despesas	Total	Total
Serviços de Terceiros	(38.497)	(957)	(39.454)	(58.009)
Depreciação e amortização	–	(29)	(29)	(19)
Materiais	(109.510)	–	(109.510)	(165.298)
Demandas judiciais	–	(6)	(6)	(10)
Arrendamentos e aluguéis	(357)	2	(355)	(323)
Terrenos	(7.280)	–	(7.280)	(18.350)
Outros	(567)	(48)	(615)	(133)
	(156.211)	**(1.038)**	**(157.249)**	**(242.142)**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	353	286
Juros ativos	6	1
Variações monetárias	–	2
Outras	50	3
	409	**292**
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	3	(2)
Variações monetárias	(1)	(1)
Outras	(120)	(133)
	(118)	**(136)**
	291	**156**

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Conciliação da alíquota efetiva

	2023	2022
Receita bruta de serviços	149.047	196.390
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	13.431	17.720
Outras receitas	409	818
Base de cálculo CSLL	13.840	18.538
IRPJ e CSLL	(4.706)	(6.304)
Outros	(190)	–
Despesa com IRPJ e CSLL	**(4.896)**	**(6.304)**
Corrente	(946)	(866)
Diferido	(3.950)	(5.438)
	(4.896)	**(6.304)**

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	207	79	(584)	(274)
Prestação de serviços	CTEEP	769	2.428	(2.363)	(3.961)
		976	**2.507**	**(2.947)**	**(4.235)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21. Instrumentos financeiros

21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	833	716
Aplicações financeiras	2	2.005	2.652
Custo amortizado			
Contas a receber - serviços de O&M	–	1.622	2.524
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	10.688	3.715
Arrendamento			
Circulante	–	26	14
Não Circulante	–	147	82
Partes relacionadas	–	976	2.507

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.2).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	10.553	25	–	–	110	10.688	3.715
Arrendamento	2	6	17	–	148	173	96
	10.555	31	17	–	158	10.861	3.811

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	91.031	271
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			403

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	127	14

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Evrecy S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Evrecy S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Biguaçu - Interligação Elétrica Biguaçu S.A.

CNPJ nº 28.218.051/0001-03

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$68.831 em comparação ao do ano anterior de R$42.604, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 63,4% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Receita de infraestrutura	–	–	114.851	64,2	–
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	–	–	34.689	19,4	–
Receita de operação e manutenção	14.365	21,9	5.322	3,0	169,9
Remuneração dos ativos de concessão	54.409	83,0	30.806	17,2	76,6
Tributos sobre a receita	(2.527)	(3,9)	(6.515)	(3,6)	(61,2)
Encargos regulatórios	(661)	(1,0)	(185)	(0,1)	(257,3)
Receita operacional líquida	**65.586**		**178.968**		**(63,4)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos no projeto realizado no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2022 de R$114.851, refere-se aos investimentos do contrato de concessão 012/2018 que entrou em operação em setembro de 2022.

(ii) O **ganho de eficiência** em 2022 no montante de R$34.689 refere-se ao ganho adicional à margem estimada, apurado na entrada em operação do projeto.

(iii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$14.365 em 2023, comparada com R$5.322 em 2022, explicada principalmente pelo recebimento da RAP após a entrada em operação com o período de doze meses em 2023 frente ao período de três meses em 2022.

(iv) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$54.409 em 2023, comparada aos R$30.806 em 2022, o aumento é explicado principalmente por: (i) R$3.897 decorrente da atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita do contrato de concessão e (ii) R$19.706 referente efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal.

(v) As **deduções de receita operacional** atingiram R$3.188 em 2023 e R$6.700 em 2022, pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$3.988, que acompanham a variação da receita bruta compensado pelo aumento nos encargos regulatórios em R$476.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção** totalizaram receita de R$5.639 em 2023 e despesa de R$130.494 em 2022. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados na obra durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução da obra e, apresentaram uma redução de R$139.426 devido (i) a entrada em operação em setembro de 2022 e, (ii) em 2023, reversão de provisão para gastos com materiais e serviços referente as obras do projeto concluído, compensado pelo aumento dos custos de O&M no montante de R$3.293, substancialmente em serviços de terceiros referente manutenção, conservação e vigilância.

Custo de implementação da infraestrutura e O&M	2023	2022
Serviços de terceiros	(4.227)	(82.053)
Material	9.564	(29.395)
Servidão	–	(9.994)
Outros	302	(9.052)
	5.639	**(130.494)**

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.030 em 2023 comparada com R$322 em 2022, aumento principalmente com contrato de compartilhamento de despesas de pessoal (nota 20), honorários advocatícios e auditoria.

O **resultado financeiro** apresentou receitas financeiras no montante de R$1.179 em 2023, comparado com as despesas financeiras de R$139 em 2022, devido principalmente ao aumento dos rendimentos sobre aplicações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R$2.543 em 2023 e R$5.431 em 2022 devido principalmente a redução dos impostos diferidos incidentes sobre as receitas de infraestrutura e remuneração do ativo da concessão, compensado pelo aumento do imposto corrente.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.563	97
Aplicações Financeiras	8	3.852	3.838
Ativo da concessão	5	39.033	38.719
Tributos e contribuições a compensar	10.1	17	2
Despesas Antecipadas		–	486
		45.465	**43.142**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5	487.227	473.224
Estoques		5.361	–
		492.588	**473.224**
Imobilizado	9	150	94
Intangível		14	52
		164	**146**
		492.752	**473.370**
Total do ativo		**538.217**	**516.512**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		23	14
Fornecedores	13	9.850	10.760
Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	1.000	1.665
Encargos regulatórios a recolher	11	50	97
Dividendos a pagar	15.2	16.347	5.571
Partes relacionadas	20	287	628
Contas a pagar	12	7.661	20.081
		35.218	**38.816**
Não circulante			
Arrendamento		129	82
PIS e COFINS diferidos	6.2	19.083	18.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	16.032	15.579
Encargos regulatórios a recolher	11	217	74
Provisões para demandas judiciais	14	9.045	9.994
		44.506	**44.258**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	415.551	415.551
Reservas de lucros	15.2.3	42.942	17.887
		458.493	**433.438**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**538.217**	**516.512**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**332.478**	**–**	**–**	**10.503**	**(19.146)**	**323.835**
Integralização de capital		83.073	–	–	–	–	83.073
Ajuste de instrumento financeiro, líquido		–	–	–	(10.503)	–	(10.503)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	42.604	42.604
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15.2.2	–	1.173	–	–	(1.173)	–
Constituição de retenção de lucros	15.2.2	–	–	16.714	–	(16.714)	–
Dividendos obrigatórios	15.2.2	–	–	–	–	(5.571)	(5.571)
Em 31 de dezembro de 2022		**415.551**	**1.173**	**16.714**	**–**	**–**	**433.438**
Dividendos adicionais		–	–	(27.429)	–	–	(27.429)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	68.831	68.831
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15.2.2	–	3.441	–	–	(3.441)	–
Constituição de retenção de lucros	15.2.2	–	–	49.043	–	(49.043)	–
Dividendos obrigatórios	15.2.2	–	–	–	–	(16.347)	(16.347)
Em 31 de dezembro de 2023		**415.551**	**4.614**	**38.328**	**–**	**–**	**458.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	**65.586**	**178.968**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	17	5.639	(130.494)
Lucro bruto		**71.225**	**48.474**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(1.030)	(322)
Outras receitas operacionais, líquidas		–	22
		(1.030)	(300)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**70.195**	**48.174**
Receitas financeiras	18	1.307	236
Despesas financeiras	18	(128)	(375)
		1.179	(139)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**71.374**	**48.035**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(2.090)	(617)
Diferido	19.2	(453)	(4.814)
		(2.543)	(5.431)
Lucro líquido do exercício		**68.831**	**42.604**
Lucro por ação		**0,16564**	**0,10252**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	68.831	42.604
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Ajuste de Instrumento financeiro	–	(10.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	6
Total de outros resultados abrangentes, líquido	**–**	**(10.503)**
Total dos resultados abrangentes do exercício	**68.831**	**32.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	68.831	42.604
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 9)	58	49
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	482	53
PIS e COFINS diferidos	554	5.772
Imposto de renda e contribuição social diferidos	453	4.814
Provisões para demandas judiciais	(1.423)	9.942
Ativo da Concessão	(68.774)	(185.668)
Custo de implementação da infraestrutura - Ajuste de instrumento financeiro (NDF)	–	(10.509)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(481)	(148)
	(300)	**(133.091)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	54.457	23.220
Estoques	(5.361)	–
Tributos e contribuições a compensar	(15)	5
Despesas antecipadas	486	(486)
	49.567	**22.739**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	981	10.186
Tributos e encargos sociais a recolher	(665)	950
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.891)	(241)
Encargos regulatórios a recolher	96	171
Partes relacionadas	(341)	470
Outros	(12.437)	19.786
	(14.257)	**31.322**
Fluxo caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**35.010**	**(79.030)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(24.660)	(12.803)
Resgates de aplicações financeiras	25.128	10.323
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**468**	**(2.480)**
Atividades de financiamento		
Arrendamento	(12)	(11)
Instrumentos financeiros derivativos	–	(1.517)
Dividendos pagos	(33.000)	–
Integralização de capital	–	83.073
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(33.012)**	**81.545**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.466**	**35**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	97	62
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.563	97
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**2.466**	**35**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 06 de julho de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
012/2018	30	20.09.48	5 anos	2024	IPCA	49.526	06/23

Contrato nº 012/2018

Compostos por 57 km de linhas de transmissão e de uma nova Subestação, em Ratones, além da ampliação da Subestação Biguaçu, localizado em Santa Catarina, entrou em operação comercial no dia 02 de setembro de 2022, com antecipação de um ano em relação à estimativa da ANEEL.

O Contrato de Concessão 012/2018 prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:
- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.1)
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14.2).
- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativo da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	3.650	5.218
	3.650	**5.218**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	522.610	506.725
	526.260	**511.943**
Circulante	**39.033**	**38.719**
Não circulante	**487.227**	**473.224**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui, quando aplicável, parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento

14.317
526.260
511.943
526.126
511.894
A vencer
até 30 dias
de 31 a 60 dias
de 61 a 360 dias
há mais de 361 dias (i)
6
4
107
17
15
9
25
0
2023
2022

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**349.495**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	30.806
Receita de implementação da infraestrutura (nota 16.3)	114.851
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 16.3)	34.689
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	5.322
Recebimentos	(23.220)
Saldos em 2022	**511.943**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	54.409
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	14.365
Recebimentos	(54.457)
Saldos em 2023	**526.260**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

"Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.032	15.579
PIS diferido	3.398	3.300
COFINS diferido	15.685	15.229
	19.083	18.529
	35.115	**34.108**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$16.032 (R$15.579 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1 CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº 12.973/2014.

7. Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		119	97
Equivalentes de caixa			
CDB	101,9%	2.444	–
		2.563	**97**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	108,6%	3.852	3.838
		3.852	**3.838**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

	2023	2022
Imobilizado	150	94
	150	**94**

9.1 Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2023			2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação %
Arrendamento de imóveis (i)	193	(43)	150	94	12,33%
	193	**(43)**	**150**	**94**	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	46	60	(12)	–	94
	46	**60**	**(12)**	**–**	**94**

continua ★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Biguaçu - Interligação Elétrica Biguaçu S.A.

CNPJ nº 28.218.051/0001-03

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Saldos em 2022	Adição	Depreciação	Baixas/ transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	94	105	(21)	(28)	150
	94	105	(21)	(28)	150

10. Tributos, encargos sociais e contribuições

10.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	16	2
Outros	1	–
	17	2

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	199	307
Contribuição social	185	176
COFINS	132	134
PIS	29	29
ISS	401	545
INSS	35	465
Imposto de renda retido na fonte	7	4
Outros	12	5
	1.000	1.665

11. Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 16.3).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	267	171
	267	171
Circulante	50	97
Não circulante	217	74

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12. Contas a pagar

	2023	2022
Provisão - implementação da infraestrutura (*)	7.460	17.033
Outros	201	3.048
	7.661	20.081

(*) Valores estimados para gastos com materiais e serviços referente as obras do projeto concluído em setembro de 2022.

13. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$9.850 (R$10.760 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.

14. Provisões e contingências

14.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

14.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui vinte e seis ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como probabilidade de perda provável, de natureza cível-fundiário, no montante de R$9.045 (R$9.994 em 2022).

14.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui dezessete ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão, sendo treze de natureza cível-fundiário no valor de R$169, duas de natureza tributária no valor de R$50 e duas de natureza cível no valor R$1.994, totalizando R$2.213 (R$278 em 2022).

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 447.432.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 totaliza R$415.551 representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

15.2 Dividendos

15.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

15.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**68.831**	**42.604**
Absorção de parcela de prejuízos acumulados	–	(19.146)
	68.831	23.458
Constituição da reserva legal	(3.441)	(1.173)
	65.390	22.285
Constituição de retenção de lucros	(49.043)	(16.714)
Dividendos obrigatórios	(16.347)	(5.571)
	–	–

15.2.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	4.614	1.173
Retenção de lucros (ii)	38.328	16.714
	42.942	**17.887**

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R$27.429.

16. Receita operacional líquida

16.1 Práticas Contábeis

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5)	–	114.851
Operação e Manutenção (b) (nota 5)	14.365	5.322
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (c) (nota 5)	–	34.689
Remuneração dos ativos da concessão (d) (nota 5)	54.409	30.806
Total da receita bruta	68.774	185.668
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.077)	(5.355)
PIS	(450)	(1.160)
	(2.527)	(6.515)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(504)	(185)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(157)	–
	(661)	(185)
	65.586	**178.968**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de dezembro de 2022, o ganho de eficiência refere-se a entrada em operação do contrato 012/2018.

(d) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

16.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

16.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 Total
IPCA	49.724	1.957	–	–	51.681	(2.154)	49.526

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica – Novos investimentos	Rede Básica – Licitada	Rede Básica – Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT – Novos investimentos	DIT – Licitada	DIT – Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
012/2018	–	50.919	(2.155)	–	762	–	49.526	49.724
	–	**50.919**	**(2.155)**	–	**762**	–	**49.526**	**49.724**

(*) Reversão de provisão para gastos com materiais referente as obras do projeto concluído.

17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023 Custos	2023 Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(4.227)	(935)	(5.162)	(82.293)
Depreciação e amortização	–	(58)	(58)	(49)
Material (*)	9.564	–	9.564	(29.395)
Outros	302	(37)	265	(19.079)
	5.639	**(1.030)**	**4.609**	**(130.816)**

(*) Reversão de provisão para gastos com materiais referente as obras do projeto concluído.

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.300	148
Juros ativos	2	–
Variações Cambiais	–	6
Outras	5	82
	1.307	236
Despesas		
Juros sobre arrendamento	(3)	(2)
Juros passivos	(2)	–
Multas	(92)	(300)
Outros	(31)	(73)
	(128)	(375)
	1.179	**(139)**

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	**68.774**	**185.668**
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	6.160	16.749
Outras receitas	1.320	256
Base de cálculo	7.480	17.005
IRPJ e CSLL	(2.543)	(5.782)
Outros	–	351
Despesa com IRPJ e CSLL	**(2.543)**	**(5.431)**
Corrente	(2.090)	(617)
Diferido	(453)	(4.814)
	(2.543)	**(5.431)**

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	16.347	5.571	–	–
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	181	40	570	(137)
Prestação de serviços	CTEEP	106	588	2.410	(1.763)
		16.634	**6.199**	**2.980**	**(1.900)**

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21. Instrumentos financeiros

21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos á classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	1	2.563	97
Aplicações financeiras	2	3.852	3.838
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	9.850	10.760
Contas a pagar	–	7.661	20.081
Arrendamento			
Circulante	–	23	14
Não circulante	–	129	82
Partes relacionadas	–	287	628
Dividendos a pagar	–	16.347	5.571

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.5).

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	2023 Até 1 mês	2023 De 1 a 3 meses	2023 De 3 meses a 1 ano	2023 De 1 a 5 anos	2023 Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.634	–	8.216	–	–	9.850	10.760
Arrendamento	2	6	15	112	17	152	96
	1.636	**6**	**8.231**	**12**	**17**	**10.002**	**10.856**

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	22/03/23 a 19/12/24	184.189	400
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000(*)	132
			532

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23. Transações que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	105	60
Dividendos a pagar	16.347	5.571
Outros resultados abrangentes - instrumentos financeiros	–	10.503

Diretoria

Rui Chammas
Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno
Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal
Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira
Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Biguaçu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Biguaçu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Biguaçu S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

isa CTEEP

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ/MF nº 10.260.820/0001-76

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$13.647 em comparação ao do ano anterior com R$76.191 maiores detalhes desta variação são apresentados nas análises seguintes.

A **receita operacional líquida** teve variação negativa de 80,1% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	% Variação 2023/2022
Receita de implementação da infraestrutura (i)	–	–	7.831	8,9	(110,0)
Operação e Manutenção (ii)	12.553	71,1	10.696	12,2	17,4
Remuneração dos ativos de concessão (iii)	7.694	44,0	75.701	86,3	(89,8)
Receita de aluguéis e Prestação de Serviços	–	–	93	0,1	(100,0)
Tributos sobre a receita (iv)	(735)	(4,2)	(3.684)	(4,2)	(80,0)
Encargos regulatórios (iv)	(2.007)	(11,5)	(2.883)	(3,3)	(30,4)
Receita operacional líquida	**17.505**		**87.754**		**(80,1)**

(i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2022 foi de R$7.831, este volume ocorreu em virtude de investimentos nos projetos de reforços nas subestações Araras e Mirassol, transferidos para a empresa IE Jaguar 9 (nota 1.2). (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$12.553 em 2023, comparada com R$10.696 em 2022, explicada principalmente pela: (i) variação negativa de R$8.471 em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência dos contratos 012/2008, 015/2008 e 021/2011 (nota 1.2); compensada pela (ii) variação positiva da antecipação e parcela de ajuste do ciclo tarifário de R$10.336.

(iii) A **remuneração do ativo da concessão** atingiu R$7.694 em 2023 comparado com R$75.701 em 2022, explicada por (i) redução de R$67.721, em decorrência da cisão parcial da Companhia com a transferência dos contratos 012/2008, 015/2008 e 021/2011 (nota 1.2); (ii) redução de R$447 pelo menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal[1], compensado por (ii) variação positiva referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de R$161.

(iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R$2.742 em 2023 e R$6.567 em 2022, acompanhando a variação da receita bruta.

[1]IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R$2.675 em 2023 comparado com R$14.439 em 2022, os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, a redução deve-se aos (ii) investimentos nos projetos de reforços nas subestações Araras e Mirassol II realizados em 2022 e (ii) diminuição de custos de O&M devido transferência dos contratos 012/2008, 015/2008 e 021/2011.

	Custos de Implementação da Infraestrutura e O&M 2023	2022
Serviços de terceiros	(2.105)	(8.679)
Materiais	(507)	(5.508)
Outros	(63)	(252)
	(2.675)	**(14.439)**

As **receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)**, totalizaram R$7.424 em 2022 registrando o impacto, líquido de PIS e COFINS, decorrente de (i)revisão tarifária ocorrida em 2022 referente ao contrato 021/2011; (ii) revisão da RAP proveniente do resultado do Recurso Administrativo da RTP ocorrida em 2019.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$1.050 em 2023 comparada com R$1.173 em 2022, redução de 10,5% principalmente pela variação em serviços de terceiros e demandas judiciais devido a maior constituição de provisão de processos cíveis em 2022.

O **resultado financeiro** apresentou receita líquida de R$725 em 2023 comparado com R$688 em 2022, devido principalmente (i) redução de rendimentos sobre aplicações financeiras no valor de R$1.892; compensado por (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos no valor de R$1.499. Em 2022, a Companhia realizou a liquidação do contrato de financiamento junto ao BNDES.

O **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R$866 em 2023 comparado com R$4.082 em 2022, principalmente, aos impostos corrente e diferidos incidentes sobre a receita bruta que apresentou redução de 78,5% em decorrência da cisão parcial da Companhia ocorrida em 2022 (nota explicativa 1.2).

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	465	66
Aplicações financeiras	8.1	1.863	11.817
Ativo da concessão	5.3	6.798	4.995
Estoques		1.090	1.118
Tributos e contribuições a compensar	10.1	305	83
Despesas Pagas Antecipadamente		16	–
Créditos com partes relacionadas	18	7.709	1.878
Outros		102	44
		18.348	**20.001**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	57.569	56.311
Cauções e depósitos vinculados		–	11
Estoques		2.486	2.770
Outros		283	–
		60.338	**59.092**
Imobilizado	9	73	354
Intangível		–	2
		73	356
		60.411	**59.448**
Total do ativo		**78.759**	**79.449**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		4	50
Fornecedores		90	1.034
Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	186	551
Encargos regulatórios a recolher	11.2	72	112
Partes relacionadas	18	44	1.250
Dividendos a pagar	19	3.241	6.055
Parcela de ajuste		–	3.148
Outros		1.676	1.577
		5.314	**13.777**
Não circulante			
Arrendamento		22	287
PIS e COFINS diferidos	6.2	2.483	2.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	2.018	1.792
Encargos regulatórios a recolher	11.2	403	324
Partes relacionadas	21	–	1.200
Provisões para demandas judiciais	12	142	128
		5.068	**5.955**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	20.885	19.685
Reservas de lucros	13.2	47.493	40.032
		68.378	**59.717**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**78.759**	**79.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**300.910**	**24.723**	**309.981**	**–**	**635.614**
Integralização de capital	13.1	2.300	–	–	–	2.300
Dividendos intermediários		–	–	(51.481)	–	(51.481)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	76.191	76.191
Cisão parcial	1.2	(283.525)	(22.571)	(226.074)	(69.038)	(601.208)
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	13.1	–	358	–	(358)	–
Constituição de retenção de lucros	13.1	–	–	5.096	(5.096)	–
Dividendos obrigatórios	13.1	–	–	–	(1.699)	(1.699)
Em 31 de dezembro de 2022		**19.685**	**2.510**	**37.522**	**–**	**59.717**
Integralização de capital	13.1	1.200	–	–	–	1.200
Dividendos intermediários		–	–	(2.945)		(2.945)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	13.647	13.647
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	13.1	–	682	–	(682)	–
Constituição de retenção de lucros	13.1	–	–	9.724	(9.724)	–
Dividendos obrigatórios	13.1	–	–	–	(3.241)	(3.241)
Em 31 de dezembro de 2023		**20.885**	**3.192**	**44.301**	**–**	**68.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	15.4	17.505	87.754
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(2.675)	(14.439)
Lucro bruto		**14.830**	**73.315**
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	14.4	–	7.424
Gerais e administrativas e honorários da administração	16	(1.050)	(1.173)
Outras despesas operacionais, líquidas		8	19
		(1.042)	6.270
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**13.788**	**79.585**
Receitas financeiras	17	772	2.599
Despesas financeiras	17	(47)	(1.911)
		725	688
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.513**	**80.273**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(640)	(3.076)
Diferido	18	(226)	(1.006)
		(866)	(4.082)
Lucro líquido do exercício		**13.647**	**76.191**
Lucro por ação		0,65339	3,87051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	13.647	76.191
Total dos resultados abrangentes do exercício	**13.647**	**76.191**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.647	76.191
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 15)	33	51
PIS e COFINS diferidos	259	1.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	226	1.006
Provisões	206	(1)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(529)	(2.185)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	1.588
Ativo da Concessão	(20.247)	(101.839)
Parcela de ajuste	–	3.148
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	65	23
	(6.340)	**(20.745)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	17.186	72.709
Estoques	312	627
Tributos e contribuições a compensar	(222)	345
Outros	(6.177)	(915)
	11.099	**72.766**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(944)	2.602
Tributos e encargos sociais a recolher	326	2.006
Imposto de renda e contribuição social pagos	(691)	(2.713)
Encargos regulatórios a recolher	39	(828)
Pagamento Partes Relacionadas	(1.206)	(2.290)
Outros	(3.296)	839
	(5.772)	**(384)**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.013)**	**51.673**
Atividades de investimento		
Caixa Restrito	–	2.435
Aplicações financeiras	(13.410)	(74.844)
Resgates de aplicações financeiras	23.893	114.268
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**10.483**	**41.858**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	2.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.200
Pagamentos de empréstimos (principal)	–	(21.712)
Pagamentos de empréstimos (juros)	–	(1.472)
Pagamentos de arrendamentos	(71)	(47)
Dividendos pagos	(9.000)	(77.766)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(9.071)**	**(97.497)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**399**	**(4.001)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	66	4.067
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	465	66
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**399**	**(4.001)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 22 de julho de 2008, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a transferência dos contratos de concessão 012/2008, 015/2008 e 021/2011 para as empresas, também controladas pela ISA CTEEP, Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. ("IEJaguar8"), Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. ("IEJaguar9") e Interligação Elétrica Itapura S.A. ("IEItapura"), respectivamente. As transferências dos contratos de concessão correspondem a uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R$601.208 que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	Contratos de concessão 012/2008	015/2008	021/2011	Total
Ativo da concessão	110.337	456.334	77.916	644.587
PIS e COFINS diferidos	4.027	16.656	2.843	23.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.398	14.055	2.400	19.853
Capital social	49.558	202.038	31.929	283.525
Reservas de lucros	41.536	174.710	32.399	248.645
Lucros acumulados	11.818	48.875	8.345	69.038

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica Prazo	Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP R$ mil	Mês base
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	8.085	06/23

Contrato nº 018/2008

Subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA. As obras da Subestação Atibaia II, entraram em operação comercial no dia 8 de janeiro de 2013.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6).
• Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13)
• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
• Determinação da margem de lucro (nota 15.2.1)
• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 15.2.2)
• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 15.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.1 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

Ativo da concessão

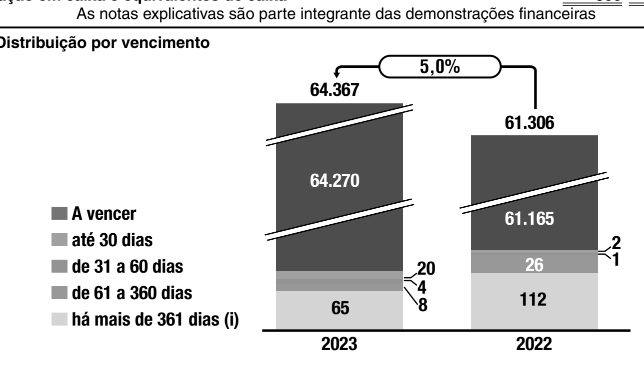
	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	922	1.994
	922	**1.994**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	63.445	59.312
	64.367	**61.306**
Circulante	**6.798**	**4.995**
Não circulante	**57.569**	**56.311**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

5.4 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

(i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**676.763**
Receita de implementação da infraestrutura (nota 15.4)	7.831
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.4)	75.701
Receita de operação e manutenção (nota 15.4)	10.696
Receitas - Revisão Tarifaria Periódica (RTP) (nota 14.5)	7.611
Cisão parcial	(644.587)
Recebimentos	(72.709)
Saldos em 2022	**61.306**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 15.4)	7.694
Receita de operação e manutenção (nota 15.4)	12.553
Recebimentos	(17.186)
Saldos em 2023	**64.367**

6 Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.018	1.792
PIS diferido	442	396
COFINS diferido	2.041	1.828
	2.483	2.224
	4.501	**4.016**

6.3 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$2.018 (R$1.792 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

7 Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7.2 Composição

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		338	66
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	101,4%	127	–
		465	**66**

8 Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Bandeirantes Referenciado DI		159	653
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.524	9.878
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	101,7%	180	1.286
		1.863	**11.817**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

• Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda

continua

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ/MF nº 10.260.820/0001-76

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9 Imobilizado

9.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	2022	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		%
Arrendamento de imóveis	194	(142)	52	328	4,82%
Equipamentos de informática	25	(21)	4	7	16,67%
Máquinas e equipamentos	24	(7)	17	19	6,25%
	243	**(170)**	**73**	**354**	

9.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	281	94	(47)	–	328
Equipamentos de informática	10	–	(3)	–	7
Máquinas e equipamentos	20	–	(1)	–	19
	311	**94**	**(51)**	**–**	**354**

	Saldos em 2022	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	328	(27)	(249)	52
Equipamentos de informática	7	(3)	–	4
Máquinas e equipamentos	19	(2)	–	17
	354	**(32)**	**(249)**	**73**

10 Tributos e contribuições a compensar

10.1 Composição

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	22	37
Outros	283	46
	305	**83**

10.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	58	169
Contribuição social	35	149
COFINS	23	50
PIS	5	11
INSS	54	104
ISS	11	47
Imposto de renda retido na fonte	–	2
Outros	–	19
	186	**551**

11 Encargos regulatórios a recolher

11.1 Práticas contábeis

11.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14.2.4).

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 14.2.4).

11.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	475	436
	475	**436**
Circulante	72	112
Não circulante	403	324

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento da sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12 Provisões e contingências

12.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

12.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, a empresa possui uma demanda judicial com probabilidade de perda provável, de natureza cível-regulatório no valor de R$142 (R$128 em 2022).

12.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui duas ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo uma tributária no valor de R$36 e uma cível-regulatório no valor de R$107, totalizando R$143 (R$1.576 em 2022).

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 20.885.185 e, em 31 de dezembro de 2022 era de 19.685.185, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R$20.885 (R$19.685 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

13.2 Dividendos

Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

13.1.1 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**13.647**	**76.191**
Cisão parcial	–	(69.038)
	13.647	7.153
Constituição da reserva legal	(682)	(358)
	12.965	6.795
Dividendos obrigatórios	(3.241)	(1.699)
Constituição de retenção de lucros	(9.724)	(5.096)
	–	–

13.1.2 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	3.192	2.510
Retenção de lucros (ii)	44.301	37.522
	47.493	**40.032**

No encerramento do exercício de 2023 o total das Reservas de lucros atinge o montante de R$47.493, superando o Capital Social Integralizado em R$26.608. A Administração da Companhia avaliará as alternativas de capitalização, distribuição de dividendos ou constituição de reserva especial, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 17 de maio de 2023, ocorreu o pagamento de dividendos com base na Retenção de lucros no montante de R$2.945 (R$51.481 em 2022).

14 Receita operacional líquida

14.1 Práticas Contábeis

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

14.2 Julgamentos e estimativas

14.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

14.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

14.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

14.2.4 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.3)	–	7.831
Operação e Manutenção (b) (nota 5.3)	12.553	10.696
Remuneração dos ativos de concessão (c) (nota 5.3)	7.694	75.701
Aluguéis	–	93
Total da receita bruta	20.247	94.321
Tributos sobre a receita		
COFINS	(604)	(3.028)
PIS	(131)	(656)
	(735)	(3.684)
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.709)	(1.951)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(136)	(646)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(162)	(286)
	(2.007)	(2.883)
	17.505	**87.754**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações e reforços, previsto no contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

14.3 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

14.4 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.3.

14.5 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
índice	**REH 3.067 (*)**	**Inflação**	**Reforços Melhorias**	**Outros**	**REH 3.216**	**PA**	**RAP Ciclo 23/24**
IPCA	7.363	290	–	83	7.737	348	8.085

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
018/2008	209	5.613	841	1.846	68	(492)	8.085	6.819
	209	**5.613**	**841**	**1.846**	**68**	**(492)**	**8.085**	**6.819**

15 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(2.105)	(687)	(2.792)	(9.393)
Materiais	(507)	(1)	(508)	(5.508)
Demandas judiciais	–	(257)	(257)	(323)
Depreciação e amortização	–	(33)	(33)	(51)
Outros	(63)	(72)	(135)	(337)
	(2.675)	**(1.050)**	**(3.725)**	**(15.612)**

16 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	693	2.585
Juros ativos	1	–
Outras	78	14
	772	**2.599**
Despesas		
Juros sobre empréstimos	–	(1.499)
Variações monetárias	(39)	(145)
Tarifas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	–	(230)
Outras	(8)	(37)
	(47)	(1.911)
	725	**688**

17 Imposto de renda e contribuição social

17.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

17.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	20.247	94.228
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	1.764	8.465
Outras receitas	772	2.693
Base de cálculo CSLL	2.536	11.158
IRPJ e CSLL	(862)	(3.794)
Outros	(4)	(288)
Despesa com IRPJ e CSLL	**(866)**	**(4.082)**
Corrente	(640)	(3.076)
Diferido	(226)	(1.006)
	(866)	**(4.082)**

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	–	3.241	–	6.055	–	–
AFAC	CTEEP	–	–	–	1.200	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal (i)	CTEEP	–	31	–	244	(467)	(843)
Prestação de serviços (ii)	CTEEP	–	13	–	179	(808)	(1.629)
Repasse RAP (*)	IEJaguar9	–	–		250	–	–
Custos de projetos (**)	IEJaguar9	7.709	–	1.878	–	–	–
Repasse RAP (*)	IEJaguar8	–	–	–	572	–	–
Repasse RAP (*)	IEItapura	–	–	–	5	–	–
		7.709	**3.285**	**1.878**	**8.505**	**(1.275)**	**(2.472)**

(*) Valores a serem repassados em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos cindidos 12/2008, 15/2008 e 21/2011.

(**) Valores a receber da IEJaguar9 referente aos custos de projetos pertencentes ao contrato cindido 15/2008 em 31 de outubro de 2022.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

(i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

(i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

(ii) A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Em 09 de novembro de 2022, foi assinado com sua controladora CTEEP instrumento particular de adiantamento de recurso, no valor total de R$1.200, convertido em capital social em 09 de março de 2023.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

19 Instrumentos financeiros

19.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

19.1.1 Ativos financeiros

19.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

19.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

19.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

19.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

19.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	465	66
Aplicações financeiras	2	1.863	11.817
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	922	1.994
Cauções e depósitos vinculados	–	–	11
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Arrendamento			
Circulante	–	4	50
Não circulante	–	22	287
Fornecedores	–	90	1.034
Partes relacionadas	–	44	1.250
Partes relacionadas - AFAC	–	–	1.200
Dividendos a pagar	–	3.241	6.055

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

19.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP.

(iv) Risco de captação - A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(v) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	90	–	–	–	–	90	1.034
Arrendamento	–	1	3	22	–	26	337
	90	**1**	**3**	**22**	**–**	**116**	**1.371**

20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	21.750	65
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			197

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

21 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Transações oriundas da cisão parcial		
Transferência ativos da concessão	–	(644.587)
Pis/Cofins diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	23.526
IR/CS diferidos sobre os ativos da concessão transferidos	–	19.853
Outras transações		
Arrendamentos	–	94
Dividendos a pagar	3.241	1.699
Integralização de Capital	1.200	–

Diretoria

Rui Chammas – Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno – Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal – Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada – Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira – Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.



Itaquerê - Interligação Elétrica Itaquerê S.A.

CNPJ/MF nº 27.966.089/0001-00

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou lucro líquido de R$70.129 em comparação ao lucro do ano anterior de R$72.839, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 3,0% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V.%	2022	A.V. %	Variação 2023/2022 %
Operação e Manutenção (i)	8.734	11,2	7.315	9,1	19,4
Remuneração dos ativos da concessão (ii)	72.987	93,7	77.002	95,8	(5,2)
Tributos sobre a receita (iii)	(2.965)	(3,8)	(3.084)	(3,8)	(3,9)
Encargos regulatórios (iii)	(823)	(1,1)	(868)	(1,1)	(5,2)
Receita operacional líquida	**77.933**		**80.365**		**(3,0)**

(i) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$8.734 em 2023 comparada com R$7.315 em 2022, explicada pela (i) aumento de R$847 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2023/2024; (ii) antecipação e parcela de ajuste do ciclo tarifário no montante de R$571.

(ii) A remuneração dos ativos da concessão somou R$72.987 em 2023 comparada aos R$77.002 em 2022, a redução é explicada principalmente menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal¹.

(iii) As **deduções da receita operacional** atingiram R$3.788 em 2023 e R$3.952 em 2022, pela redução dos tributos e contribuições de PIS/COFINS correntes e diferidos em R$119, que acompanham a variação da receita bruta e redução de encargos regulatórios em R$45.

¹IPCA 2023 4,59% - 2022 5,77%

Os **custos de operação e manutenção**, totalizaram em 2023 R$3.364 e R$5.625 em 2022. A variação está concentrada em materiais, devido principalmente a investimento sem RAP adicional.

	Custo de O&M 2023	2022
Serviços de terceiros	(1.531)	(1.104)
Materiais	(580)	(4.303)
Outros	(1.253)	(218)
	(3.364)	**(5.625)**

As **despesas - revisão Tarifária Periódica ("RTP")** totalizaram R$2.441, o valor refere-se ao impacto decorrente da revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP no montante de R$2.533; reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica (RTP) de R$92.

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R$692 em 2023, comparada com R$638 em 2022, não apresentando variações relevantes.

O **resultado financeiro** totalizou R$1.760 de receita financeira em 2023 comparado com R$2.014 em 2022, variação negativa devido, principalmente, a redução de rendimentos sobre aplicações financeiras.

A despesa com **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R$3.061 em 2023 em comparação com R$3.277 em 2022, principalmente, aos impostos correntes e diferidos incidentes sobre receita bruta.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	227	76
Aplicações financeiras	8.2	9.309	4.113
Ativo da concessão	5.3	53.292	52.365
Estoques	10	5.862	5.824
Tributos e contribuições a compensar	11.1	79	69
Despesas Pagas Antecipadamente		253	–
Outros		322	5
		69.344	**62.452**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	593.471	579.564
Estoques		–	54
		593.471	**579.618**
Imobilizado	9.2	80	140
Intangível		1	14
		81	**154**
		593.552	**579.772**
Total do ativo		**662.896**	**642.224**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		12	21
Fornecedores		90	72
Tributos e encargos sociais a recolher	11.1	605	711
Encargos regulatórios a recolher	12.2	107	180
Dividendos a Pagar	15.2	16.656	44.821
Contas a pagar	13	710	245
		18.180	**46.050**
Não circulante			
Arrendamento		69	123
PIS e COFINS diferidos	6.2	23.381	22.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	19.740	19.269
Encargos regulatórios a recolher	12.2	564	274
		43.754	**42.507**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	206.096	206.096
Reservas de lucros	15.3	394.866	347.571
		600.962	**553.667**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**662.896**	**642.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**206.096**	**19.162**	**272.870**	**–**	**498.128**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	72.839	72.839
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	15.3	–	3.642	–	(3.642)	–
Constituição de retenção de lucros	15.3	–	–	51.897	(51.897)	–
Dividendos obrigatórios	15.3	–	–	–	(17.300)	(17.300)
Em 31 de dezembro de 2022		**206.096**	**22.804**	**324.767**	**–**	**553.667**
Dividendos adicionais		–	–	(6.178)	–	(6.178)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	70.129	70.129
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	15.3	–	3.506	–	(3.506)	–
Constituição de retenção de lucros	15.3	–	–	49.967	(49.967)	–
Dividendos obrigatórios	15.3	–	–	–	(16.656)	(16.656)
Em 31 de dezembro de 2023		**206.096**	**26.310**	**368.556**	**–**	**600.962**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	**77.933**	**80.365**
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	17	(3.364)	(5.625)
Lucro bruto		**74.569**	**74.740**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas - Revisão Tarifaria Periódica	16.6	(2.441)	–
Gerais e administrativas	17	(692)	(638)
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(6)	–
		(3.139)	(638)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**71.430**	**74.102**
Receitas financeiras	18	1.904	2.070
Despesas financeiras	18	(144)	(56)
		1.760	2.014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**73.190**	**76.116**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(2.590)	(2.451)
Diferido	19.2	(471)	(826)
		(3.061)	(3.277)
Lucro líquido do exercício		**70.129**	**72.839**
Lucro por ação		**0,34027**	**0,35342**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	70.129	72.839
Total dos resultados abrangentes do exercício	**70.129**	**72.839**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**70.129**	**72.839**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 17)	30	57
PIS e COFINS diferidos	540	986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	471	826
Ativo da Concessão	(81.721)	(88.469)
Receita sobre aplicações financeiras	(529)	(2.058)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4	6
	(11.076)	**(15.813)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	66.887	60.938
Estoques	16	(54)
Tributos e contribuições a compensar	(10)	119
Despesas pagas antecipadamente	(253)	–
Outros	(317)	(1)
	66.323	**61.002**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	18	15
Tributos e encargos sociais a recolher	2.137	1.482
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.243)	(1.443)
Encargos regulatórios a recolher	217	224
Pagamento Partes Relacionadas	465	(88)
Contas a pagar	(18)	224
	576	**414**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**55.823**	**45.603**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(28.560)	(51.541)
Resgates de aplicações financeiras	23.893	69.493
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(4.667)**	**17.952**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento	(5)	(21)
Dividendos pagos	(51.000)	(63.487)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(51.005)**	**(63.508)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**151**	**47**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	76	29
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	227	76
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**151**	**47**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itaquerê S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP", "ISA CTEEP", "controladora"), constituída em 11 de abril de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de correção	R$ mil	Mês base
027/2017	30	11.08.47	5 anos	2023	IPCA	62.911	06/23

Contrato nº 027/2017

Composto pela Subestação Araraquara 2 - 3 x Compensadores Síncronos 500 kV - (-180/+300) MVAr. Em 04 de dezembro de 2020, obteve o Termo de Liberação Definitiva (TLD) do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") com recebimento da receita anual permitida (RAP) integral a partir desta data. A Companhia havia entrado em operação comercial parcial em 28 de julho e 09 de setembro de 2020, com 11 meses de antecipação em relação ao prazo ANEEL, com recebimento de 90% da RAP até sua liberação definitiva.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 *versus* 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 6.3).
• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14.1)
• Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
• Momento de reconhecimento do ativo contratual (5.2.2)
• Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
• Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários e, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

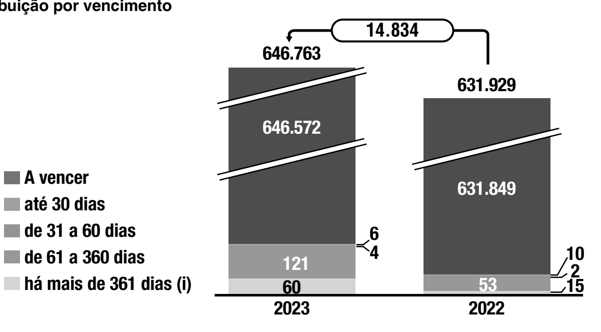
	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	3.798	4.877
	3.798	**4.877**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	642.965	627.052
	646.763	**631.929**
Circulante	**53.292**	**52.365**
Não circulante	**593.471**	**579.564**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

5.4 Distribuição por vencimento



A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	**604.398**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	77.002
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	7.315
Recebimentos	(56.786)
Saldos em 2022	**631.929**
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.3)	72.987
Receita de operação e manutenção (nota 16.3)	8.734
Despesas - Revisão Tarifaria Periódica (nota 16.6)	(2.533)
Recebimentos	(64.354)
Saldos em 2023	**646.763**

6. Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.740	19.269
PIS diferido	4.164	4.068
COFINS diferido	19.217	18.773
	23.381	22.841
	43.121	**42.110**

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R$19.740 (R$19.269 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Composição

	2023	2022
Caixa e bancos	227	76
	227	**76**

8. Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		6.113	3.791
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	106,6%	3.196	322
		9.309	**4.113**

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

• Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

• Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9. Imobilizado

9.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

9.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

9.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

			2023	2022	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis	129	(49)	80	140	11,23
	129	**(49)**	**80**	**140**	

9.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	46	116	(22)	–	140
	46	**116**	**(22)**	**–**	**140**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	140	2	(16)	(46)	80
	140	**2**	**(16)**	**(46)**	**80**

10. Estoques

10.1 Prática contábil

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

10.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$5.862 (R$5.824 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação, operação e manutenção da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

11. Tributos, encargos sociais e contribuições

11.1 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	79	69
	79	**69**

11.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	203	282
Contribuição social	220	231
COFINS	145	149
PIS	31	32
INSS	4	3
Imposto de renda retido na fonte	1	3
Outros	1	11
	605	**711**

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



isa CTEEP

Itaquerê - Interligação Elétrica Itaquerê S.A.

CNPJ/MF nº 27.966.089/0001-00

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Encargos regulatórios a recolher
12.1 Práticas contábeis
12.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 16.3).

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 16.3).

12.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	671	454
	671	**454**
Circulante	**107**	**180**
Não circulante	**564**	**274**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

13. Contas a pagar:

	2023	2022
Parte relacionada	182	201
Outros	528	44
	710	**245**

14. Provisões e contingências
14.1 Prática contábil

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

14.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma ação judicial envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, de natureza tributária, sem valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda possível.

15. Patrimônio líquido
15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 283.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R$206.096 (R$206.096 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 3 de março de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R$100.000, que será integralizado até 1 de julho de 2025.

15.2 Dividendos
15.2.1 Prática contábil

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

15.2.2 Estatuto social - destinação do lucro

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**70.129**	**72.839**
Constituição da reserva legal	(3.506)	(3.642)
	66.623	69.197
Dividendos obrigatórios	(16.656)	(17.300)
Constituição de retenção de lucros	(49.967)	(51.897)
	–	–

15.3 Reservas e Retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	26.310	22.804
Retenção de lucros (ii)	368.556	324.767
	394.866	**347.571**

No encerramento do exercício de 2023 o total das Reservas de lucros atingiu o montante de R$ 394.866, superando o Capital Social Integralizado em R$ 188.770. A Administração da Companhia avaliará as alternativas de capitalização, distribuição de dividendos ou constituição de reserva especial, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

16. Receita operacional líquida
16.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas
16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Operação e Manutenção (a) (nota 5.5)	8.734	7.315
Remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 5.5)	72.987	77.002
Total da receita bruta	81.721	84.317
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.437)	(2.535)
PIS	(528)	(549)
	(2.965)	(3.084)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(599)	(550)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(224)	(318)
	(823)	(868)
	77.933	**80.365**

(a) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

(b) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

16.4 Parcela Variável - PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
027/2017	3.205	13.06.2023	01.07.2023

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.2.

16.6 Resolução Homologatória nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP da Companhia com impactos contábeis reconhecidos no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor negativo de R$ 2.441 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória n° 3.216 (nota 16.6) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória n° 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

16.7 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23 REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	outros	RAP Ciclo 23/24 REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24 RAP Ciclo 23/24
IPCA	62.475	2.459	–	–	64.935	(2.024)	62.911

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica: Novos investimentos	Rede Básica: Licitada	Rede Básica: Parcela de ajuste	Demais Instalações de Transmissão - DIT: Novos investimentos	DIT: Licitada	DIT: Parcela de ajuste	Total 2023	Total 2022
027/2017	–	64.935	(2.024)	–	–	–	62.911	61.089
	–	**64.935**	**(2.024)**	**–**	**–**	**–**	**62.911**	**61.089**

17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Serviços	(1.531)	(545)	(2.076)	(1.642)
Materiais	(580)	(92)	(672)	(4.318)
Depreciação e amortização	–	(30)	(30)	(57)
Outros	(1.253)	(25)	(1.278)	(246)
	(3.364)	**(692)**	**(4.056)**	**(6.263)**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.893	2.058
Juros ativos	3	3
Variações Monetárias	1	2
Outros	7	7
	1.904	2.070
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	–	(5)
Variações Monetárias	(51)	(31)
Outros	(93)	(20)
	(144)	(56)
	1.760	**2.014**

19. Imposto de renda e contribuição social
19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Receita bruta de serviços	81.721	88.469
Presunção IRPJ 8% / CSLL 12%	7.332	7.944
Outras receitas	1.903	2.070
Base de cálculo	9.235	10.014
IRPJ e CSLL	(3.140)	(3.405)
Outros	79	128
Despesa com IRPJ e CSLL	**(3.061)**	**(3.277)**
Corrente	(2.590)	(2.451)
Diferido	(471)	(826)
	(3.061)	**(3.277)**

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023 Passivo	2022 Passivo	2023 Receita/(Despesa)	2022 Receita/(Despesa)
Dividendos	CTEEP	16.656	44.821	–	–
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	98	117	(382)	(406)
Prestação de serviços	CTEEP	84	84	(1.005)	(930)
		16.838	**45.022**	**(1.387)**	**(1.336)**

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21. Instrumentos financeiros
21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

21.1.1 Ativos financeiros
21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

• *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	227	76
Aplicações financeiras	2	9.309	4.113
Custo amortizado			
Contas a Receber - Serviços de O&M	–	3.798	4.877
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	–	90	72
Contas a pagar	–	710	245
Arrendamento	–		
Circulante		12	21
Não circulante		69	123
Dividendos a pagar	–	16.656	44.821

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utiliza informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica.

(iii) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total	2022 Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	90	–	–	–	–	90	156
Arrendamento	1	3	8	–	69	81	144
	91	**3**	**8**	**–**	**69**	**171**	**300**

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	339.000	1.012
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			1.144

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) Responsabilidade Civil Geral - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	2023	2022
Arrendamentos	2	116
Dividendos a pagar	16.656	17.300
	16.658	**17.416**

Diretoria

Rui Chammas	**Dayron Esteban Urrego Moreno**	**Carisa Santos Portela Cristal**	**Silvia Diniz Wada**	**Gabriela Desire Olimpio Pereira**
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Itaquerê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Itaquerê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Itaquerê S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.481.793/0001-92

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 22/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	577	397	177.274	4.146
Contas a receber de clientes	8	–	–	10.304	–
Contas a receber de partes relacionadas	9	367	9.004	–	–
Dividendos a receber	9	630	–	–	–
Despesas antecipadas		–	–	1.226	927
Adiantamento a fornecedores		–	–	146	284
Tributos e contribuições a compensar		526	27	602	523
Outros ativos		–	–	7	–
Total do ativo circulante		**2.100**	**9.428**	**189.560**	**5.880**
Despesas antecipadas		–	–	450	1.227
Depósitos judiciais		–	–	97	–
Aplicações financeiras vinculadas	10	–	–	5.378	–
Investimentos	11	669.820	209.680	–	–
Imobilizado	12	–	10	1.076.298	683.231
Total do ativo não circulante		**669.820**	**209.690**	**1.082.224**	**684.458**
Total do ativo		**671.920**	**219.118**	**1.271.783**	**690.338**

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	13	53	14.404	64.473
Financiamentos	14	92.132	–	496.626	333.690
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	948	1.445
Obrigações fiscais		1	–	431	1.666
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	6.215	–
Contas a pagar à partes relacionadas	9	367	10.391	367	10.391
Total do passivo circulante		**92.512**	**10.444**	**518.991**	**411.664**
Financiamentos	14	–	–	172.709	70.000
Tributos diferidos		–	–	676	–
Total do passivo não circulante		**–**	**–**	**173.385**	**70.000**
Capital social		579.705	209.853	579.705	209.853
Prejuízos acumulados		(297)	(1.179)	(297)	(1.179)
Total do patrimônio líquido	16	**579.408**	**208.674**	**579.408**	**208.674**
Total do passivo e patrimônio líquido		**671.920**	**219.118**	**1.271.783**	**690.338**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**118.804**	**(75.591)**	–	**(786)**	**42.427**
Integralização de capital	16	91.049	75.591	(91.049)	–	75.591
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	–	–	91.049	–	91.049
Prejuízo do exercício		–	–	–	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**209.853**	–	–	**(1.179)**	**208.674**
Integralização de capital	16	369.852	–	–	–	369.852
Lucro líquido do exercício		–	–	–	882	882
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**579.705**	–	–	**(297)**	**579.408**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de venda de energia	17	–	–	72.888	–
Custo da geração de energia	17	–	–	(42.969)	–
Lucro bruto		**–**	**–**	**29.918**	**–**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(20)	(105)	(4.390)	(563)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(61)	(6)	137	(97)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(81)**	**(111)**	**25.665**	**(660)**
Despesas financeiras	19	(1.181)	(4)	(38.561)	(130)
Receitas financeiras	19	1.302	125	23.504	405
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**121**	**121**	**(15.057)**	**275**
Equivalência patrimonial	11	848	(399)	–	–
Resultado antes dos impostos		**888**	**(389)**	**10.608**	**(385)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(6)	(4)	(9.425)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	–	–	(302)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**882**	**(393)**	**882**	**(393)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0020	(0,0019)	0,0020	(0,0019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	882	(393)	882	(393)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	882	(393)	882	(393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**882**	**(393)**	**882**	**(393)**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		–	–	23.017	–
Juros e variações monetárias		1.132	–	33.035	–
Equivalência patrimonial	11	(848)	399	–	–
Imposto de renda e contribuição social correntes		6	4	9.425	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	302	–
		1.173	**10**	**66.661**	**(385)**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		–	–	(10.304)	–
Adiantamentos a fornecedores		–	–	139	(136)
Tributos e contribuições a compensar		(499)	(27)	(79)	(523)
Outros ativos		–	–	(7)	–
Depósito judicial		–	–	(97)	–
Despesas antecipadas		–	–	478	(2.154)
Partes relacionadas	9	(1.387)	1.387	(10.024)	10.391
Fornecedores		(40)	53	(50.069)	64.468
Obrigações fiscais		221	(1)	(2.111)	1.648
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	(496)	894
Tributos diferidos		–	–	374	–
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(533)**	**1.423**	**(5.536)**	**74.203**
Impostos pagos		(227)	(4)	(2.335)	(16)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(760)**	**1.419**	**(7.870)**	**74.188**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em investimentos	11	(459.922)	(167.825)	–	–
Baixa (aquisição) de imobilizado	12	10	–	(416.085)	(646.456)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(459.912)**	**(167.825)**	**(416.085)**	**(646.456)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	(5.378)	–
Financiamentos obtidos	14.1	91.000	–	544.368	399.394
Pagamento de principal sobre financiamentos		–	–	(268.649)	–
Pagamento de juros sobre financiamentos	14.1	–	–	(57.177)	(1.109)
Juros capitalizados e variações monetárias	14.1	–	–	14.068	5.405
Integralização de capital	16	369.852	75.591	369.852	75.591
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	–	91.049	–	91.049
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		**460.852**	**166.640**	**597.084**	**570.330**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**180**	**233**	**173.128**	**(1.939)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**397**	**164**	**4.146**	**6.085**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**577**	**397**	**177.274**	**4.146**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.718.914/0001-77

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.263	777
Contas a receber de clientes	8	1.651	-
Despesas antecipadas		184	139
Tributos e contribuições a compensar		11	116
Outros ativos		6	-
Total do ativo circulante		**4.115**	**1.031**
Despesas antecipadas		68	184
Imobilizado	10	143.756	87.150
Total do ativo não circulante		**143.824**	**87.334**
Total do ativo		**147.938**	**88.365**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	11	1.876	641
Financiamentos	12	67.315	52.804
Obrigações sociais e trabalhistas		135	193
Obrigações fiscais		68	144
Imposto de renda e contribuição social a pagar		568	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	55	1.385
Dividendos a pagar	9	134	-
Total do passivo circulante		**70.152**	**55.167**
Financiamentos	12	-	9.400
Tributos diferidos		109	-
Total do passivo não circulante		**109**	**9.400**
Capital social		77.248	24.031
Prejuízos acumulados		-	(233)
Reserva legal		28	-
Reserva de lucros		401	-
Total patrimônio líquido	14	**77.678**	**23.798**
Total do passivo e patrimônio líquido		**147.938**	**88.365**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**15.833**	**(9.619)**	**-**	**-**	**-**	**(98)**	**6.116**
Integralização de capital	14	8.198	9.619	(8.198)	-	-	-	9.619
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	-	8.198	-	-	-	8.198
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(135)	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**24.031**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(233)**	**23.798**
Integralização de capital	14.a	53.217	-	-	-	-	-	53.217
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	796	796
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	28	-	(28)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	-	-	(134)	(134)
Retenção de lucros	14.d	-	-	-	-	401	(401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**77.248**	**-**	**-**	**28**	**401**	**-**	**77.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	12.022	-
Custo da geração de energia	16	(6.457)	-
Lucro bruto		**5.565**	**-**
Despesas gerais e administrativas	16	(574)	(150)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(198)	(3)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.793**	**(153)**
Despesas financeiras	17	(5.095)	(13)
Receitas financeiras	17	2.213	31
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.882)**	**18**
Resultado antes dos impostos		**1.911**	**(135)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.066)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(49)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**796**	**(135)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,011	(0,0056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	796	(135)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	796	(135)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**796**	**(135)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	3.171	-
Juros e variações monetárias	12	3.764	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.066	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	49	-
		8.846	**(135)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(1.651)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	5
Despesas antecipadas		72	(323)
Tributos e contribuições a compensar		104	(116)
Outros ativos		(6)	-
Partes relacionadas	9	(1.330)	1.385
Fornecedores	11	1.235	640
Obrigações fiscais		(196)	140
Obrigações sociais e trabalhistas		(57)	119
Tributos diferidos		60	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**7.077**	**1.715**
Impostos pagos sobre o lucro		(378)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**6.699**	**1.715**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(59.778)	(81.741)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(59.778)**	**(81.741)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos obtidos	12	47.004	61.579
Pagamento de principal sobre financiamentos	12	(40.022)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(7.613)	(277)
Juros capitalizados e variações monetárias	12	1.979	902
Integralização de capital	14	53.217	9.619
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	8.198
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**54.565**	**80.021**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.487**	**(5)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**777**	**782**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2.263**	**777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.215/0001-25

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	30.578	406
Contas a receber de clientes	8	1.047	-
Despesas antecipadas		123	93
Tributos e contribuições a compensar		10	73
Total do ativo circulante		**31.758**	**572**
Despesas antecipadas		45	123
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.084	-
Imobilizado	11	96.129	57.078
Total do ativo não circulante		**97.259**	**57.201**
Total do ativo		**129.017**	**57.772**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	12	1.165	2.822
Financiamentos	13	26.207	29.974
Obrigações sociais e trabalhistas		95	144
Obrigações fiscais		45	87
Imposto de renda e contribuição social a pagar		367	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	37	1.038
Dividendos a pagar	9	131	-
Total do passivo circulante		**28.046**	**34.066**
Financiamentos	13	29.766	6.200
Tributos diferidos		68	-
Total do passivo não circulante		**29.835**	**6.200**
Capital social		70.715	17.591
Prejuízos acumulados		-	(84)
Reserva legal		28	-
Reserva de lucros		393	-
Total patrimônio líquido	15	**71.135**	**17.507**
Total do passivo e patrimônio líquido		**129.017**	**57.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**11.878**	**(7.153)**	**-**	**-**	**-**	**(70)**	**4.655**
Integralização de capital	15	5.713	7.153	(5.713)	-	-	-	7.153
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	5.713	-	-	-	5.713
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(14)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**17.591**	**-**	**-**	**-**	**(84)**	**-**	**17.507**
Integralização de capital	15	53.124	-	-	-	-	-	53.124
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	635	635
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	-	28	-	(28)	-
Dividendos mínimo obrigatório	15.c	-	-	-	-	-	(131)	(131)
Retenção de lucros	15.d	-	-	-	-	393	(393)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**70.715**	**-**	**-**	**28**	**393**	**-**	**71.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	7.239	-
Custo da geração de energia	17	(3.848)	-
Lucro bruto		**3.390**	**-**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(480)	(26)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(122)	(15)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.788**	**(41)**
Despesas financeiras	18	(2.895)	(20)
Receitas financeiras	18	1.443	48
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(1.452)**	**28**
Resultado antes dos impostos		**1.336**	**(13)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(670)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(30)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**635**	**(14)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0096	(0,0008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	635	(14)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	635	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

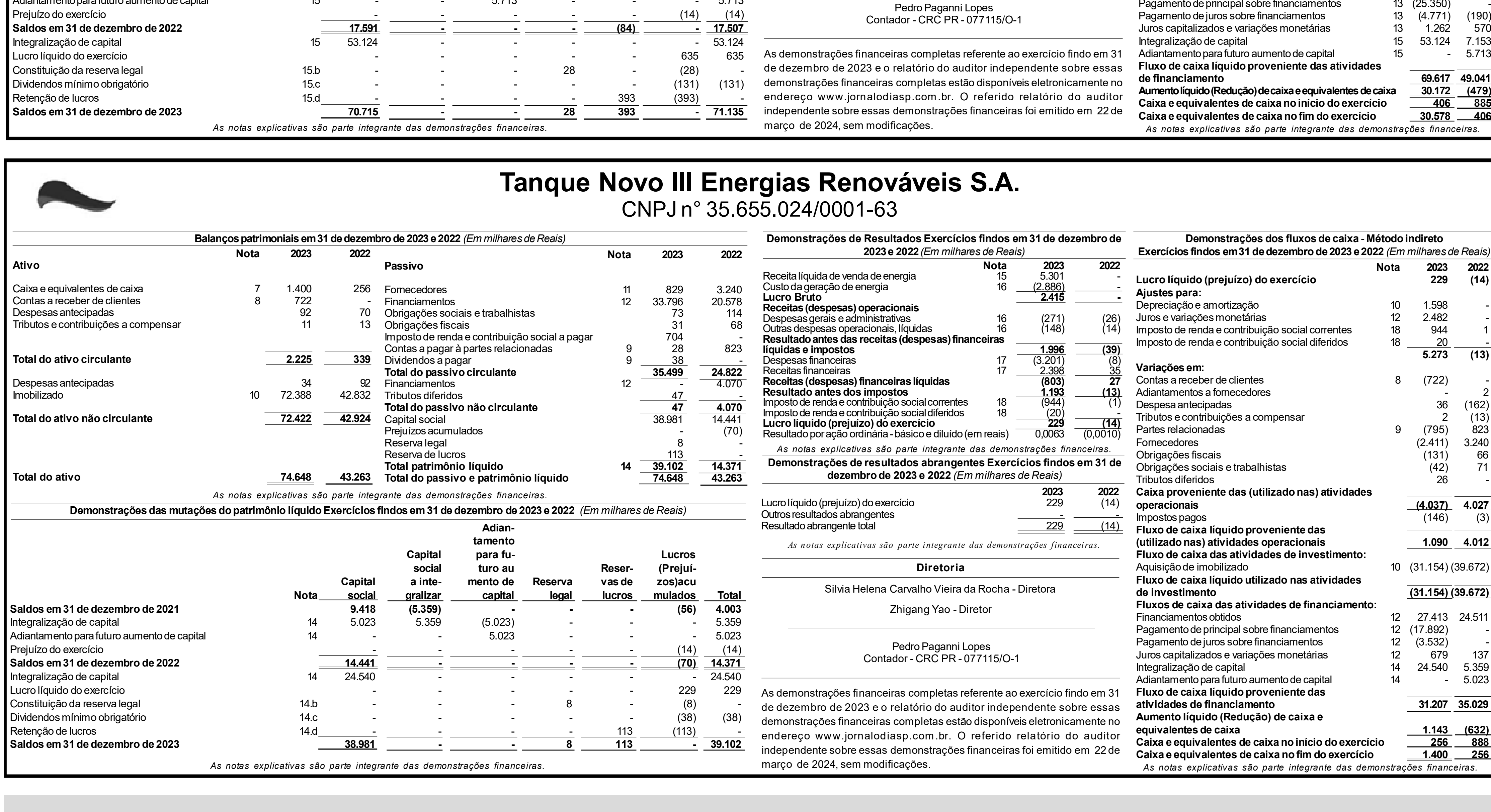
Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**635**	**(14)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.119	-
Juros e variações monetárias	13	2.222	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	670	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	30	-
		5.677	**(13)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(1.047)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	3
Despesas antecipadas		48	(215)
Tributos e contribuições a compensar		63	(73)
Partes relacionadas	9	(1.002)	1.038
Fornecedores		(1.657)	2.822
Obrigações fiscais		(120)	85
Obrigações sociais e trabalhistas		(50)	89
Tributos diferidos		38	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.951**	**3.736**
Impostos pagos		(225)	(2)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.726**	**3.734**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(41.171)	(53.254)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(41.171)**	**(53.254)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas	10	(1.084)	-
Financiamentos obtidos	13	46.437	35.795
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(25.350)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.771)	(190)
Juros capitalizados e variações monetárias	13	1.262	570
Integralização de capital	15	53.124	7.153
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	5.713
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**69.617**	**49.041**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**30.172**	**(479)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**406**	**885**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**30.578**	**406**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.024/0001-63

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.400	256
Contas a receber de clientes	8	722	-
Despesas antecipadas		92	70
Tributos e contribuições a compensar		11	13
Total do ativo circulante		**2.225**	**339**
Despesas antecipadas		34	92
Imobilizado	10	72.388	42.832
Total do ativo não circulante		**72.422**	**42.924**
Total do ativo		**74.648**	**43.263**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	11	829	3.240
Financiamentos	12	33.796	20.578
Obrigações sociais e trabalhistas		73	114
Obrigações fiscais		31	68
Imposto de renda e contribuição social a pagar		704	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	28	823
Dividendos a pagar	9	38	-
Total do passivo circulante		**35.499**	**24.822**
Financiamentos	12	-	4.070
Tributos diferidos		47	-
Total do passivo não circulante		**47**	**4.070**
Capital social		38.981	14.441
Prejuízos acumulados		-	(70)
Reserva legal		8	-
Reserva de lucros		113	-
Total patrimônio líquido	14	**39.102**	**14.371**
Total do passivo e patrimônio líquido		**74.648**	**43.263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**9.418**	**(5.359)**	**-**	**-**	**-**	**(56)**	**4.003**
Integralização de capital	14	5.023	5.359	(5.023)	-	-	-	5.359
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	-	5.023	-	-	-	5.023
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(14)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**14.441**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(70)**	**14.371**
Integralização de capital	14	24.540	-	-	-	-	-	24.540
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	229	229
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	8	-	(8)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	-	-	(38)	(38)
Retenção de lucros	14.d	-	-	-	-	113	(113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**38.981**	**-**	**-**	**8**	**113**	**-**	**39.102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	5.301	-
Custo da geração de energia	16	(2.886)	-
Lucro Bruto		**2.415**	**-**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(271)	(26)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(148)	(14)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.996**	**(39)**
Despesas financeiras	17	(3.201)	(8)
Receitas financeiras	17	2.398	35
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(803)**	**27**
Resultado antes dos impostos		**1.193**	**(13)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(944)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(20)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**229**	**(14)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0063	(0,0010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	229	(14)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	229	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**229**	**(14)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	1.598	-
Juros e variações monetárias	12	2.482	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	944	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	20	-
		5.273	**(13)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(722)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	2
Despesa antecipadas		36	(162)
Tributos e contribuições a compensar		2	(13)
Partes relacionadas	9	(795)	823
Fornecedores		(2.411)	3.240
Obrigações fiscais		(131)	66
Obrigações sociais e trabalhistas		(42)	71
Tributos diferidos		26	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(4.037)**	**4.027**
Impostos pagos		(146)	(3)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.090**	**4.012**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(31.154)	(39.672)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(31.154)**	**(39.672)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos obtidos	12	27.413	24.511
Pagamento de principal sobre financiamentos	12	(17.892)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(3.532)	-
Juros capitalizados e variações monetárias	12	679	137
Integralização de capital	14	24.540	5.359
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	5.023
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**31.207**	**35.029**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.143**	**(632)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**256**	**888**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.400**	**256**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.205/0001-90

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.483	399
Contas a receber de clientes	8	1.545	-
Despesas antecipadas		184	139
Tributos e contribuições a compensar		9	95
Total do ativo circulante		**4.221**	**633**
Despesas antecipadas		68	184
Imobilizado	10	144.238	86.602
Total do ativo não circulante		**144.306**	**86.786**
Total do ativo		**148.527**	**87.419**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores	11	1.797	6.611
Financiamentos	12	66.666	45.178
Obrigações sociais e trabalhistas		157	267
Obrigações fiscais		63	171
Imposto de renda e contribuição social a pagar		708	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	55	1.920
Dividendos a pagar	9	328	-
Total do passivo circulante		**69.772**	**54.147**
Financiamentos	12	-	7.350
Tributos diferidos		102	-
Total do passivo a longo prazo		**102**	**7.350**
Capital social		77.601	26.066
Prejuízos acumulados		-	(144)
Reserva legal		69	-
Reserva de lucros		983	-
Total patrimônio líquido	**14**	**78.653**	**25.922**
Total do passivo e patrimônio líquido		**148.527**	**87.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**21.963**	**(14.990)**	**-**	**-**	**-**	**(128)**	**6.845**
Integralização de capital	14	4.103	14.990	(4.103)	-	-	-	14.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	-	4.103	-	-	-	4.103
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**26.066**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(143)**	**25.922**
Integralização de capital	14	51.535	-	-	-	-	-	51.535
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.524	1.524
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	69	-	(69)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Retenção de lucros	14.d	-	-	-	-	983	(983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**77.601**	**-**	**-**	**69**	**983**	**-**	**78.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	11.789	-
Custo da geração de energia	16	(6.041)	-
Lucro Bruto		**5.748**	**-**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(522)	(26)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(166)	(15)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.060**	**(40)**
Despesas financeiras	17	(4.974)	(17)
Receitas financeiras	17	2.716	42
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.259)**	**25**
Resultado antes dos impostos		**2.802**	**(15)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.232)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(46)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.524**	**(16)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0212	(0,0006)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.524	(16)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.524	(16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.524**	**(16)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	3.179	-
Juros e variações monetárias	12	3.636	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.232	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	46	-
		9.617	**(15)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(1.545)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	5
Despesas antecipadas		72	(323)
Tributos e contribuições a compensar		85	(95)
Partes relacionadas	9	(1.865)	1.920
Fornecedores		(4.814)	6.611
Obrigações fiscais		(245)	169
Obrigações sociais e trabalhistas		(110)	165
Tributos diferidos		56	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.250**	**8.438**
Impostos pagos		(388)	(1)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**862**	**8.437**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(60.815)	(80.531)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(60.815)**	**(80.531)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos obtidos	12	49.729	52.000
Pagamento de principal sobre financiamentos	12	(34.127)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(7.194)	(293)
Juros capitalizados e variações monetárias	12	2.093	821
Integralização de capital	14	51.535	14.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	4.103
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**62.036**	**71.621**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**2.083**	**(474)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**399**	**874**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2.482**	**399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.200/0001-67

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	67.411	1.174
Contas a receber de clientes	8	2.083	-
Adiantamento a fornecedores		146	284
Despesas antecipadas		245	185
Tributos e contribuições a compensar		13	159
Outros ativos		2	-
Total do ativo circulante		**69.899**	**1.803**
Despesas antecipadas		90	245
Depósitos judiciais		97	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.154	-
Imobilizado	11	309.204	195.127
Total do ativo não circulante		**311.545**	**195.373**
Total do ativo		**381.444**	**197.175**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores	12	5.131	10.491
Financiamentos	13	101.721	89.691
Obrigações sociais e trabalhistas		183	267
Obrigações fiscais		90	811
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.183	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	73	533
Total do passivo circulante		**109.381**	**101.792**
Financiamentos	13	71.607	24.180
Tributos diferidos		135	-
Total do passivo não circulante		**71.741**	**24.180**
Capital social		201.811	71.518
Prejuízos acumulados		(1.489)	(315)
Total patrimônio líquido	**15**	**200.322**	**71.203**
Total do passivo e patrimônio líquido		**381.444**	**197.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**21.963**	**(14.131)**	**-**	**(130)**	**7.702**
Integralização de capital	15	49.555	14.131	(49.555)	-	14.131
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	49.555	-	49.555
Prejuízo do exercício		-	-	-	(185)	(185)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**71.518**	**-**	**-**	**(315)**	**71.203**
Integralização de capital	15	130.293	-	-	-	130.293
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.174)	(1.174)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**201.811**	**-**	**-**	**(1.489)**	**200.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	14.091	-
Custo da geração de energia	17	(10.447)	-
		3.644	**-**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.085)	(180)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	1.483	(28)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.042**	**(208)**
Despesas financeiras	18	(9.384)	(35)
Receitas financeiras	18	6.957	58
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.427)**	**24**
Resultado antes dos impostos		**1.615**	**(184)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.729)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(60)	-
Prejuízo do exercício		**(1.174)**	**(185)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,0076)	(0,0026)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.174)	(185)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(1.174)	(185)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(1.174)**	**(185)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	6.102	-
Juros e variações monetárias	13	9.102	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	2.729	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	60	-
		16.819	**(184)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(2.083)	-
Adiantamentos a fornecedores		139	(162)
Despesas antecipadas		96	(431)
Tributos e contribuições a compensar		146	(159)
Estoques Peças de Manutenção		(2)	-
Depósito judicial		(97)	-
Partes relacionadas	10	(459)	533
Fornecedores		(5.360)	10.487
Obrigações fiscais		(929)	807
Obrigações sociais e trabalhistas		(84)	165
Tributos diferidos		74	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**8.260**	**11.056**
Impostos pagos		(338)	(1)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**7.922**	**11.055**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(120.179)	(188.168)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(120.179)**	**(188.168)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas	9	(2.154)	-
Financiamentos obtidos	13	136.078	112.501
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(73.055)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(17.924)	(349)
Juros capitalizados e variações monetárias	13	5.256	1.718
Integralização de capital	15	130.293	14.131
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	49.555
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**178.494**	**177.557**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**66.237**	**444**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.174**	**731**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**67.411**	**1.174**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.028/0001-41

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	71.101	448
Contas a receber de clientes	8	1.915	-
Despesas antecipadas		245	185
Tributos e contribuições a compensar		11	22
Total do ativo circulante		**73.273**	**655**
Despesas antecipadas		90	246
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.140	-
Imobilizado	11	192.967	143.110
Total do ativo não circulante		**195.197**	**143.356**
Total do ativo		**268.470**	**144.011**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores	12	1.933	36.102
Financiamentos	13	53.361	56.669
Obrigações sociais e trabalhistas		183	267
Obrigações fiscais		79	230
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.162	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	73	1.920
Total do passivo circulante		**56.792**	**95.188**
Financiamentos	13	71.336	11.400
Tributos diferidos		127	-
Total do passivo não circulante		**71.463**	**11.400**
Capital social		141.055	37.581
Prejuízos acumulados		(840)	(158)
Total patrimônio líquido	**15**	**140.215**	**37.423**
Total do passivo e patrimônio líquido		**268.470**	**144.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**21.963**	**(14.449)**	**-**	**(128)**	**7.386**
Integralização de capital	15	15.618	14.449	(15.618)	-	14.449
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	15.618	-	15.618
Prejuízo do exercício		-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**37.581**	**-**	**-**	**(158)**	**37.423**
Integralização de capital	15	103.474	-	-	-	103.474
Prejuízo do exercício		-	-	-	(681)	(681)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**141.055**	**-**	**-**	**(839)**	**140.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	13.282	-
Custo da geração de energia	17	(8.126)	-
Lucro Bruto		**5.156**	**-**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(995)	(26)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(397)	(13)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**3.765**	**(39)**
Despesas financeiras	18	(6.875)	(21)
Receitas financeiras	18	4.289	30
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.586)**	**9**
Resultado antes dos impostos		**1.178**	**(30)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.803)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(57)	-
Prejuízo do exercício		**(681)**	**(30)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,0052)	(0,0008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(681)	(30)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(681)	(30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(681)**	**(30)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.257	-
Juros e variações monetárias	13	6.309	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	1.803	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	57	-
		11.744	**-**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(1.915)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	7
Despesas antecipadas		96	(431)
Tributos e contribuições a compensar		11	(22)
Partes relacionadas	9	(1.847)	1.920
Fornecedores		(34.170)	36.102
Obrigações fiscais		(411)	228
Obrigações sociais e trabalhistas		(84)	165
Tributos diferidos		70	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(26.506)	37.969
Impostos pagos		(380)	(1)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(26.887)**	**37.938**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(54.114)	(136.510)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(54.114)**	**(136.510)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas	10	(2.140)	-
Financiamentos obtidos	13	106.315	67.458
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(48.074)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(9.623)	-
Juros capitalizados e variações monetárias	13	1.701	611
Integralização de capital	15	103.474	14.449
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	15.618
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**151.654**	**98.136**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**70.653**	**(436)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**448**	**884**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**71.101**	**448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ n° 35.655.010/0001-40

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.462	288
Contas a receber de clientes	8	1.340	-
Despesas antecipadas		153	116
Tributos e contribuições a compensar		10	19
Total do ativo circulante		**2.965**	**422**
Despesas antecipadas		56	153
Imobilizado	10	117.615	71.322
Total do ativo não circulante		**117.671**	**71.475**
Total do ativo		**120.637**	**71.897**

Passivo	Nota	2023	2022
	11	**1.662**	**4.514**
Financiamentos	12	55.427	38.796
Obrigações sociais e trabalhistas		122	193
Obrigações fiscais		55	154
Imposto de renda e contribuição social a pagar		523	-
Contas a pagar à partes relacionadas	9	46	1.385
Total do passivo circulante		**57.835**	**45.041**
Patrimônio líquido			
Financiamentos	12	-	7.400
Tributos diferidos		88	-
Total do passivo não circulante		**88**	**7.400**
Capital social		63.294	19.555
Prejuízos acumulados		(580)	(99)
Total patrimônio líquido	**14**	**62.714**	**19.456**
Total do passivo e patrimônio líquido		**120.637**	**71.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**15.846**	**(10.206)**	**-**	**(93)**	**5.547**
Integralização de capital	14	3.709	10.206	(3.709)	-	10.206
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	-	3.709	-	3.709
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**19.555**	**-**	**-**	**(99)**	**19.457**
Integralização de capital	14	43.739	-	-	-	43.739
Prejuízo do exercício		-	-	-	(481)	(481)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**63.294**	**-**	**-**	**(580)**	**62.714**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	9.163	-
Custo da geração de energia	16	(5.164)	-
Lucro Bruto		**3.999**	**-**
Despesas gerais e administrativas	16	(443)	(26)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(254)	(3)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**3.302**	**(29)**
Despesas financeiras	17	(4.955)	(12)
Receitas financeiras	17	2.186	36
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(2.769)**	**24**
Resultado antes dos impostos		**533**	**(5)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(975)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(39)	-
Prejuízo do exercício		**(481)**	**(5)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,0081)	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(481)	(5)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(481)	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(481)**	**(5)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	2.592	-
Juros e variações monetárias	12	4.388	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	975	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	39	-
		7.513	**(5)**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(1.340)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	4
Despeas antecipadas		60	(269)
Tributos e contribuições a compensar		8	(19)
Partes relacionadas	9	(1.339)	1.385
Fornecedores		(2.851)	4.514
Obrigações fiscais		(299)	153
Obrigações sociais e trabalhistas		(71)	119
Tributos diferidos		49	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.730**	**5.881**
Impostos pagos		(253)	(1)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.477**	**5.880**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(48.885)	(66.580)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(48.885)**	**(66.580)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos obtidos	12	40.393	45.549
Pagamento de principal sobre financiamentos	12	(30.129)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(6.519)	-
Juros capitalizados e variações monetárias	12	1.099	647
Integralização de capital	14	43.739	10.206
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	3.709
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**48.582**	**60.111**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.174**	**(590)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**288**	**878**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.462**	**288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ: 28.052.123/0001-95

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise do resultado do exercício de 2023 em comparação com o exercício de 2022:

A Companhia esteve em fase pré-operacional até novembro de 2022, sendo os resultados auferidos reflexo basicamente da implementação da infraestrutura de transmissão e respectiva remuneração dos ativos de concessão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs).

A Receita Anual Permitida (RAP) e a respectiva realização das receitas se iniciam após a entrada em operação das obras.

O exercício de 2023 apresentou um lucro líquido de R$195.377 em comparação ao ano anterior de R$40.324.

A **receita operacional líquida** teve variação positiva de 53,6% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2023	A.V. %	2022	A.V. %	Variação 2023/2022%
Receita de infraestrutura (i)	427.121	50,0	367.775	66,1	16,1
Ganho de eficiência (ii)	75.353	8,8	–	0,0	100
Operação e manutenção (iii)	46.751	5,5	5.150	0,9	786,4
Remuneração dos ativos de concessão (iv)	397.141	46,5	240.464	43,2	65,2
Tributos sobre a receita (v)	(87.539)	(10,2)	(56.739)	(10,2)	54,3
Encargos regulatórios (v)	(4.244)	(0,5)	(390)	(0,1)	988,2
Receita operacional líquida	**854.583**		**556.260**		**53,6**

(i) As **receitas de infraestrutura** totalizaram R$427.121 em 2023, comparada com R$367.775 em 2022. Essa receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. O aumento no ano de 2023 é decorrente do registro de custos posteriores a entrada em operação comercial.

(ii) O **ganho de eficiência** refere-se a ganho adicional ao contabilizado via margem de construção ao longo da obra, que se origina pela maior eficiência em relação aos custos previstos e/ou antecipação em relação ao prazo ANEEL. Em 2023, totalizou R$75.353.

(iii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R$46.751 em 2023, comparada com R$5.150 em 2022, explicada principalmente pela entrada em operação das instalações do contrato 022/2017 em novembro de 2022.

(iv) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R$397.141 em 2023 comparada com R$240.464 em 2022, devido à atualização do ativo da concessão.

(v) As **deduções da receita operacional** somaram R$97.783 em 2023 frente a R$57.129 em 2022, acompanhando a variação da receita de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura** representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. Totalizaram R$248.096 em 2023, comparado aos R$262.389 em 2022 devido, principalmente, do registro de custos posteriores a entrada em operação comercial.

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R$4.878 em 2023, comparada com R$6.501 em 2022, principalmente relacionado a redução das despesas com pessoal e serviços de terceiros devido a entrada em operação comercial do empreendimento.

O **resultado financeiro** apresenta despesa financeira de R$195.315 em 2023 e comparada com R$225.791 em 2022.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiram R$99.428 em 2023, em comparação com R$21.255 em 2022, principalmente pelos impostos correntes e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.350	18.348
Aplicações financeiras	6	47.879	128.654
Ativo da concessão	7	331.207	309.383
Tributos e contribuições a compensar		6.498	10.657
Partes relacionadas	21	860	158
Despesas pagas antecipadamente		275	411
		479.069	**467.611**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	3.777.644	3.343.385
Fundos vinculados	11.4	108.148	–
Estoques		35	–
Depósitos judiciais		3.237	2.985
		3.889.064	**3.346.370**
Imobilizado	8	773	1.212
Intangível	9	–	14
		773	1.226
		3.889.837	**3.347.596**
Total do ativo		**4.368.906**	**3.815.207**

Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Arrendamento		129	164
Fornecedores	10	260.201	56.815
Debêntures	11	91.100	89.518
Partes relacionadas	21	2.344	1.042
Dividendos a pagar	16 (b)	46.402	–
Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.188	3.399
Encargos regulatórios a recolher	13	358	234
Obrigações trabalhistas		74	252
		405.796	**151.424**
Não circulante			
Fornecedores	10	2.935	–
Arrendamento		542	944
Debêntures	11	2.176.816	2.170.480
Encargos regulatórios a recolher	13	1.158	156
Provisões para demandas judiciais	14	24.103	11.660
PIS e COFINS diferidos	15	376.257	335.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (b)	369.467	282.431
		2.951.278	**2.800.926**
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	315.000	315.000
Reservas e retenção de lucros	16 (c)	696.832	547.857
		1.011.832	**862.857**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.368.906**	**3.815.207**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	17	**854.583**	**556.260**
Custo de implementação da infraestrutura e operação e manutenção	18	(264.226)	(262.389)
Lucro bruto		**590.357**	**293.871**
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	7	(95.360)	–
Gerais e administrativas	18	(4.878)	(6.501)
Outras receitas e despesas operacionais		1	–
		(100.237)	**(6.501)**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		**490.120**	**287.370**
Receitas financeiras	19	27.753	13.005
Despesas financeiras	19	(223.068)	(238.796)
		(195.315)	(225.791)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**294.805**	**61.579**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	(12.993)	–
Diferido	20	(86.435)	(21.255)
		(99.428)	**(21.255)**
Lucro líquido do exercício		**195.377**	**40.324**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Total dos resultados abrangentes do exercício	**195.377**	**40.324**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**135.000**	**25.382**	**482.151**	**–**	**642.533**
Integralização de capital		180.000	–	–	–	180.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	40.324	40.324
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	–	2.016	–	(2.016)	–
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	–	–	38.308	(38.308)	–
Em 31 de dezembro de 2022		**315.000**	**27.398**	**520.459**	**–**	**862.857**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	195.377	195.377
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	–	9.769	–	(9.769)	–
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	–	–	139.206	(139.206)	–
Dividendos obrigatórios	16 (b)	–	–	–	(46.402)	(46.402)
Em 31 de dezembro de 2023		**315.000**	**37.167**	**659.665**	**–**	**1.011.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 18)	207	150
PIS e COFINS diferidos	41.002	52.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	87.036	20.788
Provisão de bônus a funcionários	–	(153)
Ativo da concessão	(841.287)	(613.388)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(26.816)	(12.736)
Juros sobre arrendamentos	–	19
Juros e variações monetárias sobre debêntures (nota 11)	222.197	238.309
Resultado na baixa de ativo imobilizado	347	–
	(321.937)	**(273.959)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	385.204	15.995
Tributos e contribuições a compensar	4.159	(14)
Partes relacionadas	(702)	(139)
Estoques	(35)	–
Depósitos judiciais	(252)	(2.470)
Outros	136	823
	388.510	**13.195**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	206.321	(22.266)
Partes relacionadas	1.302	843
Tributos e encargos sociais a recolher	37.919	833
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.130)	–
Encargos regulatórios a recolher	1.126	390
Provisões	12.443	11.660
Obrigações trabalhistas	(178)	(67)
	222.803	**(8.607)**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**289.376**	**(269.371)**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	107.591	107.568
Fundos vinculados	(108.148)	–
Aquisição de ativo imobilizado (nota 8)	(101)	(840)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(658)**	**106.728**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 16 (a))	–	180.000
Amortização do principal das debêntures	(96.656)	–
Pagamento de encargos de dívidas	(117.623)	–
Pagamentos de arrendamentos	(437)	655
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**(214.716)**	**180.655**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**74.002**	**18.012**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18.348	336
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	92.350	18.348
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**74.002**	**18.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. ("CTEEP" ou "ISA CTEEP") e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), constituída em 17 de maio de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Cristal Tower, andar, 6º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados à transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

			Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP	
Contrato	**Prazo (anos)**	**Vencimento**	**Prazo (anos)**	**Próxima**	**Índice de correção**	**R$ mil**	**Mês base**
022/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	362.611	06/23

Contrato nº 022/2017

Composto por: (i) Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; (ii) Novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e com unidade reserva; (iii) Linha de Transmissão Guaíra - Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; (iv) Novo pátio 525 kV na SE Sarandi, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e unidade reserva; (v) Linha de Transmissão Sarandi - Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; (vi) Linha de Transmissão Sarandi - Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; (vii) Nova Subestação 230/138 kV Paranavaí Norte, com unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva; (viii) Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de reatores e de bancos de capacitores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento estava previsto para entrada em operação comercial no dia 11 de agosto de 2022.

Em 09 de novembro de 2022, foram emitidos pelo Operador Nacional do Sistema os Termos de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial da: Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão Guaíra - Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão Sarandi - Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Foz do Iguaçu; Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Sarandi, Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Guaíra e o Termo de Liberação Definitivo do Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Londrina.

Em 02 de dezembro de 2022, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial das transformações 525/230 kV - SE Sarandi, 6 x 224 MVA.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial do Módulo Geral da SE Paranavaí Norte 230kV, das unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva e do banco de capacitor 138kV de 30MVAr. Em 26 de janeiro de 2023, emitido Termo de Liberação Provisório da Linha de Transmissão Sarandi - Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte.

Quanto ao novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA iniciou a operação comercial em 01 de maio de 2023, enquanto a Unidade de Transformação reserva 525/230 kV - 224 MVA do novo pátio da SE Sarandi iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2023.

A Companhia tem a previsão de encerrar as obras de implantação do empreendimento e obter do Operador Nacional do Sistema o último Termo de Liberação Definitiva no mês de março de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1) e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

• Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 20 (b)).

• Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14).

• Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

• Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

• Determinação das receitas de infraestrutura (nota 17.1(a))

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura (nota 17.1 (a))

(b) Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1 (c))

(c) Receita de operação e manutenção (nota 17.1 (b))

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A partir de 2018, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual (em 2017, o regime era Lucro Presumido). O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

· *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5).

• *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7 (a)).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado à *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.8 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 8).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 9).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

• Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

• Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

• Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

• Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 14.

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

isa CTEEP

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ: 28.052.123/0001-95

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um	IFRS 10	
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	investidor e sua coligada ou joint venture	IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	(*)

(*) As alterações que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		1.781	17.858
Certificados de depósitos bancários - CDB	102,2%	90.569	490
		95.350	**18.348**

6. Aplicações Financeiras

	% do CDI	2023	2022
Fundos de Investimento e outras aplicações (a)	89%	47.879	128.654
		47.879	**128.654**

(a) Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Ativo da concessão

	2023	2022
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	3.044	3.368
	3.044	**3.368**
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	4.105.807	3.649.400
	4.108.851	**3.652.768**
Circulante	**331.207**	**309.383**
Não circulante	**3.777.644**	**3.343.385**

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	2023	2022
A vencer	4.107.685	3.652.768
Vencidos		
até 30 dias	41	–
de 31 a 60 dias	51	–
de 61 a 360 dias	1.045	–
há mais de 361 dias	29	–
	1.166	**–**
	4.108.851	**3.652.768**

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2021	**3.054.374**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	367.775
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	240.464
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	5.150
Recebimentos	(14.995)
Saldos em 2022	**3.652.768**
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	427.121
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (17.1)	75.353
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	397.141
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	46.751
Receitas - revisão tarifária periódica (RTP) (i)	(105.079)
Recebimentos	(385.204)
Saldos em 2023	**4.108.851**

(i) Receitas - revisão tarifária periódica (RTP) - O montante de R$ 105.079 (R$ 95.360 líquido de tributos), refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023.

8. Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	3	(1)	2	2	6,25%
Arrendamento de edifícios	1.057	(381)	676	1.087	14,17%
Equipamentos de informática	177	(82)	95	93	16,67%
	1.237	(464)	773	**1.182**	
Total do imobilizado em serviço	**1.237**	**(464)**	**773**	**1.182**	
Imobilizado em curso	–	–	–	30	
Administração					
Total do imobilizado em curso	–	–	–	**30**	
Total do imobilizado	**1.237**	**(464)**	**773**	**1.212**	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Saldos em 2022
Máquinas e equipamentos	2	–	–	2
Arrendamento de edifícios	425	751	(89)	1.087
Equipamentos de informática	27	89	(23)	93
	454	**840**	**(112)**	**1.182**
Imobilizado em curso	30	–	–	30
Total do imobilizado	**484**	**840**	**(112)**	**1.212**

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Máquinas e equipamentos	2	–	–	–	2
Arrendamento de edifícios	1.087	101	(167)	(345)	676
Equipamentos de informática	93	–	(26)	28	95
Imobilizado em curso	30	–	–	(30)	–
	1.212	**101**	**(193)**	**(347)**	**773**

9. Intangível

Refere-se aos gastos incorridos na implantação do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2021	**52**
Amortização	(38)
Saldo em 2022	**14**
Amortização	(14)
Saldo em 2023	**–**

10. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$263.136 (R$56.815 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

11. Debêntures

11.1 Composição do saldo de debêntures

Contrato	Empresa	Valor da captação	Data de início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	31.12.2023	31.12.2022
1ª Emissão de Debêntures	Ivaí	1.650.000	15.12.2019	IPCA+4,50 a.a.	9,70%	15.12.2043	Exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia mediante à construção, implantação, operação e manutenção das instalações no estado do Paraná	Principal e Juros semestrais a partir de 15 de junho de 2023	Fiança bancária - 50% CTEEP e 50% TAESA	2.331.915	2.330.340
Custo de transação	Ivaí	89.403	15.12.2019			15.12.2043	Custos de transação incorridos na captação e emissão de debêntures			(63.999)	(70.342)
										2.267.916	**2.259.998**
Circulante										**91.100**	**89.518**
Não circulante										**2.176.816**	**2.170.480**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

11.2 Movimentação das debêntures

Saldos em 2021	**2.021.689**
Custos de Transação	6.383
Juros e variações monetárias	231.926
Saldos em 2022	**2.259.998**
Pagamento de principal	(96.656)
Pagamento de juros	(117.623)
Custos de Transação	6.343
Juros e variações monetárias	215.854
Saldos em 2023	**2.267.916**

11.3 Vencimento das parcelas

	2023	2022
2023	–	89.518
2024	91.100	87.040
2025	97.467	93.153
2026	97.764	93.450
2027	104.130	99.563
2028	104.429	99.862
2029 a 2033	550.945	527.093
2034 a 2038	631.445	604.549
2039 a 2043	590.636	565.770
	2.267.916	**2.259.998**

As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, e o processo de emissão ocorreu conforme Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos, houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

11.4 Fundos vinculados

Até o vencimento final das debêntures a Companhia deve manter em conta reserva o valor mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do valor da próxima amortização e pagamento de juros. Em 31/12/2023, o saldo é de R$ 108.148.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants financeiros e não financeiros") da Companhia.

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	34	365
Contribuição social	981	124
Cofins	2.630	1.725
Pis	565	372
INSS	240	120
ISS	27	9
ICMS	671	651
FGTS	1	–
Outros	39	33
	5.188	**3.399**

13. Encargos regulatórios a recolher

13.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

13.2 Composição

	2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.516	390
	1.516	**390**
Circulante	**358**	**234**
Não circulante	**1.158**	**156**

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14. Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Em 31 de dezembro de 2023, há ações judiciais, de natureza cível-fundiária, com probabilidade de perda provável no montante de R$24.103 (R$11.660 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão, no montante de R$7.098 (R$8.284 em 31 de dezembro de 2022).

15. PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS diferido	67.116	59.805
COFINS diferido	309.141	275.450
	376.257	**335.255**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 480.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00.

Em 2023 e 2022, a composição do capital social autorizado totaliza R$480.000 e o capital social integralizado R$315.000 (R$315.000 em 31 de dezembro de 2022), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Total	%
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	157.500	50	157.500	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	157.500	50	157.500	50
	315.000	**100**	**315.000**	**100**

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Constituição da reserva legal	(9.769)	(2.016)
	185.608	38.308
Dividendos obrigatórios	(46.402)	–
Constituição de retenção de lucros	(139.206)	(38.308)
	–	–

(c) Reservas e retenção de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	37.167	27.398
Retenção de lucros (ii)	659.665	520.459
	696.832	**547.857**

(i) **Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) **Retenção de lucros**

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

17. Receita operacional líquida

17.1 Composição da receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	427.121	367.775
Operação e Manutenção (b) (nota 7)	46.751	5.150
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (c) (nota 7)	75.353	–
Remuneração dos ativos da concessão (d) (nota 7)	397.141	240.464
Total da receita bruta	946.366	613.389
Tributos sobre a receita		
COFINS	(71.924)	(46.619)
PIS	(15.615)	(10.120)
	(87.539)	(56.739)
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.298)	(390)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(946)	–
	(4.244)	(390)
	854.583	**556.260**

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de ***performance*** dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos.

(d) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita do projeto é de 7,65%.

Margem das obrigações de *performance*

	2023	2022
Implementação da Infraestrutura		
Receita de infraestrutura	427.121	367.775
Custo de implementação da Infraestrutura	(248.097)	(262.389)
Margem	179.024	105.386
% Margem percebida	**42%**	**29%**
Ganho de eficiência	**75.353**	**–**
O&M		
Receita de O&M	46.751	5.150
Custo de O&M	(16.129)	–
Margem	30.622	5.150
% Margem percebida	**66%**	**100%**
Remuneração dos ativos da concessão	**397.141**	**240.464**

17.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante à determinação:

a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;

b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 04 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
Índice	REH 3.067	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	361.620	14.233	–	–	375.853	(13.242)	362.611

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investi-mentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
022/2017	–	361.499	(13.242)	–	3.543	–	351.800	361.620
	–	**361.499**	**(13.242)**	**–**	**3.543**	**–**	**351.800**	**361.620**

18. Custo de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Custos	Despesas	2023 Total	2022 Total
Pessoal	–	(3.638)	(3.638)	(6.469)
Serviços	(234.338)	(479)	(234.817)	(217.755)
Depreciação e amortização	–	(207)	(207)	(150)
Material	(29.086)	(138)	(29.224)	(44.392)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(364)	(369)	(71)
Outros	(797)	(52)	(849)	(53)
	(264.226)	**(4.878)**	**(269.104)**	**(268.890)**

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R$248.097 em 2023 (R$262.389 em 2022). A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 17.1, é calculada acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

19. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	27.752	12.372
Variações monetárias	1	633
	27.753	13.005
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(128.413)	(115.730)
Variações monetárias	(93.785)	(116.196)
Comissões e taxas	(673)	(6.514)
IOF	(66)	(201)
Outras	(131)	(155)
	(223.068)	(238.796)
	(195.315)	**(225.791)**

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia adota o regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	294.805	61.579
Ajustes para refletir o lucro real tributário		
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	100.234	20.937
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outros	(806)	318
Despesa com IRPJ e CSLL - diferidos	**99.428**	**21.255**
Alíquota efetiva	**34%**	**35%**

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Ativos/(Passivos)		
Ajustes IFRS (CPC 47)	(565.482)	(488.247)
Prejuízo fiscal	196.015	205.816
Total	**(369.467)**	**(282.431)**

21. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023 Ativo	2023 Passivo	2023 Receita/ (Despesa)	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés	345	–	345	63	–	1.336
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu	515	–	515	95	–	2.007
Sublocação (b)	CTEEP	–	724	(2.940)		105	(629)
Prestação de serviços (c)	CTEEP	–	1.620	(11.318)		937	(4.517)
		860	**2.344**	**(13.398)**	**158**	**1.042**	**(1.803)**

a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Aimorés S.A. e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. O pleito teve por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional à Receita Anual Permitida - RAP ajustada de cada Companhia. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 578 de 25 de fevereiro de 2019 e segue vigente.

b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 9 de julho de 2018, foi anuído o direito da CTEEP em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto CTEEP e, como previsto na NT nº114/2018, passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada; já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.

c) Contrato de prestação de serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Remuneração dos administradores

A remuneração global dos Administradores da Companhia foi de R$309 (R$813 em 2022).

Em 2023, após a troca da diretoria, a remuneração dos administradores passou a ser paga pela Controladora CTEEP.

22. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	91.262	128.654
Custo amortizado			
Equivalentes de caixa		48.967	18.348
Partes relacionadas		860	158
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Debêntures		2.267.916	2.259.998
Fornecedores		260.201	56.815
Partes relacionadas		2.344	1.042
Arrendamentos (*)		671	1.108

(*) Em razão da Companhia possuir somente arrendamento a pagar, conforme quadro acima, não há outras informações suplementares do fluxo de caixa (Mudanças nos passivos de atividades de financiamento) a serem divulgadas, considerando os requerimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).

(iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP.

(iv) Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

(c) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes adotado pela Companhia na data das demonstrações financeiras.

			Risco de juros - Efeitos no Resultado Financeiro				
				Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
Operação	Risco	Saldos em 2023	Cenário Base	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	140.229	26.816	33.520	40.224	20.112	13.408
Passivos financeiros							
Debêntures	IPCA	2.267.916	(222.197)	(277.746)	(333.296)	(166.648)	(111.099)

23. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R$ mil	Prêmio - R$ mil
Patrimonial (a)	19/12/23 a 19/12/24	373.837	435
			435

(a) Patrimonial - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

24. Compromissos assumidos

Em 13 de setembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R$371.000, na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente ao fornecimento de bens, equipamentos e materiais além da execução das obras das subestações 525kV, 230kV e 138kV. O saldo deste contrato contendo o reajuste, em 31 de dezembro de 2023 é de R$73.452 (R$74.047 em 31 de dezembro de 2022).

25. Eventos subsequentes

i) Processo com probabilidade de perda classificada como possível

No mês de fevereiro de 2024, ocorreu uma atualização no prognóstico da demanda ambiental, passando de remoto para possível, no valor de R$ 41.376. Isso diz respeito ao Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, que tem como objetivo investigar a compensação ambiental por perda de vegetação nativa, bem como uma eventual complementação da compensação adotada no Termo de Compromisso firmado com o Instituto Água e Terra - IAT.

ii) Emissão do Termo de Liberação Definitiva - TLD

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo - TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

continua→★

isa CTEEP

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ: 28.052.123/0001-95

→ continuação

Diretoria

Rui Chammas	Dayron Esteban Urrego Moreno	Carisa Santos Portela Cristal	Silvia Diniz Wada	Gabriela Desire Olimpio Pereira
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores	Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Operações

Contadora

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo de contrato, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$4.105.807 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers") requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração relacionados à captura, processamento e registro das transações referentes ao ativo contratual e a receita de contrato, com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (iii) entendimento dos critérios e das premissas utilizados na determinação das margens de construção e das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro e dos montantes estimados de indenização sobre os valores residuais da infraestrutura de transmissão, quando aplicável; (iv) testes substantivos relacionados às adições ao ativo de contrato, em base amostral; (v) recálculo dos fluxos de recebimento futuro do projeto de infraestrutura; (vi) recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos de contrato em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

ARCADIS

ARCADIS LOGOS S.A.

CNPJ nº 07.939.296/0001-50

Relatório da Administração

A Diretoria da Arcadis Logos S.A. tem a satisfação de encaminhar para seus Acionistas o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício de 2023. A Arcadis é uma empresa líder mundial em engenharia, gerenciamento, consultoria, soluções ambientais e sustentabilidade cujo diferencial é juntar seu conhecimento técnico específico ao profundo entendimento de todo o ciclo de vida do ativo, embarcando inovação e sustentabilidade, para oferecer soluções estratégicas aos nossos clientes. Com um time de cerca de 36.000 profissionais atuando em mais de 30 países, e com cerca de 2000 colaboradores no Brasil, a Arcadis globalmente gera uma receita bruta de 5,0 bilhões de euros (baseada nos resultados financeiros de 2023). Em 2023, apresentamos no Brasil um expressivo e saudável crescimento orgânico de 14%, substancialmente superior ao resultado do PIB nacional, e volume de novos contratos 11% maior que o registrado no ano anterior, comprovando o total alinhamento com a nossa estratégia e prioridades do negócio, global e localmente. A Arcadis segue plenamente saudável, com resultado lucrativo e ótimo nível de liquidez, sem endividamento bancário e preparada para a continuidade do crescimento, de maneira sustentada, posicionand0-se de maneira positiva para 2024. Em total alinhamento com seus pilares estratégicos, (i) escolha de projetos sustentáveis, (ii) inovação digital e humana, (iii) impulsionado por nossas pessoas, com total foco em clientes chave, a visão da ARCADIS é acelerar um futuro positivo para o planeta. O pilar de inovação digital e humana posiciona a inovação e a transformação digital como elementos centrais do nosso negócio. Essa abordagem tem possibilitado a execução de diversas e novas tipologias de projetos, promovendo a integração eficiente entre diferentes áreas da operação. Isso não apenas ofereceu oportunidades significativas de desenvolvimento pessoal e profissional para nossos colaboradores, mas também viabilizou soluções inovadoras para nossos clientes. Em vários projetos locais, utilizamos programas globais para captação, desenvolvimento e implementação de ideias inovadoras, fomentados para todos os níveis da organização. Estamos colaborando com clientes em projetos que se alinham com as Metas de Paris para 2050, ajudando-os a acelerar sua transição para projetos positivos para o planeta que deixam um impacto duradouro na transição energética, na natureza, na biodiversidade e na sociedade. Ao abraçar soluções inovadoras de visão de futuro, somos capazes de mitigar e nos adaptar às mudanças climáticas e às necessidades sociais em evolução, ajudando, em última análise, nossas pessoas, clientes e comunidades a prosperar no mundo de amanhã. Estamos fazendo escolhas e priorizando soluções e projetos positivos para o planeta com nossos clientes, demonstrando como podemos ajudar nossas comunidades a alcançar prosperidade no futuro. Além disso, estamos envolvidos em diversas iniciativas relacionadas à coleta e gerenciamento de dados, soluções associadas à Internet das Coisas (IoT), automação de fluxo de dados e desenvolvimento de plataformas integradoras para atender às diversas demandas dos clientes e/ou melhorias nos processos internos. Inteligência Artificial é também uma realidade para a ARCADIS globalmente, que desenvolveu seu próprio sistema, de forma segura, que possibilita o compartilhamento de informações globalmente e é peça importante para a evolução em nossas práticas de gestão do conhecimento. Como um segundo pilar da nossa estratégia, temos avançado sobremaneira nas questões de ESG e Sustentabilidade, tanto com a visão de nossos processos e responsabilidades internas quanto nas soluções que oferecemos aos clientes e o mercado reconhece nosso diferencial. Assim, a Arcadis manteve-se em 2023 entre as empresas de ponta com melhor desempenho em sua indústria na avaliação de risco ESG da Sustainalytics, ocupando a terceira posição, com uma nota de 15.5. Por mais um ano, a Arcadis também mantém posição de destaque na EcoVadis, uma agência independente de classificação de sustentabilidade que avalia mais de 90 mil empresas em todo o mundo no tocante à integração da sustentabilidade em seus sistemas de negócios e gestão, com a medalha de platina, colocando o Grupo Arcadis no top 1% das empresas não apenas em seu setor, mas também no top 1% das empresas, em 200 indústrias de todo o mundo. Por ser um tema central e estratégico para a ARCADIS, foi criado o Comitê de Sustentabilidade, que congrega as principais decisões relacionadas ao tema no Brasil, além de programas e planos específicos. A ARCADIS tem um compromisso global de ser Net Zero até 2035 e nossos objetivos são ambiciosos: redução de 70% das emissões nos escopos 1 e 2 até 2026 (com baseline no pré-pandemia, 2019), e 45% do objetivo de Net zero e redução do escopo 3 até 2029. Ainda com nossa responsabilidade nos temas ambientais que tangenciam nossa operação, nossas ações de coleta seletiva resultaram em 44,14% dos nossos resíduos sendo destinados para a reciclagem e deixando de serem destinados aos aterros sanitários. Na busca de trazer mais impacto positivo, foram promovidas ações de voluntariado em parceria com o Instituto Limpa Brasil, com mutirões de limpeza realizados em todo o Brasil. Com a participação de centenas de Arcadianes dos nossos escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Luís, Marabá e Barcarena, conseguimos coletar mais de 1.300 quilos de resíduos, contribuindo para a preservação de nossos corpos hídricos. No tema Governança, nossa atuação em Compliance compreende nossos Princípios Gerais de Negócios (PGN) e as Normas Específicas de Combate à Corrupção e estabelece orientação para nossas decisões e ações em todo o mundo, em todos os níveis gerenciais e aplicam-se igualmente às ações das empresas e ao comportamento individual de todos os nossos funcionários e consultores na condução dos negócios da Arcadis. O objetivo dos documentos consiste em dar um passo adiante em nosso constante compromisso com Integridade. A ARCADIS dispõe de um canal específico para denúncias de compliance, o Integrity Line, que é um telefone independente em uma linha baseada em internet, por meio do qual os colaboradores poder reportar, de forma anônima, questões relacionadas à integridade e compliance. Essa linha está disponível 24 horas / 7 dias por semana e em língua local. Além de globalmente, localmente temos um Comitê de Compliance, que é responsável pela análise, acompanhamento e outras ações relacionadas aos relatos vindos de colaboradores no Brasil sobre possíveis violações de regras, regulamentos, políticas, procedimentos e padrões de conduta na Arcadis. Em continuidade ao aperfeiçoamento de nossas políticas corporativas, visando atender todas as exigências típicas de uma empresa de capital aberto (caso de sua controladora Arcadis N.V.), em termos de controles e transparência corporativa, exigimos que todos os colaboradores tenham amplo conhecimento de nossos princípios éticos e de Integridade na condução de nossos negócios. Seguimos realizando treinamentos específicos para que todos os colaboradores saibam como reagir corretamente face a possíveis dilemas em suas rotinas profissionais. Tal filosofia de trabalho ético tem marcado toda a história da Companhia desde nossa fundação e antecede as disposições trazidas pela Lei nº 12.846/2013 publicada no DOU em 2.8.2013 (Lei Anticorrupção). Do ponto de vista social, o compromisso da ARCADIS é garantir um ambiente de trabalho em que todos se sintam pertencentes, com foco em Diversidade, Equidade, Pertencimento & Inclusão, bem-estar e direitos humanos. Na frente de Diversidade & Inclusão, fortalecemos nossos compromissos com a estruturação da governança com nosso comitê de D&I, composto por 4 grupos de afinidade (equidade de gênero, LGBTQIA+, raça e etnia, neurodiversidade), promovendo importantes ações de conscientização ao longo do ano, com destaque ao nosso Programa de Desenvolvimento de Carreira para Mulheres e o censo demográfico com o intuito de nortear a tomada de ação assertiva pela empresa. Hoje 50% do Board de Diretores da ARCADIS Brasil é composto por mulheres e temos 44% da nossa força de trabalho feminina. A ARCADIS fomenta a saúde e bem-estar de nossos colaboradores com nosso programa Viva Melhor, onde disponibilizamos apoio psicológico, nutricional, programas de meditação e yoga, apoio a gestantes e portadores de doenças crônicas, além de convênios com o Gympass e o SESC, disponibilizando, portanto, recursos que proporcionem melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e seus familiares. A segunda Semana do Bem-estar abordando temas de relevância para a saúde integrativa dos nossos colaboradores, além do lançamento do piloto de promoção à atividade física com a formação do grupo de corrida que participou da Maratona de Revezamento do Pão de Açúcar em São Paulo. Em 2023, foram integrados cerca de 600 novos Arcadianes em todo Brasil, reforçando nosso compromisso também com contratações locais que geram desenvolvimento e oportunidades para as comunidades onde atuamos. Aprendizagem e desenvolvimento são parte fundamental de nossa política de Pessoas, e o aprendizado foi impulsionado com mais de 8 mil horas em iniciativas variadas, destacando-se programas como o Desenvolvimento de Lideranças, a Academia de Gerenciamentos de Projetos, Academia de Business Advisory, o programa "Conversas de Análise de Impacto Ambiental", Diálogos Técnicos de Remediação, além de palestras do 'Pessoas Convida' sobre temas relacionados à avaliação de desempenho, desenvolvimento de carreira e competências. O ano de 2023 foi intenso para nossos programas internacionais, como o de intercâmbio Quest, em que diversos colaboradores tiveram a chance de visitar escritórios e projetos no exterior para estudos de referências (benchmarks). Adicionalmente, diversas ações de treinamento técnico, disponibilizadas on-line a todos os colaboradores. A participação em programas globais de intercâmbio de conhecimento também foram parte da jornada dos colaboradores no Brasil, bem como o engajamento em treinamentos globais, como o Sustain Analytics (com foco em sustentabilidade) e o BaseCamp (com base em aprendizagem digital e inovação). Ao longo do ano, foi implementada a plataforma de aprendizagem LitPass com várias ofertas de cursos técnicos e gerenciais, e ampliamos nossos programas de subsídio ao desenvolvimento de idiomas bem como o engajamento de colaboradores para a obtenção de diversas certificações relevantes ao negócio junto ao nosso parceiro Saint Paul. Saúde, Segurança e Bem-Estar dos colaboradores é central em tudo o que fazemos na ARCADIS. Ações de fortalecimento da cultura de SSO são contínuas de modo a garantir que os colaboradores trabalhem em um ambiente seguro e saudável, com foco na meta de zero acidentes. Em 2023, como indicadores proativos, Planos de Saúde e Segurança foram implementados para 100% dos projetos com atividades fora do escritório e Avaliações em SSO realizadas por 100% dos nossos líderes, além de Campanhas Trimestrais e Treinamentos Mensais em SSO para toda a Organização. Em 2023, a Taxa de Frequência de Acidentes com Perda de Tempo foi 0,05 (1 caso no ano de 2023). Como parte importante da construção de nossa cultura, os registros de quase acidentes e lições aprendidas ou melhores práticas de segurança têm sido valiosas para corrigir rotas e evitar acidentes. A empresa segue alinhada com a sua estratégia, atuando nos setores econômicos chave para o nosso negócio, onde tem experiência comprovada e expertise para prover as melhores soluções para os clientes, combinando o conhecimento local e sua competência em escala global. O foco em soluções para operações sustentáveis, incluindo processos de descarbonização, resiliência climática, e transição energética, incluindo processos de novas energias como hidrogênio verde, tem posicionado a ARCADIS como um player único no mercado. O cliente está no foco de tudo o que a empresa faz, e o compromisso em oferecer as melhores soluções em alinhamento com os desafios dos clientes, impõe-se conversas e um monitoramento contínuo da satisfação dos clientes, consubstanciada anualmente em pesquisa de satisfação dos clientes-chave, e o resultado demonstra o reconhecimento de nossa qualidade técnica. A Diretoria registra, mais uma vez, seu agradecimento aos colaboradores, parceiros e clientes pela contribuição em criar as condições que permitiram o encerramento do exercício de 2023 com sucesso, propiciando continuado fortalecimento e aperfeiçoamento. Renova, assim, seu compromisso de continuar trabalhando e buscar, cada vez mais, prestar seus serviços com qualidade, eficiência e em condições de trabalho seguras e saudáveis, com respeito ao meio ambiente, à sociedade coletiva, a seus colaboradores e clientes.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	55.997	36.418	55.997	36.448
Contas a receber de clientes	191.947	203.611	191.947	203.611
Impostos a recuperar	16.088	24.955	16.952	25.872
Outras contas a receber	6.546	4.859	6.435	4.968
Conta corrente de consórcios	548	1.224	548	1.224
Total do ativo circulante	**271.126**	**271.067**	**271.879**	**272.123**
Contas a receber de clientes	2.084	841	2.084	841
Depósitos judiciais	3.960	4.693	3.960	4.693
Imposto a recuperar	3.414	3.815	3.414	3.815
Ativo fiscal diferido	49.796	47.144	49.796	47.144
Ativo de direito de uso	7.245	3.264	7.245	3.264
Outras contas a receber	8.221	7.428	8.221	7.428
Total do realizável ao longo prazo	**74.720**	**67.185**	**74.720**	**67.185**
Imobilizado	22.144	21.036	22.144	21.036
Intangível	148	286	148	286
Total do ativo não circulante	**97.012**	**88.507**	**97.012**	**88.507**
Total do ativo	**368.138**	**359.574**	**368.891**	**360.630**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores	28.203	39.440	28.203	39.440
Impostos e contribuições a recolher	14.507	17.914	15.452	18.831
Salários, férias e encargos sociais	38.401	35.128	38.401	35.441
Conta corrente consórcios	43	197	43	197
Adiantamentos de clientes	54.106	51.327	54.106	51.327
Passivo de arrendamento	4.854	1.607	4.854	1.607
Compromisso na aquisição de Cia.	-	4.572	-	4.572
Dividendos a pagar	4.784	-	4.784	-
Provisão para perda com investimento	192	38	-	-
Outras contas a pagar	1.979	2.145	1.979	2.212
Total do passivo circulante	**147.069**	**152.368**	**147.822**	**153.627**
Provisões para contingências	13.423	14.529	13.423	14.529
Passivo de arrendamento	3.067	2.416	3.067	2.416
Outras contas a pagar	1.400	171	1.400	171
Total do passivo não circulante	**17.890**	**17.116**	**17.890**	**17.116**
Total do passivo	**164.959**	**169.484**	**165.712**	**170.743**
Patrimônio líquido				
Atribuível aos acionistas da controladora				
Capital social	160.773	160.773	160.773	160.773
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.600)	(14.336)	(15.600)	(14.336)
Reserva de lucros	58.006	43.653	58.006	43.653
Total do patrimônio líquido	**203.179**	**190.090**	**203.179**	**190.090**
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(203)
	203.179	**190.090**	**203.179**	**189.887**
Total do passivo e patrimônio líquido	**368.138**	**359.574**	**368.891**	**360.630**

Demonstrações de resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	**575.476**	**542.913**	**575.476**	**542.913**
Custos dos serviços prestados	(427.069)	(420.815)	(427.069)	(420.815)
Lucro bruto	**148.407**	**122.098**	**148.407**	**122.098**
(Despesas) receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(112.784)	(108.685)	(113.055)	(108.907)
Comerciais	(16.079)	(13.673)	(16.079)	(13.673)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(897)	3.486	(897)	3.486
Resultado da equivalência patrimonial	(156)	(133)	-	-
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos	**18.491**	**3.093**	**18.376**	**3.004**
Despesas financeiras	(2.394)	(10.440)	(2.394)	(10.440)
Receitas financeiras	5.285	7.533	5.285	7.533
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**2.891**	**(2.907)**	**2.891**	**(2.907)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**21.382**	**186**	**21.267**	**97**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.910	21.204	2.910	21.204
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.157)	(6.621)	(5.157)	(6.621)
Lucro do exercício	**19.135**	**14.769**	**19.020**	**14.680**
Lucro atribuível aos:				
Acionistas controladores	19.135	14.769	19.135	14.769
Acionistas não controladores	-	-	(115)	(89)
Lucro do exercício	**19.135**	**14.769**	**19.020**	**14.680**
Lucro por ação no final do exercício - R$				
Lucro por ação básico e diluído	0,063	0,050		

Demonstrações de resultados abrangentes
Para o exercício findo em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro do exercício	**19.135**	**14.769**	**19.020**	**14.680**
Variação cambial, conversão de moeda estrangeira	(1.264)	(458)	(1.264)	(458)
Resultado abrangente total	**17.871**	**14.311**	**17.756**	**14.222**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			17.871	14.311
Acionistas não controladores			(115)	(89)
Resultado abrangente total			**17.756**	**14.222**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**19.135**	**14.769**	**19.020**	**14.680**
Ajustes de:				
Depreciação	7.414	6.455	7.414	6.455
Amortização	138	137	138	137
Resultado da equivalência patrimonial	156	133	-	-
Variação cambial de ativos e passivos	(1.264)	(450)	(1.266)	(458)
Provisão estimada créditos liquidação duvidosa	(1.324)	2.685	(1.324)	2.685
Ganho, avaliação recebível a valor presente	928	(2.774)	928	(2.774)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	(2.910)	(21.204)	(2.910)	(21.204)
Arrendamento mercantil IFRS 16	(83)	586	(83)	586
Baixa de ativos fixos	169	5.571	169	5.571
Caixa gerado nas operações	**22.359**	**5.908**	**22.086**	**5.678**
Imposto de renda e contribuição social, correntes	(5.158)	(6.621)	(5.158)	(6.621)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**17.201**	**(713)**	**16.928**	**(943)**
Variações em:				
Contas a receber de clientes	11.745	(25.490)	11.747	(25.490)
Outras contas a receber	(3.408)	18.165	(3.186)	18.222
Depósitos judiciais	733	6.390	733	6.390
Créditos de tributos corrente/diferido	14.684	6.621	14.737	6.621
Outras contas a pagar	1.063	1.606	1.314	1.604
Fornecedores	(11.237)	(7.445)	(11.237)	(7.445)
Impostos e contribuições a recolher	(3.407)	(8.529)	(3.379)	(8.578)
Conta corrente consórcios	522	(599)	522	(599)
Adiantamentos de clientes	2.779	18.282	2.779	18.282
Contingências passivas	(1.106)	4.656	(1.106)	4.656
Compromisso na aquisição de Cia.	(4.572)	4.572	(4.572)	4.572
Salários, férias e encargos sociais	3.273	(466)	2.960	(243)
	11.069	**17.763**	**11.312**	**17.992**
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**28.270**	**17.050**	**28.240**	**17.049**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição em ativo imobilizado	(8.691)	(13.620)	(8.691)	(13.620)
Aquisição em ativo intangível	-	(215)	-	(215)
Empréstimo amortizados de partes relacionadas	-	(157)	-	(157)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	**(8.691)**	**(13.992)**	**(8.691)**	**(13.992)**
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**19.579**	**3.058**	**19.549**	**3.057**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	36.418	33.360	36.448	33.391
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	55.997	36.418	55.997	36.448
	19.579	**3.058**	**19.549**	**3.057**
Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa				
Itens que não afetam movimentação de caixa				
Imposto pago, compensação de créditos de tributos	7.435	8.402	7.435	8.402
Capitalização mediante conversão mútuo passivo	-	-	-	-
Capitalização mediante conversão faturas intercias	-	-	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital social			Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros				
	Integralizado	**A integralizar**	**Lucros /(Prejuízos) acumulados**	**Ajustes cumulativos de conversão de moeda estrangeira**	**Legal**	**Lucros a realizar**	**Total**	**Acionistas não controladores**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**139.924**	**20.849**	**-**	**(13.878)**	**1.444**	**27.440**	**175.779**	**(116)**	**175.663**
Aumento de capital	20.849	(20.849)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	14.769	(458)	-	-	**14.311**	(87)	**14.224**
Constituição de reserva de lucros	-	-	(14.769)	-	738	14.031	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**160.773**	**-**	**-**	**(14.336)**	**2.182**	**41.471**	**190.090**	**(203)**	**189.887**
Lucro líquido do exercício	-	-	19.135	(1.264)	-	-	**17.871**	-	**17.871**
Dividendos a pagar	-	-	(4.784)	-	-	-	**(4.784)**	203	**(4.581)**
Constituição de reserva de lucros	-	-	(14.351)	-	718	13.633	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**160.773**	**-**	**-**	**(15.600)**	**2.900**	**55.106**	**203.179**	**-**	**203.179**

A Diretoria | **Carlos Roberto Bertola** - Contador - CRC1SP085590/O-0

As Notas Explicativas na íntegra encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Arcadis Logos S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arcadis Logos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

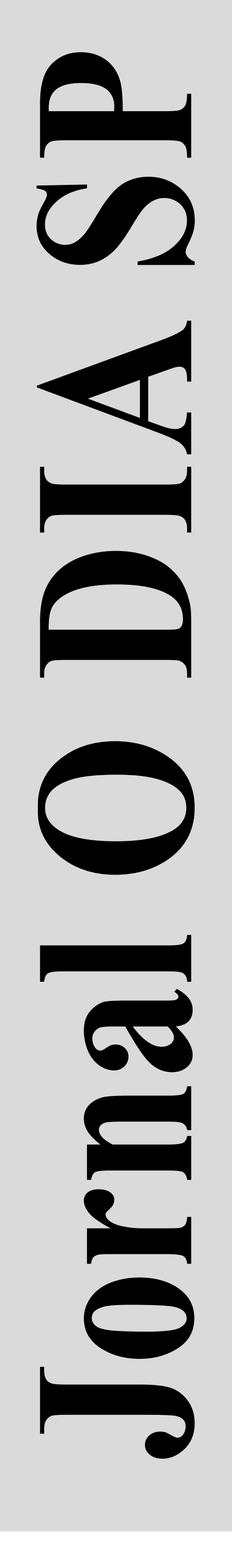
Mairkon Strangueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0023579-13.2010.8.26.0006** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo,Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DANILO F. DA SILVA DECORAÇÕES ME, CNPJ 05.776.306/0001-58, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Artesana Divisórias e Forros Ltda, objetivando o recebimento da importância de R$ 11.725,55 (novembro/2010). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL da penhora realizada sobre a quantia bloqueada pelo sistema SISBAJUD (R$ 566,86), depositada às fls. 451, nos termos do artigo 841 do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de fevereiro de 2024. **|02,03|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1146424-82.2023.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Eliane da Camara Leite Ferreira,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Marcos Prata Carneiro e Bruna Soares Mendonça, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento da comunhão parcial de bens para o de separação de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2024. **|2,3|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE PEDRO HENRIQUE BIUDE MACHADO VAZ, REQUERIDO POR JOSE ANTONIO VAZ E OUTRO - PROCESSO Nº**1109715-53.2020.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Eliane da Camara Leite Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 18/05/2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de PEDRO HENRIQUE BIUDE MACHADO VAZ, CPF 378.315.058-22, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeados como CURADORES, em caráter DEFINITIVO, o()(s) Sr(es). José Antônio Vaz e Cecilia Aparecida Biude Machado. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de agosto de 2023. **[3]**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1018687-72.2018.8.26.0100**O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Antonio Salvado Amaral e Maria Leonor Alves Gomes Amaral, julio henriques e maria fernanda cardoso henriques, condominio edificio almeida garret, na pessoa do sindico, Júlio de Jesus Henriques, Fabio Higa Henriques, Fabiano Higa Henriques, MAYRA HENRIQUES ROSSINI, Antonio Jose Alves Gomes Amaral, Maria Leonor Alves Gomes Amaral e JULIETA CARDOSO HENRIQUES, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Brian Edward Karber e Cecilia Son Karber ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Glicério,nº731 e 733,apto. 63,no 6°andar, com a seguinte descrição:possui a área útil de 86,060m2, área comum de 15,728m2, área total construída de 101,788m2,correspondendo ao apartamento a fração ideal de 1,907% do terreno todo; contribuinte municipal 004.043.0168-1;e Vaga de estacionamento com a área construída de 23,225m2,correspondendo-lhe a fração ideal de 0,435% de seu todo,contribuinte municipal 004.043.0233-5,Liberdade,São Paulo/SP, CEP: 01514-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|02,03|**



Brasil passa a adotar esquema de dose única contra o HPV

A vacinação contra o HPV no Brasil, a partir de agora, passa a ser feita em dose única. O anúncio foi feito pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, na noite da segunda-feira (1º). Até então, o país utilizava um esquema de duas doses para combater a infecção, principal causadora do câncer de colo de útero.

"Uma só vacina vai nos proteger a vida toda contra vários tipos de doença e de câncer causados pelo HPV, como o câncer de colo de útero. Não vamos deixar que crianças e jovens corram esse risco quando crescerem", escreveu a ministra em seu perfil na rede social X, antigo Twitter.

Nísia pediu ainda que estados e municípios façam uma busca ativa por jovens com até 19 anos que não receberam nenhuma dose da vacina. Segundo ela, em 2023, foram aplicadas 5,6 milhões de doses do imunizante. "O maior número desde 2018 e um aumento de 42% no número de doses aplicadas em relação a 2022".

"Agora, temos mais vacinas para proteger nossa população contra os riscos causados por esse vírus. Usar apenas uma dose de vacina foi uma decisão baseada em estudos científicos, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS)", destacou.

A imunização no Brasil, atualmente, é indicada para meninos e meninas de 9 a 14 anos; vítimas de abuso sexual de 15 a 45 anos (homens e mulheres) que não tenham sido imunizadas previamente; pessoas que vivem com HIV; transplantados de órgãos sólidos e de medula óssea; e pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos.

Em março, o Ministério da Saúde anunciou a incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS) de um teste para detecção de HPV em mulheres classificado pela própria pasta como inovador. A tecnologia utiliza testagem molecular para a detecção do vírus e o rastreamento do câncer do colo do útero, além de permitir que a testagem seja feita apenas de cinco em cinco anos.

A forma atual de rastreio do HPV, feita por meio do exame conhecido popularmente como Papanicolau, precisa ser realizada a cada três anos. A incorporação do teste na rede pública passou por avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que considerou a tecnologia mais precisa que a atualmente ofertada no SUS.

O HPV é considerado atualmente a infecção sexualmente transmissível mais comum em todo o mundo e o principal causador do câncer de colo de útero. A estimativa do ministério é que cerca de 17 mil mulheres sejam diagnosticadas com a doença no Brasil todos os anos.

Apesar de se tratar de uma enfermidade que pode ser prevenida, ela segue como o quarto tipo de câncer mais comum e a quarta causa de morte por câncer em mulheres - sobretudo negras, pobres e com baixos níveis de educação formal. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

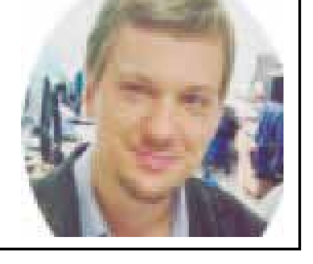
Conheça seus Direitos

O que nos ensina a Americanas e a Magalu e o Consumidor?

Por Nicholas Maciel Merlone

Segundo a revista *Isto É Dinheiro*, em matéria de 27 de março, "depois de sofrer uma fraude contábil de mais de R$4,5 bilhões, rede varejista dos sócios Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira antecipa quitação de R$4 bilhões em dívidas trabalhistas e apressa a execução do plano de reconstrução da companhia. Sob o comando do CEO Leonardo Coelho, a ordem é virar a página o quanto antes e voltar a crescer", assim, a Americanas acelera a recuperação. Desse modo, a "Americanas troca fraude e dívida por crescimento". "Sob o comando do CEO Leonardo Coelho especialista em gestão de crises, a varejista reduz o rombo de R$43 bilhões para cerca de R$1,8 bilhão, antecipa quitação de passivos trabalhistas e já enxerga a volta ao lucro em 2025", informa a revista *Isto É Dinheiro*. A esta altura pode estar se perguntando como será feita a arrumação da casa. Em apertada síntese, temos: 1) Estancar a crise; 2) Turbinar a geração de caixa operacional; 3) Retomar o crescimento; e 4) Resgatar a cultura. Ademais, o trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira realizaram a injeção de R$3,5 bilhões para sustentar a liquidez durante a renegociação com credores e assegurar o retorno à normalidade. Finalmente, temos a missão da Americanas: "A Americanas Social surge com o objetivo de trabalhar seus quatro principais pilares: igualdade de gênero; igualdade racial; redução das desigualdades sociais; e projetos que levem desenvolvimento econômico, capacitação e trabalho para dentro de comunidades em situação de vulnerabilidade social." Enquanto isso, conforme o *InfoMoney*, em matéria de 18 de março, "O Magazine Luiza (MGLU3) [Magalu] registrou um lucro líquido ajustado de R$ 101,5 milhões, o primeiro após dois anos, revertendo um prejuízo líquido ajustado de R$ 15,2 milhões entre outubro e dezembro de 2022. Sem ajustes, o lucro somou R$ 212,2 milhões no quarto trimestre de 2023, revertendo prejuízo de R$ 35,9 milhões." Além disso, temos a missão da Magalu: "O Magalu foi criado há mais de 60 anos com uma missão: incluir. Contribuir para que bens, até então, acessíveis a uma classe de privilegiados pudessem chegar a todos os brasileiros." Por outro lado, de acordo com o Egrégio e Eminente Superior Tribunal de Justiça (STJ), a "Constituição Federal de 1988, pela primeira vez, inscreveu a defesa do consumidor entre os direitos fundamentais. Até então, o Brasil não contava com uma proteção jurídica sistematizada para o consumidor em razão de sua condição de sujeito vulnerável do mercado." Nesse sentido, a proteção do consumidor consiste em direito fundamental sedimentado no artigo 5º, inciso XXXII da Constituição brasileira. Na mesma direção, o artigo 170, inciso V da CB determina que a ordem econômica possui por finalidade garantir existência digna às pessoas, determinando a observância de princípios, dentre os quais o da proteção do consumidor. Por sua vez, nos termos do artigo 219 da CB, o "mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal." Finalmente, em primeiro lugar cabe a proteção do consumidor, nos termos da Constituição brasileira, como visto, bem como pelo Código do Consumidor (CDC). O consumidor é a parte mais vulnerável do negócio jurídico e das relações jurídicas e, assim, tem o direito a um tratamento diferenciado, para compensar o desnível e a desigualdade. Vale lembrar que a tutela do consumidor na Constituição se localiza tanto na esfera do indivíduo, quanto no âmbito da Ordem Econômica. Com isso, pelo fato de se situar neste último espaço normativo, guia e norteia as relações empresariais com os consumidores. Daí as empresas citadas inicialmente se revestirem do manto de proteção consumerista, devendo atender às necessidades dos consumidores. Por fim, as empresas de varejo se relacionam diretamente com o mercado interno brasileiro e este, como observado, constitui um patrimônio nacional, de modo a estimular não só o desenvolvimento cultural, mas também sócio-econômico, além da qualidade de vida do povo brasileiro, sem prejuízo ainda do desenvolvimento tecnológico do Estado brasileiro. O que nos ensina, então, as duas varejistas? Antes de tudo, a defesa e o bem-estar do consumidor. O consumidor deve conhecer os seus direitos e ser consciente em suas atitudes. As empresas, por seu turno, devem ser transparentes e informar com clareza seus planos e ações de negócios, não se preocupando só com o lucro (o que não é pecado), mas também com o aspecto social. Assim, temos o consumidor satisfeito e a empresa cumprindo sua função social e lucrando, além de movimentar a economia e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Dólar fecha estável mesmo com intervenção do Banco Central

A primeira intervenção do Banco Central (BC) no câmbio em quase 16 meses surtiu pouco efeito no preço do dólar. A moeda norte-americana chegou a cair no início do dia, mas ganhou força durante a tarde e fechou estável. A bolsa de valores recuperou-se parcialmente da queda das últimas semanas e fechou em alta, na contramão do mercado externo.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (2) vendido a R$ 5,058, com queda de apenas 0,02%. A cotação chegou a cair para R$ 5,03 por volta das 11h, após o BC ter leiloado US$ 1 bilhão em swap cambial (venda de dólares no mercado futuro). A divisa, no entanto, voltou a acelerar à tarde, chegando a R$ 5,06 por volta das 14h45, antes de fechar na estabilidade.

Apenas nos dois primeiros dias de abril, a moeda norte-americana subiu 0,86%. Em 2024, a divisa valoriza-se 4,22%.

No mercado de ações, o dia foi mais tranquilo. Após cair na segunda-feira (1º), o índice Ibovespa, da B3, fechou aos 127.548 pontos, com alta de 0,44%. O indicador foi impulsionado por papéis de petroleiras e mineradoras, que se beneficiaram da valorização das commodities (bens primários com cotação internacional).

Na terça, o BC vendeu US$ 1 bilhão em swap cambial, na primeira intervenção da autoridade monetária no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A última vez em que o órgão tinha atuado no câmbio foi em 27 de dezembro de 2022, quando vendeu dólares com compromisso de recomprar a moeda meses mais tarde para fazer frente à demanda pela moeda norte-americana típica de finais de trimestre.

O leilão da terça teve como objetivo garantir a demanda por dólares para cobrir US$ 3,5 bilhões em vencimento de um título cambial emitido pelo Tesouro Nacional em 1997. O papel vencerá no próximo dia 15. O BC tem a expectativa de que a procura pela moeda norte-americana suba neste mês.

No entanto, o dólar não tem subido apenas por causa de fatores internos. Dados recentes de aquecimento nos Estados Unidos têm feito os investidores adiarem para julho a expectativa para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central dos norte-americano) comece a cortar os juros básicos da maior economia do planeta. Na terça, foi divulgado que as encomendas para as indústrias nos Estados Unidos aumentaram 1,4% em fevereiro, acima do esperado.

Juros altos em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Os investidores preferem aplicar o dinheiro em títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do mundo, pressionando o dólar para cima em outros países. (Agência Brasil)

Quase 70% dos brasileiros desconhecem gravidade da gripe

Pesquisa revela que 68% dos brasileiros têm pouco ou nenhum conhecimento de que o vírus da gripe pode agravar doenças preexistentes, como problemas cardiovasculares e diabetes tipo 2, especialmente em idosos.

Com o objetivo de compreender o conhecimento da população brasileira a respeito dos impactos além da gripe nos idosos, o estudo da Sanofi em parceria com a ALS Perception foi realizado em fevereiro de 2024 com pessoas na faixa etária de 40 anos ou mais, das cinco regiões do país, das classes A,B,C,D/E, representando a população brasileira.

Os resultados mostram que 23% dos entrevistados percebem nenhum ou baixo risco associado à escolha de não se vacinar contra a gripe, e sete em dez dos brasileiros responsáveis por garantir a vacinação de alguém com mais de 60 anos afirmam não saber quais vacinas eles devem tomar. Além disso, apenas um terço dos entrevistados mostrou total conhecimento de que o vírus da gripe pode causar um grande impacto em órgãos vitais, como coração, pulmão e cérebro, principalmente em idosos – população que mais sofre com as complicações da doença.

Segundo dados do Ministério da Saúde, os idosos representaram 65,6% dos óbitos por influenza no ano passado e 54,9% das hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Quando são analisados aqueles que têm alguma comorbidade, eles têm ainda mais complicações em decorrência da SRAG causada por influenza. A letalidade entre aqueles com comorbidades foi duas vezes maior em comparação aos idosos sem comorbidades.

Apesar disso, o estudo demonstrou o desconhecimento da população na relação entre a gripe e o risco de desenvolver complicações cardiovasculares, como infarto e AVC (Acidente Vascular Cerebral), por exemplo. Apenas um quarto dos entrevistados afirmou saber sobre os riscos.

O equivalente a 43% dos brasileiros acima de 40 anos também afirmou conhecer o impacto negativo do vírus da gripe na qualidade de vida devido aos sintomas debilitantes e ainda, quase um terço dos entrevistados não sabe da existência de vacinas específicas para a proteção da população idosa.

A pesquisa mostra ainda que ao se observar os dados por classe social, fica ainda mais evidente o desconhecimento sobre os perigos da doença. Nove a cada dez pessoas da classe A sabem da recomendação da vacina da gripe para sua faixa etária, contra dois terços das classes D e E.

Além disso, as chances de uma pessoa da classe A ter pleno conhecimento sobre o impacto negativo causado pelo vírus da gripe na qualidade de vida é quase 30 pontos percentuais maior que nas classes D e E. Por fim, oito a cada dez pessoas da classe A têm como rotina de saúde manter as vacinas em dia, seguindo as recomendações médicas, diferentemente da classe D e E, em que esse número é seis em dez.

Atualmente, a vacina trivalente, que confere proteção contra três tipos de cepas do vírus Influenza, está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para os seguintes públicos:

- idosos a partir de 60 anos
- crianças de 6 meses a 5 anos (as que vão receber o imunizante pela primeira vez devem tomar duas doses, com intervalo de 30 dias entre elas)
- gestantes e puérperas
- adolescentes cumprindo medidas socioeducativas
- população privada de liberdade
- pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições específicas de saúde (é preciso apresentar documentos que comprovem a condição clínica)
- professores
- profissionais de saúde
- profissionais das forças de segurança e salvamento
- militares das três Forças Armadas
- caminhoneiros
- trabalhadores portuários
- trabalhadores de transporte coletivo rodoviário
- funcionários do sistema prisional.

Ao comparecer a um dos pontos de imunização, é necessário apresentar documento de identificação e a caderneta de vacinação. (Agência Brasil)

Sete estados e o DF têm tendência de queda nos casos de dengue

Oito unidades federativas brasileiras já estão com tendência de queda consolidada no número de casos de dengue: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Roraima e Distrito Federal. Os números foram divulgados na terça-feira (2) pelo Ministério da Saúde.

"Os estados que estão com queda foi onde houve o início da epidemia. Para esses, a gente pode dizer que o pior já passou", disse a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, em entrevista coletiva.

Outros sete estados ainda permanecem com tendência de aumento: Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os outros 12 estados apresentam tendência de estabilidade.

Apesar do cenário, o Ministério da Saúde diz que é preciso continuar a vigilância contra a doença. "Ainda requer atenção, precisamos que as pessoas continuem dedicando dez minutos contra a dengue, olhando os possíveis focos da larva. ainda é momento de acompanhamento", alertou a secretária.

Ela também apelou para que pais e mães levem seus filhos para vacinar nos municípios onde a imunização está disponível.

Desde o início do ano, foram registradas 991 mortes por dengue em todo o país. Estão em investigação 1.483 óbitos.

O número de casos prováveis da doença chegou a 2.624.300. Os casos de dengue grave e com sinais de alarme chegam a 24.218.

De acordo com balanço divulgado pelo ministério, o coeficiente de incidência da doença está em 1.292,4 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

O Ministério da Saúde diz que já foram distribuídas 1.235.119 doses de vacinas contra a dengue aos estados. Até o dia 25 de março, os municípios registraram a aplicação de 663.338, o que representa 53,71% das doses encaminhadas. "Isso não quer dizer que as doses não foram aplicadas, os dados ainda podem não ter sido enviados", explicou o diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunização, Eder Gatti.

Recentemente, o Ministério da Saúde ampliou a imunização para 165 municípios que serão contemplados com doses da vacina contra a dengue. O número anunciado anteriormente foi de 154 municípios, mas, segundo o diretor, houve um equívoco da pasta no cálculo.

"O número de regiões de saúde não mudou, o que mudou foi a referência que usamos. A gente tinha o quantitativo correto de população, mas houve um equívoco no número de municípios. Nós corrigimos, então o total é 165, mantendo o mesmo número de regiões."

Segundo ele, a distribuição das doses para esses novos municípios já começou, mas a data de chegada depende do processo logístico, que varia de acordo com a localidade. "A gente espera que até o fim da semana todos os estados tenham recebido", disse. Na etapa anterior, 521 municípios haviam sido selecionados para receber as doses da vacina.

O imunizante é destinado a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, público-alvo do governo federal, pois concentra a maior proporção de internação pela doença. O esquema vacinal é composto por duas doses que devem ser aplicadas com intervalo de três meses entre elas. (Agência Brasil)